



UNIVERSIDADE FEDERAL DE PERNAMBUCO
CENTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS APLICADAS
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM SERVIÇO SOCIAL
MESTRADO EM SERVIÇO SOCIAL

REBECA GOMES DE OLIVEIRA SILVA

**“O ESTADO NUNCA SE VÊ, MAS APARECE SEMPRE A TIRAR-NOS AS NOSSAS
COISAS”:** o papel do Estado no processo de expropriação das comunidades impactadas
pelo Complexo de Suape

Recife
2020

REBECA GOMES DE OLIVEIRA SILVA

“O ESTADO NUNCA SE VÊ, MAS APARECE SEMPRE A TIRAR-NOS AS NOSSAS COISAS”: o papel do Estado no processo de expropriação das comunidades impactadas pelo Complexo de Suape

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Linha de pesquisa: Capitalismo contemporâneo, questão agrária, urbana e ambiental.

Área de Concentração: Serviço Social, Movimentos Sociais e Direitos Sociais.

Orientadora: Prof^ª. Dra. Maria das Graças e Silva.

Recife
2020

Catálogo na Fonte
Bibliotecária Ângela de Fátima Correia Simões, CRB4-773

S586e Silva, Rebeca Gomes de Oliveira

O Estado nunca se vê, mas aparece sempre a tirar-nos as nossas coisas: o papel do estado no processo de expropriação das comunidades impactadas pelo Complexo de Suape / Rebeca Gomes de Oliveira Silva. - 2020.

183 folhas: il. 30 cm.

Orientadora: Prof.^a Dra. Maria das Graças e Silva

Dissertação (Mestrado em Serviço Social) – Universidade Federal de Pernambuco, CCSA, 2020.

Inclui referências.

1. Estado. 2. Expropriação. 3. Complexo de Suape. I. Silva, Maria das Graças e (Orientadora). II. Título.

361 CDD (22. ed.)

UFPE (CSA 2020 – 069)

REBECA GOMES DE OLIVEIRA SILVA

“O ESTADO NUNCA SE VÊ, MAS APARECE SEMPRE A TIRAR-NOS AS NOSSAS COISAS”: o papel do Estado no processo de expropriação das comunidades impactadas pelo Complexo de Suape

Dissertação apresentada pela discente Rebeca Gomes de Oliveira Silva ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco – UFPE, como parte dos requisitos para obtenção do título de Mestre em Serviço Social.

Aprovada em: 18/02/2020.

BANCA EXAMINADORA

Prof^ª Dr^ª. Maria das Graças e Silva (Orientadora e Examinadora Interna)
Universidade Federal de Pernambuco

Prof. Dr. Guillermo Foladori (Examinador Interno)
Universidad Autónoma De Zacatecas (México)

Prof^ª Dr^ª. Raquel Cavalcante Soares (Examinadora Externa)
Universidade Federal de Pernambuco (UFPE)

Dedico este trabalho a todos(as) os(as) trabalhadores(as) da terra que, mesmo diante da voracidade do capital, afirmam sua existência e continuam a semear a luta.

AGRADECIMENTOS

“O que eu sou
Eu sou em par
Não cheguei sozinha”
Lenine

Como todos os ciclos anteriores, começo o processo da escrita da dissertação dando prioridade aos agradecimentos. Priorizo a escrita dos agradecimentos, pois sei que esse espaço tem uma grande dimensão afetiva em mim e nos meus. Por isso, minha gratidão:

À(s) força(s) que me guia(m), Deus, Mãe Terra, meus ancestrais. Essa força poderosa que me trouxe até aqui e que, eu sei, me levará muito além.

Aos que, com todo afeto, colocaram-me nesse mundo e que me apoiam nos caminhos da vida. À minha mãe, Nilza, que desde quando eu era pequena me diz que a vida é bela e que o amor prevalecerá. Aprendo cotidianamente com sua alegria, com sua garra, com o seu amor imenso. A meu pai, Paulo, por todo o apoio e indicação constante de que é necessário lutar para conquistar o que se quer. À minha irmã, Diná, por toda parceria, paciência, escuta e apoio. Agradeço aos meus sobrinhos, Cadu e Dany, por toda alegria e renovo do encontro, a vida hoje, com vocês, tem mais luz, mais cores, mais sorrisos, muitas descobertas e aprendizagens. Às minhas tias Terezinha, Josefa, Edinalra, Edite e Berenice pelo constante incentivo e apoio. Foi através da história de vocês que vi o quanto nossas vidas são marcadas pelo contato com a terra e também por processos de expropriações. A vida de todos(as) vocês me inspira para seguir lutando, utilizando o conhecimento enquanto instrumento para construir outra possibilidade de vida.

Às pessoas que compõem o Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da UFPE, por todo apoio e fortalecimento. Aos meus colegas de turma que contribuíram ricamente para meu amadurecimento teórico, político e profissional, em especial à Lohana, Leandro e Jonathan que dividiram momentos de debate, de crise de ansiedade e de muitas risadas. Também sou grata às professoras que compõem esse Programa, pois o espaço de sala de aula possibilitou ampliar o conhecimento sobre autores, sobre as concepções de mundo, e me possibilitou crescer, agradeço especialmente à professora Ana Vieira e Helena Chaves pela sensibilidade e abertura. À minha orientadora Maria das Graças (gracita) pelos sete anos de parceria, aprendi e aprendo muito contigo, principalmente sobre o quanto o compromisso com a pesquisa deve estar associado a uma vida colorida, festiva. Gratidão por todas as oportunidades, pela confiança nas pesquisas, pela escuta e pelo acolhimento. Sou grata às integrantes do Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Questão Ambiental e Serviço Social

(NEPASS), coordenado por Gracita, pelas discussões e pela solidariedade. Aos técnicos administrativos, Daniel e Humberto, que, sempre solícitos, atenderam-me com carinho e atenção. À professora Raquel Soares, professora da graduação e examinadora externa da minha dissertação, pela sensibilidade nas colaborações e nas reflexões. Obrigada por ter aceitado participar da minha banca. Ao professor Guilherme Foladori, examinador interno da minha dissertação, que contribuiu ricamente para o caminhar da pesquisa, ampliando meu olhar sobre o que eu estava analisando. Obrigada pela disponibilidade e atenção. Ao CNPq, por ter garantido minimamente a condição material para a efetivação da pesquisa.

Às amigas construídas nas viagens para congressos, pela abertura e acolhimento, como Magela (Uruguaí), Elane (Maranhão) e Júlio (México). Aos amigos de Moçambique pelo constante incentivo e fortalecimento, como Edgar e Clemente. Aos amigos vinculados à música, pelo deleite, pela distração e pelo fôlego, em especial Claudio Rabeca e Rannier Venâncio, meus professores de rabeca. Às hermanas, parceiras de música, de dança e de aconchego, Ariane Figueroa, Maria Silva, Mônica Pereira e Rúbia Silva. Às amigas sempre presentes e que me acompanham desde muito cedo nessa empreitada, em especial Thaís Martins, Renata Lopes, Jessica Santana, Beatriz Monteiro e Bruna Patrícia.

Às comunidades que vivem no território onde hoje é o Complexo de Suape, pela partilha das experiências tão duras, pela abertura e receptividade. Agradeço em especial às comunidades do Engenho Ilha pelo contato direto e pela troca. À presidente da Sociedade dos Pequenos Agricultores de Ponte dos Carvalhos, Vera Lúcia, pela disponibilidade constante, pela inspiração e por ser uma mulher guerreira. A luta travada por vocês contra a expansão do capital nesse território foi o que tornou possível a construção desse trabalho.

Ao povo indígena Pankararu por ter me recebido em seu território. Ter pisado em território sagrado me fortaleceu a seguir na luta. Obrigada, Elizângela Cardoso Pankararu, por possibilitar essa experiência linda.

Aos camaradas que constroem a corrente Resistência, vinculado ao Partido Socialista (PSOL), por compreenderem minha ausência e por me fortalecerem na luta por um mundo justo, com terras para os trabalhadores, com respeito à diversidade e com a preservação da natureza.

Este trabalho foi escrito por muitas mãos. Pelas mãos de todos os trabalhadores e trabalhadoras que, direta ou indiretamente, contribuíram para a minha formação que sempre foi em instituições públicas. Espero que este trabalho contribua para o enfrentamento das lutas. Que possamos, enfim, expropriar os expropriadores. Rumo à terra sem males, como afirma o povo indígena Guarani. **A vocês, toda minha gratidão.**

Quién me iba a decir a mí
Cómo me iba a imaginar
Si yo no tengo un lugar
En la tierra

Y mis manos son lo único que tengo
Y mis manos son mi amor y mi sustento

No hay casa donde llegar
Mi paire y mi maire están
Más lejos de este barrial
Que una estrella

Quién me iba a decir a mí
Que yo me iba a enamorar
Cuando no tengo un lugar
En la tierra

Lo Único que Tengo
Victor Jara

RESUMO

Esta dissertação tem como objetivo analisar os mecanismos e as estratégias políticas e ideológicas, utilizadas pelo Estado na garantia das expropriações das comunidades rurais impactadas pela expansão do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS), durante os anos de 2003 a 2014. Este período compreende o chamado *boom* dos preços das *commodities*, principalmente do petróleo, a partir do qual os investimentos estatais brasileiros se direcionaram para megaprojetos aptos a atenderem à cadeia produtiva do petróleo e o Complexo de Suape atende a essa demanda, passando a receber investimentos e a organizar seu território em benefício da acumulação do capital através, principalmente, do Programa de Aceleração do Crescimento e do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social. Esses investimentos tiveram um recuo em 2014 devido à crise financeira internacional. Sob tais governos, territórios foram integrados plenamente à lógica de acumulação, o que resultou na intensificação das expropriações. Trata-se de uma pesquisa de caráter bibliográfico e documental. Este estudo estruturou-se em três capítulos. O primeiro recupera o processo de formação do sistema capitalista e do Estado Moderno cuja base está fundada nas expropriações, evidenciando a co-dependência entre capital e Estado, sobretudo na garantia das relações sociais próprias desse sistema. O segundo capítulo busca construir uma análise sobre as particularidades das expropriações na América Latina, sobretudo no Brasil, destacando que a drenagem dos recursos naturais e a exploração da força de trabalho são marcas estruturais desse subcontinente. Estes traços históricos contribuíram para a dinâmica econômica e política do Brasil no chamado neodesenvolvimentismo, no qual se expandiu o Complexo de Suape. O terceiro capítulo busca analisar o território onde hoje é Suape, sua formação socio-histórica. Buscou-se apreender o modo como o Estado atuou no desenvolvimento da região. Para isso foram analisados os documentos oficiais referentes ao CIPS, o Suape Global/Suape Local e o Novo Plano Diretor – SUAPE 2030, que apontaram as alterações territoriais necessárias para a expansão do capital bem como as funções do Estado. Também foram analisados artigos jornalísticos, estudos e dossiês produzidos pelas entidades e fóruns de resistência aos impactos negativos da expansão econômica na região. A partir dessa análise, foi possível apreender que no contexto da crise estrutural do capital, o Estado aprofunda sua intervenção visando garantir a acumulação, principalmente em territórios estratégicos para a acumulação do capital, como é o caso do território onde hoje é Suape. Neste contexto, o próprio Estado impulsiona as expropriações das comunidades de pescadores(as), agricultores(as), marisqueiras, quilombolas, utilizando-se de estratégias que vão desde a formação de consensos em torno da ideologia do “progresso” e do “desenvolvimento para todos” até as práticas diretamente coercitivas, com a utilização de violência e de práticas que promovem violação de direitos dos tradicionais moradores da região.

Palavras-chave: Estado. Expropriação. Partido dos Trabalhadores. Complexo de Suape.

RESUMEN

Esta disertación tiene como objetivo analizar los mecanismos y las estrategias políticas e ideológicas utilizadas por el Estado para garantizar las expropiaciones de las comunidades rurales afectadas por la expansión del Complejo Industrial y Portuario de Suape (CIPS), de 2003 a 2014. Este período comprende El llamado auge en los precios de las *commodities*, principalmente en petróleo, desde el cual las inversiones estatales brasileñas se destinaron a megaproyectos capaces de satisfacer la cadena de producción de petróleo y el Complejo Suape satisface esta demanda, comenzando a recibir inversiones y organizar su territorio a favor de la acumulación de capital a través, principalmente, del Programa de Aceleración del Crecimiento y el Banco Nacional de Desarrollo Económico y Social. Estas inversiones cayeron en 2014 debido a la crisis financiera internacional. Bajo tales gobiernos, los territorios se integraron completamente en la lógica de la acumulación, lo que resultó en intensas expropiaciones. Es una investigación bibliográfica y documental. Este estudio fue estructurado en tres capítulos. El primero recupera el proceso de formación del sistema capitalista y el Estado moderno, cuya base se basa en expropiaciones, que muestran la codependencia entre el capital y el Estado, especialmente para garantizar las relaciones sociales propias de ese sistema. El segundo capítulo busca construir un análisis de las particularidades de las expropiaciones en América Latina, especialmente en Brasil, destacando que el drenaje de los recursos naturales y la explotación de la fuerza laboral son marcas estructurales de este subcontinente. Estas características históricas contribuyeron a la dinámica económica y política de Brasil en el llamado neodesarrollo, en el cual se expandió el Complejo Suape. El tercer capítulo busca analizar el territorio donde está Suape hoy, su formación sociohistórica. Intentamos aprehender la forma en que el Estado actuó en el desarrollo de la región. Para este propósito, se analizaron los documentos oficiales que se refieren a CIPS, Suape Global / Suape Local y el Nuevo Plan Maestro - SUAPE 2030, señalando los cambios territoriales necesarios para la expansión del capital, así como las funciones del Estado. También se analizaron artículos periodísticos, estudios y dossiers producidos por entidades y foros para resistir los impactos negativos de la expansión económica en la región. A partir de este análisis, fue posible comprender que, en el contexto de la crisis estructural del capital, el Estado profundiza su intervención para garantizar la acumulación, principalmente en territorios estratégicos para la acumulación de capital, como es el caso del territorio donde está Suape hoy. En este contexto, el propio Estado alienta las expropiaciones, de comunidades pesqueras, agricultores, recolectores de mariscos, quilombolas, utilizando estrategias que van desde la formación de consenso en torno a la ideología de “progreso” y “desarrollo para todos” a prácticas coercitivas directas, con el uso de violencia y prácticas que promueven la violación de los derechos de los residentes tradicionales de la región.

Palabras-clave: Estado. Expropiación. Partido de los Trabajadores. Complejo Suape.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Gravura do ancoradouro de Suape de 1635 localizada no Museu de Amsterdam.....	112
Figura 2 - Imagem aérea do Complexo Industrial e Portuário de Suape ainda no início do projeto de construção na década de 1980.....	117
Figura 3 - Municípios que compõem o Território Estratégico de Suape.....	121
Figura 4 - Engenhos situados no Território Estratégico de Suape.....	123
Figura 5 - Imagem aérea do Complexo Industrial e Portuário de Suape.....	125
Figura 6 - Refinaria Abreu e Lima localizada no Complexo de Suape.....	131
Figura 7 - Petroquímica Suape instalada no Complexo de Suape.....	134
Figura 8 - Povo Naval do Complexo de Suape.....	137
Figura 9 - Zoneamento do território onde hoje é Suape.....	142

LISTA DE GRÁFICOS

Gráfico 1 - Exportações brasileiras para a China (2005-2015).....	98
Gráfico 2 - Produtos exportados do Brasil para a China.....	99
Gráfico 3 - Evolução dos desembolsos do BNDES para a região Nordeste, 2004-2013 (em R\$ bilhões).....	103
Gráfico 4 - Distribuição dos conflitos ocorridos no território do Complexo Industrial de Suape/Pernambuco por ano, 2001 a 2016.....	145

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 - BNDES – investimentos mapeados (em R\$ bilhão).....	104
Tabela 2 - Desembolso do BNDES por estados da Região Nordeste, 2007-2013 (em R\$ milhões).....	104
Tabela 3 - Investimento em Empreendimentos Exclusivos PAC em Pernambuco 2007-2014.....	130

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

BM	Banco Mundial
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social
CDB	Banco do Desenvolvimento Chinês
CHESF	Companhia Hidroelétrica do São Francisco
CIPS	Complexo Industrial e Portuário de Suape
CONDEPE FIDEM	Agência Estadual de Planejamentos e Pesquisas em Pernambuco
CPT	Comissão Pastoral da Terra
CPP	Comissão Pastoral dos Pescadores
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente de Pernambuco
DIT	Divisão Internacional do Trabalho
EAS	Estaleiro Atlântico Sul
EIA	Estudo de Impacto Ambiental
FIOCRUZ	Fundação Oswaldo Cruz
FHC	Fernando Henrique Cardoso
FMI	Fundo Monetário Internacional
GATI	Grupo de Ações Táticas de Interior
IC	Internacional Comunista
ICMS	Circulação de Mercadorias e Serviços
IIRSA	Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana
INCRA	Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária
IPTU	Imposto Predial e Territorial Urbano
IRPJ	Imposto de Renda Pessoa Jurídica
ISS	Imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza
MATOPIBA	Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia
MDIC	Ministério do Desenvolvimento e Comércio Exterior
MEM	Ministério de Energia e Minas
NPDS	Novo Plano Diretor – SUAPE 2030

OCDE	Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico
PAC	Programa de Aceleração do Crescimento
PBAS	Programas Básicos Ambientais
PCB	Partido Comunista Brasileiro
PCdoB	Partido Comunista do Brasil
PDVSA	Petróleos de Venezuela S.A
PIB	Produto Interno Bruto
PISP	Plano de Investimento para o Setor Portuário
PND	Planos Nacionais de Desenvolvimento
PQS	Petroquímica Suape
PSDB	Partido da Social Democracia Brasileira
PROALCOOL	Programa Nacional do Alcool
PRODEPE	Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco
PRODINPE	Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco
PROEX	Programa de Financiamento às Exportações
PROMEF	Programa de Modernização e Expansão da Frota de Navios Petroleiros da Transpetro
PT	Partido dos Trabalhadores
RIMA	Relatório de Impacto Ambiental
RNEST	Refinaria Abreu e Lima
SDEC	Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado
SEA	Setor Especial Ambiental
SEAS	Secretaria Extraordinária para Assuntos Relativos à implantação do Complexo de Suape
SEHIS	Setor Especial de Habitação de Interesse Social
SPC	Setor de Preservação Cultural
SUDENE	Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste
TC	Termo de Compromisso
TES	Território Estratégico de Suape
UNASUL	União das Nações Sul-Americanas
ZI	Zona Industrial

ZIP

Zona Industrial Portuária

ZCS

Zona Central de Serviços

ZPEC

Zona de Preservação Ecológica

SUMÁRIO

1. INTRODUÇÃO	19
2. O PENSAMENTO DE KARL MARX SOBRE AS EXPROPRIAÇÕES: ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, ESTADO MODERNO E AS EXPROPRIAÇÕES COMO PROCESSO CONTÍNUO	33
2.1 As expropriações dos trabalhadores da terra como “a base de todo o processo”: formação da propriedade privada e do Estado Moderno	34
2.2 As expropriações no capitalismo contemporâneo: imperialismo, crise estrutural e intensificação do papel do Estado	48
3. EXPROPRIAÇÕES NA AMÉRICA LATINA: CENTRALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA, DEPENDÊNCIA E O PAPEL DO BRASIL NA DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO	69
3.1 Notas para uma abordagem teórico-histórica das expropriações na América Latina: a centralidade da terra e do trabalho e o papel do Brasil	70
3.2 O século XXI e a dinâmica do capital no Brasil: atualidade das expropriações e atuação do Estado	89
4. COMPLEXO DE SUAPE: EXPRESSÃO FENOMÊNICA DA ATUAÇÃO DO ESTADO NAS EXPROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS	109
4.1 Formação sócio-histórica do território onde hoje é Suape: da colonização à institucionalização do Complexo Industrial e Portuário de Suape	111
4.2 O papel do Estado nas expropriações no Complexo de Suape de 2003 a 2014: discurso ideológico, investimentos, incentivos fiscais e expansão sobre o território das comunidades rurais	123
4.2.1 Investimentos do PAC e do BNDES e o discurso ideológico de legitimação da expansão do Complexo de Suape	127
4.2.2 O papel do Estado na organização do território do território onde hoje é Suape e a intensificação dos conflitos socioambientais nos anos de 2007 a 2014	140
4.2.3 Transformações no território onde hoje é Suape pós-golpe da presidenta Dilma em 2016	160

5. CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	163
REFERÊNCIAS	170

1. INTRODUÇÃO

A territorialização do capital se materializa em forma de “enclaves”, territórios corporativos que, para serem implantados, implicam na mobilização compulsória, na expulsão, na desterritorialização de camponeses, pescadores, povos e comunidades tradicionais, pequenos agricultores, etc.
Associação de Geógrafos Brasileiros – AGB

O estudo ora proposto tem por objetivo explicitar os mecanismos e as estratégias, políticas e ideológicas, utilizadas pelo Estado para garantir as expropriações das comunidades rurais impactadas pela expansão do Complexo Industrial e Portuário de Suape – CIPS, durante os anos de 2003 a 2014, marcados pelos governos do Partido dos Trabalhadores – PT. A partir da análise desse lastro temporal, foi possível identificar que nos anos 2000 houve uma intensificação das expropriações, com forte atuação do Estado, no território onde hoje é Suape¹. Vale salientar que tal movimento não ocorre exclusivamente em gestões de determinados grupos políticos, mas é próprio da dinâmica de acumulação do capital que tem nas expropriações dos trabalhadores da terra e na apropriação dos meios de existência a garantia de sua perpetuação.

O interesse por essa discussão é um desdobramento da minha trajetória de estudos sobre a realidade contraditória e complexa relacionada ao território onde hoje está instalado o Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS), trajetória esta iniciada ainda na graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). A aproximação ao tema ocorreu em 2013, no primeiro ano da graduação, no qual participei do Programa Jovens Talentos para a Ciência, um programa de incentivo à iniciação científica vinculado à Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior – CAPES. Através desse programa passei a ser orientada pela Professora Doutora Maria das Graças e Silva, do Departamento de Serviço Social, a qual me apresentou o seu projeto de pesquisa intitulado: *Condicionantes de Licenciamento Ambiental dos Empreendimentos Navais de SUAPE/PE: aspectos sociais e ambientais* e me indicou leituras relacionadas ao tema da questão ambiental e da realidade do Complexo de Suape.

¹ O povo indígena Mapuche, ao explicitar a não aceitação da imposição da cultura ocidental trazida com a formação da nação chilena sobre o seu território, refere-se à totalidade do território como “o que hoje é o Chile” ou “o que hoje é a Argentina”, demonstrando a pré-existência do território Mapuche. Assim, a partir dessa interpretação, como foi utilizado por Pérez (2016), usamos o termo “onde hoje é Suape” para nos referir ao território abarcado por esse megaprojeto, salientando a existência de outros territórios anteriores à formação desse Complexo.

Desse modo, já inserida no Núcleo de Estudos e Pesquisa sobre Questão Ambiental e Serviço Social (NEPASS), coordenado pela referida professora, participei nos anos de 2014 a 2016 de dois subprojetos, vinculados ao projeto de pesquisa supracitado, denominados: *Educação Ambiental na gestão ambiental pública: os condicionantes sociais do licenciamento do Estaleiro Promar* e *O Programa de Comunicação e Interação com a comunidade: os condicionantes sociais do licenciamento do Estaleiro Promar S.A.* Esses dois subprojetos, sob minha responsabilidade, possibilitaram uma aproximação com a discussão da expansão do Complexo de Suape, sobretudo do polo naval, por meio do Estaleiro Promar, e dos impactos socioambientais engendrados pela instalação desse Estaleiro, bem como das medidas de mitigação e de compensação executadas pelo empreendimento e pelo Estado. Este foi o meu primeiro contato com a pesquisa acadêmica, um tema que ganhava relevância no bojo de um conjunto de discussões no Brasil relacionado à expansão dos megaprojetos no território nacional. Assim, a revisão bibliográfica, os debates no NEPASS sobre os conflitos socioambientais, as expropriações contemporâneas e o papel do Estado, despertaram ainda mais minha curiosidade sobre a realidade das comunidades que vivem (viveram) onde hoje é Suape.

Também participei, em 2017, do Projeto de Extensão intitulado *Sob a Mira de Suape: a luta pelo território no Engenho Ilha*, também coordenado pela professora Graça. O Engenho Ilha, localizado no distrito de Ponte dos Carvalhos, município do Cabo de Santo Agostinho, integra o Território Estratégico de Suape – TES, um dos 27 engenhos atingidos por esse megaprojeto. Nesse território, a Sociedade dos Pequenos Agricultores de Ponte dos Carvalhos vem desenvolvendo um conjunto de iniciativas no sentido de firmar as comunidades em seus territórios, resistindo às pressões da Empresa Suape. Com o objetivo de contribuir para essa resistência, o referido projeto de extensão buscou fortalecer a organização produtiva e política dos agricultores, por meio da capacitação dos produtores.

Assim, através de minha inserção na pesquisa e na extensão, foi possível compreender a expansão do Complexo de Suape, principalmente por meio da retomada da indústria naval no estado de Pernambuco, reflexo do modelo de desenvolvimento legitimado e implementado no território nacional. Também foi possível identificar que esse megaprojeto vem engendrando impactos sobre as comunidades que residem (iram) historicamente na área de sua jurisdição, as quais vêm sendo expropriadas de suas terras, de seus meios de existência, sendo forçadas a se submeterem plenamente à lógica do mercado, no qual não lhes é permitida a autossuficiência, mas a mercantilização de tudo.

Outro elemento que possibilitou compreender a dinâmica das expropriações na contemporaneidade, expandindo o olhar para além do território onde hoje é Suape, foi a minha inserção no projeto de pesquisa intitulado: *Direitos Humanos e Desenvolvimento na Relação Brasil-África: as contradições do Programa de Cooperação Tripartida para o Desenvolvimento Agrícola da Savana tropical em Moçambique – ProSavana*, coordenado pelo Professor Dr. Marco Antonio Mondaini de Souza, do departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE). Nesse projeto, tive a oportunidade de realizar uma graduação sanduíche, com duração de 4 meses, entre 2016 e 2017, ofertada pelo Programa de Pró Mobilidade Internacional Capes e Associação das Universidades de Língua Portuguesa – AULP, cujo destino foi Moçambique. A partir dessa experiência foi possível conhecer a realidade das comunidades camponesas que residem no território visado pelo ProSavana, as quais vivem na tensão entre a manutenção e a perda de seus meios de subsistência.

A partir dessas duas experiências, foi possível construir o Trabalho de Conclusão de Curso (TCC), que teve como objetivo analisar o Complexo de Suape e o ProSavana enquanto expressões do avanço do capital nos territórios das comunidades rurais², cujo título foi “*Onde o dinheiro não é a comunidade, ele dissolve a comunidade*”: uma reflexão sobre a relação entre os grandes empreendimentos e as comunidades locais no Complexo de Suape e no ProSavana. Com esse estudo foi possível concluir que os megaprojetos³, baseados no modelo primário-exportador, permitem a exploração intensiva dos recursos naturais e cerceiam as possibilidades de sobrevivência das comunidades em seus territórios, resultando num violento processo de expropriação das comunidades.

Todavia, não foi possível aprofundar este estudo no curto período da escrita do TCC, o que me conduziu a ingressar no mestrado⁴. Considero que, apesar de vários estudos terem se

² Optamos por utilizar o conceito de comunidades rurais para nos referir às comunidades impactadas pelo CIPS e pelo ProSavana. Contudo, no Brasil, oficializou-se chamar de povos e de comunidades tradicionais os grupos que detêm seus meios de produção e que têm na relação com a natureza sua forma de sobrevivência. Mesmo não estando apartados totalmente da lógica capitalista, fortalecem outra forma de sociabilidade e de propriedade pautadas no valor de uso. Através do Decreto Nº 6040, de 7 de fevereiro de 2007, institucionalizou-se a Política Nacional de desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades tradicionais, em seu artigo 3º, inciso I, define povos e comunidades tradicionais como “Grupos culturalmente diferenciados e que se reconhecem como tais, que possuem formas próprias de organização social, que ocupam e usam territórios e recursos naturais como condição para sua reprodução cultural, social, religiosa, ancestral e econômica, utilizando conhecimentos, inovações e práticas gerados e transmitidos pela tradição” (BRASIL, 2007).

³ Por megaprojeto entende-se intervenções de grande porte com orçamentos muito altos e que geram grandes impactos sociais e ambientais (ROMEIRO; FROTA, 2015).

⁴ A proposta de estudo inicial era analisar o papel do Estado nas expropriações ocasionadas pelo CIPS e ProSavana, entretanto, devido à necessidade de alcançar o Estado da Arte acerca da categoria expropriação e o consequente aprofundamento do debate, além das especificidades de cada país, o projeto foi redimensionado e limitado à realidade brasileira, como será apresentado mais adiante.

debruçado sobre as expropriações contemporâneas, como exemplo as discussões de Fontes (2010), Mota (2018), Behring (2018), Boschetti (2018), Miguel (2018), Badaró (2019), entre outros, o foco de tais formulações têm sido as expropriações ligadas à intensificação da exploração da força de trabalho, através da usurpação do fundo público, da mercantilização e privatização dos bens e serviços públicos; daí a necessidade do estudo das expropriações voltadas às comunidades rurais, a apropriação dos meios de existência, como a terra, fenômeno intrinsecamente relacionado à necessidade de expansão do capital, o qual busca submeter o mundo inteiro em sua lógica de acumulação, sobretudo territórios que estavam em mãos de comunidades de agricultores, pescadores, indígenas, quilombolas, caiçaras, etc.

Nesta dinâmica expansionista do capital está o CIPS. Esse Complexo encontra-se localizado, majoritariamente, nos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, em uma área de 13.500 hectares, em uma área com grande valor ambiental, formada por restingas, mangues e Mata Atlântica, no litoral sul de Pernambuco. Sua localização é, historicamente, considerada estratégica, pois além das características ambientais, como a profundidade natural do Porto Externo, ele está interligado a mais de 160 portos em todos os continentes, o que o torna o porto público mais estratégico da região Nordeste (FERREIRA, 2018).

Embora tenha origem na década de 1970, foi nos anos 2000 que esse Complexo se expandiu devido à agenda política-econômica dos governos do PT que impulsionaram os investimentos, tanto públicos quanto privados, em megaprojetos de infraestrutura no território nacional. Nesse contexto foi retomado o debate sobre desenvolvimento e o Programa de Aceleração do Crescimento – PAC I e II e o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social – BNDES, os quais anunciavam a possibilidade de “[...] gerar riqueza e desenvolvimento para o Estado, empregos para a população local, assim como melhorias nas condições de vida da população” (DOMINGUES; SANTOS; GURGEL, 2014, p. 17), foram os principais mecanismos estatais responsáveis pelo fomento do desenvolvimento em âmbito nacional.

Assim, Pernambuco viveu um verdadeiro *boom* econômico por causa desses investimentos, sobretudo por causa do Complexo de Suape que, por muito tempo, foi aclamado como “a joia da coroa” do estado de Pernambuco, a “menina dos olhos” do Estado, exibindo, assim, um grande impulso econômico e aceitação social. O Estado brasileiro passou a impulsionar grandes projetos de desenvolvimento no território nacional, a exemplo do Complexo de Suape. Os principais empreendimentos desse Complexo que receberam maior número de investimento foram: a Refinaria Abreu e Lima – RNEST, a Petroquímica Suape – PQS, o Estaleiro Atlântico Sul – EAS e o Estaleiro Promar. Esses empreendimentos,

considerados estruturadores, estavam interligados à demanda por *commodities*, principalmente do petróleo, que, nos anos 2000, devido ao crescimento da China, recebeu um novo impulso para as exportações (OLIVEIRA, 2015). Esses empreendimentos estruturadores que compõem o Complexo de Suape estão voltados, portanto, à cadeia produtiva do petróleo, sobretudo ao seu refinamento e escoamento. Esse Complexo tornou-se um polo industrial dinâmico, sendo um dos maiores projetos de desenvolvimento da economia brasileira.

Todavia, a área de instalação e expansão desse megaprojeto, além de possuir uma grande biodiversidade, nela habitam historicamente comunidades de pescadores(as) e agricultores(as), quilombolas e marisqueiras, que vivem a partir do que extraem da natureza. Contudo, o Complexo de Suape, administrado pela Empresa Suape⁵, provocou e vem provocando impactos ambientais, além da expropriação dessas comunidades rurais, expropriações que tiveram seu auge nos anos de 2003 a 2014 por causa da instalação dos empreendimentos supracitados. Essas expropriações foram realizadas através da forte atuação do Estado, que pressionou a retirada dessas comunidades de suas terras através do discurso ideológico, dos investimentos estatais, dos incentivos fiscais e da organização territorial que impedia a permanência dessas comunidades na localidade, realizando, também, a expulsão direta dessas comunidades por meio da violência.

A realidade vivida pelas comunidades do território onde hoje é Suape evidencia a vigência das expropriações. Desse modo, a atualidade do debate sobre a categoria expropriação deita raízes na sua capacidade heurística como potência explicativa de fenômenos que, originários da acumulação primitiva, mantêm-se como expressão do modo de ser burguês em tempos de crise estrutural, isso porque as relações sociais, sob a ordem do capital, demandam para sua afirmação formas sociais específicas que lhes deem a garantia de sua reprodução. Essa demanda origina-se na formação do sistema capitalista, o qual promove a separação do produtor direto dos seus meios de produção e de subsistência, transformando esses produtores em trabalhadores “livres” para venderem sua força de trabalho, e a apropriação dos meios de produção, como a terra, pelos capitalistas, condição para a concentração e centralização dos meios de produção nas mãos da classe dominante (MARX, 2013). Essa separação é entendida por Marx como expropriação.

Historicamente, a expropriação do produtor direto dos seus meios de produção e a consequente concentração desses meios nas mãos dos capitalistas teve grande apoio do

⁵ O Complexo de Suape, enquanto um empreendimento público-privado, em 1978 criou a empresa Suape através da Lei Estadual Nº 7763, por meio do Decreto Estadual Nº 15750 de 1993, cuja responsabilidade dessa Empresa é do governo do estado de Pernambuco (PEREZ, 2016).

Estado, tanto no que diz respeito aos aspectos estritamente violentos, quanto com a intervenção de legislações e de estratégias ideo-políticas, igualmente violentas. O Estado moderno tornou-se a expressão política do capital, “estrutura totalizadora de comando político do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 106), condicionando as relações entre as classes sociais, propiciando as condições para viabilizar a economia de mercado. Portanto, o Estado protege “o material alienado e os meios de produção (ou seja, a propriedade radicalmente separada dos produtores) e suas personificações, os controles individuais (rigidamente comandados pelo capital) do processo de reprodução econômica” (ibidem, p. 107).

A expropriação de comunidades rurais foi o primeiro e grande processo de expropriação, tendo como fato a dissolução dos séquitos feudais, chamado por Marx de “prelúdio da revolução” (2013, p. 789). Desse modo, a expropriação de terras marca a formação e a subjugação do trabalhador. A propriedade privada da terra pelo capital, por sua vez, passa a ser a condição de formação do capitalismo, e a terra passa a ser vista enquanto mercadoria (MARX, 2013).

Essa característica se mantém com a expansão do capitalismo, pois é essencial para esse modo de produção a disponibilidade de trabalhadores livres para terem enquanto única alternativa a venda da sua força de trabalho, assim como é essencial ao capitalismo deter os recursos naturais estratégicos, os meios de produção, que garantem sua hegemonia. Marx (2013, p. 690) salienta que a “acumulação do capital é, portanto, multiplicação do proletariado”, retira-se dos trabalhadores os meios de existência para incluí-los forçadamente no processo mercantil, tornando esses meios de subsistência em mercadoria, em um meio de valorização do valor.

O processo expansionista do capital impulsiona a captura de espaços estratégicos para sua expansão e formas renovadas de extração de mais-valor, impondo expropriações às massas crescentes da força de trabalho, impelidas a buscar o mercado como única via de garantia de sua sobrevivência. As expropriações das comunidades que possuem parcialmente a apropriação das condições objetivas de sua vida, como a terra, vinculam-se à captura dos espaços, dos recursos naturais, pelos capitalistas, visando garantir a acumulação perpétua do capital. A expansão da disponibilidade de trabalhadores aptos a venderem a sua força de trabalho confronta-se com a introdução incessante de inovações tecnológicas que reduzem a incorporação dessa força de trabalho (FONTES, 2005). Portanto, faz parte do sistema capitalista a busca incessante de novos espaços de acumulação e uma população sobrando, fenômeno intrinsecamente relacionado à necessidade de expansão do capital, a qual busca submeter o mundo inteiro em sua lógica de acumulação (MÉSZÁROS, 2011).

As expropriações não se limitam à gênese da acumulação capitalista, elas permanecem na cena contemporânea, garantindo a expansão generalizada do capital, atingindo, assim, todos os quadrantes do planeta, ampliando a superpopulação relativa, sobretudo, originadas de comunidades que possuem uma troca metabólica fundada no autoconsumo (MÉSZÁROS, 2011). Desse modo, nos últimos dois séculos vivemos o aprofundamento da submissão do trabalho ao capital, no qual sociedades inteiras vêm sendo inseridas plenamente na lógica mercantil, assim como vem se intensificando a apropriação privada da terra e da natureza.

Com o imperialismo, fim do século XVIII e início do século XX, as contradições próprias do processo de acumulação de capital elevam-se a um patamar superior. Devido à formação de monopólios nos países avançados, em meados do século XIX, forma-se um excedente de capitais que transborda a possibilidade de sua valorização nos limites da economia nacional e dão lugar a um processo de exportação de capitais, sobretudo para a periferia. Para esses países periféricos, os novos tempos do capitalismo tornaram-se particularmente sombrios, afetando todas as dimensões da vida social e dando origem a uma nova onda de pilhagem de seus recursos (LÊNIN, 2012).

O fim do período colonial nos países latino-americanos não resultou em sua emancipação concreta, pelo contrário, com o avanço do capitalismo a dependência adquiriu formas mais complexas e a América Latina continua a fornecer ao mercado externo seus recursos naturais e sua força de trabalho barata e farta (FERNANDES, 1973). Todavia, após a Segunda Guerra Mundial, surge uma nova característica: a dominação externa também parte de dentro do país, período caracterizado por Fernandes (1973) como imperialismo total. A associação entre a grande burguesia nativa dos países latino-americanos e os centros imperialistas externos aprofundou a condição dependente dos países sul-americanos. Assim, a atual fase do capitalismo contemporâneo, marcado pela “expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo” é intitulada por Fontes (2010, p. 149) de capital-imperialismo, marcado, principalmente, pela intensificação das expropriações. O Brasil constituiu-se enquanto polo do capital-imperialismo, embora subordinado, como afirma Garcia (2012, p. 142) “a opção política feita pelo Brasil (e pelos demais BRICS) foi não a de ‘virar a mesa’ do seleto grupo de países poderosos, mas sim de ‘sentar à mesa’ junto a eles”, beneficiando-se com a alta do preço das *commodities*.

Nesse mesmo período, desde a década de 1970, vive-se uma das maiores crises do sistema capitalista, caracterizada por Istvan Mészáros (2011) como crise estrutural do capital, resultado dos limites intransponíveis para a autoexpansão do capital. Com essa crise, o Estado moderno passa a comportar-se enquanto estrutura corretiva, visando controlar as

contradições do sistema capitalista, intensificando sua atuação no sentido de manter as expropriações e de expandi-las intensamente nesse momento do capitalismo. Foi com este objetivo que o Estado atuou nas expropriações das comunidades rurais impactadas pelo Complexo de Suape nos anos de 2003 a 2014.

Portanto, as expropriações e a consequente transformação dos trabalhadores em exército de reserva, além da apropriação dos meios de existência pelos capitalistas, não ocorreram apenas no processo de formação do capitalismo, mas permanecem nesse momento histórico. O Estado fomenta e participa da economia, garantindo o processo de acumulação, principalmente através dos processos de expropriação, expondo claramente seu caráter classista (FOLADORI; MELAZZI; KILPP, 2016).

O mapa dos conflitos ambientais pelo mundo, organizado pela Organização Justiça Ambiental – EJOLT, lançado em 2014, destaca os conflitos socioambientais relacionados ao Estaleiro Atlântico Sul, afirmando que “as famílias foram expulsas de suas casas e despejadas de suas terras na região de Suape, no Brasil”, sendo um conflito relacionado à apropriação de terras⁶. Além desse mapa, foi publicado em 2016 o relatório Conflitos Socioambientais e Violações de Direitos Humanos em Comunidades Tradicionais Pesqueiras no Brasil, organizado pelo Conselho Pastoral dos Pescadores – CPP, em 2016, o qual aponta que dentre os principais conflitos socioambientais no território nacional estão os associados ao CIPS, que, nos anos de sua expansão, gerou impactos relacionados à expulsão de posseiros tradicionais da região, grande devastação ambiental, destruição dos modos de vida das comunidades rurais existentes no território, apropriação das terras públicas e restrição de acesso ao território pesqueiro. Segundo esse Relatório (2016, p. 31),

A gravidade do problema incide principalmente no desmatamento de restingas de Mata Atlântica e manguezais e na contaminação das águas. Ao mesmo tempo em que esses conflitos ameaçam os estoques pesqueiros, promovem violência física e inviabilizam o modo de vida das comunidades.

De acordo com a Organização Não Governamental Internacional Global Witness⁷, o Brasil encontra-se, há cinco anos consecutivos, liderando o ranking mundial no que diz respeito aos conflitos no campo e por recursos naturais, sendo caracterizado como o país mais

⁶ Conflito Estaleiro Atlântico Sul. Disponível em: <<https://www.ejatl.org/conflict/atlantico-sul-shipyard-pernambuco-brazil>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

⁷ Aumento acentuado de homicídios por problemas ambientais e defesa do direito de utilização de terras, devido ao aumento de pressão sobre os recursos do planeta. Disponível em: <<https://www.globalwitness.org/en/archive/aumento-acentuado-de-homicidios-por-problemas-ambientais-e-defesa-do-direito-de-utiliza/>>. Acesso em: 16 ago. 2017.

perigoso do mundo para quem luta pela proteção do meio ambiente. A escala da rapinagem se intensifica na contemporaneidade devido ao aprofundamento da crise do capital, mostrando ser cada vez mais urgente produzir conhecimento sobre a atuação do Estado nos processos de expropriação de comunidades que, historicamente, foram invisibilizadas e vivem na tensão entre vida e morte, entre a preservação e destruição de seus modos de vida.

Assim sendo, a dissertação buscará analisar os mecanismos e as estratégias, políticas e ideológicas, utilizadas pelo Estado com vistas a garantir as expropriações das comunidades rurais impactadas pela expansão do Complexo de Suape, nos anos de 2003 a 2014, anos de governo do PT. A escolha desse marco temporal deve-se à preocupação em destacar o período de ascensão da economia, impulsionada pelo *boom* dos preços das *commodities*, que possibilitou maior intervenção estatal nas expropriações.

Nossos objetivos são: a) analisar o discurso utilizado para legitimar a expansão do Complexo de Suape; b) identificar as ações do Estado voltadas à organização e garantia do território para o Complexo; c) refletir sobre as implicações dessas mudanças na vida das comunidades que vivem (viveram) nos engenhos situados no território onde hoje é Suape. Nossa problemática, por conseguinte, volta-se para a discussão das estratégias utilizadas pelo Estado para se apropriar do território e expropriar as comunidades rurais.

A hipótese desta pesquisa é que o Estado, enquanto expressão política do capital, atuou no território onde está instalado o Complexo de Suape, seja através de incentivos financeiros à expansão das empresas, principalmente por meio do PAC e do BNDES, quanto na retirada forçada das comunidades do território que historicamente ocupam. Esse processo se dá mediante à constituição e disseminação de um discurso ideológico institucional e midiático voltado a legitimar as ações desse megaprojeto, associado ao uso da força bruta, com vista a efetivar as expropriações dessas comunidades. A organização do território visando atender a demanda do Complexo resultou em mudanças na vida das comunidades, apartando-as da terra e colocando-as subordinadas plenamente ao mercado. A intensificação desse processo nos anos 2000, no Brasil e em toda a América Latina, só foi possível devido à expansão econômica, focada no aprofundamento da exploração da natureza, beneficiada pelo *boom* dos preços internacionais das *commodities*. Nesse novo momento, o Estado se torna o grande agente na perpetuação das relações de capital, tendo como substrato a crise estrutural do capital que aprofunda as contradições do sistema capitalista (SANTOS, 2017). As expropriações, então, são permanentes e o Estado não se ausenta de seu papel vinculado ao interesse do capital.

No que diz respeito ao método de investigação e de análise da realidade, nos pautamos no exercício de abstração e retorno ao concreto, das sucessivas aproximações com o objeto. Portanto, buscamos compreender as múltiplas determinações dos fenômenos sociais, econômicos, políticos, culturais e ambientais (NETTO, 2011).

Nesse sentido, para o desenvolvimento de nosso estudo, os aspectos teóricos e históricos foram articulados por meio de dois procedimentos metodológicos fundamentais: o estudo bibliográfico (livros, teses, dissertações, artigos científicos, entre outros), e a pesquisa documental (em fontes secundárias). Buscou-se, a partir desses procedimentos, da leitura crítica desses materiais, moldar a pesquisa através de um conjunto de atividades exploratórias, analíticas e sistemáticas, visando apreender o movimento e a dinâmica da luta de classes.

Por se tratar de uma pesquisa bibliográfica-documental, foram listadas fontes que fundamentaram o estudo das categorias essenciais a esse estudo. Esta pesquisa se referenciou nas obras de Karl Marx (1980, 2004, 2008, 2011, 2013, 2017a, 2017b), Rosa Luxemburgo (1988), Vladimir I. Lênin (2012), David Harvey (2006, 2011, 2013, 2014), Virgínia Fontes (2005, 2010, 2013, 2018), Istvan Mészáros (2011, 2015), que auxiliaram na abordagem da atuação do Estado Moderno dentro do modo de produção capitalista, sobretudo no tocante à garantia das expropriações que fundamentam a produção e reprodução das relações sociais de capital. A leitura destes autores nos possibilitou obter como síntese: as expropriações não dizem respeito apenas ao processo de formação do capitalismo, mas integra a estrutura do capital, permanecendo, então, no imperialismo e na nova fase do imperialismo, aprofundando-se diante da crise estrutural do capital.

Ainda sobre a pesquisa bibliográfica, buscamos refletir sobre as determinações das expropriações na América Latina, destacando o processo de colonização e a continuação da dependência após a formação da nação, destacando a marca estrutural desse subcontinente: a drenagem dos recursos naturais e a exploração da força de trabalho. Para isso nos debruçamos nas obras de José Carlos Mariátegui (2010), Roberta Traspadini (2016), Florestan Fernandes (1981, 1987) Caio Prado Jr (1987, 2004) e Maristella Svampa (2013, 2015, 2016, 2019).

Por fim, recorreremos aos estudos que tratavam sobre a dinâmica brasileira nos anos 2000 sob a vigência dos governos petista, os quais fortaleceram a expansão de megaprojetos no território nacional através da atuação do Estado, como o Complexo de Suape. Esse megaprojeto possui relação direta com a dinâmica das *commodities* e sua expansão resultou nas expropriações das comunidades rurais residentes no território, como destaca a tese de Mercedes Solá Pérez (2016), de Mariana Santos (2017) e os artigos de Rafael G. Gumeiro (2018).

A pesquisa documental consistiu em: consulta aos documentos oficiais concernentes ao Complexo de Suape, como o Suape Global/Suape Local – O Caminho Sinuoso do Desenvolvimento Integrado, elaborado pela EcoPolis Internacional Master e publicado em 2009, e o Novo Plano Diretor – Suape 2030, produzido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado (SDEC) em parceria com o consórcio Projetec & Planeve e publicado em 2011. Esses documentos foram produzidos nos anos de expansão desse megaprojeto e possibilitaram levantar dados sobre a relação que o Complexo possui com a demanda das *commodities*, sobretudo do petróleo, e a importância de sua expansão no lapso temporal estudado, apontando a necessidade de organização do território que teve as expropriações das comunidades como uma das medidas indicadas. Também analisamos os relatórios referentes ao Balanço Geral do PAC dos anos de 2007 a 2010 e dos anos de 2011 a 2014, visando identificar os objetivos desse Programa e as áreas que receberam investimentos; como também foi analisado o Balanço Geral do PAC do Estado de Pernambuco dos anos de 2007 a 2010 e dos anos de 2011 a 2014, com o objetivo de identificar os projetos que receberam investimento e quais foram os valores designados.

Outrossim, realizamos consulta nos sites dos organismos oficiais do Estado com o objetivo de identificar o discurso utilizado para validar essa expansão. Apesar de termos encontrado dificuldades em localizar notícias referentes ao período de expansão do Complexo, consultamos os jornais de ampla circulação, sejam estes nacionais ou estaduais, como Jornal Folha de São Paulo, G1 Notícias, Jornal Diário de Pernambuco, Jornal do Commercio, com vista a identificar dados relacionados ao discurso utilizado referente ao Complexo de Suape e os casos de conflitos socioambientais entre a Empresa Suape e as comunidades rurais residentes no território. Também foram analisados os jornais impressos do Jornal do Commercio, do período aqui analisado, existentes no acervo do NEPASS. Também analisamos os sites das organizações da sociedade civil, como o site do Fórum Suape Espaço Socioambiental, da Comissão Pastoral da Terra Nordeste – CPT e da Comissão Pastoral dos Pescadores – CPP com vista a identificar os casos de conflito e a narrativa das comunidades rurais sobre os casos de expropriação. Por fim, nos remetemos aos relatórios PIBIC e artigos científicos produzidos no âmbito do NEPASS como fonte de pesquisa e base de apoio à apreensão do objeto de estudo.

A análise e as discussões desses dados de pesquisa estão apresentadas em três capítulos. No primeiro, buscou-se traçar um apanhado teórico-histórico sobre o surgimento do sistema capitalista e do Estado Moderno, as marcas essenciais que fundamentam a ascensão desse sistema e a co-dependência entre capital e Estado. O argumento desenvolvido é que as

expropriações permanecem no capitalismo contemporâneo, marcadas pelo capital-imperialismo, e o Estado vem atuando com o objetivo de garantir a acumulação do capital e a expansão da propriedade privada.

A aproximação realizada no segundo capítulo ao objeto desta dissertação se deu a partir das particularidades que as expropriações possuem na América Latina, sobretudo no Brasil, destacando a centralidade da questão agrária na formação sócio-histórica. Examinou-se os elementos estruturais e conjunturais que contribuíram para a dinâmica econômica e política do Brasil nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), momento denominado de neodesenvolvimentismo, no qual se expandiu o Complexo de Suape, resultando nas expropriações das comunidades rurais que viviam historicamente naquela localidade.

No terceiro capítulo, o estudo se debruçou sobre o território onde hoje é Suape, trazendo sua formação socio-histórica. Buscou-se apreender o modo como o Estado atuou para garantir as expropriações no Complexo de Suape. Para isso foram analisados os documentos oficiais referentes ao CIPS, que apontaram as funções a cargo do Estado, e as matérias de jornais e dos sites das organizações da sociedade civil que explicitavam os casos de conflitos socioambientais ocasionados pela expansão desse megaprojeto.

Este estudo não se propôs à elaboração de uma simples descrição ou revisão de literatura, mas visou apreender o movimento real das expropriações nos anos de expansão do Complexo de Suape. Portanto, a partir dessas reflexões, pretendemos aportar uma contribuição para a reflexão crítica sobre as expropriações em territórios que têm sido alvo de megaprojetos. Realizar isso, a nosso ver, mesmo após o esgotamento dos anos de governo do PT, é um desafio, pois, para setores da esquerda o ônus do crescimento econômico vivido nos anos 2000 deve ser esquecido diante dos anos de ascensão econômica. Todavia, como dito no início dessa introdução, os casos de expropriações não pertencem a um determinado grupo político, mas fazem parte do modo de ser do capital, e apreendê-lo nesse contexto de avanço da extrema-direita, que vem favorecendo a entrega dos recursos naturais e dos bens públicos à iniciativa privada, é de grande importância para o embate político.

A importância desta pesquisa é, sobretudo, para as comunidades rurais, pescadores(as), agricultores(as), indígenas, quilombolas, caiçaras, marisqueiras, que sofrem diretamente os impactos do avanço do capital sobre os seus territórios, vivendo toda as formas de violência, de repressão, de criminalização e até de morte. Para o capital, a permanência dessas comunidades nos territórios e a manutenção dos seus modos de vida são vistas como

uma barreira que precisa ser superada. Portanto, essas comunidades encontram-se na contramão do desenvolvimento, da expansão plena do capital.

Por isso, é de destacada a importância da análise sobre o modo como o Estado atuou/atua para garantir a retirada dessas comunidades, qual discurso utiliza, quais as medidas legais adotadas e as formas de violência utilizadas, para que sejam criadas estratégias de resistência e de enfrentamento contra esses megaprojetos e para que as comunidades não se encantem com o canto da sereia, das falsas promessas de desenvolvimento. Ao se compreender o modo como o Estado atua historicamente para garantir a perpetuação da lógica do capital, as comunidades podem se organizar e buscar fortalecer o caráter comunitário, visando permanecer em suas terras tradicionais.

A posse da terra e a autonomia relativa dessas comunidades rurais são os principais alvos de ataque do capital. Assim, desestruturam-se os meios que possibilitam o reconhecimento mútuo dessas comunidades, compreendendo isto, essas podem construir e avançar em formas coletivas de luta. É necessário expor o modo de atuação e (ir)racionalidade do capital que é ocultado pelo Estado e pela mídia. Na realidade, constata-se que o progresso é marcado pela violência, no qual o dito “desenvolvimento” só é realmente para o próprio capital. O presente estudo também é importante para os movimentos sociais que compõem a trincheira que resiste aos megaprojetos. O objetivo das expropriações é a transformação de meios de vida em capital e, ao se compreender isso, estrutura-se uma forma de enfrentamento mais direta, mais ampla, defendendo não apenas a manutenção dos modos de vida, mas a manutenção pública dos bens essenciais à vida.

Portanto, é central apreender o modo como o Estado atua nas expropriações das comunidades rurais, para então traçarmos formas de enfrentamento e estratégias de luta. Nesse sentido, além de um aprimoramento da minha reflexão crítica sobre a realidade, nosso estudo é uma contribuição para o debate acadêmico no Serviço Social acerca da temática que ainda carece de produções, como também para o debate teórico-político no campo das organizações dessa categoria que atua na perspectiva de construção de outra ordem social.

CAPÍTULO I

O PENSAMENTO DE KARL MARX SOBRE AS EXPROPRIAÇÕES: ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, ESTADO MODERNO E AS EXPROPRIAÇÕES COMO PROCESSO CONTÍNUO



Ilustração do artista mexicano Isidro R. Esquivel. 2013.

2. O PENSAMENTO DE KARL MARX SOBRE AS EXPROPRIAÇÕES: ACUMULAÇÃO PRIMITIVA, ESTADO MODERNO E AS EXPROPRIAÇÕES COMO PROCESSO CONTÍNUO

“Toda ciência seria supérflua se houvesse coincidência imediata entre a aparência e a essência das coisas”.
(K. Marx, O Capital – Livro III).

Na atualidade tem se expandido formulações teóricas que buscam investigar o caráter histórico, ou transhistórico, da acumulação primitiva⁸. O pensamento de Marx tem sido bastante discutido e utilizado devido a sua capacidade heurística de contribuir para a compreensão mais concreta dos fatos que deram origem ao sistema capitalista. O problema central da pesquisa de Marx era a gênese, a consolidação, o desenvolvimento e as crises do modo de produção capitalista. Para apreender esse problema, Marx, a partir de seus estudos, desenvolveu o método histórico-dialético que tornou possível desvelar a estrutura e a dinâmica do sistema capitalista, superando as aparências, a realidade fragmentada, e compreender a essência dos fenômenos, situando-os na realidade social a partir da totalidade concreta (NETTO, 2011). A partir do seu método, o qual introduz a necessidade da análise histórica, foi possível considerar as condições prévias para a existência do capital, o que Marx passou a chamar de acumulação primitiva de capital, em uma crítica às formulações de Adam Smith (ROSDOLSKY, 2001).

O pensamento marxiano sobre o processo que deu origem ao sistema capitalista contrapunha-se às elaborações dos teóricos da teoria econômica e política burguesa, como as formulações de Adam Smith, de David Ricardo, de John Stuart Mill e de Thomas R. Malthus, que, dentre suas teorias, defendiam políticas que fomentassem o processo de acumulação primitiva, que promovessem a sociedade orientada unicamente para o mercado. Os pensadores da economia política clássica atuaram, portanto, enquanto legitimadores das forças emergentes do capitalismo, escondendo em seus textos teóricos os métodos que o fizeram ascender. Desaparecem, na perspectiva da economia política clássica, as relações sociais entre capital e trabalho (PERELMAN, 2018).

Assim, ao realizar a crítica à economia política clássica, Marx revela o núcleo central de sua abordagem para entender a acumulação primitiva: a expropriação. O pensamento de

⁸ A Revista argentina Theomai publicou em 2012 uma edição com o tema: “Traços de sangue e fogo: continuidade da acumulação primitiva em nossa época?”. Em 2018, a Revista Eletrônica O Comuneiro publicou dois textos referentes à mesma temática. Além dessas revistas, há o trabalho de grandes pensadores contemporâneos, como o David Harvey e a Virgínia Fontes, que vêm analisando os mecanismos da acumulação primitiva que perduram na atual fase do capitalismo.

Marx a respeito desse processo possui, na atualidade, grande capacidade explicativa sobre os fenômenos que resultam na separação do trabalhador da terra, na usurpação dessa terra pelo capital e sua transformação em mercadoria (MARX, 2013). Marx, em sua obra, apresentou as tendências referentes aos processos de expropriação na contemporaneidade. Dessa maneira, as lições árduas do passado permitem a interpretação dos fenômenos do presente, afinal, a acumulação primitiva está contida no conceito de capital, os mecanismos que deram origem ao capitalismo são mecanismos próprios desse sistema, necessários para sua existência e perpetuação (MIGUEL, 2018). Marx colocou a expropriação dos trabalhadores da terra no cerne dos mecanismos da acumulação primitiva, mas esse processo não pertence apenas a esse momento histórico, ele prossegue em nossos dias, assumindo particularidades de acordo com o espaço no qual ocorre (CHESNAIS; SERFATI, 2003).

A partir dessa discussão buscaremos, portanto, caracterizar esse processo no presente capítulo. Neste, a partir das formulações teóricas de Marx, será discutido o surgimento do sistema capitalista, as marcas essenciais que fundamentam sua ascensão na Inglaterra, país em que a acumulação primitiva ocorreu em sua forma clássica. Além disso, será caracterizada a permanência das expropriações no capitalismo contemporâneo, marcado pelo capital-imperialismo, atentando para as estratégias do Estado na busca por garantir a acumulação do capital e a expansão da propriedade privada. Neste capítulo está presente o nível mais elevado de abstração teórica necessária para a análise das expropriações no Complexo de Suape.

2.1 As expropriações dos trabalhadores da terra como “a base de todo o processo”: formação da propriedade privada e do Estado Moderno

“Quem iria me dizer, como eu iria imaginar, se eu não tenho um lugar na terra. E minhas mãos são tudo o que tenho e minhas mãos são meu amor e meu sustento”.
Victor Jara – Lo único que tengo

O ser humano possui com a natureza uma relação orgânica, faz parte dela e dela depende para existir, sendo ela, portanto, “uma extensão do corpo humano” (FOSTER, 2005, p. 107). Nas sociedades pré-capitalistas⁹ a natureza era vista como um imenso organismo que possibilitava a existência da vida¹⁰ e o seu valor de uso era o elemento central para a

⁹ Sociedades tribais, sociedades escravistas e sociedades feudais.

¹⁰ Os povos originários da América Latina também possuíam – e ainda possuem – esse olhar sobre a natureza, a exemplo dos Incas, com a significação da Pachamama (mãe terra) e dos Guaranis com a concepção de Tekohá (modo de ser) (TRASPADINI, 2018).

manutenção da existência humana (TRASPADINI, 2018). Nos Manuscritos econômicos e filosóficos, Marx (2004, p. 116) afirma,

A natureza é o corpo inorgânico do homem, ou seja, a natureza na medida em que não é o próprio corpo humano. O homem vive da natureza, ou também a natureza é o seu corpo, com o qual tem de manter-se em permanente intercâmbio para não morrer. Afirmar que a vida física e espiritual do homem e a natureza são interdependentes significa apenas que a natureza se inter-relaciona consigo mesma, já que o homem é uma parte da natureza.

A relação metabólica entre os seres humanos e a natureza é medida pelo trabalho, atividade que diferencia a humanidade dos outros organismos da natureza. É através do trabalho que o ser humano cria e reproduz as condições elementares da sua vida. O trabalho possui papel essencial no processo de constituição do ser social, pois ao mesmo tempo em que torna possível modificar a natureza, os seres humanos também são por ele transformados. O trabalho, portanto, é a atividade vital desenvolvida pelo ser humano e através de suas formas é possível explicar as etapas econômicas da sociedade e sua dinâmica. Segundo Marx (2013, p. 255),

O trabalho é, antes de tudo, um processo entre o homem e a natureza, processo este em que o homem, por sua própria ação, medeia, regula e controla seu metabolismo com a natureza. Ele se confronta com a matéria natural como uma potência natural [*Naturmacht*]. A fim de se apropriar da matéria natural de uma forma útil para sua própria vida, ele põe em movimento as forças naturais pertencentes a sua corporeidade: seus braços e pernas, cabeças e mãos. Agindo sobre a natureza externa e modificando-a por meio desse movimento, ele modifica, ao mesmo tempo, sua própria natureza.

Nas formações sociais anteriores ao capitalismo, o produtor direto possuía um vínculo com os meios de trabalho, possuía as condições objetivas de sua vida e a terra era essencial para sua existência caracterizando-se enquanto “grande laboratório, o arsenal, que fornece tanto o meio de trabalho quanto o material de trabalho”, sendo ela, “a um só tempo, matéria-prima, instrumento e fruto” (MARX, 2011, p. 389 e 404). Existia uma unidade entre o trabalhador, a terra e seus meios de trabalho. Tal unidade também estava condicionada à relação em comunidade. O trabalho realizado nas terras tinha como finalidade o valor de uso, a autossustentação do trabalhador, de sua família e de toda a comunidade¹¹.

¹¹ Para Marx (2011), existiam três tipos de propriedade da terra no período pré-capitalista: a propriedade comunal direta, própria da coletividade tribal; a propriedade comunitária associada à propriedade individual, já com formação de classes, como no período do feudalismo; e a propriedade individual separada da propriedade comunitária, própria do surgimento das cidades.

No feudalismo, que vai do século V ao século XV, existia a propriedade comunitária associada à propriedade individual, uma estrutura vinculada à divisão de classes daquele período entre sacerdotes, guerreiros e trabalhadores. O trabalhador era o único que produzia para as outras classes e o seu trabalho estava vinculado ao trabalho agrícola e a atividades domésticas complementares relacionadas ao fiar e ao tecer, o trabalhador produzia tudo que necessitava. A riqueza nesse período era mediada pela quantidade de terras e estas estavam divididas em áreas conhecidas como feudos, cuja propriedade pertencia ao senhor feudal. Essas terras eram divididas em duas partes, as terras do próprio senhor, cujos benefícios eram apenas para ele, e a terra dos trabalhadores, dos camponeses, os quais tinham que dar prioridade às produções nas terras do senhor, fazendo com que o trabalho em suas terras garantisse, apenas, as condições básicas para sua existência¹². Ao senhor feudal era proibida a expulsão do trabalhador da terra, o que permitia ao trabalhador manter o vínculo com a terra (HUBERMAN, 1982). Segundo Mészáros (2011, p. 99)

Apesar da completa sujeição política do servo, que o priva da liberdade pessoal de escolher a terra em que trabalha, no mínimo ele continua dono de seus instrumentos de trabalho e mantém um controle não formal, mas substantivo, sobre boa parte do processo de produção em si.

Cada feudo detinha seus costumes que, naquele momento, constituíam-se em leis. Tanto os trabalhadores, quanto os sacerdotes e os guerreiros dispunham dos direitos consuetudinários, direitos pautados nos costumes. Desse modo, não havia um governo centralizado, mas fragmentado, de acordo com cada feudo. A igreja também era parte do sistema feudal e possuía o maior número de terras desse período, constituindo-se em um grande senhor feudal. Além disso, devido à capacidade de autossuficiência dos camponeses, relacionada à alimentação e às vestes, eles não dependiam do mercado, por isso, nesse momento, o comércio era limitado, estruturava-se através da troca de produtos, e, por muitas vezes, restrito a produtos de luxo para a nobreza e o clero (HUBERMAN, 1982).

Entretanto, com a Guerra das Cruzadas na Europa, travada em busca de terras, o comércio se expandiu. Nesse contexto desenvolve-se uma nova classe, uma classe vinculada ao mercado e que buscava garantir os caminhos que possibilitassem seu crescimento: a classe burguesa. Com um mundo de comércio em expansão, atrelado ao crescimento das cidades,

¹² Habermas (1982, p. 54) descreve a condição do camponês: “Nascido num sistema de divisões sociais claramente marcadas, aprendendo que o reino dos céus só seria seu se cumprisse com satisfação e boa vontade a tarefa que lhe havia sido atribuída numa sociedade de sacerdotes, guerreiros e trabalhadores, cumpria-se sem discutir. Como a possibilidade de se elevar acima de sua situação praticamente não existia, quase não tinha incentivo a fazer mais do que o necessário para sobreviver”.

diversas modificações são impulsionadas, sobretudo no contexto agrário (HUBERMAN, 1982). Assim, ocorreu uma transformação das relações e práticas humanas mais elementares, um rompimento severo do vínculo com a terra, da unidade entre o trabalhador, a terra e os meios de trabalho e com o caráter comunitário. A ruptura metabólica, causada pelo modo de produção capitalista em ascensão, faz com que o reconhecimento do trabalhador em relação ao trabalho e à natureza se desfizesse (FOSTER, 2005). Surge um “novo modo específico de controle sociometabólico” (MÉSZÁROS, 2011, p. 98). Essa transformação histórica evidencia que

Não é a unidade do ser humano vivo e ativo com as condições naturais, inorgânicas, do seu metabolismo com a natureza e, em consequência, a sua apropriação da natureza que precisa de explicação ou é resultado de um processo histórico, mas a separação entre essas condições inorgânicas da existência humana e essa existência ativa, uma separação que só está posta por completo na relação entre trabalho assalariado e capital (MARX, 2011, p. 401).

No Livro I de O Capital, sobretudo no capítulo XXIV, Marx esclarece os processos histórico-concretos referentes à produção e reprodução do capital, afirmando que o capital é uma relação de classe e que a atuação do Estado, através da coerção e do consenso, foi/é fundamental para a gênese e o desenvolvimento desse modo de produção. A concepção burguesa, ao analisar o capital enquanto estoque, afirma idilicamente que “[...] havia, por um lado, uma elite laboriosa, inteligente e sobretudo parcimoniosa, e, por outro, uma súcia de vadios a dissipar tudo o que tinha e ainda mais” (MARX, 2013, p. 785).

A acumulação primitiva para Marx foi “[...] uma acumulação que não é resultado do modo de produção capitalista, mas seu ponto de partida” (MARX, 2013, p. 785), processo histórico que significou o ascenso do capitalismo sob o definhamento do sistema feudal. O elemento fundamental desse processo é a separação dos produtores diretos de suas terras, de seus meios de produção e de subsistência e a propriedade privada desses meios pelos capitalistas, o que Marx caracteriza como expropriação.

O processo que cria a relação capitalista não pode ser senão o processo de separação entre trabalhador e a propriedade das condições de realização de seu trabalho, processo que, por um lado, transforma em capital os meios sociais de subsistência e de produção e, por outro, converte os produtores diretos em trabalhadores assalariados (MARX, 2013, p. 786).

Para que a terra, os meios de produção e de subsistência se transformassem em capital, foi necessário que duas espécies diferentes de possuidores se defrontassem e estabelecessem contato. De um lado, os que passaram a ser os possuidores de dinheiro, da terra, dos meios de

produção e de subsistência, que buscam valorizar a quantia de valor de que dispõem a partir da compra da força de trabalho; de outro, trabalhadores “livres”¹³, vendedores de sua própria força de trabalho, tudo que lhes restou depois de terem sido expropriados de todas as garantias de sua existência (MARX, 2013). Esse processo de sujeição dos produtores diretos só é possível com a divisão da sociedade em classes sociais irreconciliáveis. É uma necessidade inevitável do capital a existência de uma sociedade estruturada de maneira antagônica, radicalmente separada, entre os que estão destituídos dos meios de produção e os que controlam o processo de trabalho (MÉSZÁROS, 2011).

Essa relação social entre produtores e apropriadores é mediada pelo mercado. Houve outros tipos de mercado antes do modo de produção capitalista, contudo, é no capitalismo que o mercado tem uma função sem precedentes: praticamente tudo na sociedade capitalista é mercadoria produzida para o mercado, obrigando a todos a estarem submetidos à sua lógica. Assim, a terra e o trabalho transformaram-se em mercadoria. Estrutura-se, então, uma profunda dependência do capital e do trabalho em relação ao mercado, tornando-o determinante para a reprodução social (WOOD, 2001). Por isso, a liberdade em relação às restrições subjetivas e objetivas derivadas da autossuficiência foram essenciais para a consolidação e expansão do sistema do capital (MÉSZÁROS, 2011).

Em síntese, a separação dos produtores diretos dos seus meios de produção e a consequente polarização entre trabalhadores e capitalistas, é um ponto central da acumulação primitiva. Massimo Angelis (2018) salienta que a expropriação é uma categoria elementar da crítica de Marx à economia política. Os produtores diretos constituíam um obstáculo à acumulação primitiva, pois possuíam os meios de produção, particularmente a terra. Por isso, diferentes mecanismos foram implementados, principalmente através do Estado, para expropriar esses trabalhadores de suas terras, de seus meios de produção e de subsistência. Segundo Wood (2001, p. 79), é apenas no capitalismo que “[...] o modo de apropriação dominante baseia-se na desapropriação dos produtores diretos legalmente livres, cujo trabalho excedente é apropriado por meios puramente ‘econômicos’”. Assim, o radical isolamento da produção e do controle dos meios de produção é um defeito estrutural desse sistema, evidenciando a ausência de unidade entre os elementos essenciais desse modo de produção (MÉSZÁROS, 2011).

¹³ Marx utiliza o termo “livre” de forma irônica, “livres como pássaros”, livre no sentido de não ter nenhuma posse, “trabalhadores livres no duplo sentido de que nem integram diretamente os meios de produção [...], nem lhes pertencem os meios de produção [...], mas estão, antes, livres e desvinculados desses meios de produção” (MARX, 2013, p. 786).

A Inglaterra é o grande solo dessas transformações. Diferente da estrutura do Estado feudal, substancialmente limitado, na Inglaterra se consolidava o Estado centralizado, o qual possibilitou uma correlação anteriormente inimaginável entre economia e política. Para o capital funcionar como um modo totalizador de controle sociometabólico, o sistema capitalista necessitava de uma estrutura de comando político adequado para suas funções. Desse modo, a emersão do Estado Moderno se dá juntamente com a crescente dominância do capital. Forma-se uma estrutura de controle capaz de complementar o sistema do capital, uma reciprocidade dialética entre o Estado Moderno e o capital. Segundo Mészáros (2011, p. 106),

A formação do Estado Moderno é uma exigência absoluta para assegurar e proteger permanentemente a produtividade do sistema. O capital chegou à dominância da produção material paralelamente ao desenvolvimento das práticas políticas totalizadoras que dão forma ao capital.

Desse modo, a função do Estado é ratificar a ausência de unidade desse sistema, garantir as expropriações e proteger o material alienado e os meios de produção. O maquinário do Estado é uma exigência do sistema do capital, necessário diante da transformação do caráter da propriedade, compulsoriamente transformada em propriedade privada, deixando os trabalhadores totalmente despossuídos das garantias de sua existência. Portanto, o Estado se estrutura como “[...] pré-requisito indispensável para o funcionamento permanente do sistema do capital” (MÉSZÁROS, 2011, p. 109).

A expropriação da terra, antes pertencente às comunidades camponesas, é “a base de todo processo” (MARX, 2013, p. 787-788). Segundo Pazello (2016, p. 80), “[...] este é o elemento mais sensível da explicação marxiana, já que apresenta o significado da separação entre trabalhador e meios de trabalho, via o meio de subsistência básico, nodal para qualquer comunidade tradicional, qual seja, a territorialidade”. Massas de camponeses que subsistiam materialmente através do uso produtivo da terra foram despojadas de suas terras, de suas garantias de existência, sendo forçadas a procurar alternativas no mercado capitalista em ascensão. As terras dos camponeses expropriados tornaram-se propriedade dos arrendatários, que passaram a utilizar o solo visando à alta produtividade da terra com vistas ao lucro.

Para ter um uso lucrativo da terra era necessário ficar livre de todas as obstruções ligadas aos modos de vida anteriores. Portanto, foram eliminados os direitos consuetudinários e as concepções anteriores de propriedade baseadas no próprio trabalho, que passaram a ser substituídas pelas concepções capitalistas de propriedade marcadas pelo seu caráter privado e exclusivo (WOOD, 2001). O fulcro da propriedade capitalista é a exploração do trabalho alheio através da extração de mais-valor. De acordo com Fontes (2018, p. 39-40),

Sob o capital, a propriedade exige alijar os trabalhadores (a maioria dos seres sociais) de todas as escolhas que envolvem o processo de produção da existência: o que, para que, para quem e como se realizará. Submete seres sociais que até então tinham algum acesso à natureza, ao conhecimento, às práticas e às razões de sua própria produção a processos produtivos sobre os quais não exercem nenhum controle, além de induzir um desconhecimento profundo dessas razões, pois apresenta como ‘naturais’ as carências individuais que derivam de tais condições sociais. O conhecimento parcelar detido por cada ser social acerca de suas condições de vida, de relações com a natureza e de processos produtivos é permanentemente separado dele, e defronta-se contra cada um e contra todos os trabalhadores como potência coletiva detida pela propriedade do capital.

Diferentemente da ideia idílica defendida pela economia política, essas expropriações e a formação da propriedade capitalista materializaram-se, sobretudo, através da violência, sendo ela uma potência econômica, nas palavras de Marx (2013, p. 786) “[...] o papel principal é desempenhado pela conquista, a subjugação, o assassínio para roubar, em suma, a violência”. De acordo com Pazello (2016, p. 80), “[...] a desterritorialização do produtor rural não é consequência da racionalidade econômica do capital, vista em seu formato pacífico, mas decorrência de seus sangramentos pressupostos”.

[...] esses recém-libertados só se converteram em vendedores de si mesmos depois de lhes terem sido roubados todos os meios de produção, assim como todas as garantias de sua existência que as velhas instituições feudais lhes ofereciam. E a história dessas expropriações está gravada nos anais da humanidade com traços de sangue e fogo. (MARX, 2013, p. 787).

Marx descreve os processos de expropriação¹⁴ que foram marcados por diversas formas de violência sobre as populações. Esses processos, na Europa, tiveram início em fins do século XV e primeiras décadas do século XVI, mas se estenderam até o século XIX. A primeira grande onda de expropriações foi no século XV, processo que resultou na expulsão violenta dos camponeses de sua terra comunal com a dissolução dos séquitos feudais, visando dar uso lucrativo a essas terras por meio do pasto na criação de ovelhas (MARX, 2013).

Outro “[...] novo e terrível impulso ao processo de expropriação violenta das massas populares [...]” (MARX, 2013, p. 792), no século XVI, foi dado pela Reforma Protestante, com o “roubo colossal” dos bens da Igreja Católica. Havia uma lei em que se garantia a propriedade para os camponeses empobrecidos que passavam a viver nos conventos, através da conversão de parte da produção em dízimos pagos à igreja. Todavia, essa propriedade foi

¹⁴ Marx analisa as expropriações na Inglaterra afirmando que neste país ocorreu as expropriações em sua forma clássica, entretanto adverte que todos os países vivenciaram esse processo, entretanto possuem sua particularidade (MARX, 2013).

“tacitamente confiscada” (MARX, 2013, p. 793) com a supressão dos mosteiros e conventos, lançando os camponeses no proletariado. Nas palavras de Marx (2017, p. 87)

Os conventos foram abolidos, sua propriedade foi secularizada, e isso foi justo. Porém, o apoio contingente que os pobres recebiam dos conventos de modo nenhum foi transformado em outra fonte positiva de posse. Quando a propriedade dos conventos foi convertida em propriedade privada e os conventos foram de certo modo indenizados, não houve qualquer compensação para os pobres que viviam dos conventos. Pelo contrário, um novo limite lhes foi traçado e eles foram privados de um antigo direito.

Nas últimas décadas do século XVII e do século XVIII, um novo processo de expropriação atinge os *yeomanry*, “uma classe de camponeses independentes” que era “mais numerosa que a classe dos arrendatários” (MARX, 2013, p. 794). Essa classe, nos anos de 1750, havia desaparecido, juntamente com o último resquício da propriedade comunal dos lavradores. Ainda no século XVII, Marx destaca o processo de expropriação de domínios estatais pela Revolução Gloriosa, “que, até então, era realizado apenas em proporções modestas” (ibidem, p. 795).

No século XIX ocorreu o “grande processo de expropriação que privou os lavradores da terra”, intitulado como “*clearing of estates*”, ou seja, “clareamento das propriedades rurais, o que significa, na verdade, varrê-las de seres humanos” (ibidem, p. 800), fazendo com que os pequenos trabalhadores rurais já não encontrassem espaço necessário e nem condições mínimas para permanecer em suas terras, em suas moradias.

Ao evidenciar esses processos de expropriação, Marx destaca uma diferença crucial quando afirma que no século XV e XVI as expropriações se efetuaram unicamente por meio de atos individuais de violência contra as quais a legislação do Estado monárquico lutou durante 150 anos, pois as expropriações apresentavam uma ameaça à ordem pública e à manutenção dos privilégios da monarquia (WOOD, 2001). Contudo, com o avanço do sistema capitalista, no século XVIII em diante, “a própria lei se torna, agora, o veículo do roubo das terras do povo” (MARX, 2013, p. 796), portanto, ocorre o segundo grande processo de expropriações, marcado pelo seu caráter parlamentar. De acordo com Wood (2001, p. 92), “[...] nesse tipo de cercamento, a extinção dos direitos de propriedade problemáticos, que interferiam na capacidade de acumulação de alguns grandes proprietários, passou a ocorrer através de decretos do Parlamento”.

O papel das legislações na expropriação das comunidades camponesas foi uma nova forma de supressão das condições de vida dos camponeses. Marx, nos textos sobre a lei referente ao furto da madeira, evidencia esse aspecto. Ainda no contexto da transição do

feudalismo para o capitalismo, no oeste da Alemanha, na província de Reno, uma proposta de lei submetida à Dieta Renana considerava a coleta de madeira realizada pela população expropriada camponesa, até então considerado um direito consuetudinário, como furto (MARX, 2017). De acordo com Bensaïd (2017, p. 16),

O aumento do furto da madeira ao qual responde a proposta de lei apresentada à Dieta aparece incontestavelmente como ‘uma consequência do pauperismo rural’, então em pleno crescimento. Trata-se de punir a apropriação ilegal de madeira e outros produtos florestais por parte de camponeses pauperizados em massa, na medida em que essa apropriação não visa mais somente ao consumo imediato de madeira, mas à venda dela como mercadoria.

A lei visava garantir a propriedade dos proprietários florestais que adquiriram essas terras mediante a expropriação das comunidades que habitavam esse território, que no passado recente eram consideradas terras comuns, e que em suas práticas coletavam madeira para utilidades diversas. Entretanto, com a propriedade privada da terra e com a mercantilização da madeira¹⁵, os camponeses expropriados só poderiam ter acesso a ela através da compra. E caso violassem essa lei, furtando “madeira alheia”, deveriam pagar uma multa ou realizar serviços para o proprietário florestal (MARX, 2017).

O direito de propriedade sobressaiu-se ao direito de subsistência, a sociedade capitalista em formação passou a penalizar as práticas consuetudinárias do direito ao uso da madeira (BENSAÏD, 2017). Marx adverte que, com a aprovação dessa lei, “[...] o interesse privado é esperto o suficiente para extrapolar essa consequência no sentido de fazer com que sua forma mais limitada e pobre se torne o limite e a regra da ação do Estado” (2017, p. 98) e afirma que “[...] todos os órgãos do Estado se convertem em orelhas, olhos, braços e pernas que o interesse do proprietário florestal usa para escutar, espiar, estimar, proteger agarrar e correr” (ibidem, p. 104).

Todos, porém, utilizaram o poder do Estado, a violência concentrada e organizada da sociedade, para ativar artificialmente o processo de transformação do modo feudal de produção em capitalista e para abreviar a transição. A violência é a parceira de toda velha sociedade que está prenhe de uma nova. Ela mesma é uma potência econômica (MARX, 2013, p. 821).

A força do Estado e a violência extraeconômica fundamentaram a “[...] criação do proletariado inteiramente livre, a disciplina sanguínea que os transforma em assalariados, a

¹⁵ Nas palavras de Marx (2017, p. 90), “Em uma localidade, de fato, já se conseguiu converter um direito consuetudinário dos pobres em monopólio dos ricos. A prova definitiva é apresentada quando se consegue monopolizar um bem comum; a consequência óbvia disso é que se deve monopolizá-lo. A natureza do objeto exige o monopólio, porque o interesse de propriedade privada o inventou”.

sórdida ação do Estado, que, por meios policiais, eleva o grau de exploração do trabalho e, com ele, a acumulação do capital” (MARX, 2013, p. 813).

A violência extraeconômica surge como componente central da gênese histórica da produção capitalista. Por evidente que seja a coação silenciosa da economia sobre a classe trabalhadora, ou melhor, a violência econômica interiorizada no processo capitalista de produção como ‘lei natural’ (Marx, 2013[1867], p. 808-9), a dimensão coerciva e coercitiva do Estado para as condições gerais de produção é ineliminável do modo de produção capitalista (CASTELO; RIBEIRO; LIMA, 2018, p. 269).

Apesar de ser uma condição indispensável, a expropriação das terras não era suficiente para formar trabalhadores inteiramente livres, era necessário acrescentar a tal expropriação “leis grotescas e terroristas” que forçassem esses trabalhadores a submeterem-se à nova lógica de trabalho. A expropriação violenta dos produtores diretos, os quais foram arrancados de seus modos de vida, fez com que muitos deles não conseguissem se adequar à disciplina imposta pela nova dinâmica do sistema capitalista e, por consequência, como afirma Marx (2013, p. 805-6), “[...] converteram-se massivamente em mendigos, assaltantes, vagabundos, em parte por predisposição, mas na maioria dos casos por força das circunstâncias”.

A intervenção do Estado é evidente, sobretudo, no que diz respeito à Lei dos Pobres nos reinados de Henrique VII, Eduardo VI, Elisabeth e Jaime I. O surgimento dessa “legislação sanguinária contra a vagabundagem”, que impunha castigo para quem não se submetesse à lógica capitalista que se fortalecia, é uma violência extraeconômica conduzida pela força do Estado. Marx (2013, p. 808) assinala que “[...] a população rural, depois de ter sua terra violentamente expropriada, sendo dela expulsa e entregue à vagabundagem, viu-se obrigada a se submeter, por meio de leis grotescas e terroristas, e por força de açoites, ferros e brasa e torturas, a uma disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado”. Então, “[...] o Estado instaura a disciplina necessária ao sistema de trabalho assalariado, explicitando sua natureza de classe desde a gênese do capitalismo” (CASTELO; RIBEIRO; LIMA, 2018, p. 269).

Os meios violentos foram essenciais para a conformação do capitalismo, pois existia naquele momento uma massa de produtores que possuíam uma forte relação com a terra, com os meios de existência. Contudo, Marx também revela que para além da violência, o Estado utilizou outros mecanismos para fundamentar as expropriações, como o aspecto jurídico e ideológico. O discurso para legitimar as expropriações se pautava na legitimação do desenvolvimento, do progresso, principalmente em três dimensões: 1) o “desenvolvimento” deve possibilitar o deslocamento da força de trabalho ainda ligada à autossuficiência, por ser

esta pouco produtiva para o setor capitalista, cuja produtividade do trabalho é maior; 2) o setor capitalista deve ter liberdade de expandir-se, removendo os obstáculos, sejam eles sociais ou naturais, para possibilitar o “desenvolvimento”; 3) mesmo que com o avanço do setor capitalista alguns trabalhadores sejam deslocados, isto é visto como um problema transitório, cuja recompensa virá em breve, trajada como possibilidade de emprego e de acesso aos bens de consumo (PATNAIK, 2018).

Marx buscou desvelar as contradições presentes nos argumentos dos economistas políticos que defendiam o processo de cercamento das terras comunais. Para (F. M. Eden, apud MARX, 2013, p. 799),

Não é correto concluir que haja despovoamento pelo fato de não se ver mais gente desperdiçando seu trabalho em campo aberto [...]. Se, após a conversão dos pequenos camponeses em gente que tem de trabalhar para outrem, mais trabalho é posto em movimento, isso constitui, de fato, uma vantagem para a nação.

Em seu argumento, Eden ignora as violações cometidas no processo de expropriação dos produtores diretos de sua base fundiária. Para ele, o trabalho dos produtores diretos em sua terra era trabalho desperdiçado e defende com veemência que trabalhar para outrem é uma mudança indispensável para o avanço da nação. Esse era o argumento difundido pelos pensadores naquele momento histórico, o qual fortalecia a ideia de desenvolvimento e ignorava os processos negativos do avanço do capital, alegando que os benefícios seriam maiores e extensivos a todos.

Desse modo, o sistema capitalista exigia “[...] uma posição servil das massas populares, a transformação destas em trabalhadores mercenários e a de seus meios de trabalho em capital” (MARX, 2013, p. 792). Para este objetivo o Estado teve papel central, contribuindo para o processo de aceitação e propagação do desenvolvimento, do trânsito de formas atrasadas para formas modernas. No século XVIII a lei tornou-se um instrumento de propagação da noção de desenvolvimento, a qual subjugava formas elementares de produção para beneficiar os objetivos do capital.

A grande massa expropriada não foi absorvida de forma imediata na dinâmica capitalista, não conseguiu se ajustar à disciplina da nova dinâmica de produção e de vida. Como resultado, já que não havia mais terra para produzir, transformaram-se em “desocupados”, não porque queriam, mas por força das circunstâncias. A resposta veio de imediato, era necessária uma uniformização dos expropriados dentro da dinâmica do capital (MARX, 2013).

Para transformar o fundamento econômico, a base do modo de produção, é necessário modificar, concomitantemente, toda forma de pensar vigente. Portanto, o Estado, além de utilizar o arcabouço coercitivo para instituir as relações de capital, utiliza as formas de consenso para garantir a dominação da classe burguesa. Marx evidencia como força e consenso passaram a se unificar no processo da acumulação primitiva, afirmando que “[...] no evoluir da produção capitalista desenvolveu-se uma classe de trabalhadores que, por educação, tradição e hábito, reconhece as exigências desse modo de produção como leis naturais e evidentes por si mesmas” (MARX, 2013, p. 808).

Reitere-se, portanto, que o Estado participa ativamente como garantidor do avanço do capital, seja através de meios violentos, seja por meio de mecanismos ideo-políticos. A necessidade dos mecanismos ideológicos se deve às iniquidades que marcam esse modo de produção, pois é necessário proporcionar a impressão de coesão, de unidade, de racionalidade ao capital (MÉSZÁROS, 2011, p. 1019). Este fato evidencia o papel do Estado, garantindo o aprofundamento da exploração dos expropriados, da mercantilização da terra e, por conseguinte, da acumulação do capital (ANGELIM; CUNHA, 2016).

Contribuir decisivamente na criação e no disciplinamento da mercadoria força de trabalho – tanto nos aspectos econômicos do seu valor e do seu preço, quanto nos aspectos políticos e culturais de dominação e opressão – põe o Estado como um elemento central para a dinâmica da acumulação capitalista, e não como um acessório acionado em tempos de crise (CASTELO; RIBEIRO; LIMA, 2018, p. 269).

O Estado, enquanto produto de uma determinada fase do desenvolvimento social marcado pelo surgimento do capital e da propriedade privada capitalista, atua no sentido de garantir a dominação da classe capitalista. As diferentes formas de violência, por meio dos quais se separou o produtor direto de suas condições de existência, foram os mecanismos que converteram o Estado em uma grande força econômica. O Estado determina as condições econômicas e sociais desse processo e engendra medidas para que sua atuação não seja questionada, declarando como legal apenas aquelas demandas da sociedade que não contrariam a garantia da propriedade privada, como o exemplo do furto da madeira, estando, portanto, do lado de quem detém poder econômico e político.

O Estado é produto e a manifestação do antagonismo inconciliável das classes. O Estado aparece onde e na medida em que os antagonismos de classes não podem objetivamente ser conciliados. E, reciprocamente, a existência do Estado prova que as contradições de classe são inconciliáveis” (LENIN, 2012, p. 27).

A incipiente manufatura moderna era incapaz de incorporar a totalidade do exército de expropriados da acumulação primitiva. Forma-se, então, uma superpopulação relativa desprovida de qualquer meio que garanta sua subsistência. No capítulo XXIII d'O Capital, Marx busca evidenciar a intrínseca relação entre a acumulação capitalista e a produção de uma superpopulação relativa, resultado das expropriações. Essa relação é sintetizada por este autor da seguinte forma:

Quanto maiores forem a riqueza social, o capital em funcionamento, o volume e o vigor de seu crescimento e, portanto, também a grandeza absoluta do proletariado e a força produtiva de seu trabalho, tanto maior será o exército industrial de reserva. A força de trabalho disponível se desenvolve pelas mesmas causas que a força expansiva do capital. A grandeza proporcional do exército industrial de reserva acompanha, pois, o aumento das potências da riqueza. Mas quanto maior for o exército de reserva em relação ao exército ativo de trabalhadores, tanto maior será a massa da superpopulação consolidada, cuja miséria está na razão inversa do martírio de seu trabalho. Por fim, quanto maiores forem as camadas lazarentas da classe trabalhadora e o exército industrial de reserva, tanto maior será o pauperismo oficial. Essa é a lei geral, absoluta, da acumulação capitalista (MARX, 2013, p. 719-720).

Dessa maneira, a formação de uma “superpopulação relativa” ou “exército industrial de reserva” é uma característica peculiar do modo de produção capitalista. Sua existência constitui uma “alavanca” da acumulação capitalista, pois a “superpopulação relativa” está disponível para produzir mais-valor, exercendo pressão sobre a classe trabalhadora ocupada, forçando-a a se submeter aos ditames do capital e contribuindo para o avanço da revolução técnica do processo de produção. “À produção capitalista não basta de modo algum a quantidade de força de trabalho disponível fornecida pelo crescimento natural da população. Ela necessita, para assegurar sua liberdade de ação, de um exército industrial de reserva independente dessa barreira natural” (ibidem, p. 710).

Para Marx (2013), a superpopulação relativa possui três formas: flutuante, latente e estagnada. A primeira diz respeito ao fluxo contínuo de atração e repulsão dos trabalhadores já existentes nos centros de indústria moderna. A segunda, e a que neste trabalho possui maior destaque devido a sua relação com as comunidades expropriadas, corresponde à superpopulação latente, pessoas que ainda não foram proletarizadas, que ainda não foram absorvidas pelo sistema de trabalho assalariado. Com o avanço do capitalismo na agricultura, há uma disponibilidade de trabalhadores do campo, cujo destino tem sido o trabalho assalariado nos centros urbanos. A terceira é a superpopulação estagnada composta pelo setor que possui ocupação totalmente irregular. Marx ainda destaca um “sedimento mais baixo” da superpopulação relativa que habita a esfera do pauperismo, da pobreza de natureza própria do modo de produção capitalista.

As expropriações e a conseqüente formação de uma superpopulação relativa não se limitam apenas à pré-história do capitalismo, mas integram sua expansão. Marx retoma o tema das expropriações no capítulo XXV, no qual trata sobre “A teoria moderna da colonização”. Apesar do aparente esgotamento das expropriações dos camponeses nos países europeus, essas expropriações prosseguiram de maneiras variadas no curso da expansão capitalista. O sistema colonial foi um dos mecanismos de violência utilizados pelo capital na sua busca por expansão. Nas colônias, o regime capitalista confrontava-se com um forte obstáculo: produtores diretos que possuíam seus meios de sobrevivência e que enriqueciam a si mesmos com seu trabalho e não ao capitalista.

As expropriações desses produtores e a metamorfose de seus meios de produção em capital era o objetivo da expansão capitalista nas colônias. De modo irônico, Marx destaca o papel que o empreendedor capitalista E. G. Wakefiel teve em evidenciar que “[...] a propriedade de dinheiro, meios de subsistência, máquinas e outros meio de produção não confere a ninguém a condição de capitalista [...]”, pois é necessário que haja “[...] o trabalhador assalariado, o outro homem, forçado a vender a si mesmo voluntariamente”. A expansão do capitalismo nas colônias necessitava das expropriações dos produtores diretos, salientando que, “o capital não é uma coisa, mas uma relação entre pessoas, intermediada por coisas” (MARX, 2013, p.836).

Desse modo, as expropriações e a conseqüente expansão da superpopulação relativa fazem parte da dinâmica do capital, não só na Europa Ocidental, mas também de outros países colonizados. A disponibilidade de grupos sociais que anteriormente possuíam uma troca metabólica fundada no autoconsumo e a mercantilização da força de trabalho e dos meios de trabalho correspondem à exclusão das condições anteriores de existência ligadas a modos de vida tradicionais. Essa exclusão impõe uma inserção forçada dessas comunidades expropriadas ao processo mercantil capitalista. Fontes (2005, p. 23) destaca que

A inclusão, historicamente constituída e perpetuada – a impossibilidade de assegurar a subsistência –, converter-se-ia na impossibilidade prática de escapar a esse processo. Essa inclusão forçada assegurava a própria sobrevivência do sistema, ao submeter e disciplinar a força de trabalho necessária à sua existência.

É inquestionável a grande melhoria da produtividade após a liberação das obstruções ligadas à autossuficiência. Abriu-se uma nova fase do desenvolvimento histórico com a abolição das relações feudais, com a liberação de energias criadoras, com os grandes avanços ligados à ampliação dos mercados, à criação de novas tecnologias, ao avanço das ciências. Tornou-se possível superar um mundo fundado na superstição, sendo substituído pelo ideal

humanista, o qual poderia contribuir veementemente para a supressão das iniquidades sociais. A acumulação primitiva foi uma etapa importante para o desenvolvimento da humanidade. Entretanto, há também um outro lado, marcado por uma forma desumanizada expressa pela perda do controle dos trabalhadores, grande parte da humanidade, do conjunto do sistema reprodutivo social, tornando-os totalmente subjugados ao mercado (MÉSZÁROS, 2011).

Por fazer parte do modo de ser do capital, as expropriações e a consequente transformação dos trabalhadores em exército de reserva, associada à transformação da terra e dos meios de produção em capital, estas permanecem na cena contemporânea. O Estado foi fundamental no processo da acumulação primitiva, e continua a sê-lo, atuando direta ou indiretamente nos processos de expropriação.

2.2 As expropriações no capitalismo contemporâneo: imperialismo, crise estrutural e intensificação do papel do Estado

“Os expulsos da terra vegetam nos subúrbios das grandes cidades,
tentando consumir o que antes produziam”.
Eduardo Galeano

Nos estudos marxistas, a acumulação primitiva foi interpretada a partir de duas vertentes: os que a analisam enquanto premissa histórica e os que a interpretam enquanto condição inerente e contínua ao desenvolvimento do sistema capitalista (PAZELLO, 2016). A Revista *Theomai*¹⁶, em sua edição de 2012, traz como tema a acumulação primitiva, revelando o caráter investigativo de alguns autores na busca por evidenciar a permanência da acumulação primitiva na contemporaneidade. O artigo de Massimo Angelis, intitulado “Marx e acumulação primitiva: o caráter contínuo das ‘vedações’ do capital”, discute a continuidade da acumulação primitiva, destacando que a mudança se expressa apenas no momento histórico e na forma em que se dá a acumulação. No artigo de Werner Bonefeld, cujo título é “A permanência da acumulação primitiva: fetichismo da mercadoria e constituição social”, aponta a necessidade contínua da acumulação primitiva, como sinônimo da separação do trabalhador em relação aos meios de produção¹⁷. Esses artigos, assim como os outros

¹⁶ A Revista *Theomai* está vinculada à Universidade de Nacional de Quilmes, na Argentina, e tem como propósito promover a propagação de trabalhos acadêmicos críticos que debatem a articulação dialética entre a sociedade, o desenvolvimento e a mudança social. Disponível em: <<http://revista-theomai.unq.edu.ar/>>. Acesso em: 17 jan. 2020.

¹⁷ Há outras publicações presentes nessa edição da Revista *Theomai*, todavia, os artigos corroboram com a análise da permanência da acumulação primitiva na contemporaneidade. Apenas um artigo, o de Paul Zarembka,

publicados na referida edição, utilizam a acumulação primitiva como uma categoria transhistórica, cujo traço de permanência são as expropriações, podendo ser, assim, identificadas em todas as etapas do capitalismo.

Marx destaca em suas elaborações, sobretudo nos Grundrisse e no capítulo XXIV do Livro I d'O Capital, que a expropriação é um elemento central para a gênese e a manutenção das relações de capital. Para a existência do capital é necessário que o proprietário da força de trabalho seja um “proletário sem posses” (ROSDOLSKY, 2001). Para isto ocorrer foi necessária uma grande transformação histórica, coberta por violências, já que os produtores diretos nas formações sociais pré-capitalistas detinham a propriedade das condições fundamentais à vida, como a terra. Assim, os pressupostos que deram origem ao capital, discutidos no tópico anterior, passam a se apresentar enquanto resultado da própria realização do capital. Marx afirma que “[...] tão logo a produção capitalista esteja de pé, ela não apenas conserva essa separação, mas a reproduz em escala cada vez maior” (MARX, 2013, p. 786). Assim, não é a acumulação primitiva que permanece nas diferentes fases do capitalismo, mas os processos de expropriação. O conceito de expropriação evidencia a referência de Marx sobre a acumulação capitalista ser uma reprodução das relações sociais de classe.

A expropriação transforma-se em um processo contínuo, no qual é essencial manter e expandir a separação do trabalhador da terra de seus meios de produção, ao mesmo tempo em que se libera e se concentra, nas mãos dos capitalistas, as condições objetivas de trabalho, como a terra, a matéria-prima, os meios de subsistência e os instrumentos de trabalho. Para Rosdolsky (2001, p. 234), “a acumulação primitiva é um elemento constituinte da relação capitalista e está contida no conceito de capital”. A única maneira de o capital seguir seu processo de ampliação é diluir barreiras, sejam sociais ou ambientais, visando à valorização do valor. Portanto, o que se inicia com a acumulação primitiva permanece no decorrer da história (MIGUEL, 2018).

No curso do desenvolvimento histórico, o “imperialismo” é uma mediação importante para se compreender a permanência das expropriações no capitalismo. Marx não elaborou diretamente o conceito de imperialismo, contudo em o Manifesto do Partido Comunista (2008, p. 14), Marx e Engels afirmam que “A necessidade de mercados sempre crescentes para seus produtos impele a burguesia a conquistar todo o globo terrestre. Ela precisa estabelecer-se, explorar e criar vínculos em todos os lugares”. Desse modo, no fim do século

nomeado “A acumulação primitiva no marxismo: separação histórica ou transhistórica dos meios de produção?”, analisa criticamente a utilização da categoria acumulação primitiva para se referir ao capitalismo na atualidade, chegando a afirmar que é um erro teórico considerar a acumulação primitiva em todas as fases do capitalismo. Zarembka salienta que esse desencontro teórico se deve à própria ambiguidade presente na obra de Marx.

XVIII e início do século XIX, o capitalismo passa por transformações marcadas pela transição da livre concorrência para os monopólios. Vale salientar que as formulações teóricas acerca do imperialismo não necessariamente estabelecem concordância direta com a permanência dos processos de expropriação no capitalismo desenvolvido. Todavia, as formulações teóricas de Rosa Luxemburgo (1988) são referência no debate sobre a vigência dos processos da acumulação primitiva no imperialismo¹⁸, sendo uma das primeiras obras a ocupar a discussão a respeito do imperialismo no âmbito do marxismo, apesar de sua obra ter sido bastante criticada¹⁹.

Desse modo, no livro *A Acumulação do Capital: contribuição ao Estudo Econômico do Imperialismo* (1988), lançado em 1913, Rosa Luxemburgo aborda os processos da acumulação primitiva no capitalismo plenamente desenvolvido. A teórica marxista articula os métodos de acumulação primitiva ao imperialismo, sobretudo, o que diz respeito à política colonial²⁰, afirmando que a expansão territorial, vinculada à transformação das relações sociais, não se restringiu à “pré-história” do capitalismo, mas adquire função relevante no imperialismo. Segundo Rosa Luxemburgo (1988, p. 83), “O imperialismo é a expressão política do processo de acumulação do capital, em sua competição pelo domínio de áreas do globo ainda não conquistadas pelo capital”. Desse modo, para Rosa, os métodos utilizados na acumulação primitiva passam a ser associados ao imperialismo, sendo o imperialismo uma característica central do próprio capitalismo desde sua origem.

Para a marxista revolucionária Rosa Luxemburgo (1988), o capital é intrinsecamente expansionista, busca submeter o mundo inteiro a sua lógica de acumulação, sendo a expansão imperialista essencial para a sobrevivência do capitalismo. Assim, ao analisar a reprodução do capital a partir do seu meio histórico, da sua relação com as formações sociais não-capitalistas, a autora evidencia que a função deste sistema político-econômico-social não é

¹⁸ Segundo Angelis (2012) e Pazello (2018), Lênin e Rosa Luxemburgo vinculam-se a quadros interpretativos distintos sobre a acumulação primitiva. Segundo esses autores, Lênin analisa a acumulação primitiva como uma premissa histórica, pertencente a determinado momento histórico. Já Rosa Luxemburgo, apesar de não afirmar que a acumulação primitiva permanece, ela aponta que é essencial à acumulação perpétua do capital a existência de terceiros (camponeses, pequenos produtores independentes, etc.) para se transformarem em trabalhadores “livres”, em trabalhadores submetidos à lógica do mercado.

¹⁹ Rosa Luxemburgo (1988) buscou, em sua obra, encontrar uma solução para o que ela interpretava como os limites do esquema da reprodução, ampliada e desenvolvida pela teoria marxista. A teórica defendia que o subconsumo era a marca das crises do sistema capitalista e o que o fazia avançar sobre novos territórios. Na sua interpretação, o esquema marxista tinha como únicos representantes do consumo social o capitalista e o operário, contudo, para ela, é essencial para o capitalismo uma “terceira pessoa” que deve ser inserida na dinâmica do mercado. Essa “terceira pessoa” são os produtores diretos existentes nas sociedades não-capitalistas. Todavia, sua teoria foi criticada por várias gerações de economistas. Loureiro (2015, p. 97) aponta que “Mesmo os que simpatizavam com suas ideias reconhecem o fracasso da solução encontrada por ela para os problemas da teoria da acumulação de Marx”.

²⁰ A discussão sobre a política colonial e as expropriações será melhor discutida no próximo capítulo.

apenas dar vazão à produção capitalista, mas também garantir os meios de produção, os meios de consumo e a exploração da classe trabalhadora, elementos fundamentais para a produção e reprodução do capital (MIGUEL, 2018). Dessa maneira, para garantir esses elementos fundamentais, o capital necessita avançar sobre todos os recursos naturais e explorar a força de trabalho de todas as regiões do mundo.

O capital não pode existir sem contar com a presença dos meios de produção e da força de trabalho de toda parte; para o desenvolvimento pleno de seu movimento de acumulação ele necessita de todas as riquezas naturais e da força de trabalho de todas as regiões do globo. Uma vez que de fato e em sua maioria estas se encontrem ligadas às formas de produção pré-capitalistas – que constituem o meio histórico de acumulação do capital – daí resulta a tendência incontida do capital de apossar-se de todas as terras e sociedades (LUXEMBURGO, 1988, p. 28).

Portanto, conforme afirma Luxemburgo (1988), para garantir a perpetuação da lógica capitalista, o capitalismo necessita de um meio social não capitalista que absorva seus produtos e que forneça seus recursos naturais e sua força de trabalho. Segundo a autora, o imperialismo, então, possui como característica intrínseca: a luta contra esse meio social não capitalista, contra as economias pré-capitalistas, a destruição das economias “naturais” e camponesas, visando absorvê-las à lógica do capital. Em síntese, a autora (1988) defende que o capitalismo, mesmo em sua plena maturidade, necessita permanentemente de territórios e de camadas sociais não-capitalistas.

Se o capitalismo, portanto, vive de formas econômicas não-capitalistas, vive, a bem dizer, e mais exatamente, da ruína dessas formas. Necessitando obrigatoriamente do meio não-capitalista para a acumulação, dele carece como meio nutriente, à custa do qual a acumulação se realiza por absorção. Considerada historicamente, a acumulação do capital é o processo de troca de elementos que se realiza entre os modos de produção capitalistas e os não-capitalista. Sem esses modos a acumulação de capital não pode efetuar-se (LUXEMBURGO, 1988, p. 63).

Assim, no capítulo XXVII, intitulado “A Luta Contra a Economia Natural”, Rosa aponta que desde a gênese do capitalismo ocorrem trocas entre as formas não-capitalistas de produção e o capital europeu. Entretanto, essas trocas sempre se pautaram na subjugação das formas não-capitalistas à lógica do capital, processo que põe em marcha a acumulação capitalista. A autora aponta três fases dessa subjugação: a luta contra a economia natural; a luta contra a economia mercantil e a concorrência do capital no cenário mundial em luta pelas condições restantes de acumulação.

A economia natural diz respeito à forma de produção social marcada pelo comunismo primitivo. Essa formação representava grande obstáculo à reprodução da lógica capitalista,

pois a produção se destinava à autossuficiência, à satisfação das próprias necessidades, existindo um vínculo entre a terra, o produtor direto e os meios de produção. As comunidades camponesas desenvolviam a agricultura junto com a produção artesanal de elementos próprios para a sua manutenção e a propriedade era coletiva e não privada, não sendo, portanto, submetida à lógica do mercado. Logo, o capitalismo, em sua luta contra essa economia, visava

1) Apossar-se diretamente das principais fontes de forças produtivas, tais como terras, caça das florestas virgens, minérios, pedras preciosas e metais, produtos vegetais exóticos, como a borracha, etc.; 2) ‘Liberar’ força de trabalho e submetê-la ao capital, para o trabalho; 3) Introduzir a economia mercantil; 4) Separar a agricultura do artesanato (LUXEMBURGO, 1988, p. 32).

Nestes termos, a produção capitalista arranca a produção artesanal desenvolvida pelas comunidades camponesas e a concentra na produção fabril em ascensão. Com a apropriação pelos capitalistas desses meios essenciais à existência das comunidades de economia natural, estas passam a ser inseridas plenamente na circulação mercantil, tornando-se consumidoras de mercadorias (LUXEMBURGO, 1988). Além disso, os empréstimos internacionais realizados pelos países centrais aos países periféricos impulsionaram a expansão da economia capitalista sobre as formas não-capitalistas, tornando possível ao capital acumulado no país “mais velho” encontrar formas de produzir e realizar sua mais-valia nos países dependentes.

O capital ocioso não tivera nenhuma possibilidade de acumulação no país de origem, já que lá não havia nenhuma necessidade de produtos excedentes. No exterior, contudo, onde ainda não havia produção capitalista desenvolvida, surge uma nova demanda em camadas não-capitalistas ou se cria de forma violenta (LUXEMBURGO, 1988, p. 70).

Nesse processo de transformação das relações não-capitalistas em capitalistas, o Estado desempenha papel central, tal como nos processos da acumulação primitiva. O Estado atua, principalmente, por meio da ação violenta. O capital não pode prescindir da violência estatal para garantia da perpetuação da sua lógica, sendo, portanto, um elemento permanente. Para Rosa (1988, p. 87), o capital “não vem à luz apenas ‘gotejando por todos os poros sangue e imundícies’, mas vai-se impondo dessa forma”. Dessa maneira, no imperialismo, a violência do Estado adquire traços mais perversos, sobretudo com as regiões “não-capitalistas”.

Apesar da contribuição de Rosa Luxemburgo para os estudos do imperialismo, a obra que se consolida enquanto referência sobre a teoria do Imperialismo é a obra de Vladimir I. Lênin, *Imperialismo, estágio superior do capitalismo*, escrita em 1916, durante a primeira

Guerra Mundial, voltada para a análise da avassaladora avalanche dos monopólios, na virada do século XIX para o XX, e os seus impactos no movimento operário. Lênin busca aprofundar os estudos iniciados por Karl Marx sobre as características sociais da concentração de capitais, acrescentando novas determinações históricas (FONTES, 2010).

Na construção do pensamento desse teórico, os processos da acumulação primitiva não possuem relação imediata com o imperialismo, assim como para Lênin, o imperialismo representava uma nova fase de desenvolvimento do capitalismo, não um elemento intrínseco à lógica do capital, como afirmou Rosa Luxemburgo. Além disso, diferente de Rosa, Lênin considerava que a exportação de capital se dava pela crescente concentração de capital e não devido ao subconsumo, à diminuição das taxas de lucros nas economias imperialistas (MIGUEL, 2018).

Para Lênin (2012), o imperialismo tem como marca a era dos monopólios e da exacerbação das contradições do processo de acumulação de capital. Marx, no capítulo XXIII do Livro 1 d'O Capital, afirma que a riqueza socialmente produzida encontra-se cada vez mais concentrada nas mãos de capitalistas individuais, pois “cada acumulação se torna meio de uma nova acumulação”. Entretanto, essa concentração de capital ocasiona uma “repulsão mútua entre muitos capitalistas” (MARX, 2013, p. 701). Essa repulsa, porém, origina outra atração, a partir da qual detentores de capitais incorporam fatias do mercado ou propriedade de outras empresas, um processo de centralização de capital.

Esse processo se distingue do primeiro pelo fato de pressupor apenas a repartição alterada dos capitais já existentes e em funcionamento, sem que, portanto, seu terreno de ação esteja limitado pelo crescimento absoluto da riqueza social ou pelos limites absolutos da acumulação. Se aqui o capital cresce nas mãos de um homem até atingir grandes massas, é porque acolá ele se perde nas mãos de muitos outros homens. Trata-se da centralização propriamente dita, que se distingue da acumulação e da concentração (MARX, 2013, p. 701).

Desse modo, o surgimento da era dos monopólios é resultado da agudização da concentração e centralização da produção e do capital, possibilitada pela livre concorrência. Diferentemente do que aparenta, a monopolização não nega a concorrência, mas a aprofunda, “existe acima e ao lado dela, engendrando assim contradições” (LENIN, 2012, p. 123). Com os monopólios ocorre uma mudança qualitativa nessa nova fase do capitalismo, as expropriações se expandem pelo globo, como afirmou Marx (2017, p. 497) “[...] na Inglaterra o monopólio substitui a concorrência e prepara do modo mais encorajador a futura expropriação pela sociedade em seu conjunto, pela nação”.

A fusão do monopólio industrial com o monopólio bancário dá origem ao capital financeiro e a uma oligarquia financeira. O capital financeiro, enquanto uma forma mais avançada de organização do capital, mobiliza todos os meios para possibilitar o processo de valorização do capital, sejam eles humanos ou naturais. Inaugura-se, desse modo, uma nova função dos bancos, a concentração bancária, visando acumular num único organismo os capitalistas dispersos, tornando-os “capitalistas coletivos”, acelerando assim a acumulação capitalista. Segundo Lênin (2012, p. 89), “[...] o predomínio do capital financeiro sobre todas as demais formas do capital implica o predomínio do capital rentista e da oligarquia financeira. Implica uma situação privilegiada de uns poucos Estados, financeiramente ‘poderosos’, em relação a todos os restantes”.

Com o predomínio da oligarquia financeira, Lênin destaca o movimento próprio do capitalismo de intensificação da separação entre a propriedade do capital e as suas formas de gestão. O capital financeiro passa a ter a propriedade do capital, tornando-se o principal responsável pelo seu gerenciamento, engendrando um afastando do capital industrial:

É próprio do capitalismo, em geral, separar a propriedade do capital da sua aplicação à produção; separar o capital-dinheiro do industrial ou produtivo; separar o rentista, que vive apenas dos rendimentos provenientes do capital-dinheiro, do industrial e de todas as pessoas que participam diretamente na gestão do capital. O imperialismo, ou domínio do capital financeiro, é o capitalismo no seu grau superior, em que essa separação adquire proporções imensas (LÊNIN, 2012, p. 89).

Devido à formação de monopólios nos países avançados, em meados do século XIX, os quais passam a acumular cada vez mais capital, forma-se um excedente de capitais que transborda a possibilidade de sua valorização nos limites da economia nacional e dão lugar a um processo de exportação de capitais. Nesse contexto surge uma nova Divisão Internacional do Trabalho (DIT), diferente do sistema colonial clássico e da fase concorrencial, marcada pela intensificação da partilha do mundo, resultando no aprofundamento da exploração da força de trabalho e dos recursos naturais dos países periféricos e pelo crescimento exponencial dos países centrais. De acordo com Lênin (2012, p. 94), “[...] a necessidade da exportação de capitais se deve ao fato de o capitalismo ‘ter amadurecido excessivamente’ em alguns países, e o capital (dado o insuficiente desenvolvimento da agricultura e a miséria das massas) carecer de campo para a sua colocação lucrativa”. O capital financeiro exportado influencia no desenvolvimento do capitalismo tanto nos países que recebem o investimento quanto nos que exporta capital, ampliando as relações de produção capitalistas e criando uma rede internacional de dependência.

Desse modo, o capital financeiro busca valorizar-se não apenas nos mesmos territórios, nas mesmas fontes de matérias-primas, mas em fontes ainda não exploradas, daí resulta o seu caráter expansivo, de diminuição de barreiras temporais e espaciais, intensificando a sua propriedade de comandar a disponibilidade de trabalho e de meios de produção em escala mundial (LÊNIN, 2012). Com os monopólios, aprofunda-se a socialização da produção, introduzindo cada vez mais grupos na dinâmica do mercado, ampliando, assim, o território sob o domínio do capital financeiro.

[...] o capital financeiro manifesta a tendência geral em se apoderar das maiores extensões de territórios possíveis, sejam eles quais forem, estejam onde estiverem, por qualquer meio, pensando nas possíveis fontes de matérias-primas e temendo ficar atrás na luta furiosa pelas últimas partilhas do mundo ainda não repartidas ou por conseguir uma nova partilha das já repartidas (LÊNIN, 2012, p. 118).

A partilha do mundo pelos países centrais foi um movimento inevitável diante do grau de concentração introduzido pelos monopólios. Essa dinâmica expansionista junto aos países periféricos conduziu, ao fim e ao cabo, à eliminação da condição efetiva de independência política, pois o capital financeiro faz com que esses países se encontrem “[...] enredados nas malhas da dependência financeira e diplomática” (LÊNIN, 2012, p. 108). Para os países periféricos, os novos tempos do capitalismo tornaram-se particularmente sombrios, afetando todas as dimensões da vida social, dando origem a uma nova onda de pilhagem de seus recursos. O imperialismo, portanto, espraia e inocula as relações sociais de capital onde quer que seja.

No capitalismo do século XXI, a busca por novos espaços de acumulação de capital tem conduzido o sistema capitalista ao aprofundamento de suas formas de exploração, intensificadas pelos processos de expropriação. Assim, os métodos pretéritos utilizados na acumulação primitiva e expandidos no imperialismo, adquirem grande destaque no atual estágio do capitalismo. David Harvey (2014) e Virgínia Fontes (2010) são os autores que sustentam em suas formulações teóricas a contemporaneidade das expropriações. Os respectivos autores fazem uma releitura do capítulo XXIV d’O Capital, tecendo algumas aproximações com os processos econômicos e políticos em curso no presente século. Ambos apontam que as expropriações contemporâneas correspondem à manutenção e expansão das relações de capital, submetendo todos os aspectos da vida à lógica de valorização do capital (MIGUEL, 2018).

Em O Novo Imperialismo, David Harvey (2014) analisa as transformações do capitalismo global, principalmente através do papel hegemônico dos Estados Unidos,

marcado pela nova fase do imperialismo, intitulada por ele de “novo” imperialismo. Ao dialogar com a tese de Rosa Luxemburgo²¹, Harvey realiza uma diferenciação entre acumulação expandida²² e acumulação por espoliação, visando examinar como esses momentos da acumulação de capital vêm moldando a geografia histórica do capitalismo.

Diferentemente de Rosa, Harvey afirma que a necessidade expansiva do capital se deve à crise de sobreacumulação de capital, desencadeada a partir de 1970, que, segundo o autor, (2014, p. 124) é “uma condição em que excedentes de capital (por vezes acompanhados de excedentes de trabalho) estão ociosos sem ter em vista escoadouros lucrativos. O termo-chave aqui é, no entanto, excedente de capital”. Portanto, diante da sobreacumulação e da incapacidade de acumular através da reprodução expandida, a acumulação por espoliação torna-se o caminho para a crescente tentativa de acumulação, principalmente por meio da violência.

Para Harvey (2014), há um papel contínuo e persistente das práticas predatórias da acumulação primitiva, contudo, como é um processo em andamento, torna-se estranho nomeá-lo de “primitivo”, por isso, utiliza o conceito de acumulação por espoliação. Segundo o geógrafo marxista, o estudo feito por Marx acerca da acumulação primitiva aponta uma ampla gama de processos que permanecem na contemporaneidade.

Todas as características da acumulação primitiva que Marx menciona permanecem fortemente presentes na geografia histórica do capitalismo até os nossos dias. A expulsão de populações camponesas e a formação de um proletariado sem terra tem se acelerado em países como o México e a Índia nas três últimas décadas; muitos recursos antes partilhados, como a água, têm sido privatizados (com frequência por insistência do Banco Mundial) e inseridos na lógica capitalista da acumulação; formas alternativas (autóctones e mesmo, no caso dos Estados Unidos, mercadorias de fabricação caseira) de produção e consumo têm sido suprimidas. Indústrias nacionalizadas têm sido privatizadas. O agronegócio substitui a agricultura familiar. E a escravidão não desapareceu (particularmente no comércio sexual) (HARVEY, 2014, p. 121).

²¹ Para Rosa Luxemburgo (1988, p. 86-87), a acumulação do capital possui um duplo aspecto “Um deles desenvolve-se nos centros produtores de mais-valia – nas fábricas, nas minas, nas propriedades agrícolas – e no mercado. Visto sobre esse ângulo, a acumulação é um processo puramente econômico – cuja fase mais importante se realiza entre os capitalistas e os trabalhadores assalariados dentro dos limites estabelecidos pela troca de mercadorias e pela troca de equivalentes. Nesse nível a paz, a propriedade e a igualdade reinam como formas e faz-se necessária a dialética apurada de uma análise científica para descobrir como por meio da acumulação o direito de propriedade se transforma em apropriação da propriedade alheia, a troca em exploração e a igualdade em dominação de classe. O outro aspecto da acumulação de capital é o que se verifica entre capital e as formas de produção não-capitalistas. Seu palco é o cenário mundial. Como métodos da política colonial reinam o sistema de empréstimos internacionais, a política das esferas de influência e as guerras. Aí a violência aberta, a fraude, a repressão e o saque aparecem sem disfarces, dificultando a descoberta, sob esse emaranhado de atos de violência e provas de força, do desenho das leis severas do processo econômico do capital”.

²² Para Harvey (2014, p. 120), “a acumulação ‘primitiva’ ou ‘original’ já ocorreu, e seu processo agora tem a forma de reprodução expandida (embora mediante a exploração do trabalho vivo na produção) em condições de ‘paz prosperidade e igualdade’”.

Além da permanência dos mecanismos da acumulação primitiva, Harvey afirma que alguns mecanismos foram aprimorados com o objetivo de desempenhar um papel ainda mais forte do que outrora. Como também, foram criados mecanismos inteiramente novos, visando garantir a acumulação perpétua do capital.

[...] A escalada da destruição dos recursos ambientais globais (terra, ar e água) e degradações proliferantes de *hábitats*, que impedem tudo exceto formas capital-intensivas de produção agrícola, também resultaram na mercadificação por atacado da natureza em todas as suas formas. A transformação em mercadoria de formas culturais, históricas e da criatividade intelectual envolve espoliações em larga escala (a indústria da música é notória pela apropriação e exploração da cultura e da criatividade das comunidades). A corporativização e privatização de bens até agora públicos (como as universidades), para não mencionar a onda de privatizações (da água e de utilidades públicas de todo o gênero) que tem varrido o mundo, indicam uma nova onda de 'expropriação das terras comuns' (HARVEY, 2014, p. 123).

A distinção geográfica entre áreas capitalistas e áreas não-capitalistas, de acordo com Harvey (2010), é fundamental para a reprodução do capital, resultando em uma constante ordenação espaço-temporal por meio da expansão geográfica do capitalismo. Assim como Rosa, Harvey (2014) afirma que o capital necessita de algo “fora de si mesmo” para ser absorvido na lógica da valorização do valor com o objetivo de estabilizar e retomar a acumulação. Desse modo, o que a acumulação por espoliação faz é “liberar um conjunto de ativos (incluindo força de trabalho) a custo muito baixo (e, em alguns casos, zero). O capital sobreacumulado pode apossar-se desses ativos e dar-lhes imediatamente um uso lucrativo” (HARVEY, 2014, p. 124). Portanto, a associação de antigas formas de expropriação e os novos mecanismos de mercadificação de vários elementos essenciais à vida é o que Harvey (2014) chama de acumulação por espoliação.

Assim como na acumulação primitiva, o Estado, com seu monopólio da violência e suas definições de legalidade, atua veementemente na viabilização e operação dos processos de espoliação, seja através da abertura de novos territórios de acumulação, seja por meio da aliança com o capital financeiro, sendo este último um grande trampolim do processo de espoliação, estruturando, assim o “capitalismo de rapina”. O poder do Estado é usado frequentemente para impor os processos da acumulação por espoliação, sendo o Estado um grande agente do “novo” imperialismo (HARVEY, 2014).

As formulações de Harvey, sem dúvida, são de rica importância para o aprofundamento do debate acerca dos processos de expropriação na contemporaneidade. Todavia, a historiadora brasileira, Virgínia Fontes (2010), em seu livro *O Brasil e o Capital-imperialismo: teoria e história*, também retoma o debate da expropriação iniciado por Marx

para pensar a dinâmica do capitalismo contemporâneo, apontando, também, algumas limitações das elaborações de Harvey.

Para essa autora, a existência de trabalhadores livres é a base social primordial que constitui a relação capital e trabalho e que permite a acumulação ampliada de capital. Desse modo, é intrínseco ao capital ampliar e exacerbar a disponibilidade massiva desses trabalhadores, impor a ferro e fogo a subjugação do conjunto da população aos desígnios do capital. A expropriação, portanto, é condição social inicial e permanente desse sistema econômico e social e a apropriação dos meios de produção, compreendendo-os como à produção da totalidade da vida social, pelos capitalistas, torna-se cada vez mais perversa, transformando esses meios de vida em meios de exploração do trabalho pelo capital (FONTES, 2018).

A condição fundamental para transformar o conjunto da existência social numa forma subordinada ao capital é a expropriação dos trabalhadores e sua separação das condições (ou recursos) sociais de produção, que corresponde a um processo histórico ao qual se superpõe, na atualidade, a exasperação dessas expropriações, através de uma disponibilização crescente da população mundial ao capital (FONTES, 2010, p. 42).

Fontes (2010) afirma que as expropriações que ocorreram na acumulação primitiva não devem ser vistas enquanto um episódio inerente a um momento da história da humanidade, relegado à condição “prévia” do capitalismo. O caráter expansionista do capital, marcado pela crescente concentração e centralização de capital, impulsiona constantes expropriações, sendo, portanto, sua condição necessária, pois “[...] as expropriações constituem um processo permanente, condição da constituição e expansão da base social capitalista e que, longe de se estabilizar aprofunda-se e generaliza-se com a expansão capitalista” (FONTES, 2010, p. 45).

A relação social do capital repousa sobre uma relação social marcada pela expropriação originária dos trabalhadores da terra, a qual dissolveu a propriedade privada baseada no próprio trabalho. Assim, a expropriação primitiva ou originária, que diz respeito à expropriação dos produtores diretos de sua base fundiária, não se limita à formação do sistema capitalista, ela permanece e se reproduz em escala sempre crescente, conduzindo para a supressão não só das terras, mas também das condições de existência desses trabalhadores da terra.

No sistema capitalista qualquer atividade que permita uma conexão entre os trabalhadores e os meios de vida, de modo a assegurar a sobrevivência, pode sofrer

expropriação. Com as expropriações, os meios de vida são apropriados pelos capitalistas. Se apropriar, no modo de produção capitalista, é transformar em propriedade privada. A apropriação dos meios de produção envolve, historicamente, a subjugação dos processos anteriores de produção, pois, a propriedade privada do capital “recobre e reatualiza todas as formas precedentes de propriedade” (FONTES, 2018, p. 43). Segundo Mattos (2019, p. 39), “[...] a afirmação da propriedade privada capitalista só foi possível devido à completa destituição da maioria dos produtores diretos de qualquer propriedade que pudessem ter, a não ser a da sua força de trabalho”.

A propriedade especificamente capitalista repousa na exploração do trabalho alheio e da natureza, cujo objetivo é a produção de mais-valor (MARX, 2011). Apenas quando ocorrem as expropriações dos seres sociais dos seus meios de existência “se torna possível expandir um modo de ser em que tendencialmente tudo parece poder converter-se em mercadoria” (FONTES, 2018, p. 35). Entretanto, isto só se torna possível através da atuação contemporânea dos Estados enquanto

[...] garantidores da reprodução da propriedade do capital contra suas populações, contra as demais formas históricas da propriedade, devastando – inclusive juridicamente – qualquer tipo de propriedade (coletiva ou privada) que ameace a única que representa o capital – a capacidade altamente concentrada de extrair mais-valor em grande escala de trabalhadores formalmente livres (ibidem, p. 41).

A permanente sangria dos povos do campo revela a dinâmica expansionista do capital que altera toda a forma de ser e de existir desses povos. Fontes (2010) destaca seis pontos fundamentais para se compreender as expropriações primárias no sistema capitalista e sua permanência:

a) A expropriação primária histórica ocorrida nos países centrais, em especial na Inglaterra, foi um fenômeno intenso e de longa duração, do século XV ao XIX, fazendo crescer repentinamente a população urbana.

b) As expropriações primárias se expandiram, atingindo as populações dos países periféricos, através da política colonial que possibilitou ao capital novas massas de trabalhadores “livres” e necessitados do mercado e uma maior disponibilidade de recursos naturais para serem absorvidos na produção capitalista.

c) As expropriações nos países periféricos, condicionadas pela política colonial cuja marca central é a violência, causaram inúmeras revoltas nas populações originárias existentes nos territórios, o que resultou na necessidade de emigração de europeus para “administrar”

esses países, colônias, intensificando as expropriações e a apropriação privada dos recursos naturais.

d) O número crescente de urbanização revela parcialmente a dinâmica das expropriações primárias na contemporaneidade. Segundo Fontes (2010), em 1950 a população urbana mundial representava apenas 30% do total, todavia, em 2007, a população urbana do mundo chegou a 50%. No caso brasileiro, nos anos 1960 e 1970 a população tornou-se mais urbana devido ao processo de industrialização que ocorreu nesses anos. Atualmente 80% da população brasileira vive em cidades, todavia, a crescente urbanização brasileira se dá ao mesmo tempo em que o país se interioriza, ou seja, apropria-se das terras, dos recursos naturais existentes no interior do território brasileiro visando garantir a produção ligada às *commodities* (ATLAS NACIONAL DO BRASIL MILTON SANTOS, 2010). Caso persista a crescente urbanização condicionada pela hegemonia do capital, não há possibilidade de retorno às características rurais dos territórios.

e) Diante da crescente urbanização e da submissão dos trabalhadores da terra e dos recursos naturais à lógica capitalista, o mercado torna-se, cada vez mais, o único meio de se garantir a subsistência.

f) Os dados crescentes de urbanização, apesar de apontar as tendências das expropriações, não dão conta de expressar a incidência das expropriações que devem ser quantitativa e qualitativamente mais expressivas.

A expansão das bases primárias sobre as quais se estrutura a relação social do capital abrange praticamente todas as dimensões da vida e em sua face contemporânea torna-se extremamente agressiva e ilimitada. Tais expropriações incidem, historicamente,

Sobre direitos tradicionais, como uso de terras comunais, direitos consuetudinários, relação familiar mais extensa e entreajuda local, envolve profundas transformações culturais, ideológicas e políticas. A começar pelo fato de que essa população – e parcela daquela que persiste no campo – depende crescentemente do mercado para subsistir e, quer se configure em disciplinada massa trabalhadora, (ou seja, apresentada) quer como população “sobrante” (“proletariado”, como chegavam a dizer alguns), depende, para sua existência, de relações mercantis (FONTES, 2010, p. 51).

Além da permanência das expropriações primárias, no capitalismo contemporâneo, as expropriações passam a incidir sobre os trabalhadores já urbanizados, o que a mencionada autora intitula de expropriações secundárias²³. Estas expropriações não significam a perda da propriedade dos meios de produção, como ocorre nas expropriações primárias, mas exacerba

²³ Para maior aprofundamento consultar Fontes (2010) e Miguel (2018).

a disponibilidade dos trabalhadores ao mercado. Além disso, as expropriações na contemporaneidade também devoram os elementos da natureza, bens naturais até então socialmente disponíveis, como as águas doces e salgadas e o ar (FONTES, 2010).

As expropriações primárias seguem extirpando os recursos sociais de produção das mãos dos trabalhadores rurais, incidindo diretamente sobre os recursos sociais de produção, em especial sobre a terra. Processo em curso há mais de quatro séculos, experimenta nos últimos anos uma aceleração impactante e vem reduzindo a margem de sobrevivência de semiproletariados em praticamente todas as regiões do planeta. Mas as expropriações secundárias se abatem também sobre conhecimentos (como já ocorreu no século XIX, na introdução das grandes indústrias e no século XX, com o fordismo), sobre a biodiversidade, sobre técnicas diversas, desde formas de cultivo até formas de tratamento de saúde utilizadas por povos tradicionais (FONTES, 2010, p. 59).

Diferente das afirmações de David Harvey (2014), que aponta a dualidade entre o capitalismo normalizado, com a reprodução expandida, e o capitalismo predatório, marcado pela acumulação por espoliação, Virgínia Fontes (2010) afirma que o capitalismo jamais correspondeu a uma forma plenamente “normalizada”, pois a expansão das relações sociais capitalistas depende sempre de sucessivas expropriações e a “violência primordial do capital é permanente e constitutiva: a produção em massa da expropriação, sob formas variadas, em função da escala da concentração de capitais, jamais se reduziu ou ‘normalizou’ em escala mundial” (FONTES, 2010, p. 64).

Harvey (2014) também analisa as dimensões internas e externas do capital, afirmando que o capital necessita sempre de um fundo de ativos *fora de si mesmo* para garantir sua acumulação. Entretanto, contesta Fontes (2010) evidenciando o caráter desigual da expansão do capital que inclui de modo diferente os países em sua lógica de acumulação, não estando esses países, ou territórios, *fora*, mas inseridos de modo desigual, subordinados, pois “as expropriações, condição de sua plena expansão foram realizadas de maneira, ritmos e graus diversos, acoplando formas de produção diversificadas sob o controle do capital” (ibidem, p. 71). “O que até outrora fora exterior torna-se, doravante, incorporado, internalizado, ainda que de maneira profundamente desigual” (ibidem, p.72). Os países da América Latina, como o Brasil, não estavam(ão) fora da órbita do capital; contudo, as expropriações nesse território se deram de modo desigual, comparadas com a dinâmica do capital nos países centrais.

As expropriações não ocorrem de maneira homogênea e, ao contrário, ainda que incidindo sobre elementos similares (como a terra, as águas, direitos, etc.) em diferentes países, ocorrem de maneira extremamente desigual e contribuem para aprofundar desigualdades também no interior das classes trabalhadoras (ibidem, p. 94).

A partir dessas reflexões sobre as expropriações e das elaborações teóricas de Lênin sobre a conversão do capitalismo concorrencial em imperialismo, ou capitalismo monopolista, Fontes (2010) afirma que na segunda metade do século XX houve o crescimento do imperialismo, o que conduziu a um salto no patamar de acumulação do capital fomentado por um aumento no processo de expropriações sociais, sejam elas primárias ou secundárias. Esse momento histórico é marcado pelo período do pós Segunda Guerra Mundial que impôs modificações no ritmo e a forma da expansão capitalista. A expansão do capitalismo nesse momento passa a ocorrer pela via do imperialismo. Desse modo, Fontes (2010) conceitua de capital-imperialismo essa fase do capitalismo contemporâneo, uma totalidade em constante dilatação, resultado do patamar inimaginável de concentração.

Falar, pois, de capital-imperialismo, é falar da expansão de uma forma de capitalismo, já impregnada de imperialismo, mas nascida sob o fantasma atômico e a Guerra Fria. Ela exacerbou a concentração concorrente de capitais, mas tendencialmente consorciando-os. Derivada do imperialismo, no capital-imperialismo a dominação interna do capital necessita e se complementa por sua expansão externa, não apenas de forma mercantil, ou através de exportações de bens ou de capitais, mas também impulsionando expropriações de populações inteiras das suas condições de produção (terra), de direitos e de suas próprias condições de existência ambiental e biológica (FONTES, 2010, p. 149).

Nenhum país repetiu o mesmo percurso para o capitalismo, cada país, a partir das suas particularidades históricas, teve sua trajetória marcada pela lógica do capital. Portanto, a expansão do capital imperialismo atingiu de modo desigual os países, afirmando a hegemonia dos países centrais e subordinando ainda mais os países periféricos. Com o capital-imperialismo, a ordem do capitalismo impôs aos países uma dupla dominação, interna e externa, com vista a garantir a acumulação perpétua do capital (FONTES, 2010). O capital-imperialismo é devastador, impõe-se de modo imperioso sobre a realidade social, principalmente através de três características basilares: 1) a predominância do capital financeiro²⁴; 2) a dominância da pura propriedade capitalista; 3) o impulso avassaladoramente expropriador.

No início do século XX, como foi destacado por Lênin, houve uma “união íntima” entre os grandes proprietários industriais e os grandes banqueiros, alterando assim o processo de acumulação do capital. Contudo, na segunda metade do século XX, após a Segunda Guerra

²⁴ Neste trabalho optamos por utilizar o conceito de capital financeiro para entender a dinâmica da valorização do valor na contemporaneidade. Contudo, vale salientar que Marx (2017) no Livro III d'O Capital utiliza o conceito de capital monetário e Fontes (2010) também utiliza o mesmo conceito, porém, compreende-se que diz respeito ao mesmo movimento de autorreprodução do capital na atual fase do capitalismo.

Mundial, ocorreu a “união íntima” entre capitais de qualquer origem, conduzindo para a “pura propriedade de recursos sociais de produção” ou “propriedade da capacidade potencial da produção” (FONTES, 2010, p. 23). O patamar de concentração ocasionado pela relação entre os dois grandes capitalistas, industrial e bancário, desembocou na formação de imensos conglomerados multinacionais que estariam indo em direção a uma “propriedade quase descarnada de capital, transformando-se num capital-imperialismo tentacular e abrangendo alguns países até então periféricos” (p.155).

As corporações transnacionais, no período de grande crescimento econômico, pós Segunda Guerra Mundial, acumularam uma imensa massa de capital-dinheiro que proporcionou a lógica de financeirização da riqueza. A desregulamentação financeira, que ocorre de fato com o declínio do acordo de Bretton Woods²⁵, nos anos de 1970, que resultou na quebra da paridade ouro-dólar, tornou-se um modo de fazer prevalecer o movimento de “autovalorização” do valor, abrindo caminho para as infindas manobras especulativas desenvolvidas pelo capital, uma saída crucial para o sistema nessa nova temporalidade histórica (ALVES, 2013). Por causa da crescente dificuldade de valorização do capital investido na produção, as finanças passaram a prevalecer, elevando as contradições do capitalismo a um nível superior, sobretudo na periferia do sistema. Apesar do capital financeiro ocultar e dar a impressão de que dinheiro gera dinheiro, encurtando o ciclo de capital, de D-d-M-d-D'²⁶ para D-D', os juros derivados do ciclo D-D' encobrem a intensificação da extração acelerada do mais-valor, existindo um rigoroso controle da atividade central à qual estão destinados os capitais, um controle impiedoso e ilimitado do trabalho e dos trabalhadores (FONTES, 2010).

Com base na produção capitalista, o dinheiro – aqui considerado expressão autônoma de uma soma de valor, sendo indiferente se esta existe, de fato, em dinheiro ou em mercadorias – pode ser convertido em capital e, imediatamente essa conversão, deixa de ser um valor dado para se transformar num valor que valoriza a

²⁵ Na cidade de Breton Woods, nos Estados Unidos, delegados de diferentes nações se reuniram, em julho de 1944, visando estabelecer as bases para o funcionamento do capitalismo no pós-guerra. Dentre essas bases foi estabelecido que o dólar seria a moeda do sistema financeiro e que poderia ser convertido em ouro. Todavia, esta base foi rompida devido às pressões sobre o dólar, levando à desorganização financeira, ao surgimento de operações de empréstimos/depósitos que escapavam do controle das organizações imperialistas. Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/o-que-foi-o-acordo-de-bretton-woods/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

²⁶“D (capital-portador-de-juros, ou dinheiro nas mãos de detentores de grandes massas monetárias, bancos ou outros) é convertido em capital através de empréstimo (ou outras formas de aplicação) para - d (dinheiro nas mãos de quem vai extrair sobretrabalho, capitalista funcionante, quer seja ou não proprietário dos meios de produção) – M processo de produção, realizado através da compra de força de trabalho e de meios de produção, quando o dinheiro d se imobiliza durante o processo de produção – d' após o processo produtivo, ocorre a venda das novas mercadorias produzidas e reconversão em dinheiro, com um lucro (‘) – D' pagamento de juros ou remuneração ao capital-portador-de-juros ou capital monetário (‘), como parcela do lucro gerado no processo produtivo” (FONTES, 2010, p. 25).

si mesmo, incrementa a si mesmo. Ele produz lucro, isto é, permite ao capitalista extrair dos trabalhadores determinada qualidade de trabalho não pago, de mais-produto e de mais-valor, e de apropriar-se desse trabalho. Com isso, ele obtém, além do valor de uso que já possui como dinheiro, um valor de uso adicional, a saber, aquele de funcionar como capital. Seu valor de uso consiste aqui precisamente no lucro que ele produz ao se converter em capital. Nessa qualidade de capital possível, de meio para a produção do lucro, ele se torna mercadoria, mas uma mercadoria *sui generis*. Em outras palavras, o capital como tal torna-se mercadoria (MARX, 2017, p. 385-386).

Conforme exposto anteriormente, a expropriação, ou seja, a separação dos produtores diretos de suas terras, de seus meios de produção e de subsistência e a conseqüente apropriação desses meios pelos capitalistas é condição permanente do capitalismo. Porém, com o predomínio do capital financeiro as expropriações vêm produzindo, de forma exasperada, trabalhadores disponíveis para o mercado que passam a ser submetidos à dinâmica da reprodução ampliada do capital (FONTES, 2010). Vale salientar o papel desempenhado pelo Estado no processo da financeirização, possibilitando a construção do terreno para que a financeirização frutifique. Além disso, na contemporaneidade, assiste-se ao processo de financeirização da natureza através de um sistema cujo objetivo é se apropriar de diversos recursos e territórios para garantir a acumulação do capital. Por causa da financeirização, as matérias-primas mais básicas, como milho, soja, petróleo, transformam-se em mercadorias, consumidas no comércio especulativo das *commodities*.

Há um aprofundamento das expropriações primárias no capitalismo contemporâneo, trabalhadores da terra continuam a ser expropriados de suas terras, de seus meios de vida, de modo perverso. E os meios elementares a vida encontram-se cada vez mais concentrada nas mãos dos capitalistas. Por isto, assiste-se a uma expansão sem precedentes das relações sociais típicas capitalistas, pretende-se homogeneizar os modos de vida de acordo com as necessidades do capital (FONTES, 2010).

Dessa maneira, a busca desenfreada pela acumulação perpétua do capital resulta em constantes e perversas expropriações, impulsionada pelo capital financeiro. Se este processo configura um traço permanente do sistema capitalista, esse se exponencia no atual contexto de crise. Segundo Mészáros (2011), o sistema capitalista vive desde a década de 1970 uma crise sem precedentes, caracterizada pelo autor como crise estrutural do capital. Não se trata de uma crise do sistema capitalista estritamente, mas uma crise do capital, de seus mecanismos civilizatórios. O capital, em sua irreprimível expansão, impôs uma lógica fundamentalmente irracional e trouxe consigo uma insuperável limitação histórica, resultado da sua aguda incontrollabilidade. Ainda, afirma o autor, o capital vive desde o século XX o fim de sua “ascendência histórica”. Portanto, as contradições que surgem nesse momento histórico

expressam os limites estruturais do próprio capital, marcado pelo antagonismo no qual se subordina o trabalho ao capital.

A crise estrutural anuncia a emergência de uma crise ecológica sem precedentes. De acordo com Lowy (2014, p. 41), “[...] pela dinâmica expansionista, o capital põe em perigo ou destrói as suas próprias condições, a começar pelo meio ambiente natural”. A natureza é vista pelo capital apenas em seu valor de troca, enquanto mercadoria, pois a sua racionalidade é pautada nas leis do mercado, na corrida por superlucros. Portanto, com a crise estrutural, aprofundam-se os processos de expropriação e de apropriação pelo capital dos recursos naturais requerendo, para isso, maior intervenção do Estado.

Sob o comando do capital financeiro, os excedentes de capitais em busca de valorização dirigem-se tanto a atividades não diretamente inseridas no circuito mercantil, impondo sua mercantilização quando busca transformar em mercadoria os meios necessários à existência (a exemplo da água, do ar), e quando invade áreas ou territórios ricos em recursos naturais, sobretudo na periferia do sistema em busca de apropriar-se dos mesmos. Assim, a dinâmica da acumulação põe o ciclo da natureza em constante perigo, pois, apesar das barreiras em relação aos recursos naturais serem evidentes, a busca desenfreada pela apropriação dos mesmos se mostra cada vez mais destrutiva (HARVEY, 2011).

Esta dinâmica se afirma através de diversificados mecanismos, seja a intensificação da atividade extrativista (mineral, vegetal, etc.) cujo fim último é alimentar o circuito da descartabilidade, seja pela exportação para os países periféricos de capitais que demandam uso intensivo de recursos naturais (água, energia, grandes extensões de terra), ou ainda, de atividades que são de natureza essencialmente poluente; fato é que, por tais vias, promove-se o “ajuste espacial”, ou seja, uma “[...] inserção desigual de diversos territórios e formações sociais de mercado mundial capitalista” (HARVEY, 2006, p. 193), a qual visa garantir reservas de recursos que sustentem o sistema capitalista, mesmo que para isso se imponha uma “divisão internacional dos custos ambientais” que penaliza a periferia (e nela as regiões mais pobres). Expulsa-se as populações de seus territórios, pois estas possuem um modo de uso dos recursos naturais voltado à sua reprodução, distinguindo-se, portanto, da lógica capitalista cuja razão de ser é a acumulação. Desse modo, lança comunidades inteiras na superpopulação relativa latente (ou diretamente no pauperismo), apropriando-se dos bens de uso comum e de seu conhecimento ancestral em nome do progresso e da riqueza social.

Com a crise estrutural do capital, o Estado aprofunda a sua atuação. O Estado Moderno é a instituição que garante a dominação do capital como sistema social global, todavia, no contexto da crise, há uma crescente intromissão do Estado no processo

socioeconômico de reprodução do capital. Apesar das representações fantasiosas da “Direita Radical” sobre o recuo da fronteira do Estado, na contemporaneidade o Estado atua buscando resposta à incapacidade do sistema em garantir a expansão do capital. De acordo com Mészáros (2015, p. 27), “[...] a crise estrutural de nossa época ativa a demanda por um envolvimento cada vez mais direto do Estado na sobrevivência contínua do sistema”, pois o Estado moderno caracteriza-se como única estrutura que garante os objetivos do capital, que responde às necessidades que não podem ser diretamente resolvidas pelo próprio capital. De acordo com Angelim e Cunha (2016, p. 14) o Estado se

[...] mantém empenhado em apreender as táticas necessárias ao capital para enfrentar a queda da taxa de lucro e o aprofundamento da crise em curso ao subsidiá-lo na redução dos custos (infraestrutura, matéria-prima, entre outros), na ampliação de mercados, ao favorecer a autonomização da esfera bancária e outras medidas de caráter ideopolítico e de repressão e violência.

As formas estatais no sistema capitalista sempre se caracterizaram enquanto meios de manutenção e fortalecimento dos imperativos materiais da expansão sociometabólica do capital. Segundo Mészáros (2015), a lei no sistema capitalista é a “lei do mais forte”, a lei da classe que detém os recursos sociais de produção, a qual é legitimada pelo Estado. Contudo, este autor salienta um aspecto que está para além da lei e do direito: a sua destrutiva ilegalidade que se torna “[...] regra recorrente em períodos de grandes crises” (MÉSZÁROS, 2015, p. 47). A violência, portanto, é parte desse processo, sendo uma característica do modo de ser do capital. Por isso, mais do que nunca, o capital necessita do Estado para garantir o arcabouço institucional e ideológico que garanta sua expansão.

As estratégias do capital para o enfrentamento de sua crise estrutural foram conduzidas por um processo denominado “mundialização do capital” que, segundo Chesnais (1996), só foi possível porque estamos num contexto novo de liberdade do capital, sem ter que continuar a se submeter a entraves e limitações a que havia sido obrigado a aceitar, principalmente na Europa depois de 1945. A mundialização do capital configura-se enquanto medidas de reestruturações capitalistas que atingem as mais diversas instâncias da vida social na busca por garantir o ciclo da acumulação. Esse novo cenário conduziu para a vigência, no capitalismo global, da direção política neoliberal (LOPES; PORFÍRIO, 2014).

A partir de uma reestruturação política do capital, de cunho neoliberal, o capital buscou (a) um novo “salto para frente”, pautando-se na abertura econômica, na desregulamentação dos fluxos financeiros e na privatização dos serviços públicos. Desse modo, o neoliberalismo se configura enquanto uma estratégia política mundial cujo intuito é a

reversão da crise estrutural do capital vivida desde a década de 1970 (ALVES, 2013). No neoliberalismo há uma exponenciação do mercado e todas as outras instituições sociais devem estar a ele submetidas. Segundo Fontes (2010), o capital-imperialismo envolve toda a história do sistema do capital e não se limita à fase neoliberal; contudo, foi com a orientação política neoliberal que o capital-imperialismo aprofundou suas raízes e intensificou a reprodução do capital. No Brasil, a década de 1990 foi o período que marca, de modo crucial, a integração da economia nacional ao modelo neoliberal (MATHAIS; BRITO, 2016).

A nossa posição é a de que as expropriações das comunidades rurais ocorridas no período de expansão do Complexo Industrial e Portuário de Suape – objeto de nossa análise – fazem parte dos processos contemporâneos de expropriações ocorridos na atual fase do capitalismo. As tendências apontadas por Marx revelam-se verídicas ao se analisar o movimento do capital nesse momento histórico do capitalismo, marcado pela forte atuação do Estado com vista a garantir a acumulação. As expropriações não se dão do mesmo modo nos países dependentes, pois, historicamente, tais países contribuem para a manutenção da hegemonia dos países centrais, como é o caso dos países da América Latina. O Brasil tem como marca histórica o processo de expropriação das populações aqui existentes e a apropriação dos seus recursos naturais. Na contemporaneidade, pouca coisa foi modificada, com o projeto de desenvolvimento adotado pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT), de 2003 a 2014. No capítulo a seguir analisaremos as principais tendências dos processos de expropriações e a apropriação dos recursos no período acima referido.

CAPÍTULO II

EXPROPRIAÇÕES NA AMÉRICA LATINA: CENTRALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA, DEPENDÊNCIA E O PAPEL DO BRASIL NA DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO

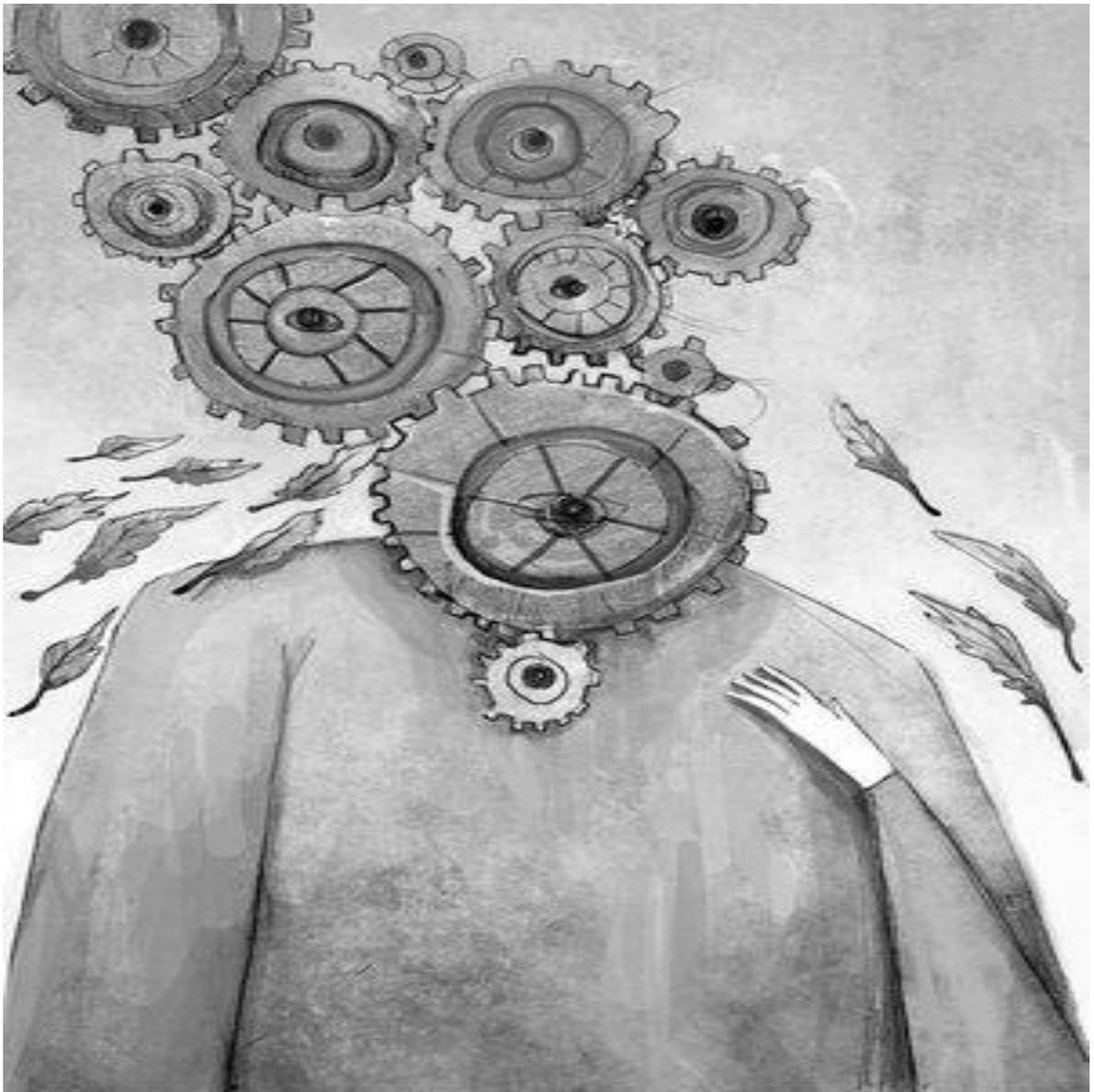


Ilustração do artista mexicano Isidro R. Esquivel. 2013.

3 EXPROPRIAÇÕES NA AMÉRICA LATINA: CENTRALIDADE DA QUESTÃO AGRÁRIA, DEPENDÊNCIA E O PAPEL DO BRASIL NA DINÂMICA DA ACUMULAÇÃO

“Sob a pena de morte ela [a burguesia] obriga todas as nações a adotarem o modo de produção burguês, constringe-as a abraçar o que ela chama civilização, isto é, a se tornarem burguesas. Em uma palavra, cria um mundo à sua imagem e semelhança”.

Marx e Engels

No primeiro capítulo realizamos uma análise teórico-histórica sobre a gênese do capitalismo na Inglaterra, país analisado por Marx cuja expropriação se apresenta de forma clássica. A partir do nível mais elevado de abstração foi possível apreender a relação intrínseca entre capital e Estado, os quais atuam de modo interdependente, com vista a garantir a expropriação do trabalhador da terra e a apropriação dos meios de existência pelos capitalistas, sendo essa condição elementar para o surgimento e manutenção desse modo de produção. Esse traço característico das relações de capital revelou-se permanente no desenvolvimento do modo de produção capitalista, acompanhando a sua expansão.

Em nível menor de abstração, chegamos ao ponto da discussão que interessa ao delineamento do objeto aqui analisado. Como citado, anteriormente, o objetivo deste trabalho é *Identificar e analisar os mecanismos e as estratégias, políticas e ideológicas, utilizadas pelo Estado, com vistas a garantir as expropriações no Complexo de Suape (Pernambuco)*. O Complexo de Suape está localizado no Brasil, mais especificamente no Nordeste, país cuja formação sócio-histórica não segue o padrão clássico, tampouco assemelha-se à formação da Inglaterra. No capítulo XXIV, Marx (2013, p.787-788) destaca o seguinte: “A expropriação da terra que antes pertencia ao produtor rural, ao camponês, constitui a base de todo o processo. Sua história assume tonalidades distintas nos diversos países e percorre as várias fases em sucessão diversa e em diferentes épocas históricas”. Desse modo, Marx aponta que o processo de formação do capitalismo possui particularidades de acordo com o país no qual ocorre.

Todavia, alguns pensadores marxistas, ao analisarem a realidade latino-americana, consideraram que os países da América Latina seguiriam os mesmos passos dos países europeus, principalmente a Inglaterra, passando da condição feudal para a capitalista. A ideia de um continente “atrasado” que só alcançaria a modernidade através dos processos ocorridos na Europa empobreceu o pensamento de Marx que, em suas elaborações teóricas, apontou como o modo de produção capitalista estrutura-se de modo desigual (ARICÓ, 1983).

O desenvolvimento capitalista na América Latina compõe uma particularidade, síntese, portanto, de traços gerais da afirmação do modo de produção capitalista em condições históricas singulares, bem diversas dos países europeus. A drenagem da riqueza originária do continente é a marca do desenvolvimento capitalista nessa região, a qual contribuiu para o fortalecimento do capitalismo nos países centrais. Portanto, a expropriação da terra e a exploração do trabalho são os elementos constitutivos e contínuos que particularizam o desenvolvimento do capitalismo na América Latina, não sendo um elemento externo, mas dentro da lógica do capital em seu desenvolvimento desigual e combinado (TRASPADINI, 2018). O Brasil não foge à regra, a expropriação da terra e a exploração do trabalho são marcas que se perpetuam nesse país.

Neste capítulo, iremos nos debruçar sobre a particularidade das expropriações na América Latina, sobretudo no Brasil, destacando a centralidade que a questão agrária possui em sua formação sócio-histórica, característica que se mantém com o desenvolvimento capitalista, pois é essencial retomar as raízes fundadas no passado para compreender o presente. Nosso objetivo é evidenciar as mediações estruturais e conjunturais que contribuíram para a dinâmica econômica e política do Brasil nos anos de governo do Partido dos Trabalhadores (PT), de 2003 a 2014, momento denominado de neodesenvolvimentismo, no qual se expandiu o Complexo de Suape, resultando nas expropriações das comunidades rurais que viviam historicamente naquela localidade.

3.1 Notas para uma abordagem teórico-histórica das expropriações na América Latina: a centralidade da terra e do trabalho e o papel do Brasil

É a América latina, a região das veias abertas. Do descobrimento aos nossos dias, tudo sempre se transformou em capital europeu ou, mais tarde, norte americano, e como tal se acumulou nos distantes centros do poder. Tudo: a terra, seus frutos e suas profundezas ricas em minerais, os homens e sua capacidade de trabalho e de consumo, os recursos naturais e os recursos humanos. O modo de produção e a estrutura de classes de cada lugar foram sucessivamente determinados, do exterior, por sua incorporação à engrenagem universal do capitalismo.
Eduardo Galeano

As principais elaborações teóricas de Marx buscam discutir e apresentar as leis tendenciais que direcionam o movimento do sistema capitalista, por isso, seu pensamento é conduzido pelo espaço-tempo no qual o capitalismo engendrava-se e difundia-se. Essas leis não são afirmações de sequências regulares de acontecimentos, mas sim proposições sobre a

capacidade causal de determinados acontecimentos na história, afinal, o desenvolvimento do modo de produção capitalista ocorre em um mundo profundamente diverso e diferenciado (ARICÓ, 1983).

No tempo em que Marx escreveu os textos que hoje formam *Os Grundrisse*²⁷ (2011), eram escassos os materiais relacionados à América Latina pré-colombiana²⁸. Contudo, Marx em sua obra evidencia o papel que o continente desempenhou e segue desempenhando na gênese e na reprodução do capital. Desse modo, os teóricos marxistas latino-americanos buscaram, a partir do pensamento de Marx, compreender a formação sócio-histórica da América Latina e o seu lugar no modo de produção capitalista.

Todavia, essa aproximação com o pensamento de Marx se deu, inicialmente, de modo empobrecido, esvaziado do movimento dialético próprio do método elaborado por Marx. Essa aproximação foi conduzida, principalmente, pelas elaborações teóricas da Primeira e da Segunda Internacional Comunista (IC), as quais adotaram uma concepção linear da história e afirmavam a necessidade das sociedades passarem por todas as etapas do desenvolvimento, partindo do feudalismo, passando pelo capitalismo até chegar ao comunismo (ARICÓ, 1983).

Uma das interpretações sobre o desenvolvimento do sistema capitalista na obra de Marx diz respeito à compreensão de que os patamares de desenvolvimento tenderiam a se nivelar pelo mundo através de etapas históricas bem definidas, relacionadas às fases de desenvolvimento ocorridas na Europa, as quais conduziriam o continente latino americano a sair do “atraso” e chegar à modernidade. O elemento central dessa concepção diz respeito à existência de uma unilinearidade, ou seja, uma linha evolutiva que conduziria os diferentes países ao desenvolvimento. Uma unilinearidade na qual só se tornaria possível tornar-se desenvolvido através do capitalismo. Essa interpretação é intitulada como difusionista, pois defendia a tendência de uma difusão do capitalismo pelo mundo de modo idêntico em todos os países. Essa interpretação orientou vários autores marxistas em suas elaborações sobre a América Latina, os quais acreditavam que este continente estava ainda na fase feudal, devido à forte expressão da questão agrária (DE PAULA, 2014).

Existe outra interpretação que aponta uma “mudança” no pensamento de Marx em relação aos elementos supracitados relacionados ao movimento difusionista. Essa mudança, segundo alguns teóricos marxistas, possui relação com algumas produções de Marx

²⁷ Este livro é composto pelos rascunhos elaborados por Marx com os principais pontos abordados por ele em *O Capital*.

²⁸ O termo pré-colombiano refere-se ao período anterior à chegada de Cristóvão Colombo, navegador e explorador italiano responsável por liderar a frota marítima Espanhola que visava encontrar as Índias ocidentais, todavia, acabou “descobrir” a América Latina.

relacionadas à Ásia e à Rússia, as quais apontavam diferentes caminhos do desenvolvimento capitalista seguidos por esses países. De acordo com esses teóricos, Marx teria elaborado uma teoria da história multilinear, a qual revelava que as transformações das sociedades humanas seriam mais amplas e não conduziriam ao lugar onde se encontram os países industriais. Essa interpretação é nomeada de mudança radical (DE PAULA, 2014). Contudo, para essa interpretação e para a interpretação difusionista, o país é mais desenvolvido quando há maior predominância da lógica capitalista na existência social (BONETE, 2014).

Entretanto, através do exame cuidadoso da obra de Marx, a interpretação unilinear e a multilinear parecem não ter relação com as teses desenvolvidas por esse autor, muito menos com a realidade latino-americana, uma vez que Marx, a partir da concepção materialista e dialética, apreende a existência de determinações advindas da reprodução social, das leis tendenciais internas dos distintos níveis de desenvolvimento e das diferentes formações históricas, movimento que não foi realizado pelos teóricos dessas interpretações (DE PAULA, 2014). Em diversos momentos Marx aponta que a expansão capitalista não corresponderia à visão de progresso no mesmo formato que ocorreu na Europa, evidenciando que o modo de ser do capital em diferentes espaços se dá de modo desigual e repleto de contradições.

Em O Manifesto Comunista, Marx e Engels (2008) destacam a tendência de expansão das relações de capital, sobretudo diante do surgimento da grande indústria, a qual levaria todo o mundo a se inserir no modo de produção capitalista. Segundo esses teóricos (2008, p. 13), “a burguesia não pode existir sem revolucionar constantemente os instrumentos de produção, portanto as relações de produção, e, por conseguinte, todas as relações sociais”. Esse “revolucionamento” é uma tendência do modo de produção capitalista. No entanto, não significa que essas transformações irão ocorrer do mesmo modo como no desenvolvimento do capitalismo industrial inglês, pois o capital é essencialmente contraditório.

A categoria contradição é fundamental para se compreender o modo de ser do capital. O sistema capitalista estrutura-se e desenvolve-se por meio de contradições, sendo a expropriação uma das contradições centrais, como destaca Mészáros (2011) ao apontar a falta de unidade existente no capital, o qual necessita permanente da apartação dos trabalhadores da terra de seus meios de vida e a apropriação desses meios pelas classes dominantes, tendo no Estado um instrumento de formação e propagação dessa relação social. Portanto, o capital necessita constantemente de massas de expropriados, contudo, como aponta Fontes (2005), com o avanço do capitalismo, os expropriados tornam-se excluídos por externalização, ou seja, não há meios para inclusão dessas populações no mercado, tornam-se excluídos por dentro. Os expropriados são os condenados do sistema, os quais se veem desprovidos de

qualquer meio para garantir sua sobrevivência. Essa contradição, expressa pela expropriação, não se limitou a um espaço específico, a um momento da história, como expressa Marx em suas elaborações sobre a colonização.

Além dos processos de expropriação dos meios de vida dos trabalhadores do campo na Inglaterra, no capítulo XXIV do Livro I d'O Capital, Marx destaca outros métodos de acumulação primitiva, dentre eles há o sistema colonial²⁹, o qual tem por objetivo absorver todas as riquezas naturais e a força de trabalho de todas as regiões do globo (MIGUEL, 2018). O sistema colonial contribuiu para o fortalecimento e o amadurecimento do sistema capitalista na Europa, nas palavras de Marx (2013, p. 823),

O sistema colonial amadureceu o comércio e a navegação como plantas num hibernáculo. As 'sociedades Monopolia' (Lutero) foram alavancas poderosas da concentração de capital. Às manufaturas em ascensão, as colônias garantiam um mercado de escoamento e uma acumulação potenciada pelo monopólio do mercado. Os tesouros espoliados fora da Europa diretamente mediante o saqueio, a escravização e o latrocínio refluíam à metrópole e lá se transformavam em capital.

O sistema colonial contribuiu para o amadurecimento do comércio e da navegação, o que fez com que o capital mercantil chegasse a lugares onde ainda não existiam as relações sociais associadas ao mercado, não se limitando à Europa. Nas elaborações de Marx, o termo colonização pode ser entendido como conquista militar e ocupação de um território com o objetivo de dominar determinados povos e de explorar suas riquezas. Como também, refere-se à expansão mundial dos países Europeus, principalmente a partir do século XV, o que possibilitou a divisão do mundo em benefício dos países hegemônicos, onde as relações de capital estão mais desenvolvidas (HERRERA, 2019).

A terra, enquanto maior fonte de riqueza, no processo da acumulação primitiva, tornou-se parte do capital. Contudo, além desse aspecto, era fundamental que a terra também se tornasse um meio de acumulação de grandes fortunas as quais, posteriormente, seriam transformadas em capital industrial. A partir dessa lógica, o sistema colonial possibilitou, além do acúmulo de riquezas nas metrópoles, a drenagem das matérias-primas e a produção de alimentos a baixo custo nas colônias, nas quais existiam a abundância de terras e de mão de obra que, inicialmente, foram inseridas enquanto escravos e com o desenvolvimento do capitalismo tornaram-se trabalhadores "livres" (MIGUEL, 2018).

²⁹ Além do sistema colonial, Marx destaca a dívida pública e o sistema protecionista como métodos da acumulação primitiva. Para maior aprofundamento consultar Marx (2013) e Miguel (2018).

A descoberta das terras auríferas e argentíferas na América, o extermínio, a escravização e o soterramento da população nativa nas minas, o começo da conquista e saqueio das Índias Orientais, a transformação da África numa reserva para a caça comercial de peles-negras caracterizam a aurora da era da produção capitalista. Esses processos idílicos constituem momentos fundamentais da acumulação primitiva (MARX, 2013, p. 821).

Desse modo, Marx destaca, nos capítulos XXIV e XXV d'O Capital, que a colonização é marcada pela violência da conquista dos territórios e da submissão dos povos. A violência, portanto, é intrínseca à gênese do capital e se expressa efetivamente no sistema de colonização. Há uma concordância, uma relação, entre o avanço colonial ultramarino e o capitalismo da sociedade burguesa no centro do sistema mundial (HERRERA, 2019).

Os primeiros textos de Marx referentes à colonização foram publicados em 1853 no jornal progressista estadunidense New York Daily Tribune, intitulados *The British Rule in Índia* e *The Future Results of British Rule in Índia*³⁰, os quais discutiam o processo da colonização da Índia pela Companhia das Índias Ocidentais Britânica. A estrutura social indiana antes da colonização britânica se baseava nas comunidades aldeãs marcadas por uma complexa fragmentação social. A terra, nesse contexto, possuía seu caráter comum e o modo de produção possuía particularidades, o que levou Marx a chamar, nos *Grundrisse*, de Modo de Produção Asiático. Marx, inicialmente, acreditou que com o advento do colonialismo britânico seria possível tirar a sociedade indiana de uma condição milenar de estagnação social. No entanto, com o desenvolvimento capitalista na Índia, Marx aponta que ocorreram grandes transformações negativas. Com a introdução da propriedade privada da terra, grande parte da população ficou desprovida dos meios que garantiam a subsistência e, apesar da implantação das ferrovias, da integração às rotas do comércio globais, a Índia viu-se plenamente subjugada à lógica colonial britânica (NADKARNI, 2018). Desse modo, fica evidente que entre a Inglaterra e a Índia havia uma troca desigual.

A Rússia também é alvo das elaborações teóricas de Marx. Vera Zasulich, uma revolucionária Russa, mandou uma carta para Marx, em 1881, questionando sobre o porquê de na Rússia Imperial não haver ocorrido as expropriações nos moldes ingleses, mas mesmo assim havia capitalismo. Em resposta, Marx diz que os processos que ocorreram na Inglaterra são próprios da Europa Ocidental e que não podem ser vistos enquanto padrão (MARX, 1980). Marx salienta que se deve considerar, principalmente, o “meio histórico onde se encontra”, as determinações locais e o modo de desenvolvimento do capital nessa região. Foram quatro rascunhos elaborados por Marx, nos quais evidencia que o capital pode manter

³⁰ As Regras Britânicas na Índia e O Resultado Futuro das Regras Britânicas na Índia (Tradução nossa).

determinadas características agrárias, consideradas “atrasadas”, para assegurar a lógica do desenvolvimento capitalista, destacando que o aspecto “atrasado” não interfere na expansão do modo de produção capitalista, mas o fortalece. Assim afirma Marx (1980, p. 37),

A Rússia é o único país europeu onde a ‘comuna agrícola’ se tem conservado em uma escala nacional até hoje. Não é a presa de um conquistador estrangeiro como nas Índias orientais. Tão pouco vive isolada do mundo moderno. [...] Por outra parte, a contemporaneidade da produção ocidental capitalista, que domina o mercado do mundo, permite à Rússia incorporar à comuna todas as aquisições positivas alcançadas pelo sistema capitalista sem passar por sua força caudina (tradução nossa).

Essas elaborações teóricas de Marx evidenciam que não há uma unilinearidade no desenvolvimento e o que é dito como “atrasado” na verdade contribui para a expansão do capital. As contradições econômicas e sociais dos países periféricos possuem estreita relação com o desenvolvimento dos países centrais. Portanto, a partir dessas reflexões torna-se possível compreender a dinâmica das expropriações na América Latina.

O século XV não foi apenas o período das expropriações dos trabalhadores da terra no território inglês, o ano de 1492 é marcado pelo “descobrimento” da América Latina pelos espanhóis e portugueses, “descobria-se” um “novo mundo” com riquezas naturais incomensuráveis. A civilização que chega nesse território vivia a explosão criadora da Modernidade. A partir da drenagem dessas riquezas, a Idade Moderna se estruturou, sobretudo através do ouro e da prata, as quais abriram as portas para o mercantilismo capitalista no continente latino-americano. Existia um desnível entre as civilizações que aqui chegaram e as que aqui já habitavam, a civilização estrangeira ia impondo seu modo de vida já pautado na lógica mercantil (GALEANO, 2016). Portanto, dentro e fora da Inglaterra estruturavam-se processos violentos de ocupação territorial, os quais condicionavam a América do Sul ao modo de ser europeu.

O continente latino-americano era uno e diverso, porém, nesse período, predominava uma economia livre e espontânea. De acordo com Traspadini (2018) havia entre 40 a 100 milhões de pessoas no continente, as quais viviam diferentes processos produtivos, com forte predominância do valor de uso. Os meios de subsistências abundavam e eram frutos do trabalho coletivo e esforço comum. Os povos originários desfrutavam das riquezas naturais para garantir a sobrevivência, sem a necessidade de apropriação individual privada. A propriedade da terra era coletiva, assim como a propriedade das águas e das matas. Prevalcia o sentido de que a “vida vem da terra”, sendo a terra elemento comum e sagrado para essas formações históricas.

Apesar da diversidade latino-americana, a violenta história de dominação passa a unificá-la. Através da apropriação sanguinária das riquezas naturais e da expropriação dos povos indígenas que aqui existiam, conformou-se na América Latina uma forma de ser inerente ao conteúdo que se formava na Europa. Segundo Traspadini (2018, p. 128), “[...] a América Latina foi mais do que somente um território de pilhagem e saqueio. Foi o coração da acumulação originária e segue como os pulmões da acumulação capitalista”.

Marx, nos Grundrisse (2011), aponta três características indissociáveis e imprescindíveis no processo de formação do capitalismo na Europa ocidental e em outros territórios: 1) a dissolução da relação do produtor direto com a terra, seu laboratório de trabalho; 2) a dissolução das relações sociais próprias dessa formação, na qual o produtor é proprietário dos seus meios de trabalho; 3) a dissolução do poder de posse do produtor sobre seus meios de consumo. Essas três características destacadas por Marx possuem relação com o modo da “conquista” da América através da imposição violenta de um novo sistema de relações sociais e econômicas. Os mecanismos da acumulação primitiva estruturaram a troca desigual entre classes e entre países. De acordo com Traspadini (2018, p. 130),

A conquista/invasora da colonização da América Latina demarca a separação do ser humano de sua conexão direta com a terra e institui uma mediação peculiar que fundamenta a originária acumulação precedente de capital no mundo: o agente externo, enviado pelos vitoriosos da guerra, como agente potencializador interno das nascentes regras do jogo capitalista.

Traspadini (2018) divide em quatro fases o processo de desenvolvimento histórico da América Latina. A primeira diz respeito ao período da “conquista”, entre os séculos XV e XVII, marcada pelo mercantilismo e pelo avanço colonial. Nesse período estruturava-se na Inglaterra o modo de produção capitalista e concomitantemente, devido à guerra das cruzadas, foi possível expandir o fluxo mercantil para além desse território, resultando na invasão da América Latina, um território apto, segundo os europeus, para a extração de riqueza na forma mercantil. Nesse contexto, Portugal transformou-se num país marítimo, voltando seu olhar para o oceano, visando tornar-se uma grande potência colonial. Conforme aponta Traspadini (2018, p. 119),

Nesse período de fundação das bases do modo de produção capitalista que ainda não era homogêneo, nem expansivo, e sim particular e localizado em especial na Grã Bretanha, as colônias da América cumpriam uma função chave: serem territórios anexados às metrópoles em guerra e transição, que possuíam, dentro de suas particularidades – oriundas dos distintos modos de produção vigentes no continente antes da invasão metropolitana –, uma riqueza originária que serviu ao fim mercantil na acumulação primitiva – baseada no saqueio, na espoliação – e, não menos

importante, na implementação interna de novos processos produtivos ancorados na abundância de terra e de trabalho.

Florestan Fernandes, em sua obra *Capitalismo Dependente e Classes Sociais na América Latina* (1981), discute os padrões de dominação externa na América Latina, afirmando que as nações latino-americanas são produtos do colonialismo que teve início com a “conquista” desse continente, o qual transformou esse território em subserviente dos países centrais. Desse modo, esse autor analisa as fases e as formas de dominação externa no continente. Para ele, a primeira fase tem relação com o sistema colonial, no qual os colonizadores faziam prevalecer os interesses das Coroas da Espanha e de Portugal. Sob uma estrutura que associava estamentos e castas, apenas os colonizadores podiam participar das decisões políticas e econômicas da região.

Na mesma direção, Caio Prado Júnior (2004) afirma que a colonização portuguesa na América não era um fato isolado, mas parte de um todo relacionado à dinâmica de gênese e estruturação do sistema capitalista. Por conseguinte, o descobrimento e a colonização da América são resultados do desenvolvimento do comércio continental europeu. De acordo com Prado Júnior (2004, p. 22),

[...] todos os grandes acontecimentos que se convencionou com razão chamar dos ‘descobrimientos’, articulam-se num conjunto que não é senão um capítulo da história do comércio europeu. Tudo que se passa são incidências da imensa empresa comercial a que se dedicaram os países da Europa a partir do séc. XV, e que lhes alargará o horizonte pelo oceano afora.

Logo, a ideia de colonização da América Latina possuía estreita relação com o avanço das atividades mercantis e isto explica o espírito com que os povos da Europa abordaram a América. Os europeus não tinham o interesse de povoar o continente latino-americano, mas sim de montar estruturas que possibilitassem a apropriação das riquezas originárias desse território e a produção de gêneros que interessavam ao seu comércio, cujo trabalho não seria executado pelos europeus, mas pelos povos aqui encontrados, os povos indígenas e os negros escravizados (PRADO JÚNIOR, 1987).

O meio mais visado de adquirir as riquezas desse território foi através da mineração, da extração de metais preciosos, principalmente ouro e prata, como afirma Eduardo Galeano no clássico *As Veias Abertas da América Latina* (2016, p. 43), “os metais arrebatados aos novos domínios coloniais estimularam o desenvolvimento europeu e até se pode dizer que o tornaram possível”. A agricultura também ofereceu os meios de crescimento para o comércio europeu devido à grande extensão de terra e fertilidade do solo latino-americano. A América

Latina subsidiou a Europa com alimentação e recursos naturais extraídos pela mão de obra dos povos originários e imigrantes (os africanos tornados escravos). Ao longo desse processo, cada região passou a se identificar, não de forma espontânea com o que produzia, cada produto converteu-se em uma atividade específica do país. Então, a divisão internacional do trabalho foi se estruturando junto com o capitalismo (GALEANO, 2016).

Portanto, a América se apresentava enquanto um negócio europeu, no qual a expropriação da terra e a exploração do trabalho dos povos originários são os elementos centrais que marcam a dependência e a prosperidade europeia, sendo este o sentido da colonização latino-americana, marcada por um intercâmbio desigual (PRADO JÚNIOR, 2004). A contribuição involuntária que os países da América Latina deram à acumulação primitiva do capital na Europa ocidental foi superior ao capital investido em todas as indústrias europeias até 1800³¹ (MANDEL, 1968).

José Carlos Mariátegui, em sua obra *Sete Ensaios de Interpretação da Realidade Peruana* (2010), analisa a formação socio-histórica peruana a partir da colonização. Através do materialismo histórico-dialético, Mariátegui analisa as contradições presentes no período da “conquista” e as marcas presentes no Peru originadas nesse processo histórico. Para Mariátegui (2010), a colonização do Peru pelos espanhóis foi uma quebra da continuidade dos processos sociais que existiam anteriormente. A sociedade indígena e a economia incaica foram desestruturadas completamente com o golpe da “conquista”. A terra e os seres humanos existentes no Peru foram repartidos entre os colonizadores espanhóis, formando, assim, o que ele chama de uma base econômica feudal.

No lugar da propriedade coletiva foi instituída a grande propriedade privada marcada pelo latifúndio, o qual prosperou diante da exploração da mão de obra indígena e negra. O latifúndio e a servidão dos povos indígenas e negros são as marcas desse período histórico que até hoje reverberam. Ao apresentar o problema da terra na realidade peruana, Mariátegui

³¹ Ernest Mandel (1968, p. 3) fez o cálculo do valor do ouro e da prata apropriados na América pelos europeus. Segundo ele, “Já havíamos tentado em outra ocasião efetuar este cálculo de transferência de valores das colônias para a Europa ocidental durante o período 1500-1750. Eis aqui o resultado aproximado dessa avaliação: a) E. J. Hamilton calcula o valor do ouro e da prata transferidos para os espanhóis desde a América do Norte e do Sul, para a Europa, entre 1503 e 1660, em 500 milhões de peso-ouro; b) H. T. Colenbrander estima a quantidade retirada da Indonésia pela Companhia Holandesa da Índia Oriental, durante o período de 1650-1780, em 600 milhões de peso-ouro. c) El R. P. Rinchon calcula os benefícios obtidos pelo capital francês – somente com o comércio de escravos durante o século XVIII – em cerca de 500 milhões de libras-ouro francesas; sem destacar os benefícios obtidos pelo trabalho desses mesmos escravos nas plantações das Antilhas; d) H. V. Wiseman e a Cambridge History of The British Empire avaliam os benefícios obtidos pelo trabalho dos escravos nas Índias Ocidentais britânicas em 200-300 milhões de libras-ouro inglesas; e) Exclusivamente o saque da Índia durante o período 1750-1800, relatou a classe dominante britânica entre 100 e 150 milhões de libras-ouro. A soma de todas essas quantidades supera os mil milhões de libras-ouro ingleses, quer dizer, mais que o valor total do capital investido em todas as empresas industriais europeias até 1800”. (Tradução nossa).

contribui com a reflexão sobre a centralidade da questão agrária no continente, pois, tanto no Peru quanto em outros países, a estrutura agrária fundada no período colonial se mantém.

Todavia, ao invés de direcionar os seres humanos que habitavam a América Latina ao trabalho na terra, os espanhóis deram início ao extermínio indígena, ao regime de despovoamento, pois, devido à riqueza das terras latino-americanas, a resistência dos povos indígenas ao domínio europeu representava uma ameaça. Segundo Eduardo Galeano (2016), o contato com o homem branco, para os povos indígenas da América, foi e continua sendo, o contato com a morte. Mariátegui (2010, p. 61) afirma que “[...] a conquista foi, antes de tudo, uma tremenda carnificina”³². Os indígenas que não eram mortos foram obrigados a realizar trabalhos servis nas terras pertencentes à colônia. Diante do extermínio dos povos originários, importaram-se escravos negros para trabalhar nas terras, visando reduzir o desequilíbrio demográfico entre brancos e índios.

A realidade peruana é a expressão da marca da “conquista” em toda a América Latina. A expropriação da terra e a exploração do trabalho são os elementos constitutivos e contínuos da formação desse continente. Desse modo, a exploração agrária nos trópicos tomará a forma de latifúndio, cujas marcas são a produção em larga escala de um único produto e a exploração do trabalho escravo dos índios e dos negros, visando atender à demanda externa. A questão agrária explica o funcionamento do processo de gênese e desenvolvimento do modo de produção capitalista na América Latina, sendo a questão agrária uma das expressões da questão social³³, fundamento do desenvolvimento desigual presente na América do Sul. Assim sendo, compreende-se a questão agrária como uma das expressões da contradição capital-trabalho, sobretudo, da predominância do capital sobre a terra. Como afirma Traspadini (2018, p. 133),

Nas economias centrais, a questão agrária conforma a raiz do desenvolvimento capitalista. [...] Nas economias dependentes, a questão agrária demarca o processo particular relativo à forma-conteúdo da violência do sobretrabalho, a superexploração da força de trabalho, como fundamento do desenvolvimento do subdesenvolvimento.

³² Mariátegui (2010, p. 72) expõe um dado relevante sobre o regime de despovoamento no Peru: “Contra todas as reprovações que – em nome de conceitos liberais, ou seja, modernos, de liberdade e justiça – se possam fazer ao regime incaico, está o fato histórico – positivo, material – de que assegurava a subsistência e o crescimento de uma população que, quando chegaram os conquistadores ao Peru, ascendia a 10 milhões e que, em três séculos de domínio espanhol, desceu a um milhão”.

³³ Segundo Josiane Soares Santos (2012), a questão social é explicada pelo processo de acumulação e reprodução do capital, oriunda da contradição entre capital e trabalho, pois ao mesmo tempo em que o capital institui o proletariado e o capitalista, produz também a penúria e a miséria que passam a ser determinadas, contraditoriamente, pelo pleno desenvolvimento de forças produtivas.

Portanto, nessa primeira fase apontada por Traspadini (2018) e Florestan (1981), marcada pelo período colonial, observa-se a centralidade da expropriação da terra e da exploração do trabalho na conformação das raízes que dão vida à dependência do continente latino-americano. A função do sistema colonial é mais densa e mais complexa do que o saqueio e a pilhagem dos recursos, marcada pela expropriação dos povos originários e pela instituição de outra forma de propriedade. A diversidade desse continente foi substituída por uma única ideia de progresso, de modernização. O período colonial possibilita a estruturação da dependência em dois sentidos: na função que a América Latina cumpre para fora e na constituição para dentro de particularidades históricas. Dessa forma, tem-se a origem do processo desigual na América Latina, visando, unicamente, a reprodução ampliada do capital.

As características do Brasil nessa primeira fase não se diferenciam das características dos outros países da América Latina. A expropriação dos recursos naturais e a exploração da força de trabalho dos povos originários e imigrantes, como os povos africanos, estão na base da colonização brasileira pelos portugueses. A economia agrícola brasileira tem como marca a grande exploração agrária voltada para o mercado externo. Prado Júnior (2004, p. 31-32) afirma o seguinte,

Se vamos à essência da nossa formação veremos que na realidade nos constituímos para fornecer açúcar, tabaco, alguns outros gêneros, mais tarde ouro, diamante; depois algodão e em seguida café, para o comércio europeu. Nada mais que isto. É com tal objetivo, objetivo exterior, voltado para fora do país e sem atenção a considerações que não fossem o interesse daquele comércio, que se organizarão a sociedade e a economia brasileira.

Portanto, o extrativismo compõe o modo de ser das expropriações nos países latino-americanos, um modo de apropriação da natureza e de expropriação dos povos originários nesse subcontinente. A terra, o ouro, a prata, a cana-de-açúcar, tudo é apropriado e transferido para o mercado externo. Esse padrão de acumulação colonial, vinculado ao surgimento do sistema capitalista, torna-se uma característica estrutural da América Latina juntamente com o processo de genocídio dos povos originários e da constante pressão para que eles se subjuguem à lógica mercantil. Enquanto característica estrutural, o extrativismo, enquanto expressão das expropriações na América do Sul, não se limita a esse período histórico, mas permanece, adaptando-se aos sucessivos ciclos econômicos. Para Svampa (2019, p. 16),

[...] a dimensão histórico-estrutural do extrativismo está vinculada à invenção da Europa e à expansão do capital. Associada à conquista e ao genocídio, o extrativismo na América Latina é de longa data. Desde tempos da conquista, os territórios latino-americanos têm sido preservados para a destruição e o saque. Rico

em recursos naturais, a região se foi reconfigurando uma e outra vez ao calor dos sucessivos ciclos econômicos, impostos pela lógica do capital. (tradução nossa).

A segunda fase do processo de desenvolvimento histórico, segundo Traspadini (2018), vai do século XVIII a XIX, marcado pelo capitalismo concorrencial e pelas independências políticas dos países latino-americanos. Com o desenvolvimento do capital industrial, as relações entre a Europa e os países que compõem o continente latino-americano se reconfiguram sobre novas bases, porém mantendo os mecanismos de dominação. As independências, que resultam na transformação das colônias em nações, e o fim formal do tráfico e do trabalho escravo, são os novos traços da dependência nesse período histórico, aprofundando a troca desigual.

Florestan (1981) também aponta esse período como outra fase da dependência na América Latina. A partir da desagregação do sistema colonial, devido às guerras e às revoltas sociais dos setores existentes nas colônias, os modos capitalistas de operar conseguem se expandir. As estruturas que garantiam a exportação dos produtos da América Latina foram mantidas nessa nova fase. Os países dominantes passaram a exercer o controle de mercado dos processos econômicos, o que Florestan (1981) intitulou de período neocolonial, no qual a dominação externa tornou-se indireta.

A independência política dos países latino-americanos é a marca central dessa nova fase. No lugar das colônias estruturaram-se nações, com seu próprio Estado nacional. Mariátegui (2010) destaca que a segunda etapa da conquista se inicia com a independência. A Espanha impunha muitos obstáculos ao desenvolvimento econômico das colônias, não permitindo que elas comercializassem com outra nação. Diante do impulso das forças produtoras das colônias, esse laço dependente foi parcialmente rompido, afinal, a independência sul-americana atendia às necessidades do desenvolvimento capitalista. Foi a Inglaterra que desempenhou o protagonismo no incentivo às independências dos países da América do Sul, engendrando, em contrapartida, um sistema de dominação com base em operações comerciais e financeiras com esses países periféricos. Desse modo, não foram alteradas as relações externas que o continente latino-americano vinha estabelecendo com a metrópole, como afirma Mariátegui (2010, p. 38),

Tão logo essas nações se tornaram independentes, guiadas pelo mesmo impulso natural que as tinha levado à revolução da independência, procuraram no tráfico com o capital e a indústria do ocidente os elementos e as relações exigidas pelo incremento de suas economias. Começaram a enviar ao Ocidente capitalista os produtos de seu solo e de seu subsolo. E do Ocidente capitalista começaram a

receber tecidos, máquinas e mil produtos industriais. Estabeleceu-se, assim, um contato contínuo e crescente entre a América do Sul e a civilização ocidental.

Com a independência, ascendeu uma nova classe dominante intimamente vinculada à velha classe latifundiária. Os povos indígenas não foram incorporados às novas leis elaboradas no período da República, continuaram a ter seus modos de vida e o seu direito à terra negados. Esse momento histórico garantiu a manutenção do latifúndio, sendo a propriedade privada da terra a âncora e o exemplo para a perpetuação das demais propriedades privadas do capitalismo mundial, aprofundando, assim, o problema agrário. Segundo Traspadini (2018, p. 169), “[...] a América Latina se torna independente para depender ainda mais das tramas da valorização do capital”. Portanto, após as independências não foram resolvidos os problemas históricos relacionados à terra e ao trabalho, na verdade eles foram acentuados. O extrativismo, enquanto expressão das expropriações na América do Sul, permanece como uma característica estrutural que subordina os países do subcontinente à dinâmica da economia central (SVAMPA, 2019).

Com a independência brasileira (cujo ponto de partida é a transferência da corte portuguesa para Portugal, em 1808) estrutura-se o Estado nacional. Com esse fato torna-se possível orientar o conjunto da vida brasileira de acordo com os estímulos e aspirações nacionais. Todavia, observa-se que a natureza e a estrutura colonial da sociedade brasileira perduraram. O fim do período colonial no Brasil não resultou em sua emancipação concreta, pelo contrário, com o avanço do capitalismo a dependência adquiriu formas mais complexas (PRADO JÚNIOR, 2004). A independência criou as condições para que se fortalecesse a estrutura do capitalismo que, segundo Fernandes (2008, p. 173), “[...] se acha no estágio de satelitização permanente e de espoliação sistemática da economia agrária”.

A terceira fase do desenvolvimento histórico destacado por Traspadini (2018) vai do século XIX ao início do século XX, período marcado pelo imperialismo. Nesse contexto, a América Latina permanece funcional à lógica capitalista. Florestan (1981) também destaca esse período como a quarta fase da dominação externa. Conforme esse autor, no período do imperialismo “[...] as influências externas atingiram todas as esferas da economia, da sociedade e da cultura” (FERNANDES, 1981, p. 16). O capital financeiro passou a controlar bases importantes da economia, transferindo excedente econômico para os países dependentes, transformando essas economias em mercadorias altamente lucrativas, sendo este período denominado por Fernandes (1981) de imperialismo restrito.

No marco do período imperialista, o revolucionário russo León Trotsky (1977), a partir da compreensão do capitalismo enquanto uma totalidade contraditória, afirmou em sua

obra, *História da Revolução Russa* (1977), que as regiões “coloniais” e “semicoloniais” não iriam superar o “atraso”, tornar-se plenamente desenvolvidas, em especial a partir da fase imperialista, pois o desenvolvimento capitalista associa os elementos modernos das nações avançadas às condições materiais e culturais arcaicas dos países periféricos. Portanto, há, além de uma essência desigual, uma essência combinada, os setores considerados “atrasados”, estão articulados aos setores modernos (LOWY, 1988).

A partir da análise sobre a Rússia, país considerado periférico do capitalismo mundial, onde prevaleciam diferentes estágios de desenvolvimento, da agricultura à indústria moderna, Trotsky (1977) afirmava que esses estágios estão articulados, combinados, favorecendo, assim, o processo de acumulação do capital. Assim, a lei do desenvolvimento desigual e combinado, cunhada por Trotsky, rompe com a teoria evolucionista, unilinear, alargando, assim, a compreensão sobre a forma de expansão e de dominação do capital sobre as formações históricas, principalmente dos países do capitalismo periférico. Trotsky foi, sem dúvida, o principal opositor das formulações teóricas e dos posicionamentos políticos vigentes na Segunda Internacional Comunista.

Trotsky (1977) apresenta uma definição coerente sobre a lei do desenvolvimento desigual e combinado, destacando o movimento dialético do desenvolvimento histórico capitalista, o qual funciona por meio de fusões contraditórias. O desenvolvimento de um país considerado “atrasado” apresenta a combinação de diferentes fases da história, da mais arcaica à mais avançada, o que torna esse movimento irregular e complexo.

A desigualdade do ritmo que é a lei mais geral do *processus* histórico evidencia-se com maior vigor e complexidade nos destinos dos países atrasados. Sob o chicote das necessidades externas a vida retardatária vê-se na contingência de avançar aos saltos. Desta lei universal da desigualdade dos ritmos decorre outra lei que, por falta de denominação apropriada, chamaremos de lei do desenvolvimento combinado, que significa aproximação das diversas etapas, combinação das fases diferenciadas, amálgama das formas arcaicas com as mais modernas (TROTSKY, 1977, p. 25).

O Brasil sempre esteve inserido no desenvolvimento desigual e combinado, seu atraso sempre favoreceu os países centrais. O imperialismo nada mais é do que o sistema internacional do capitalismo, o qual coloca as contradições do sistema capitalista em um patamar superior à inserção do imperialismo no Brasil “[...] foi como que resultante natural da evolução de um sistema econômico em que o nosso país já se achava enquadrado” (PRADO JÚNIOR, 1987, p. 81). No Brasil as portas estavam abertas para a expansão do capitalismo, herança do período colonial. Segundo Prado Júnior (ibidem, p. 93), “[...] O imperialismo deparou-se no Brasil com uma economia que pela própria origem e natureza de sua formação,

já se achava ajustada no sistema mercantil europeu de que resultaria, em seu último desdobramento, no sistema internacional imperialista dos nossos dias”.

A busca por diversificar a economia brasileira através da industrialização, principalmente a partir dos anos 1930, fez com que o Brasil deixasse de ser um simples fornecedor de matérias-primas ao mercado externo. Todavia, permaneceu alinhado aos interesses externos, não realizando, assim, a ruptura com a dependência. A relação de dependência que se estabelece no Brasil é um elemento crucial que é marca de sua heteronomia (FERNANDES, 1981). A economia agrária brasileira é a mais afetada pela condição dependente, pois a expansão de uma economia de mercado especificamente capitalista não foi suficiente para imprimir à economia agrária brasileira maior autonomia, pois “privada de outras fontes de expropriações de riquezas, o Brasil dependeu e ainda depende da economia agrária como recurso ou técnica de acumulação originária de capital” (FERNANDES, 2008, p. 181).

Por fim, a quarta fase do processo de desenvolvimento histórico na América Latina, segundo Traspadini (2018), que se inicia na segunda metade do século XX e segue até os nossos dias, tem como marca a nova fase do imperialismo e a intensificação da dependência. O continente latino-americano apesar de ter se tornado majoritariamente urbano, segue sendo um forte exportador de matérias-primas principalmente ligadas à mineração e ao agronegócio. Na mesma direção, Fernandes (1981) apresenta a quarta fase da dependência externa na América Latina que envolve um controle externo semelhante ao período colonial, todavia, esse momento, pós-Segunda Guerra mundial, possui uma nova característica: a dominação externa também parte de dentro do país, período caracterizado por Fernandes como imperialismo total. A associação entre a grande burguesia nativa dos países latino-americanos e os centros imperialistas externos aprofundou a condição dependente dos países sul-americanos. Esse momento histórico é marcado pela hegemonia dos Estados Unidos, período no qual “[...] o imperialismo moderno representa uma luta violenta pela sobrevivência e pela supremacia do capitalismo em si mesmo” (FERNANDES, 1981, p. 21). De acordo com Fernandes (1981, p. 18), o que diferencia o imperialismo total do imperialismo restrito é o

Fato de que ele organiza a dominação externa a partir de dentro e em todos os níveis da ordem social, desde o controle da natalidade, a comunicação de massa e o consumo de massa, até a educação, a transplantação maciça de tecnologia ou de instituições sociais, a modernização da infra e da superestrutura, os expedientes financeiros ou do capital, o eixo vital da política econômica etc.

As diferentes formas de dominação externa possuem em comum, de acordo com o referido autor (1973 p.20), três elementos principais: 1) a concentração de poder, de riqueza e de prestígio nos segmentos mais próximos dos núcleos de dominação externa; 2) a coexistência do “moderno” e do “arcaico” na mesma época histórica, em uma relação de interdependência, pois ambos possibilitam tanto a dominação externa quanto a concentração de riqueza em âmbito nacional; 3) a exclusão de grande parcela da população da ordem econômica, social e política, como resultado do crescimento econômico.

No contexto brasileiro, o período do “imperialismo total” consolidou-se no marco político do golpe empresarial-militar de 1964, no pleno domínio do capitalismo monopolista³⁴ (PEREZ; LARA, 2015). Nos anos de governo dos militares Emílio Garrastazu Médici (1969-1974) e Ernesto Geisel (1974-1979) foi criado o Plano Nacional de Desenvolvimento (PND I e II) com o objetivo de construir a infraestrutura necessária para acumulação do capital. O Complexo de Suape foi incluído no PND II como parte das infraestruturas essenciais a serem instaladas. Foi o ex-governador de Pernambuco, Eraldo Gueiros, que em 1973 solicitou ao governo federal a inclusão desse megaprojeto no Programa. O Complexo, então, passou a receber investimentos do governo federal (nove milhões de cruzeiros) para a construção do Complexo de Suape. A criação de portos como o Complexo de Suape era considerada estratégica devido às necessidades de circulação marítima das mercadorias. Assim, as obras no Complexo tiveram início em 1977 a qual resultou na expropriação de 13 500 ha. de terras das comunidades rurais que viviam nesse território (PEREZ, 2016).

Nesse contexto, exponenciaram-se os três aspectos da dominação externa supracitados, na qual a estrutura de poder da sociedade brasileira se consolidou por meio do que Florestan Fernandes denominou de autocracia burguesa. A aristocracia rural, a burguesia industrial e sua parcela aliada ao imperialismo, além de outros setores das classes dominantes nacionais, uniram-se visando um maior controle social e do Estado. O caráter autocrático consiste no fato de que esses grupos, numericamente pequenos, unificaram-se, visando seus interesses comuns: manter o capitalismo, salvar seus privilégios e controlar os “de baixo”.

As burguesias nacionais dessas nações converteram-se, em consequência, em autênticas ‘fronteiras internas’ e em verdadeiras vanguardas políticas do mundo capitalista (ou seja, da dominação imperialista, sob o capitalismo monopolista). [...] Elas querem: manter a ordem, salvar e fortalecer o capitalismo, impedir que a

³⁴ O golpe militar de 1964 se deu, dentre outros motivos, devido às discordâncias dos militares e principalmente dos Estados Unidos em relação às políticas nacional-desenvolvimentistas que foram assumidas nos últimos governos de Jânio Quadros (31-01-1961 a 25-08-1961) e de João Goulart (1961-1964), os quais passaram a exercer maior controle sobre os recursos naturais, encarecendo, assim, a matéria-prima tão visada pelos Estados Unidos (PEREZ, 2016).

dominação burguesa e o controle burguês sobre o Estado nacional se deterioreem (FERNANDES, 1981, p. 294).

Desse modo, as classes dominantes locais passam a intervir, objetivando aprofundar a acumulação do capital, lutando, simultaneamente, “[...] por sua sobrevivência e pela sobrevivência do capitalismo” (FERNANDES, 1981, p. 296). A burguesia nacional fortalece o caráter duplamente articulado da economia capitalista dependente: dominação externa e dominação interna. Ao assumir tal posicionamento, a burguesia nacional abre mão de um projeto nacional para o país, absorvendo os desígnios impostos pela burguesia externa, “[...] a própria dominação burguesa responde pela alienação das classes burguesas, pela anulação de tarefas econômicas, socioculturais e políticas que cabem à burguesia” (ibidem, p. 306). Constata-se, assim, uma articulação entre o imperialismo e dependência dos países periféricos (MATHIAS; BRITO, 2016). A burguesia nacional brasileira está articulada à hegemonia da burguesia imperialista, fortalecendo o desenvolvimento capitalista e intensificando a dependência e as expropriações.

Nesse contexto, os mesmos vínculos que a economia agrária experimentara “para fora” foram redefinidos “para dentro”. O crescimento dos polos “modernos” no interior do Brasil passou a depender, de forma permanente, do “atraso” da economia agrária, da captação de recursos excedentes dessa economia. A “modernização conservadora” não resultou em uma mudança efetiva no campo, em uma superação das iniquidades econômicas e políticas. Como afirma Fernandes (2008, p. 176),

[...] A economia agrária viu-se convertida em bomba de sucção, que transferia para outros setores da economia e da sociedade a maior parte das riquezas que conseguia gerar, sem nunca dispor de meios ou condições de pleno aproveitamento de suas próprias potencialidades de desenvolvimento econômico.

Isso nos leva a questionar as formulações unilineares, destacadas no início deste capítulo, as quais defendiam que o Brasil sairia da sua condição feudal, voltado para o campo, e se desenvolveria, tornando-se industrial. Contudo, o caso do Brasil, e de outros países periféricos, é de aprofundamento e complexificação da dependência³⁵. Segundo Fernandes

³⁵ Caio Prado Júnior (1987, p. 32) critica as interpretações que transportam as experiências Europeias para o contexto brasileiro. Segundo ele “Ora, nada justifica, a priori, essa presunção. Ela não tem a seu favor nem mesmo o argumento da autoridade, que já por si apenas, e para um espírito verdadeiramente científico, pouco ou nada representa. A ideia de que a evolução histórica da Humanidade se realiza através de etapas invariáveis e predeterminadas é inteiramente estranha a Marx, Engels e demais clássicos do marxismo cujas atenções, no que nos interessa aqui, se voltaram sempre exclusiva e particularizadamente para o caso dos países e povos europeus. É deles que se ocuparam, e não generalizaram nunca as suas conclusões acerca das fases históricas percorridas por aqueles países e povos”.

(2008), formou-se a dependência dentro da dependência, uma vez que os recursos da economia agrária foram drenados pelo capital industrial-comercial urbano e pelo capital monopolista transnacional (TRASPADINI, 2018).

Fernandes (2008) destaca três influências mais decisivas da economia agrária que conformam o processo de desenvolvimento dependente com estreita relação com a matriz do desenvolvimento desigual e combinado mundial. A primeira diz respeito à agricultura como célula da constituição e permanência da acumulação de capital; a segunda tem relação com uma influência mais indireta, marcada pela orientação da mentalidade e comportamento do senhor de engenho na figura do capitalista; a terceira é marcada pela estratificação social do meio rural em que os trabalhadores da terra são duplamente saqueados na produção de excedente “para fora” e “para dentro”. Nas palavras de Fernandes (2008, p. 184),

A dependência dentro da dependência dá origem a uma estratificação social típica no meio imediato da economia agrária, da qual as maiores vítimas são os despossuídos e os agentes da força de trabalho, que vivem dentro das fronteiras do capitalismo, mas fora de sua rede de compensações e de garantias sociais. [...] Constituem o vasto contingente dos condenados do sistema, os segmentos da população brasileira que suportam os maiores sacrifícios, decorrentes dos cursos diretos ou indiretos da existência de uma sociedade de classes e da prosperidade urbana, mas que são ignorados na partilha dos benefícios da civilização e do ‘progresso’.

Com o neoliberalismo, essas contradições se aprofundam. O neoliberalismo, enquanto força prática e teórica que visa orientar a política internacional e os padrões de dominação interna nos países latino-americanos, reforça o papel desses países enquanto exportadores de produtos primários (MATHIAS; BRITO, 2016). A agenda política do neoliberalismo na América Latina enquadrou-se no Consenso de Washington “[...] que previa uma série de medidas para acabar com a crise da dívida externa, a estagnação econômica e os altos índices inflacionários” (CASTELO, 2012, p. 623), a partir de uma política de ajuste e privatizações, assim como na valorização financeira. Com o neoliberalismo, ocorre uma homogeneização política da região latino-americana, com forte influência das receitas do Banco Mundial (BM) e do Fundo Monetário Internacional (FMI), colocando o Estado como metarregulador das dinâmicas econômicas, ocorrendo, assim, contrarreformas na estrutura do Estado. Desse modo, a função do neoliberalismo nesse momento histórico foi integrar o Brasil no movimento hegemônico do capital no mercado mundial de forma subjugada (ALVES, 2016).

Foi através das políticas de desenvolvimento e da construção de infraestrutura que o Brasil foi se inserindo, de modo subalterno, na geopolítica mundial, possibilitando, assim, maior circulação de capital e o Estado teve um papel fundamental nesse processo. Apesar da

aparente redução da intervenção do Estado no contexto neoliberal, a sua função não foi alterada, ele “[...] está agora mais dedicado do que nunca a criar um adequado ambiente de negócio para os investimentos” (HARVEY, 2005, p. 29).

Durante o governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002) foi criado, em 1996, o Programa Brasil em Ação com o objetivo de induzir à modernização da infraestrutura do país, através de novos investimentos produtivos com parceria público-privado. Os portos passaram a ter grande destaque nesse período devido à especificidade brasileira de exportador de matérias-primas, principalmente por via marítima, respaldados pela Lei Nº 8630 direcionada à modernização dos portos. Para o Complexo de Suape significou sua construção por meio das parcerias público-privada, instituído através do Decreto Estadual Nº 15.750 de 1993, que institui que esse Complexo seria administrado pelo Estado e operado por empresas privadas (PEREZ, 2016).

Apesar das promessas feitas pelas políticas neoliberais de desenvolvimento para os países da América do Sul, as consequências foram o aumento do desemprego, a deterioração do mercado de trabalho, a perda de direitos trabalhistas, a degradação da natureza e uma maior subordinação ao capital financeiro (FERREIRA, 2018). Portanto, os impactos no meio ambiente e em determinados grupos, ocasionados pelo Estado neoliberal, foram sofridos de modo geograficamente desigual, no qual alguns países ganham à custa da desregulamentação e subordinação de outros. Ocorre, então, o aprofundamento da dependência.

As contradições da economia neoliberal estavam expostas, o que fez com que o neoliberalismo entrasse em crise nos países latino-americanos, no final do século XX. Apesar da crise neoliberal na América Latina, as expropriações permaneceram nesse continente. Nas primeiras décadas do século XXI assiste-se ao aumento das demandas por recursos naturais em nível mundial, influenciada pelo crescimento econômico chinês, dentre outros, fato este que produz impacto importante sobre a economia do Brasil e do continente, o que nos leva a concordar com Prado Júnior (1987, p. 91) quando afirma que as perspectivas de desenvolvimento “[...] embora aparentemente distintas do antigo sistema colonial, guardam com esse sistema, na sua essência, uma grande semelhança”. Há, desse modo, um padrão de expropriação dos trabalhadores da terra e apropriação de seus recursos para os fins da acumulação, apesar dos diferentes ciclos econômicos e das mudanças no cenário internacional do modo de produção capitalista.

3.2 O século XXI e a dinâmica do capital no Brasil: atualidade das expropriações e atuação do Estado

“Este país vai se transformar numa grande potência econômica nos próximos anos. É por causa do Pré-sal, é por causa da Amazônia, é por causa da descoberta de biodiversidade, é pelo aproveitamento das coisas que a gente tem”.

Luiz Inácio Lula da Silva

Passados mais de 500 anos da chegada dos portugueses no Brasil, o saque das riquezas naturais e a exploração da força de trabalho continuam sem trégua. O extrativismo, enquanto característica das expropriações nesse subcontinente mantém-se nos sucessivos ciclos econômicos do sistema capitalista. O Brasil, portanto, estrutura-se, historicamente, enquanto país que transfere suas riquezas naturais aos países dominantes.

No século XXI, a matriz expropriadora é intensificada envolvendo as riquezas naturais que interessam ao sistema capitalista, resultando no acirramento dos conflitos relacionados principalmente à mineração e ao latifúndio. Este fenômeno está intrinsecamente relacionado à necessidade de expansão do capital, o qual busca submeter o mundo inteiro à sua lógica de acumulação (MÉSZÁROS, 2011). Essa dinâmica expansionista associada à busca desenfreada por acumulação ocorre, segundo Foster (2012), por meio de um “intercâmbio ecológico desigual”, pois a economia global está dividida hierarquicamente entre os países que transferem suas matérias-primas e os países que delas se apropriam.

Com a crise do projeto neoliberal, no final do século XX, insurgem diferentes levantes sociais conhecidos como movimentos antiglobalização. Esses movimentos derrubaram os governos que estavam vinculados ao Consenso de Washington, afirmando a necessidade da construção de um projeto alternativo que articulasse desenvolvimento econômico com justiça social (CASTELO, 2012). A resposta burguesa para esse processo foi a incorporação de uma agenda de intervenção focalizada nas expressões mais gritantes da “questão social”. Para Rodrigo Castelo (2012), a resposta da classe dominante à crise neoliberal é denominada de social-liberalismo, uma tentativa política e ideológica da classe hegemônica de responder às tensões sociais derivadas do acirramento da “questão social”. Segundo Castelo (2012, p. 47),

O social-liberalismo aparece como uma súbita tomada de consciência social das classes dominantes frente à degradação do mundo do trabalho e do meio ambiente. As suas principais medidas direcionavam-se a uma tentativa de acoplar uma agenda social ao projeto neoliberal, promovendo um sincretismo de medidas de estímulo a intervenções pontuais do Estado e do chamado Terceiro Setor nas expressões mais explosivas da ‘questão social’; e reconhecendo as falhas de mercado, sem, no entanto, tocar nos fundamentos da vida mercantil generalizada no capitalismo (p. 47).

Nessa direção, o social-liberalismo chega à América do Sul “pelas mãos de antigos partidos socialdemocratas, organizações que outrora defenderam os interesses dos trabalhadores e, atualmente, aderiram ao projeto burguês contemporâneo” (CASTELO, 2016, p. 48). São eleitos, então, governos de orientação progressista que fortaleceram a emergência de um novo ciclo econômico-social marcado pelo aprofundamento da dependência.

As mudanças advindas com esse novo momento histórico são estudadas pela socióloga argentina Maristella Svampa, sobretudo a intensificação da exploração dos recursos naturais e o aumento dos conflitos socioambientais. Para a autora, a emergência e consolidação dos governos progressistas na América Latina promoveram a instalação de um “novo consenso internacional” que reforça o papel imposto aos países latino-americanos de exportador da natureza (SVAMPA, 2013). Ao analisar essa dimensão em âmbito continental, a autora apresenta que tal movimento não é um destino ou uma finalidade dos países periféricos, mas sim uma opção política e uma condição econômica.

Esse novo momento é marcado pela expansão econômica focada no aprofundamento da exploração da natureza, beneficiado pelo *boom* dos preços internacionais dos produtos primários, *commodities*³⁶, o que Svampa (2013, p. 31) intitula como “Consenso de *Commodities*” que, segundo ela,

[...] enfatiza a entrada em uma nova ordem, ao mesmo tempo econômica e político-ideológica, sustentada pelo *boom* dos preços internacionais das matérias-primas e dos bens de consumo cada vez mais demandados pelos países centrais e pelas potências emergentes, o qual gera indubitáveis vantagens comparativas visíveis no crescimento econômico e no aumento das reservas monetárias, enquanto produz novas assimetrias e aprofunda as desigualdades nas sociedades latino-americanas. (Tradução nossa).

O “Consenso de *Commodities*” é um processo complexo e deve ser analisado considerando todas as dimensões que o compõem: econômica, social, política, ideológica, cultural e ambiental. O termo “Consenso” deve ser pensado como uma série de ambivalências, contradições, que determinam a coexistência e a ligação entre o ideário neoliberal e a intensificação da dinâmica de exportação da natureza nos anos 2000. Então, o “Consenso de *Commodities*” pode ser visto como continuidade do período do Consenso de

³⁶ *Commodities* é uma palavra inglesa que significa mercadoria. No mercado tal termo se refere ao produto básico com pouco valor agregado. Todavia, a autora Maristella Svampa (2013, p. 31) considera o termo *commodities* em um sentido mais amplo, termo que adotamos neste estudo, como “produtos indiferenciados cujos preços se fixam internacionalmente, ou como produto de fabricação, disponibilidade e demanda mundial, que têm um alcance de preço internacional e não requerem tecnologia avançada para sua fabricação e processamento”.

Washington, pois não há uma ruptura com os ditames do Estado neoliberal, contudo há um aspecto que efetivamente mudou: o lugar relativo desempenhado pelo Estado, sendo ele agora um grande agente na renda extrativa (SANTOS, 2017).

[...] o consenso de *Commodities* aparece associado à ação do Estado, assim como uma bateria de políticas econômicas e sociais dirigidas aos setores mais vulneráveis, cuja base foi a renda extraordinária associada ao modelo extrativo-exportador. No novo contexto, se recuperam certas ferramentas e capacidades institucionais do Estado, o qual voltou a se tornar um ator regulador e, em certos casos, em um agente de redistribuição (SVAMPA, 2019, p. 26). (Tradução nossa).

O “Consenso de *Commodities*” significa ainda um consenso social que permite a exploração da natureza e a expansão da fronteira extrativista. Portanto, possui uma dimensão político-ideológica que alude a ideia de que é irreversível e irresistível atender à dinâmica crescente por bens primários, contribuindo para reforçar a visão da América Latina como um lugar que, por excelência, é próprio para atender a essa demanda devido à abundância de recursos naturais existentes (SVAMPA, 2013). Assim, o imaginário *eldoradista* que percorre a história desse continente e a ilusão de desenvolvimento, associada à ideologia hegemônica do progresso, são reforçados e passam a ser legitimados pelas ações voltadas à minimização das desigualdades, voltados ao modelo de inclusão vinculado ao consumo, mesmo que para isso aprofundem-se os impactos ambientais, sociais e territoriais (SVAMPA, 2019).

O ciclo de forte alta dos preços das commodities se deu pelo chamado “efeito China” e também, com menos destaque, pelo fluxo de capital financeiro dos Estados Unidos para os países latino-americanos. Segundo Garcia (2012, p. 42), “[...] a internacionalização americana, associada ao crescimento chinês, teria produzido ‘uma mudança estrutural de longa duração no sistema mundial’, criando um novo ‘centro nacional de acumulação de poder e capital’”. De acordo com Garcia (2018), entre 2005 e 2016 cerca de 80% dos empréstimos para a América Latina e o Caribe vieram do Banco do Desenvolvimento da China (CDB), voltados, principalmente, para a busca de recursos naturais, resultando em novos ciclos de expropriações.

Entre os anos 1989 e 2012, a China emergiu como uma grande potência econômica mundial. Com a morte de Mao Tse Tung³⁷, em 1976, Deng Xiaoping assumiu o Partido Comunista Chinês (PCCh) e anunciou um impulso para um “socialismo com características chinesas”, o qual legitimou uma série de reformas econômicas no país, transformando seu setor industrial de tal maneira que o converteu em um exportador de produtos com alto teor

³⁷ Líder da Revolução Comunista na China.

tecnológico (SVAMPA, 2015). Com essas reformas houve um aumento da urbanização e da industrialização chinesa, que fortaleceu a sua demanda por *commodities*.

A China possui 35% dos agricultores do mundo, mas apenas 9% das terras cultiváveis, portanto, a importação de bens primários, tanto os agrícolas quanto os minerais, tornam-se uma preocupação fundamental. Diante disso, este país transformou-se no primeiro consumidor mundial de energia, ferro, alumínio e soja, como também no segundo consumidor na importação de petróleo, atrás apenas dos Estados Unidos (ATLAS DO AGRONEGÓCIO, 2018).

Além disso, a China também tem se configurado enquanto uma grande potência no setor financeiro³⁸, cujos investimentos miram os recursos naturais em todo o sul global. Todos estes elementos colocaram em alta os preços das *Commodities*, sendo a China a principal demandante mundial da grande maioria desses bens-primários (SVAMPA, 2015). A média anual do crescimento na China foi de quase 10% ao ano, a maior em toda a economia mundial (OLIVEIRA, 2015), com um PIB de 8,227 de dólares (NETO; CRUZ, 2013).

Dessa maneira, a demanda por *commodities* tem originado um processo de “reprimarização” da economia latino-americana, nas palavras de Svampa (2015, p. 49), o “Consenso de *Commodities*” combina “rentabilidade extraordinária, reprimarização da economia e conflitos ambientais”. O extrativismo, enquanto expressão das expropriações na América do Sul, é um modelo de crescimento econômico baseado na apropriação em grande escala de recursos naturais, em redes produtivas pouco diversificadas e na inserção subordinada dos países latino-americanos à economia internacional. Com a ascensão de governos progressistas há uma permanência e um aprofundamento desse modo de apropriação da natureza agora justificada como meio para se combater a pobreza, processo denominado por Svampa (2019) de neoextrativismo. De acordo com Svampa (2013, p. 23), o neoextrativismo pode ser definido como

[...] aquele padrão de acumulação baseado na superexploração de recursos naturais, em grande parte não renováveis, bem como a expansão das fronteiras para territórios anteriormente considerados como improdutivos. O neoextrativismo instala uma dinâmica vertical que avança nos territórios e, por sua vez, vai desestruturando economias regionais, destruindo a biodiversidade e aprofundando de maneira perigosa o processo de grilagem, expulsão ou deslocamento de comunidades rurais, camponesas ou indígenas, além de violar o processo de decisão do cidadão. (Tradução nossa).

Além disso, a autora afirma que

³⁸ Em primeiro estão os Estados Unidos.

O neoextrativismo significa algo mais que as atividades consideradas tradicionalmente como extrativas, pois inclui desde a megamineração a céu aberto, a expansão da fronteira petroleira e energética, a construção de grandes represas hidroelétricas e outras obras de infraestrutura – hidrovias, portos, corredores bioceânicos, entre outros –, até a expansão de diferentes formas de monocultivo ou monoprodução, através da generalização do modelo de agronegócio, a sobre-exploração pesqueira e os monocultivos florestais (SVAMPA, 2019, p. 22). (Tradução nossa).

Dessa maneira, o neoextrativismo evidencia que o extrativismo adquiriu novas dimensões no século XXI, sendo a constituição e o avanço dos megaprojetos uma de suas principais características. Para Svampa (2019), o neoextrativismo encontra-se no centro da acumulação contemporânea, resultado do avanço do capital sobre as matérias-primas, sobre os bens naturais e territoriais, marca da crise estrutural do capital, a qual, por meio do capital financeiro, realiza as operações de extração dos recursos naturais e organiza a logística de circulação desses “produtos”. Assim, o neoextrativismo resulta na reprimarização vertiginosa das economias latino-americanas, no qual as classes dominantes da região, sobretudo as vinculadas ao latifúndio e a mineração, afirmavam(am) que não existe alternativa a essa dinâmica de exploração da natureza. Portanto, compreende-se que o neoextrativismo é a expressão contemporânea das expropriações primárias na América Latina.

Desse modo, o destaque dado pelos governos progressistas latino-americanos às vantagens do *boom* das *commodities* resultou na tentativa de negação das novas desigualdades e assimetrias ambientais, econômicas e sociais. No Brasil, esse processo foi protagonizado pelos governos do Partido dos Trabalhadores (PT). A construção do PT possui relação com o ascenso da luta de massas diante da conjuntura de crise mundial do capital, nos anos 1970-80, o qual suscitou a necessidade de criação de um partido que representasse a classe trabalhadora. O PT surge, então, pela articulação entre diferentes grupos: setores progressistas da igreja católica; remanescentes da esquerda que atuaram na luta armada contra a ditadura, vindos do Partido Comunista Brasileiro (PCB) e do Partido Comunista do Brasil (PCdoB); e do movimento sindical, sobretudo da “ABC” paulista. A articulação desses grupos levou o partido a adotar, inicialmente, um horizonte socialista (LIMA, 2017).

Desse modo, o PT possuía muitas correntes internas, o que dificultava o consenso. Conforme o partido crescia, aumentavam-se as disputas, evidenciando a necessidade de um processo de centralização partidária. Essa centralização se pautou na estratégia democrático-popular, registrada nos documentos do V Encontro Nacional do PT que ocorreu em dezembro de 1987. Essa estratégia visava, além de centralizar uma linha política para o partido, a construção de uma proposta que contemplasse a luta da classe trabalhadora em ascensão.

Assim, a estratégia idealizada para se alcançar o socialismo seria a conversão da classe trabalhadora em classe dirigente no poder do Estado. Com essa concepção o PT se via fortalecido para encarar o processo eleitoral de 1989. Contudo, Luis Inácio Lula da Silva, candidato à presidência pelo PT, alcançou apenas 30% dos votos válidos, quem chegou ao poder foi Fernando Collor de Melo do Partido da Reconstrução Nacional (PRN) (LIMA, 2017).

Devido a essa derrota e com as discussões sobre a necessidade do PT adentrar na institucionalidade burguesa, tal partido deslizava cada vez mais para a linha política da socialdemocracia, propondo um socialismo que fosse resultado do processo de radicalização da democracia. Nas eleições de 1994, Lula perde outra vez, sendo eleito Fernando Henrique Cardoso (FHC) do Partido da Social Democracia Brasileira (PSDB), o qual efetiva os moldes do neoliberalismo na realidade brasileira iniciados com Collor. Em 1998 o fato se repete, mais uma vez Lula é derrotado por FHC nas eleições presidenciais, possibilitando, assim, a continuidade do projeto neoliberal (LIMA, 2017).

Com as sucessivas derrotas nas eleições, reiterava-se cada vez mais no interior do partido a necessidade de abertura do arco das alianças. O horizonte socialista, inicialmente adotado pelo PT, tornava-se cada vez mais distante, chegando a ser retirado das resoluções do partido. Com isso foi se fortalecendo a concepção de “um novo contrato social”, da imprescindibilidade de apoio das diversas forças sociais, inclusive da burguesia. O anticapitalismo, orientado pelo horizonte socialista, foi substituído pelo antineoliberalismo, movimento que ganhava força na América Latina (LIMA, 2017). Lula ao lançar, em 2002, a Carta ao Povo Brasileiro, sinalizava o compromisso com a plutocracia internacional, mantendo os ditames do ideário neoliberal expressos no Consenso de Washington. O jornal A Folha de São Paulo publica em 24 de junho de 2002 a seguinte manchete: “Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro” (FOLHA ONLINE, 2019). A carta foi um instrumento fundamental para garantir a vitória eleitoral de Lula em 2002, contudo, o processo de transformação interna do partido e as sucessivas aberturas às negociações com a burguesia também são elementos importantes que possibilitaram a chegada do PT ao poder (LIMA, 2017). A Carta afirma que,

O Brasil quer mudar. Mudar para crescer, incluir, pacificar. Mudar para conquistar o desenvolvimento econômico que hoje não temos e a justiça social que tanto almejamos. [...] Lideranças populares, intelectuais, artistas e religiosos dos mais variados matizes ideológicos declaram espontaneamente seu apoio a um projeto de mudança do Brasil. Prefeitos e parlamentares de partidos não coligados com o PT anunciam seu apoio. Parcelas significativas do empresariado vêm somar-se ao nosso

projeto. Trata-se de uma vasta coalizão, em muitos aspectos suprapartidária, que busca abrir novos horizontes para o país. O povo brasileiro quer mudar para valer. Recusa qualquer forma de continuísmo, seja ele assumido ou mascarado. Quer trilhar o caminho da redução de nossa vulnerabilidade externa pelo esforço conjugado de exportar mais e de criar um amplo mercado interno de consumo de massas. Quer abrir o caminho de combinar o incremento da atividade econômica com políticas sociais consistentes e criativas (FOLHA ONLINE, 2019).

Portanto, o PT, nascido como partido de esquerda, organizado pelos setores mais progressistas do operariado, teve pela primeira vez na história do Brasil um operário combativo, sindicalista, de um partido que, até então, declarava-se socialista, e dirigente do partido eleito presidente da República (LOWY, 2003). Lula foi eleito e o seu primeiro governo foi marcado pelo legado econômico de seu predecessor, Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1995-2002), revertendo toda a esperança sobre a qual o PT havia sido fundado (ANDERSON, 2011). Todos os parâmetros macroeconômicos dos governos de FHC foram mantidos, tornando-se “uma esquerda confiável para o capital” (FONTES, 2013, p. 109), pois é com a vitória do PT que a burguesia neoliberal enfrentará sua crise de hegemonia. Em 2003, no ano que Lula toma posse da presidência, Michael Lowy (2003, p. 43-44), em uma publicação na Revista Margem Esquerda, afirma que

[...] Lula e seu governo serão submetidos à clássica chantagem dos mercados financeiros: qualquer desvio da ortodoxia (neoliberal) provocaria uma retraída dos capitais voláteis, como uma possível queda do no real, seguida de inflação. Eles serão submetidos a uma enorme pressão, de parte do FMI, do BM, [...] dos responsáveis por multinacionais, de governos ‘amigos’ na mídia que controlam – e mesmo de alguns de seus ‘aliados políticos’ no sentido de moderar suas aspirações; de esquecer ‘radicalismo’; de passar um compromisso ‘razoável’; de se acomodar à ‘realidade’; de aceitar, como todos os outros, as regras estabelecidas pelo jogo; de não mexer com os interesses do capital nacional e internacional.

Dessa maneira, ao reiterar o vínculo com a classe burguesa, firmando alianças com setores da classe dominante, agrária, industrial, comercial e, sobretudo, financeira, afirmou o presidencialismo de coalizão, ou seja, “a governabilidade se daria pela formação de bases de apoio buscando alianças com as bancadas e seus líderes, tendo como moeda de troca a oferta de cargos no governo” (IASI, 2014, p. 55). No mesmo caminho, ao anunciar a defesa de garantias sociais para os trabalhadores, atendendo, assim, as suas demandas mais urgentes, incluindo a classe trabalhadora no “mercado de consumo de massas”, esse governo impunha os termos de uma democracia de cooptação, ou seja, “a busca de adesão das camadas proletárias e das massas urbanas e rurais à ordem burguesa, ainda que oferecendo pouco em termos de direitos e acesso a bens e serviços” (IASI, 2014, p. 51). De acordo com Pérez (2016, p. 147), no que diz respeito às investidas sociais dos governos do PT,

Essa estratégia neodesenvolvimentista consiste em justificar, a partir da criação de diversos auxílios sociais de redistribuição de renda, a continuidade das políticas desenvolvimentistas. No caso brasileiro, significa a intensificação das atividades de megamineração, a construção de infraestruturas para exportação de matérias-primas, o aumento do consumo, a diminuição dos índices de indigências e a criação de empregos temporários e, portanto precários.

O objetivo dessa intenção política era garantir que todos saíssem ganhando, “um Brasil de todos”³⁹, mesmo que de modo tão desigual. Segundo Mota (2012, p. 35), “[...] a era Lula foi palco da conciliação de iniciativas aparentemente contraditórias: as diretrizes do receituário liberal e a pauta desenvolvimentista” e de modo concomitante “[...] atendeu algumas das reivindicações das classes subalternas, ao tempo em que assegurou as exigências das classes dominantes”. Desse modo, para assegurar suas posições precisava mostrar-se como “esquerda”, precisava conservar as rédeas das organizações populares, garantindo a sua incorporação à ordem do capital (FONTES, 2013).

Este pacto de classes, consubstanciado no chamado neodesenvolvimentismo, teve forte incidência sobre o “padrão de acumulação”, especialmente no tocante às prioridades dos investimentos públicos. Em face da importância crescente dos produtos primários na economia, o Estado passa a desenvolver projetos de infraestrutura voltados a baratear o custo de circulação dos mesmos, os chamados megaprojetos.

Os megaprojetos capital-intensivos são um dos grandes responsáveis pela explosão dos conflitos socioambientais, pois possuem uma determinada dinâmica territorial cuja tendência é a ocupação dos territórios e a apropriação das terras, dos recursos naturais. Esses conflitos expõem as diferentes concepções sobre a natureza, sobre seu uso, no qual o capital, representado pelos megaprojetos, vê a natureza enquanto mercadoria, enquanto que para as comunidades atingidas a natureza é fonte de subsistência, de existência.

Essa dinâmica, pautada na lógica desenfreada por acumulação, pela expansão das fronteiras de exploração e pela sobre-exploração dos bens comuns, conduz para a explosão dos conflitos socioambientais que, segundo Svampa (2016, p. 143) são conflitos “ligados ao acesso à conservação e ao controle dos recursos naturais, que supõem, por parte dos autores confrontados, interesses e valores divergentes em torno dos mesmos, em um contexto de assimetria de poder”.

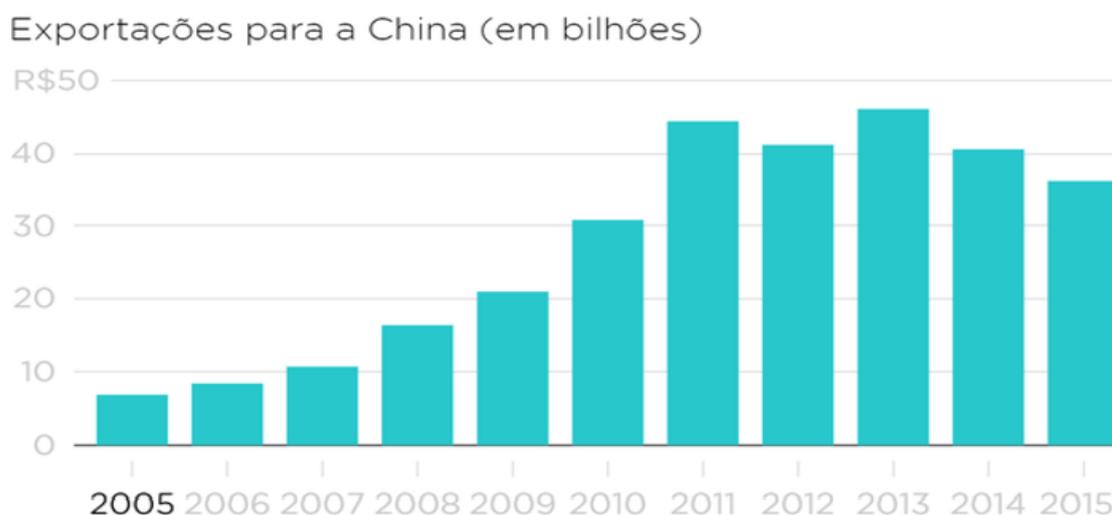
³⁹ Nesse período, o FMI exigiu acordo de 3,75% de meta para o *superávit* primário, o Governo cedeu, chegando a 5,13% no primeiro mandato de Lula. Nos dois mandatos do governo Lula, nove bancos bateram recordes em lucros, o banco Itaú, o Bradesco e o Banco do Brasil. Os gastos econômicos nas áreas sociais também foram aumentados, todavia, em proporção muito menor ao orçamento designado ao pagamento dos juros e amortizações da dívida, que absorviam cerca de 50% do orçamento público da União (ALVES, 2016).

Assim, nos anos de governo do ex-presidente Lula, no Brasil houve um crescimento econômico fomentado pelo boom das *Commodities* no cenário internacional. Comparado ao cenário anterior, no governo de FHC, marcado pela pior estagnação do século, com um crescimento médio anual de 1,6% na década de 1990, o Produto Interno Bruto (PIB) brasileiro, nos anos de 2004 a 2006, chegou ao patamar de 4,3%. Nesse mesmo período, no governo Lula, a exportação de produtos manufaturados brasileiros caiu de 55% para 44%, enquanto que a exportação de matérias-primas subiu de 28% para 41 % (ANDERSON, 2011).

Esse fato é resultado da forte valorização dos preços internacionais das *Commodities*, período também conhecido como superciclo das *Commodities* (2003-2011)⁴⁰ (BLACK, 2015) sendo o Brasil o principal parceiro comercial da China na América Latina nos anos 2000. Essa cooperação bilateral teve início no governo de Fernando Henrique Cardoso (FHC) (1999-2002), contudo foi fortalecida e expandida nos dois mandatos do governo Lula. Em 2004, o presidente Lula visitou a China e a partir de então intensificou-se a demanda chinesa por produtos primários produzidos no Brasil. A participação da China nas exportações brasileiras foi relativamente baixa entre 2002 e 2005, passando de 4,2% para 5,8%. A partir de 2006 a relação sino-brasileira entrou em uma nova fase, mais intensa, cujo valor das exportações para a Ásia passou de US\$ 1,1 bilhões em 2000 para US\$ 16,4 bilhões em 2008. De 2005 a 2011 as exportações das commodities brasileiras para a China aumentaram mais de 500% (NETO; CRUZ, 2013). Segundo Garcia (2018, p. 19), “o comércio entre ambos os países passou de US\$ 66,3 bilhões, entre 2001 e 2015”. Essas *commodities* são vendidas no mercado financeiro, possibilitando ao país um ciclo de crescimento econômico⁴¹. O gráfico abaixo evidencia o crescimento das exportações brasileiras para a China nos anos 2000.

⁴⁰ Segundo Clarissa Black (2015), houve três *booms* de preços das *commodities* após a Segunda Guerra Mundial: em 1950, em 1973 e em 2003.

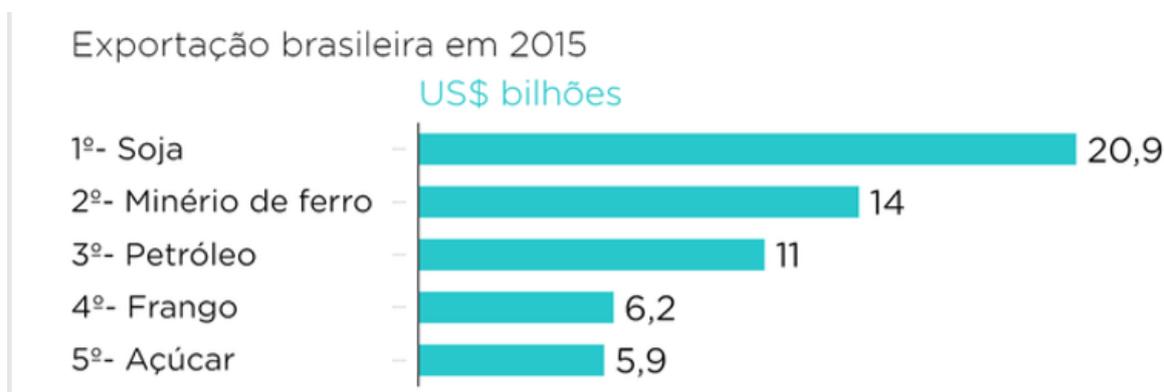
⁴¹ É importante destacar que nesse contexto, o Brasil passa a se inserir nos países que compõem os BRICS (Brasil, Rússia, China e África do Sul), países “em desenvolvimento” e que estão “modificando notavelmente o panorama da economia mundial” (GARCIA, 2012, p. 47), verdadeiras fronteiras de expansão do capital, “um novo bloco de poder capaz de reorganizar a dinâmica de acumulação do capital nas condições da crise estrutural” (ALVES, 2016, p. 112).

Gráfico 1 – Exportações brasileiras para a China (2005-2015)

Fonte: MDIC apud NEXO, 2016.

Os setores que mais se destacam no recebimento de investimentos chineses foram o setor energético, com forte interesse nas áreas de Pré-sal, o agronegócio, voltado principalmente para os grãos, e o setor de infraestrutura, voltado para a construção de portos e complexos industriais, visando acelerar a circulação de mercadorias de seu interesse. Desta forma, a pauta exportadora do Brasil para a China era composta em 80% de produtos básicos, *commodities*, principalmente agrícolas e energéticas, como: minério de ferro, soja, petróleo, açúcar e celulose. Em contrapartida, a pauta exportadora da China para o Brasil era composta 90% por bens manufaturados. Então, os projetos chineses no Brasil eram uma forma de expansão do sistema capitalista, intensificando a dependência e as expropriações (GARCIA, 2018).

Gráfico 2 – Produtos exportados do Brasil para a China.



Fonte: MDIC apud NEXO, 2016.

Assim, Lula soube aproveitar o *boom* das *commodities* para inaugurar uma nova agenda político-econômico-social, o chamado neodesenvolvimentismo. Como um projeto burguês vigente no ciclo do lulismo, mais especificamente no segundo mandato, o neodesenvolvimentismo, segundo Alves (2013, p. 3), é “[...] um novo bloco histórico de hegemonia burguesa no Brasil sob a direção do grande capital organizado”, ou seja,

Trata-se de uma nova visão de desenvolvimento capitalista baseado na criação de um novo patamar de acumulação do capital por meio da ação do Estado capaz de criar, por um lado, as condições para o crescimento econômico capitalista e, por outro lado, ao mesmo tempo, a ampliação do mercado interno por meio da redução da pobreza e políticas sociais redistributivas focadas no subproletariado.

O objetivo do neodesenvolvimentismo, enquanto um instrumento de legitimação ideológica do capital, em período de crise estrutural, foi construir os consensos necessários para manter a hegemonia burguesa. Com o discurso neodesenvolvimentista, visava-se executar medidas que articulassem o “crescimento econômico” com a “responsabilidade social”, medidas essencialmente contraditórias dentro do capitalismo. De acordo com Gonçalves (2012), o neodesenvolvimentismo não passa de uma versão do liberalismo enraizado, um “desenvolvimento às avessas”, no qual eixos basilares do nacional-desenvolvimentismo foram invertidos, ocorrendo a desindustrialização, a dessubstituição de importações e a reprimarização das exportações. Nesse período houve, na realidade, como afirma (CASTELO 2016, p. 60), a “reafirmação e a consolidação de uma nova etapa do capitalismo dependente”, no qual o neoliberalismo “[...] sofre um suave ajuste na sua direção estratégica” (CASTELO, 2013, p. 244), mantendo o poder dos grandes grupos hegemônicos da história do Brasil. O neodesenvolvimentismo possui relação com o neoextrativismo, ambos

apresentam o aprofundamento da dependência, a partir dos anos 2000, e a face das expropriações na América Latina.

Esse projeto burguês atribuiu ao Estado o papel de fomentador da economia brasileira nas condições do mercado oligopolizado, impulsionando a expansão de capitais, através de megaprojetos. De acordo com Romero e Frota (2015), os megaprojetos são intervenções de grande porte com orçamentos estatais muito altos e que geram grandes impactos sociais e ambientais. Assim, grandes obras de infraestrutura foram implementadas, visando construir uma integração econômica regional. Mais uma vez o Estado institucionaliza as regras do jogo do capital, criando e recriando as condições para garantir a acumulação, evidenciando que há um enlace dialético entre o Estado e o mercado. Assim, estrutura-se um Estado regulador, apto a realizar reformas para que “tudo mude para permanecer o mesmo” (CASTELO, 2016, p. 48), atuando enquanto Estado-investidor ou como Estado-financiador (ALVES, 2016).

O Estado-investidor corroborou para pôr em marcha projetos de desenvolvimento no território nacional, atendendo, desse modo, às demandas do grande capital (ALVES, 2016). Essa dimensão do Estado se manifestou, principalmente, com o Programa de Aceleração do Crescimento (PAC), formulado na dimensão teórica pelos técnicos do Ministério do Planejamento e Orçamento (MPOG) no primeiro governo do ex-presidente Lula (2003 a 2006), sendo lançado no segundo mandato de Lula, em 2007, através da lei nº 11.578, de 26 de novembro de 2007. Na primeira gestão Dilma (2010 a 2014) foi lançada a segunda fase do PAC com alterações. Portanto, o Governo Federal definiu o investimento como uma das suas prioridades, visando incentivar um ambiente favorável para o crescimento econômico no país através do PAC. Com horizonte de quatro anos, o PAC previa cerca de R\$ 503,9 bilhões em investimento em megaprojetos ao longo do território nacional voltados para infraestruturas ligadas à área logística, energética, social e urbana⁴². Segundo Neto (2014, p. 296-297), frente ao déficit relacionado à infraestrutura, no território nacional

[...] foram feitos esforços para paulatinamente resolver alguns dos gargalos. No conjunto dos investimentos em infraestrutura realizados – em transporte e logística aeroviária, portuária, ferroviária e rodoviária – os montantes anuais de gastos públicos alocados partiram de R\$ 5,2 bilhões em 2003 para R\$ 15,4 bilhões em 2010.

⁴² Com a mesma proposta de melhoria na infraestrutura, foi criada em 2000 a Iniciativa para a Integração da Infraestrutura Regional Sulamericana (IIRSA). Esse projeto visava interligar os doze países da América Latina, com o objetivo de facilitar o processo de escoamento das mercadorias nesse território, tendo grande investimento do BNDES. Esse projeto de integração potencializou o modelo primário exportador existente nessa região (PÉREZ, 2016).

Portanto, os incentivos do Estado-investidor colaboraram para a instalação e expansão de megaprojetos no território nacional, alardeados como meios para se alcançar o desenvolvimento, reiterando-se, assim, a ideologia do progresso⁴³. Assim, esse Programa colocou na “ordem do dia” a agenda de desenvolvimento. De acordo com o primeiro balanço do PAC, 2007-2010, dentre os investimentos na área de infraestrutura logística estão os investimentos nos portos, a exemplo dos investimentos direcionados à dragagem do canal de acesso ao Porto de Suape, em Pernambuco; na infraestrutura energética estão os investimentos voltados ao petróleo e gás, como os investimentos na Refinaria Abreu e Lima, localizada no Porto de Suape; na infraestrutura social e urbana há os investimentos ligados à ampliação do sistema de abastecimento da Região Metropolitana do Recife, região que abarca os dois municípios que sofrem influência direta do Complexo de Suape: Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca (PAC, 2007).

Com o PAC, o Nordeste vivenciou um ciclo virtuoso de crescimento e Pernambuco foi um dos estados que mais deste se beneficiou. Com a aliança política entre os governos do Partido dos Trabalhadores (PT) e o governo estadual do Partido Socialista Brasileiro (PSB), sob a liderança de Eduardo Campos, foi possível garantir que Pernambuco fosse um dos estados mais contemplados com os investimentos do Governo Federal. Em 2007, primeiro mandato de Campos, o repasse federal para Pernambuco foi de 5%. Todavia, em 2010, no último mandato do governo Lula, esses repasses alcançaram o patamar de 14,6%, o maior de todos os estados nesse ano. Desse modo, a cultura da cana-de-açúcar, marca histórica da economia regional, mesclou-se com o crescimento vertiginoso do setor industrial nesse período. Os investimentos do PAC entre os anos 2008 e 2009 foram importantes diante do cenário da crise financeira internacional, iniciada em 2008 nos Estados Unidos, fazendo com que essa crise demorasse a chegar no Brasil (FERREIRA, 2018).

Com o fim do governo Lula e a vitória eleitoral de Dilma Rousseff (2011-2016), também do Partido dos Trabalhadores, amplia-se o projeto de desenvolvimento iniciado no governo Lula. Desse modo, a segunda fase do PAC entrou em vigor em 2011, objetivando manter o crescimento suscitado com o PAC I, capitaneado pelo lema: “o que deu certo tem que continuar” (PAC II, 2011, p. 9). No relatório de lançamento do PAC II (2011) afirmava-se que era previsto, entre 2011 e 2014, na área de infraestrutura, R\$ 4,8 bilhões de investimento direcionados à modernização dos Portos, principalmente no processo de dragagem e derrocagem; na área de energia era previsto R\$ 281,9 bilhões de investimento em

⁴³ A ideologia do progresso será mais bem discutida no próximo capítulo.

petróleo e gás natural, no parque de refino e produção de derivados de petróleo a previsão dos investimentos foi de R\$ 71,1 bilhões, voltados para a ampliação e modernização dos parques já existentes, como a Refinaria Abreu e Lima e a Petroquímica Suape; na indústria naval foi previsto o investimento de R\$ 36,7 bilhões, voltados, principalmente, para a reforma e ampliação de estaleiros. Em 2014, no segundo mandato da presidenta Dilma, o valor repassado para Pernambuco saltou, chegando ao valor de R\$ 6,87 bilhões (FERREIRA, 2018). O PAC foi um dos principais programas das duas gestões de Lula (2003 a 2010) e da primeira gestão Dilma (2010 a 2014), pois no final de 2014, a crise internacional impacta fortemente a economia brasileira, motivada pelo recuo da demanda por *commodities*, devido à desaceleração do crescimento chinês⁴⁴, o que resultou na redução dos repasses federais para o Estado de Pernambuco⁴⁵.

Desse modo, os investimentos do PAC, nos anos 2007 a 2014, possibilitaram um ciclo virtuoso de crescimento econômico no Nordeste, aumentando os investimentos governamentais na região (FERREIRA, 2018). O Nordeste, no interior da economia nacional, é um espaço periférico, sendo, historicamente, a região da estagnação que em momentos históricos particulares, como o vivido nos anos de governo do PT, recebe um impulso de desenvolvimento, principalmente por meio da ação do Estado. Nos anos 2000 os estados do Nordeste que receberam maior número de investimento foram Pernambuco e Bahia. Para Pernambuco, no ano de 2011, entre janeiro e abril, foram investidos R\$ 118,8 milhões⁴⁶.

O Estado-financiador, outra característica do Estado nos anos 2000, estrutura-se como meio “[...] capaz de financiar e constituir grandes corporações de capital privado nacional, com capacidade competitiva no mercado mundial” (ALVES, 2016, p. 107). Para esse objetivo, o Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico e Social (BNDES)⁴⁷ ganha destaque, realizando operações de financiamento direto e/ou indireto para a concentração ou centralização dos capitais nacionais, sendo, pois “uma empresa pública e não um banco comercial”. A região Nordeste foi alvo dos investimentos financeiros do BNDES. No ano de

⁴⁴ Influenciado pela crise nos Estados Unidos, principal demandante dos produtos chineses, a China tenta mudar as diretrizes de sua economia, focando no aumento do mercado de consumo interno ao invés de continuar na mesma intensidade sua política de investimentos em infraestrutura e construção civil (GARCIA, 2018).

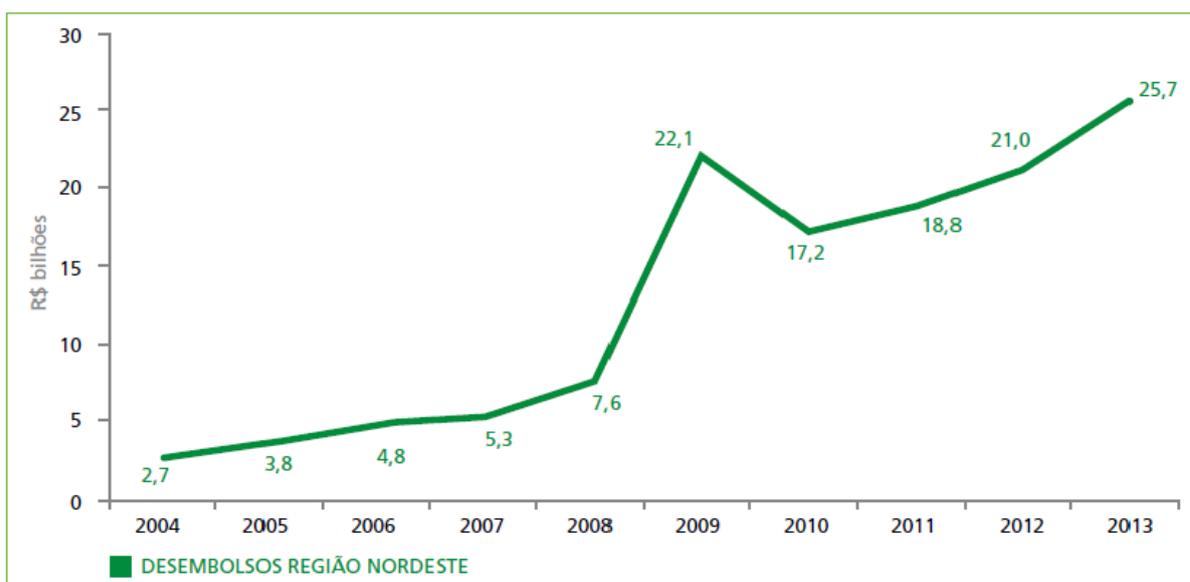
⁴⁵ Dilma reduz repasses para Pernambuco, governado por potencial rival. Disponível em: <<https://politicalivre.com.br/2013/03/dilma-reduz-repasses-para-pernambuco-governado-por-potencial-rival/>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

⁴⁶ Cf. BRITTO, Carlos. Bahia e Pernambuco estão entre os estados que mais recebem verba do Governo Federal. Disponível em: <https://www.carlosbritto.com/bahia-e-pernambuco-estao-entre-os-estados-que-mais-recebem-verba-do-governo-federal/>. Acesso em: 15 nov. 2019.

⁴⁷ O BNDES foi fundado em 1952, no governo de Getúlio Vargas, sendo inicialmente intitulado de Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDE), tendo em 1982 a inserção do Social. Este Banco tem por objetivo formular e executar a política de desenvolvimento no país (PERÉZ, 2016).

2013 foram liberados recursos financeiros na marca de 25,7 bilhões (FERREIRA, 2018). Os investimentos do BNDES no território nacional se dão através do PAC, havendo, portanto, uma relação entre essas funções do Estado.

**GRÁFICO 3 – Evolução dos desembolsos do BNDES para a região Nordeste, 2004-2013
(em R\$ bilhões)**



Fonte: (BNDES apud LEAL et al., 2014).

Os investimentos do BNDES no Nordeste estão voltados para a manutenção do modelo primário exportador, privilegiando, desse modo, a entrega dos recursos naturais aos países centrais, como afirma Pérez (2016, p. 148) “[...] os investimentos que o governo faz são para infraestrutura utilizada pelas empresas multinacionais que, além de exportarem os produtos nacionais, ficam com os lucros da comercialização”.

Tabela 1 – BNDES – investimentos mapeados (em R\$ bilhão)

Setores	2005-2008	2010-2013
Indústria: petróleo e gás; extrativa mineral; siderurgia; papel e celulose; química; veículos; e eletroeletrônica	313,0	549,0
Infraestrutura: energia elétrica; telecom; saneamento; ferrovias; transporte rodoviário; portos	199,0	315,0
Edificações	343,0	465,0
Total	854,0	1.328,0

Fonte: BNDES apud NETO, 2014.

Dentre os Estados do Nordeste, Pernambuco foi o segundo que mais recebeu os financiamentos do BNDES, ficando atrás apenas da Bahia.

Tabela 2 – Desembolso do BNDES por estados da Região Nordeste, 2007-2013 (em R\$ milhões)

Estados	2007	2008	2009	2010	2011	2012	2013	Total	%
Alagoas	89	151	261	588	860	518	953	3.420	2,9
Bahia	2.760	3.150	3.366	4.799	4.978	5.731	9.262	34.046	28,9
Ceará	448	961	1.969	3.592	2.489	3.009	2.484	14.952	12,7
Maranhão	293	1.092	1.599	1.327	2.702	3.772	3.919	14.704	12,5
Paraíba	107	279	370	482	727	589	980	3.534	3,0
Pernambuco	1.320	1.647	13.026	4.245	4.601	3.208	3.636	31.683	26,9
Piauí	171	77	820	697	379	785	868	3.797	3,2
Rio Grande do Norte	91	186	347	806	1.471	2.813	2.845	8.559	7,3
Sergipe	44	83	308	675	563	625	709	3.007	2,6
Nordeste	5.322	7.627	22.067	17.211	18.768	21.048	25.657	117.700	100,0

Fonte: (BNDES apud GUIMARÃES et al., 2014).

Nessa conjuntura, mediante o financiamento do BNDES, avançou-se o processo de multinacionalização de empresas brasileiras para os países do Sul, pois um dos objetivos do governo Lula foi transformar as empresas brasileiras em multinacionais⁴⁸, desse modo,

⁴⁸ Em uma entrevista concedida à jornalista Amanda Rossi para o seu livro “Moçambique o Brasil é aqui: uma investigação sobre os negócios brasileiros na África” (2015, p. 329), Lula afirma o seguinte: “a gente ajuda a criar empresas multinacionais brasileiras e ajuda a criar grandes empresas nacionais dos países africanos. É juntar a fome com a vontade de comer. Eu sonhava com isso. Não era fácil! Porque as pessoas querem segurança jurídica, querem democracia, querem instituições sólidas, e a África não oferecia isso”. O apoio às empresas

Grande parte da carteira de empréstimos do BNDES está voltada para a política de formação das campeãs nacionais, isto é, a formação de oligopólios brasileiros que atuam em setores econômicos nos quais o país goza de vantagens comparativas, em especial nos mercados de *commodities*. (CASTELO, 2016, p. 63)

Até 2003 os investimentos brasileiros no exterior eram de aproximadamente US\$ 1 bilhão por ano, mas, entre 2004 e 2007, saltaram para US\$ 14 bilhões em média (GARCIA, 2012). O relatório anual do BNDES do ano de 2010 enaltece o recorde histórico de desembolso do banco, no valor de 168,4 bilhões, e a sua consolidação como “principal agente do desenvolvimento do país” (MOREIRA, 2017). O papel exercido pelo BNDES deve ser entendido como “[...] uma das frentes das políticas anticíclicas adotadas ainda no governo Lula com o objetivo de conter a crise econômica mundial” (MOREIRA, 2017, p.7), mais precisamente, de impedir ou minimizar seus impactos sobre o Brasil.

No âmbito da gestão do ex-presidente Lula, o BNDES passou a ter uma linha de crédito específica para a internacionalização das empresas brasileiras. Dessa maneira, o Banco se tornou um dos principais financiadores no que diz respeito à integração da infraestrutura nos países com os quais o Brasil possui relação⁴⁹ (GARCIA, 2012). O BNDES desenvolveu o Programa de Financiamento às exportações (PROEX) como um importante instrumento de incentivo às exportações brasileiras de bens e serviços, o qual possibilitou uma maior inserção da Embrapa nos países do Sul (SILVA, 2018). Desse modo, os países da América Latina têm sido um dos principais receptores de capitais brasileiros, e nos anos de 2006-2007 os investimentos no exterior dos países do Mercosul totalizaram US\$30,3 bilhões, dos quais 93% têm origem no Brasil (FONTES, 2010). No que diz respeito à megaprojetos voltados para a geração de energia, Bolívia, Equador e Peru têm grande destaque⁵⁰.

brasileiras com capacidade de competir globalmente foi uma estratégia central de desenvolvimento assumida pelos governos do PT, corroborando com o seu novo papel de “país emergente”. O objetivo era diversificar as relações político comerciais com a ampliação e intensificação das relações com outros países do Sul com forte atuação do Estado através das políticas públicas proativas, a concessão de créditos através do BNDES (GARCIA, 2012).

⁴⁹ No plano doméstico, o BNDES também investiu na construção da infraestrutura necessária para a expansão do capital, principalmente dos grandes projetos de desenvolvimento (GARCIA, 2012).

⁵⁰ Em 2006 foi criada uma comissão mista Brasil-Peru objetivando fortalecer a relação referente a assuntos energéticos, visando construir um acordo bilateral para o fornecimento de eletricidade ao Peru e exportação de excedentes ao Brasil. Em junho de 2010 foi assinado esse acordo, com duração de 30 anos. O Ministério de Energia e Minas do Peru (MEM) propôs ao Brasil a construção de 15 usinas, porém, inicialmente, apenas 6 foram escolhidas pelas empresas brasileiras: Inambari com 2.000 MW, Sumabeni com 1.074 MW, Paquizapango com 2.000 MW, Urubamba com 950 MW, Vizcatán com 750 MW e Chuquipampa com 800 MW.⁵⁰ A Central Hidrelétrica de Inambari é a maior barragem do Peru e a quinta da América Latina, com um reservatório de 423 km³, cuja 80% da produção será exportada para o Brasil. As empresas envolvidas em sua construção são a construtora brasileira OAS e a Eletrobrás e Furnas, além dos recursos provenientes do Banco Nacional de Desenvolvimento Econômico (BNDES). Tal projeto expropriará 15 mil pessoas, 60 povoados, e gerará grandes impactos ambientais (ZIBECHI, 2012).

Essas transformações na economia brasileira, segundo Fontes (2010), possuem relação com a expansão do capital-imperialismo, o qual incorporou alguns países que não compunham seu polo central. Essa expansão contraditória “aprofundou a generalização das relações capitalistas em alguns países secundários, em processo análogo à transição capitalista dos países retardatários, mas com peculiaridades muito diferentes dos processos históricos anteriores” (FONTES, 2010, p. 209) ⁵¹. Segundo a autora, o Brasil passa a integrar-se internamente ao capital imperialismo, tornando-se um país capital-imperialista de forma secundária. A incorporação dos países dependentes ao capital-imperialismo só ocorre na medida em que os países reúnem algumas condições econômicas fundamentais:

Um ciclo avançado de industrialização e monopolização do capital, com a existência dos diferentes setores econômicos complexamente entrelaçados; um Estado plasticamente adaptado ao fulcro central da acumulação de capitais e com razoável autonomia diante das pressões emanadas por capitalistas singulares ou por um único setor econômico, capaz de garantir a manutenção complexa da acumulação expandida através de uma atuação externa consequente; forma razoavelmente estável de contenção das reivindicações igualitárias populares (FONTES, 2010, p. 307).

O Brasil, principalmente nos anos 2000, reuniu essas condições econômicas fundamentais, efetivando, assim, o seu lugar secundário no capital-imperialismo. Nesse contexto foi fortalecida a integração regional entre os países latino-americanos por meio, principalmente, da União das Nações Sul-Americanas (UNASUL) (PEREZ, 2016). Com essa nova dinâmica brasileira, guiada pela atuação do Estado, grandes projetos de desenvolvimento foram instalados em território nacional, como em Pernambuco, com a instalação e expansão do Polo Farmacêutico, do Polo Automotivo, da Ferrovia Transnordestina, das obras de Transposição do Rio São Francisco e a expansão do Complexo Industrial Portuário de Suape (CIPS).

O Complexo de Suape está voltado para a exportação de *commodities* a mercados consumidores acessíveis pelo mar, sendo um dos megaprojetos que industrializa e exporta parte dos minerais, dos derivados de petróleo e dos agrocombustíveis (RELATÓRIO DHESCA, 2018)⁵². Dessa maneira, os megaprojetos foram o meio para se garantir a inserção

⁵¹O conceito de países capital-imperialista primários e capital-imperialista secundários possui relação com o conceito de países centrais e periféricos. Segundo a tese defendida por Fontes (2010), essas características alteram-se de acordo com o movimento do capital, por exemplo, no caso do Brasil, apesar da sua condição de periférico/secundário, com a “fusão pornográfica dos diferentes capitais”, as economias capitalistas secundárias tornam-se plataformas de exportação do capital-imperialismo, chegando a ter determinadas autonomias frente aos países primários, contudo, mantendo sua dependência.

⁵² Esta discussão será abordada no terceiro capítulo, sobretudo no tópico 3.2.

subalterna do Brasil no capital-imperialismo, intensificando a tendência do processo de reprimarização da economia, sobretudo nas duas primeiras décadas dos anos 2000.

O Mapa de Conflitos Envolvendo Justiça Ambiental e Saúde no Brasil, elaborado pela Fundação Oswaldo Cruz (FIOCRUZ), em 2010, destaca que há 297 casos de injustiça ambiental ocorrendo no território nacional. Dentre esses 297 casos, 26 ocorrem em Pernambuco, um deles diz respeito à ameaça que o Complexo de Suape representa para a saúde, para os modos de vida das comunidades que residiram(em) no território⁵³. O território onde hoje é Suape foi incorporado à dinâmica da acumulação do capital e as comunidades que habitavam(am) nesse território passaram(am) a viver na tensão entre vida e morte de seus modos de vida. As expropriações marcadas pela forte atuação do Estado revelam-se na cena contemporânea, como analisaremos no próximo capítulo.

⁵³ Mapa de Conflitos envolvendo Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil. PE- No Complexo de Suape, agricultores familiares lutam por indenizações justas e por seus direitos. Disponível em: <<http://mapadeconflitos.ensp.fiocruz.br/?conflito=pe-no-complexo-de-suape-agricultores-familiares-lutam-por-indenizacoes-justas-e-por-seus-direitos>>. Acesso em: 05 jun. 2019.

CAPÍTULO III
COMPLEXO DE SUAPE: EXPRESSÃO FENOMÊNICA DA ATUAÇÃO DO
ESTADO NAS EXPROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS



II
ustração do artista mexicano Isidro R. Esquivel. 2013.

4 COMPLEXO DE SUAPE: EXPRESSÃO FENOMÊNICA DA ATUAÇÃO DO ESTADO NAS EXPROPRIAÇÕES CONTEMPORÂNEAS

“Nem a terra é poupada das ganâncias. Nada é nosso nos dias de agora. Chega um desses estrangeiros, nacional ou de fora, e nos arranca tudo de vez. Até o chão nos arrancam”.

Mia Couto

Em 2011 o Jornal Folha de São Paulo publicou a seguinte matéria: “Pernambuco vive sua Revolução Industrial”⁵⁴ referindo-se às transformações ocasionadas pela expansão do Complexo Industrial e Portuário de Suape (CIPS), com investimentos do PAC e do BNDES nos anos de governo do PT. A referida matéria chama atenção para o fato que o território onde está instalado o Complexo de Suape tem como marca histórica a produção sucroalcooleira cujo determinante é a grande concentração de terra, a produção em larga escala e a exploração da força de trabalho das comunidades locais com vista a atender à demanda externa por açúcar e etanol. Desde a instalação e mais diretamente com a expansão do CIPS mudou-se a lógica de acumulação na região, pois a estrutura agrária passa a conviver com o fluxo industrial, com os empreendimentos voltados à cadeia das *commodities*, especialmente o petróleo e seus derivados.

O Nordeste brasileiro, onde está localizado o estado de Pernambuco, no período da colonização, foi considerado a zona mais rica do Brasil devido à forte participação da atividade açucareira, sendo Pernambuco o principal expoente do desenvolvimento da região naquele período. Hoje o Nordeste é uma das regiões mais pobres do país, que busca, através de políticas de incentivo ao crescimento econômico, sair da jaula do subdesenvolvimento. O Estado intervém ao longo dos anos, ainda que de maneira tímida, no incentivo à economia dessa região, criando condições para avanço da atividade industrial, como é exemplo a Superintendência de Desenvolvimento do Nordeste (SUDENE), criada em 1959, com o objetivo de desenvolver essa região e engendrar uma integração regional⁵⁵ (GALEANO, 2016).

Desse modo, a economia de Pernambuco, até o início do século XIX, era marcada pela grande produção de cana de açúcar, com a presença de poucas atividades de transformação (a exemplo do fabrico de tecidos, dentre outros), e apenas na segunda metade do século XX inicia-se a fase de implantação de polos de desenvolvimento industriais, a exemplo do

⁵⁴Pernambuco vive sua Revolução Industrial. 2011. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0603201102.htm>> . Acesso em: 25 jan. 2019.

⁵⁵ A SUDENE, contudo, em seu funcionamento, atuou de forma elitista, favorecendo as oligarquias locais, o latifúndio e a instalação de empresas (FERREIRA, 2018).

Complexo de Suape. Contudo, foi no início do século XXI que Pernambuco e os principais centros econômicos do Nordeste viveram um momento de dinamismo de sua economia, o que para os meios midiáticos foi comparado a uma Revolução Industrial, no entanto, tal dinâmica só foi possível com o aprofundamento da apropriação privada dos recursos naturais no Brasil⁵⁶, evidenciando a não unilinearidade do desenvolvimento capitalista, o qual drena para fora a riqueza gerada nos países latino-americanos.

O Estado, então, passou a investir massivamente na expansão do Complexo de Suape por meio dos programas de desenvolvimento, como o PAC, de incentivos fiscais, da disseminação de um discurso ideológico que legitime esse projeto e na gestão do território voltada a garantir que a atividade econômica ocorra livre de quaisquer empecilhos, através da intervenção direta no processo de retirada das comunidades que residiram, historicamente, no território. Assim, o Estado atua no desenvolvimento da região, patrocinando e promovendo a expansão capitalista ao mesmo tempo que vem engendrando conflitos com as comunidades que estão na contramão do dito “desenvolvimento”, como as comunidades de agricultores e pescadores que vivem no território onde hoje é Suape. Dessa maneira, as transformações advindas com a expansão desse projeto de desenvolvimento resultaram em expropriações dos trabalhadores da terra e na apropriação dos seus meios de existência pelos capitalistas instalados no Complexo de Suape.

Como foi discutido nos capítulos anteriores, a formação do sistema capitalista na Inglaterra resultou na expropriação dos trabalhadores da terra e na concentração da terra nas mãos da classe capitalista. Na América Latina as expropriações se deram a partir da drenagem dos recursos naturais e da exploração da força de trabalho com o objetivo de fortalecer o capitalismo nos países centrais. Essas expropriações, contudo, permanecem, com novas características, como a predominância do capital financeiro, mas mantêm a mesma estrutura: a apartação dos trabalhadores da terra de seus meios de vida, submetendo esses trabalhadores plenamente à lógica do mercado, e a apropriação desses meios pelos capitalistas. O Estado é um dos principais responsáveis pela garantia das condições de reprodução de tais relações sociais, determinando, assim, a própria dinâmica da produção capitalista. Esse fato fica explícito ao se analisar a realidade do território onde hoje é Suape.

⁵⁶ Esse processo ocorre concomitantemente à expansão territorial do agronegócio, sobretudo voltado à soja, nas regiões do Nordeste, como na região do MATOPIBA, um acrônimo que representa a conjunção dos estados do Maranhão, Tocantins, Piauí e Bahia. Segundo a Rede Social de Justiça e Direitos Humanos (2018, p. 25), “entre 2000 e 2014, a área plantada de soja e cana-de-açúcar no MATOPIBA aumentou 253% e 379% respectivamente”, em relação à expansão territorial, a área ocupada pela plantação da soja ‘aumentou de 1 milhão para 3,4 milhões de hectares’”.

O processo da construção do objeto desta dissertação se pautou, até aqui, pelo exercício de sucessivas aproximações entre a realidade concreta, onde ocorrem os processos de expropriações com ativa participação estatal, e o nível de abstração teórica necessário para a análise das relações sociais de capital, da interdependência entre o Estado e o capital e da particularidade das expropriações na América Latina, sobretudo no Brasil, em especial nos últimos anos, durante a regência do modelo neodesenvolvimentista. Por conseguinte, só é possível apreender os mecanismos e as estratégias, políticas e ideológicas, utilizadas pelo Estado para garantir as expropriações no Complexo de Suape através de uma análise da relação material dentro da dinâmica capitalista, analisando as formas prevaletentes de o Estado intervir no território, movimento próprio do método elaborado por Marx.

Este capítulo tem por intuito analisar como o Estado vem atuando para garantir a acumulação no Complexo de Suape, buscando apreender quais são os seus mecanismos e qual o seu discurso. Para tanto, realizamos um estudo sobre as produções desenvolvidas por autoras que fizeram uma análise crítica sobre esse megaprojeto (PÉREZ, 2016; SANTOS 2017; SANTOS, 2011; SILVA, 2018), bem como a partir de documentos oficiais elaborados pela equipe técnica dos governos, tais como os Balanços Gerais do PAC (2007-2010; 2011-2014), o documento Suape Global, Suape Local, o Novo Plano Diretor – Suape 2030 e notícias divulgadas pelos meios midiáticos no período de expansão desse Complexo.

4.1 Formação sócio-histórica do território onde hoje é Suape: da colonização a institucionalização do Complexo Industrial e Portuário de Suape.

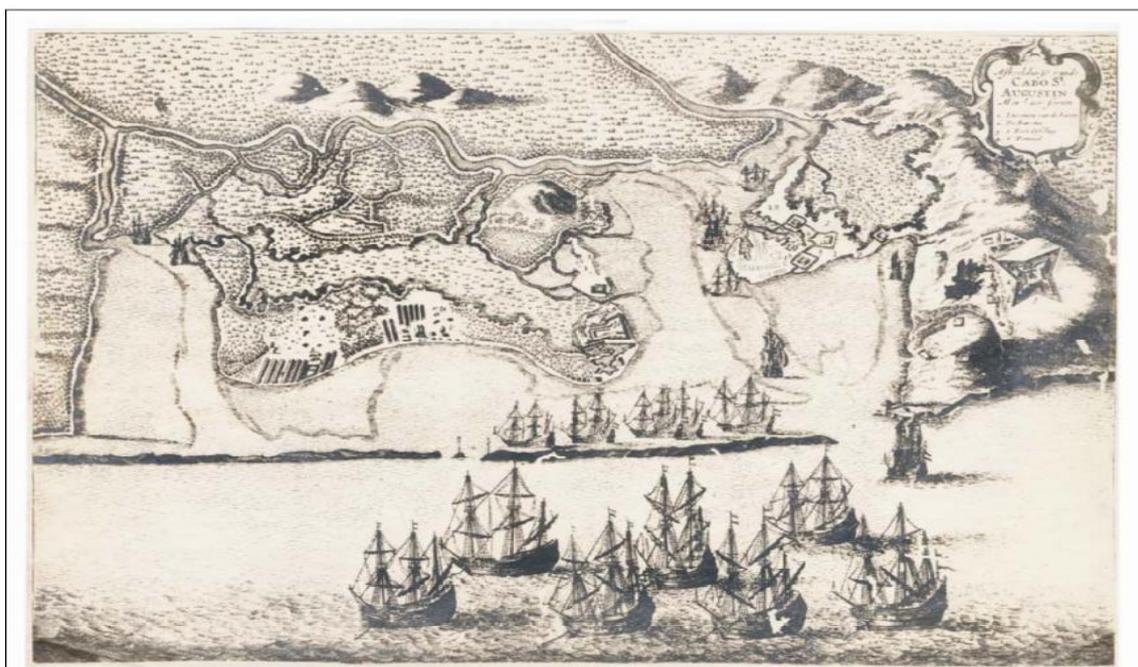
[...] a região eleita pela natureza para produzir todos os alimentos, nega-os todos: a faixa litorânea conhecida – a ironia do vocabulário – como zona da mata, em homenagem ao passado remoto e aos míseros vestígios da florestação.
Eduardo Galeano

Antes da invasão portuguesa em 1500, no Brasil, a região onde hoje está instalado o Complexo de Suape, intitulada de Zona da Mata Sul de Pernambuco, era ocupada por indígenas Caetés, da família Tupi (PERÉZ, 2016). Esses indígenas deram o nome de Suape ao rio Massangana, um dos três rios⁵⁷ que desembocavam no antigo ancoradouro existente na ilharga do Cabo de Santo Agostinho (acidente geográfico) que ficava afastado do mar por uma parede de arrecifes de arenitos (Figura 1). Suape em tupi significa “caminho sinuoso” ou

⁵⁷ Rio Massangana, Rio Tatuoca e Rio Ipojuca.

“caminho incerto” que, em relação ao rio, fazia referência a sua trajetória incerta dentro do estuário (SILVEIRA, 2010).

Figura 1 - Gravura do ancoradouro de Suape de 1635 localizada no Museu de Amsterdam



Fonte: SUAPE 2008 apud Silveira, 2010.

Com a invasão portuguesa, em 1534, Duarte de Albuquerque Coelho recebeu sessenta léguas de costa para instalar a sua capitania⁵⁸, cuja dimensão tinha início em Olinda e terminava no Rio São Francisco, território que até então estava sob domínio do povo indígena Caetés. Nesse período o estuário de Suape já servia de base de infraestrutura portuária para os portugueses, sendo um espaço estratégico, por isso alvo de disputas entre os europeus e os indígenas. Segundo Silveira (2010, p. 62), “[...] desde cedo, o estuário de Suape exerceu funções econômicas e estratégicas para os colonizadores e ponto de resistência para as populações indígenas que lutavam pela permanência nas terras”.

Outro modo de uso dessa região pelos portugueses foi a atividade econômica açucareira. Com a chegada dos europeus nesse território houve a expansão dos engenhos de cana-de-açúcar os quais demandavam cada vez mais terra e força de trabalho⁵⁹. A região do

⁵⁸ Com as capitanias visava-se ocupar a colônia para evitar a instalação de outros povos europeus.

⁵⁹ De acordo com Eduardo Galeano (2016, p. 87), “Durante pouco menos de três séculos a partir do descobrimento da América não houve, para o comércio da Europa, produto agrícola mais importante do que o

Cabo de Santo Agostinho, que possuía mata atlântica com abundante biodiversidade, caracterizada por ter um solo com grande fertilidade, com muitos húmus e sais, uma região apta a produzir diversos alimentos, começou a ser dizimada para instalar os canaviais nas sesmarias pertencentes à Capitania de Pernambuco (PERÉZ, 2016).

Os Caetés não aceitaram passivamente a imposição desse novo modo de lidar com a terra e de trabalho forçado, houve, então, resistência, foram cinco anos de guerra que resultou no massacre desse povo. Contudo, a produção do açúcar exigia grandes contingentes de mão de obra para “[...] preparar a terra, plantar, colher, transportar a cana e, por fim, moê-la e purgá-la” (GALEANO, 2016, p. 90), por isso foi demandado o trabalho escravo dos povos africanos⁶⁰, sobretudo de Angola, Congo e Guiné, tornando o Brasil o principal mercado de escravos desse período histórico (PERÉZ, 2016).

Entre os séculos XVII e XVIII predominou-se os engenhos banguês, engenhos estruturados sob a hegemonia do senhor de engenho, o qual submetia à sua vontade os escravos negros e indígenas, os lavradores, trabalhadores que moíam ou cultivavam a cana-de-açúcar, e os foreiros, população rural livre que pagava uma taxa pelo uso da terra para produção do roçado. Assim, os métodos de trabalho nos engenhos nesse período eram pautados no trabalho escravo e na tração animal e aquática para movimentar o moinho (SILVEIRA, 2010). Com a promulgação da Lei Áurea, em 1888, que determinava a liberdade de todos os escravos, outro método utilizado para manter a trabalhado necessário para a produção foi a morada. Os trabalhadores passaram a viver, em casas precárias, dentro dos engenhos, cultivando em um pequeno lote de terra os seus alimentos e de suas famílias e ao mesmo tempo contribuía para a produção da cana-de-açúcar, recebendo para isso um salário irrisório (PERÉZ, 2016).

É a partir dessas transformações que nascem os engenhos que conformam o território onde está instalado o Complexo de Suape: a atividade econômica de produção de cana-de-açúcar que perdura até hoje e os ancestrais das comunidades que vivem(viveram) nesse território.

A estrutura dos engenhos banguês entrou em crise no século XIX, devido às flutuações do mercado internacional, relacionadas à exportação de cana-de-açúcar que dificultavam a

açúcar cultivado nestas terras”. O açúcar era o “ouro branco” e no Brasil existia mais de 120 engenhos no final do século XVI.

⁶⁰ Alguns negros escravizados dessa região fugiram e construíram o Quilombo dos Palmares, no século XVI, uma das formas de resistência à desumanização imposta pelos portugueses. Esse Quilombo estendia-se desde as cercanias do Cabo de Santo Agostinho até a região de Alagoas e nele se desenvolvia a policultura, existia abundância de alimento, o oposto dos engenhos, nos quais só existia a monocultura da cana (GALEANO, 2016; PERÉZ, 2016).

comercialização e inserção da produção pernambucana no mercado externo. Este fato colocou em evidência a necessidade de mudanças no modelo de produção da cana-de-açúcar, de modernização da produção, o que fez surgir, no lugar dos engenhos, as usinas. As usinas inseriram na produção o uso do arado e dos engenhos a vapor, além de uma nova variedade de cana-de-açúcar, transformando, assim, os engenhos banguês em fábricas modernas e mecanizadas. Nesse contexto, surge, então, um novo sujeito: o usineiro (GALVÃO, 2015).

Os pequenos engenhos integram-se, desse modo, às grandes usinas, evidenciando outra forma de concentração de terra, demonstrando, mais uma vez, a forte presença do problema da terra na zona da cana de Pernambuco. A propriedade privada da terra oficializa-se no Brasil através da Lei de Terras de 1850, a qual negou a propriedade da terra a quem nela trabalhava: os ex-escravos, os camponeses, os quilombolas, os indígenas livres e os trabalhadores livres. Desse modo, a condição de “morador” significava uma possibilidade mais próxima de acesso à terra e à produção de alimento. Todavia, em 1960, com a expansão do cultivo da cana-de-açúcar, devido à criação do Programa Nacional do Álcool – PROALCOOL, acabou o sistema de “morada”, obrigando os ex-escravos e os trabalhadores livres a buscarem sozinhos sua sobrevivência (PERÉZ, 2016).

O PROALCOOL possibilitou a diversificação industrial na região, a criação do polo industrial do Cabo de Santo Agostinho na gestão do então governador, o usineiro Cid Sampaio (1958-1962), voltado às indústrias químicas vinculadas ao álcool. Esse Programa oportunizou o financiamento da produção alcooleira em diversas usinas. Entretanto, esse processo acarretou o endividamento das usinas que, além de viverem um momento de inflexão no mercado internacional, não conseguiram saldar as dívidas, o que incorreu na hipoteca de suas terras e na apropriação dessas terras pelo Estado (SILVEIRA, 2010).

Nesse mesmo contexto, os trabalhadores da terra começaram a pressionar o Estado para fornecer áreas para viverem e trabalharem. A concentração de terra apresentava, assim, a sua contradição. Devido às pressões, com forte apoio das Ligas Camponesas, a usina Santo Inácio, falida em 1963, detentora de engenhos localizados nos municípios do Cabo e de Ipojuca, foi cedida a esses trabalhadores. Nesse território foi criada a Cooperativa Tiriri, de 4.985 hectares, como uma tentativa de contenção da luta social. A transferência desse território à Cooperativa deu-se em processo de reforma agrária intermediado pelo Instituto Nacional de Colonização e Reforma Agrária – INCRA (PERÉZ, 2016).

A SUDENE estava à frente dessa negociação, propondo que essa cooperativa fosse organizada pelos trabalhadores da terra dos engenhos Tiriri, Massangana, Algodoais, Serraria e Jasmim. Finalizado o processo de “reforma agrária”, as terras da Usina Santo Inácio

passaram à Cooperativa Tiriri, constituída pelos trabalhadores da terra desse engenho e dos outros ali situados. Então, a Cooperativa passou a ter o direito de compra e venda das terras em sua posse: o engenho Algodoads, Serraria, Massangana, Tiriri, Jasmin, Tabatinga, Setubal, entre outros (SILVEIRA, 2010).

A Cooperativa passou por diversas fases, mas devido às pressões por terra e a diminuição do apoio governamental, não conseguiu garantir o fornecimento de cana à usina Salgado, conforme acordado, o que fez com que aquela apresentasse uma situação de declínio. Em 1968 o contrato entre a Cooperativa e a SUDENE é rescindido devido aos resultados econômicos negativos que, segundo a SUDENE, não davam viabilidade ao projeto. Assim, em 1979, a Cooperativa Tiriri “vendeu” à empresa Suape as suas terras, justo a quantidade de terras necessárias para completar a área de 13.500 hectares para a instalação do Complexo Industrial e Portuário de Suape, já que outras usinas já haviam sido adquiridas. Para Solá Pérez (2016), há três períodos de intensificação das expropriações e o primeiro é nos anos de 1977 a 1990, período do começo das obras e no qual ocorre a expropriação dos trabalhadores da Cooperativa e de outros engenhos.

Para essa venda foi assinado um Termo de Convênio entre a Cooperativa e o CIPS, o qual firmava o comprometimento da empresa Suape em transferir os moradores da Cooperativa para outro território fora da área de implantação do Complexo, além do pagamento de indenizações pelas terras no valor total de Cr\$ 13.000.000,00 (treze milhões de cruzeiros) e pelas benfeitorias. Todavia, a transferência das comunidades e as indenizações não ocorreram como havia sido estabelecido no Termo de Convênio. Muitas famílias ligadas à Cooperativa Tiriri permaneceram no território passando a conviver com pressões de toda ordem para que se retirassem de suas terras, sendo expropriadas e “indenizadas” posteriormente de forma individual, considerando tão somente para efeito dos cálculos monetários as benfeitorias existentes no território, como as construções e as plantações, visando atender à necessidade de terras para a instalação de novos empreendimentos no CIPS (SILVEIRA, 2010).

Contudo, a ideia de estruturar um porto e um complexo industrial nessa região é mais antiga. Segundo Gumeiro (2018) o processo de implantação do Complexo de Suape perpassou diferentes momentos e em todos o Estado ocupou (e ainda ocupa) papel central na formulação de estratégias para o desenvolvimento. O primeiro momento foi nos anos de 1955 a 1969, nos quais houve os estudos pioneiros para desenvolvimento de Pernambuco: “Estudos sobre desenvolvimento e implantação de indústrias interessando a Pernambuco e ao Nordeste”, de Louis Joseph Lebret, de 1955, “Desenvolvimento Econômico de Pernambuco”,

de Francisco de Oliveira, de 1959. Para Gumeiro (2018), os estudos de Lebret e Oliveira apontaram a dependência da economia pernambucana à monocultura da cana-de-açúcar e destacaram a necessidade do Estado atuar como gestor na implementação de investimentos voltados à infraestrutura, energia elétrica e indústrias de base.

Nesse período de elaboração dos estudos de Lebret, estavam em voga os objetivos desenvolvimentistas do ex-presidente Juscelino Kubitschek (1956-1961), o qual, diante da compreensão da disparidade regional, convidou o frei dominicano Louis Joseph Lebret para vir a Pernambuco como colaborador na elaboração de estudos que indicassem uma localização onde se poderia instalar novas empresas industriais no estado. Foi Lebret o primeiro a apontar a importância de um modelo de porto-indústria, de acordo com os moldes europeus, com uma refinaria de petróleo e um polo naval⁶¹, indicou a direção onde viria a ser construído o Complexo Industrial e Portuário de Suape e previu um pacote de investimentos que só viria a se tornar realidade nos anos 2000 (JC, 2019). Esse Complexo foi considerado enquanto uma “carta de alforria da economia do estado em relação à produção sucroalcooleira” (MARCO ZERO, 2019).

O segundo momento do Complexo, de acordo com Gumeiro (2018), data do período de 1970 a 1982, quando ocorre a institucionalização do porto: o relatório do Governo de Pernambuco, intitulado “Programas e Realizações” (1971) encampou o projeto do Porto como iniciativa governamental para expansão do parque industrial, a fim de estimular as atividades econômicas. Em 1974, durante a ditadura militar, é lançada a pedra fundamental do Complexo de Suape pelo então governador do estado de Pernambuco, Eraldo Gueiros Leite (1971-1975). Visando tornar esse Complexo uma alternativa ao Porto do Recife, Eraldo Gueiros solicitou ao governo federal a inclusão do projeto de Suape no Programa Nacional de Desenvolvimento (PND), o qual foi aceito e passou a receber investimento estatal para sua construção. Na mesma direção, a Lei Estadual nº 7.763, de 1978, cria a empresa pública de interesse privado Suape para administrar o Complexo, para monitorar o desenvolvimento das obras e a implantação das atividades portuárias, além de assumir a gestão do território.

Outro fato importante desse momento foi a formulação e o lançamento do primeiro plano diretor, em 1978, pela Secretaria Extraordinária para Assuntos Relativos à implantação do Complexo de Suape (SEAS) e o Instituto de Desenvolvimento de Pernambuco (CONDEPE), intitulado Suape: “Complexo Industrial e Portuário”, através do qual o

61 “Há um terreno extremamente favorável para um estaleiro naval e para receber provisoriamente tanques de combustível, aguardando a construção de uma refinaria, cuja localização deveria ser talvez ao sul da baía do Pina, onde o porto deve expandir”. Trecho do texto original de Lebret publicado no documento Suape pelo Avesso do Marco Zero (2019).

Complexo ganhou forma. Esse plano diretor salientou que o projeto Suape atuaria como gerador de efeitos multiplicadores, gerando emprego e crescimento para os municípios, além de suas vantagens competitivas, como a ótima localização geográfica e a riqueza dos recursos naturais presentes no território. O Estado assumiu a liderança no processo de incentivo à implantação de indústrias, de construção de infraestrutura, de abastecimento de água e de energia elétrica. As primeiras empresas instaladas em 1986 foram: a Petrobras, a BR Distribuidora, a Texaco, a Esso e a Shell⁶². Então, no lugar dos usineiros, entraram em cena as grandes corporações. As obras para implantação desse megaprojeto tiveram início antes do lançamento desse plano diretor, em 1977, e nele não há menção sobre os impactos negativos sobre as comunidades que residem nesse território, sequer houve um levantamento sobre a quantidade de pessoas que viviam na região, nem sobre os impactos ambientais que poderiam resultar desse megaprojeto (PÉREZ; GONÇALVES, 2012).

Figura 2 - Imagem aérea do Complexo Industrial e Portuário de Suape ainda no início do projeto de construção na década de 1980



Fonte: JORNAL DO COMMÉRCIO, 2019.

⁶² Histórico SUAPE. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/pt/institucional/historico-de-suape/118-1980>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

Nos anos 1970 já havia resistência contra a implantação do Complexo. Neste ano foi publicado no semanário *Jornal da Cidade do Recife* o manifesto “A Propósito de Suape” (ANEXO A). Esse manifesto foi elaborado por um conjunto de professores e pesquisadores de Pernambuco (economistas, historiadores, sociólogos, ecólogos) com o intuito de denunciar os males desse megaprojeto lançado pelo governo de Pernambuco. Em um trecho do manifesto os autores tornam público que “[...] a ideia de realização do Complexo Industrial e Portuário de Suape não é aceita pacificamente por todos os cidadãos que, além de pagar impostos, se sentem responsáveis pela elucidação de aspectos de interesse vital para a vida da população pernambucana”. Os autores apontam que o projeto dispunha de uma visão unilateral, centrava-se apenas na questão econômica, relegando os outros aspectos essenciais à vida: o ambiente e a população. De acordo com o manifesto,

O que há de relevante a examinar no que toca a Suape são variáveis que envolvem, inclusive, uma apreciação baseada em critérios puramente econômicos, dentro do figurino do mais rigoroso raciocínio analítico, da significação em termos sociais do projeto. [...] Toda a viabilidade do empreendimento, aliás, arrima-se em análises pouco cuidadosas, conforme transparece de detido exame do material preparado pelo consórcio responsável pelos estudos de base do projeto, sob liderança da TRANSCON. De fato, o grupo técnico que definiu em documento para a DIPER a viabilidade de Suape buscou amparar-se em instrumentos metodológicos de rigor bastante discutíveis, usando para projeções que atingem até o ano de 2005 hipóteses cuja solidez é frágil e cuja confiabilidade não merece respeito.

Apesar das críticas já existentes na década de 1970, a concepção do Complexo Industrial e Portuário de Suape se fortalece. Esse Complexo surge com o objetivo de combinar logística com o parque industrial, baseando-se nos novos padrões mundiais de circulação marítima. Afirmando-se como uma estratégia para o desenvolvimento regional, seguia-se o caminho da procura do tão sonhado e propagado “desenvolvimento”, mesmo que reafirmando a lógica do modelo primário exportador, em detrimento das comunidades que vivem historicamente no território.

O terceiro momento do Complexo de Suape, de acordo com Gumeiro (2018), vai dos anos de 1983 a 2002, momento marcado pela fase neoliberal e o conseqüente recuo dos investimentos estatais. No governo de FHC, em 1996 (até 1999), foi criado o Programa Brasil em Ação, programa que possibilitou a construção da primeira etapa do porto interno do Complexo por meio dos investimentos entre os anos de 1995 e 1998 de R\$ 115 milhões (SILVA, 2018). Nesse contexto neoliberal, houve maior entrada do capital dos países centrais no Brasil e, conseqüentemente, no território onde hoje é Suape por meio dos agentes econômicos, as empresas multinacionais, que faziam parte das mais de 80 empresas já

instaladas nesse território. Esse momento é marcado pelo início das atividades desse megaprojeto com a movimentação de álcool pela Petrobras no Píer de Granéis Líquidos que, assim como na década de 1970, também ocasionou expropriações de famílias do território, sendo este o segundo período de intensificação das expropriações, de acordo com Pérez (2016).

Dessa maneira, a expansão do setor produtivo desde a década de 1970 contou com participação ativa do Estado, o qual adotou várias medidas para dinamizar a economia em Pernambuco. Todavia, a partir de 1990, com a reversão das condições externas de financiamento, devido à crise da dívida externa, o Estado diminuiu sua capacidade de intervir diretamente na economia, através de investimentos financeiros e de políticas de estímulo ao setor produtivo. Além disso, com a Constituição Federal de 1988 o gasto público é descentralizado, passando a fazer parte, também, dos governos estaduais, dando maior autonomia às Unidades Federativas (LIMA; LIMA, 2010).

Com essas transformações ocorre a generalização de concessão estatal de incentivos fiscais relacionados ao Imposto sobre Circulação de Mercadorias e Serviços (ICMS). Assim, os governos estaduais e federais passaram a incentivar cada vez mais o setor produtivo via concessões fiscais, possibilitando a redução de custos de implantação e expansão de projetos de desenvolvimento no território onde hoje é Suape, visando assim atrair novos empreendimentos (LIMA; LIMA, 2010). A renúncia fiscal, então, se fortalece enquanto uma “nova” forma de estímulo público ao setor produtivo⁶³. Lima e Lima (2010, p. 68) apontam que a renúncia fiscal tem por objetivo

[...] estimular a implantação de novas empresas, especialmente do setor industrial, em determinada localidade. A concessão de benefícios fiscais (isenção, reduções, deferimento, etc.) reduz os custos relacionados à instalação ou expansão de megaprojetos de investimentos privados, o que se torna um atrativo para o setor produtivo e, além disso, a mesma não compromete a arrecadação estatal corrente (o incentivo fiscal baseia-se na arrecadação futura), o que estimulou consideravelmente a utilização deste instrumento pelos Estados ao longo da década de 1990.

É importante destacar que o foco dado aos incentivos fiscais, principalmente pelas regiões do Nordeste, possui relação com as disparidades regionais, pois os estados dessas regiões, devido às limitações de seus recursos internos, veem como única saída para atrair investimentos, a utilização de incentivos fiscais como uma alternativa de política de desenvolvimento local especialmente para o setor produtivo (LIMA; LIMA, 2010). Neste

⁶³ As renúncias fiscais ocorrem desde a década de 1960, contudo se aprimoram nos anos de 1990 devido ao próprio contexto político nacional e internacional (LIMA; LIMA, 2010).

sentido, até 1995 vários estados brasileiros já possuíam seus próprios programas de desenvolvimento pautados na concessão de incentivos fiscais, como é exemplo o Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco (PRODEPE), institucionalizado em 1991 através da Lei Estadual nº 10.649 de 25 de novembro, com o objetivo de

Atrair e fomentar investimentos na atividade industrial e no comércio atacadista de Pernambuco, mediante concessão de incentivos fiscais e financeiros, bem como estimular as centrais de distribuição. A concessão de benefícios é diferenciada em função da natureza da atividade, das especificidades dos produtos fabricados e comercializados, da localização geográfica, do empreendimento e da prioridade e relevância das atividades econômicas para o desenvolvimento do Estado (LIMA; LIMA, p. 72).

No que diz respeito ao Complexo de Suape, o PRODEPE poderá conceder benefício de 85% do ICMS tendo de oito a doze anos de duração. O incentivo à implantação e expansão desse Complexo tem relação com a busca pela diversificação das cadeias produtivas da região (SILVA, 2018). Associado ao PRODEPE está a Agência de Desenvolvimento Estadual (AD DIPER), que tem por intuito buscar investimentos que aqueçam o volume de exportações de mercadorias e que possam atrair mais investimentos. Todos esses incentivos, vinculados aos investimentos públicos e privados, relacionam-se com a necessidade de inserir o Complexo de Suape na geopolítica mundial, o qual possibilitará maior circulação de capital através da exploração de novos territórios. Deve-se destacar, entretanto, o papel fundamental do Estado como provedor da industrialização e da circulação de mercadorias (PÉREZ, 2016).

Assim, o Complexo de Suape teve como inspiração a visão de integração porto-indústria já existente nos Portos de Marseille-Fos, na França, e de Kashima, no Japão, e a concepção de articulação entre os setores público e privado para viabilizar sua implantação. Esse Complexo, enquanto um dos principais polos de desenvolvimento do Estado de Pernambuco, é defendido como “[...] um excelente destino para os investimentos externos devido às oportunidades geradas por demanda identificada por terminais de grãos, graneis sólidos, açúcar, petróleo, derivados de petróleo e etanol”, portanto “[...] um polo nacional provedor de bens e serviços para o setor de petróleo, gás natural, *offshore* e naval” (SUAPE GLOBAL, 2008).

O território onde está instalado esse Complexo é composto por oito municípios que integram o Território Estratégico de Suape (TES)⁶⁴: Ipojuca, Cabo de Santo Agostinho (Zona

⁶⁴ O conceito TES refere-se ao conjunto de municípios que, direta ou indiretamente, é atingido pelas atividades do Complexo de Suape. Este conceito foi formulado no Plano Território Estratégico de Suape – Diretrizes para uma ocupação sustentável desenvolvido pela Agência CONDEPE/FIDEM, concluído em 2008, com o objetivo de orientar as iniciativas dos diferentes atores na construção desse Território, visando alcançar o

de influência direta), Jaboatão dos Guararapes, Moreno, Escada, Ribeirão, Rio Formoso e Sirinhaém (Zona de influência indireta). A estrutura de grande parte desses municípios é marcada pela predominância do setor agrário. A área industrial do Complexo está localizada 60% em Ipojuca e 40% em Cabo de Santo Agostinho (GUMEIRO, 2018). No primeiro Plano Diretor, de 1978, a ocupação do território é dividida em três escalas: Zona Industrial (ZI-1), Zona Industrial (ZI-2) e Zona Industrial (ZI-3), todas voltadas restritamente ao viés econômico, não discutindo sobre os impactos nas populações residentes no território e sobre o meio ambiente (SILVA, 2018).

Figura 3 - Municípios que compõem o Território Estratégico de Suape



Fonte: Imagem retirada de blog⁶⁵.

A localização estratégica do Porto de Suape é um dos principais motivos para a atração de investimentos públicos e privados ao CIPS, pois se encontra interligado a mais de 160 portos em todos os continentes, tornando-o um *hub port*⁶⁶ que vem garantindo os investimentos privados de multinacionais com sedes em diversos países e continentes, como a Unilever, a Fedex e a Cola-Cola (SILVA, 2018). Os fatores ambientais também são considerados relevantes, como a profundidade natural do Porto Interno de 15,5 metros e

desenvolvimento sustentável. Disponível em: <<http://www.condepefidem.pe.gov.br/web/condepefidem/apresentacao16>>. Acesso em: 22 jan. 2020.

⁶⁵ Disponível em: <<https://escadaedesarrollo.files.wordpress.com/2011/03/terr-suape.png>>. Acesso em: 22 jan. 2019.

⁶⁶ *Hub port* são portos que concentram grandes volumes de cargas e que despacham para portos com menor capacidade.

profundidade natural do Porto Externo de 15,5 para 20,0 metros, a disponibilidade de extensas áreas para a implantação de um parque industrial que, para Silveira (2010, p. 58), são “verdadeiras dádivas da natureza para exploração do capital”.

O Complexo de Suape, desde a sua instalação, vem produzindo alterações abruptas, tanto no meio físico natural, quanto no modo de vida das comunidades existentes no território: são 13.500 hectares composto por 27 engenhos, terras de agricultores(as), pescadores(as), marisqueiras quilombolas que vivem no litoral sul de Pernambuco e sobrevivem a partir do agricultura familiar, da pesca artesanal e da plantação da cana-de-açúcar (MORETTI; COX, 2016). De acordo com Pérez (2016), havia, até 2012, em torno de 25.000 pessoas, 6.800 famílias no território do CIPS. Famílias que vivem há décadas na localidade e que algumas afirmam serem descendentes de escravos dos senhores das usinas de cana-de-açúcar. Nenhuma dessas famílias possui título de propriedade dos sítios onde vivem. Estas possuem uma relação com a terra, cujos recursos são seus principais meios de sobrevivência: trabalhadores que plantam pequenas culturas, colhem frutas, pescam e por isso a conservação da mata atlântica, dos mangues e restingas são fundamentais para sua reprodução.

Pelas razões acima expostas, essas comunidades vivem conflitos em seus territórios a partir da implantação e expansão do CIPS, posto que o capital e os grandes empreendimentos, que lhe dão objetividade, apropriam-se da terra e dos recursos naturais com objetivos exclusivamente dirigidos à acumulação do capital. No entanto, nos anos 2000, essa dinâmica se aprofunda devido ao contexto internacional de aumento da demanda por *commodities*, no qual os megaprojetos tornam-se de extrema importância para sua produção e circulação, os quais contam com incentivo estatal, resultando na intensificação das expropriações nesse território.

existência humana, como a terra, para fins de acumulação, dado que não só a terra, mas o que nela se produz encontra-se submetida à lógica da especulação: torna-se *commodities*. Vale lembrar, entretanto, que o avanço sobre esses elementos não é uma marca desse século, mas é um processo de dominação e expropriação plurissecular, marca estrutural do capital. A realidade vivida pelas comunidades rurais impactadas pelo Complexo de Suape, principalmente nos anos de 2003 a 2014, evidencia a atualidade das expropriações, dos mecanismos utilizados com o objetivo de capturar os territórios, recursos naturais, para garantir a acumulação perpétua do capital.

Assim como ocorre historicamente na América Latina, o Brasil segue garantindo a reprodução do capital em seu território pela via da drenagem de seus recursos naturais. Com o destaque da exportação das *commodities*, sendo que no século XXI, diversos projetos de desenvolvimento foram sendo formulados e implementados visando efetivas cadeias produtivas voltadas para a produção e escoamento de *commodities*. A cadeia produtiva do petróleo ganhou força devido às descobertas de novas reservas de petróleo (pré-sal) no Brasil, o que resultou no anúncio de novas refinarias, sobretudo no Nordeste brasileiro.

Foi diante desse cenário que o Complexo de Suape viveu o seu quarto momento nos anos de 2003 a 2014 (GUMEIRO, 2018). Nesse período viveu-se os anos de governo do PT, nos quais se assistiu ao ressurgimento do Estado como investidor e promotor do crescimento econômico. O governo federal fomentou uma atuação ativa dos investimentos estatais principalmente através do PAC e do BNDES. Pernambuco foi o estado que mais recebeu verbas da União, tornando-se “vitrine” dos projetos federais em infraestrutura (FERREIRA, 2018). O Complexo de Suape, então, despontou como grande referência dos investimentos do Governo Federal, sendo indicado como uma alternativa para o desenvolvimento de Pernambuco, o que ocasionou profundas transformações no território onde hoje é Suape, principalmente para as populações que viviam (vivem) nessa região.

Figura 5 – Imagem aérea do Complexo Industrial e Portuário de Suape



Fonte: O GLOBO, 2013.

Essas transformações suscitaram a necessidade de elaboração de um novo plano diretor que atendesse às exigências econômicas nacionais e internacionais advindas dos novos investimentos públicos e privados com o objetivo de “atrair a cadeia produtiva dos empreendimentos industriais e portuários presente no Complexo de Suape para os Municípios do território Estratégico” e que apontasse diretrizes e propostas para uma melhor organização da zona de influência direta, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca, diante das grandes mudanças ocasionadas pela instalação dos novos empreendimentos, visando à ampliação do Complexo (NOVO PLANO DIRETOR, 2011, p. 11).

O “Novo Plano Diretor – SUAPE 2030” (NPDS) foi produzido pela Secretaria de Desenvolvimento Econômico do Estado (SDEC) em parceria com o consórcio Projotec & Planeve e instituído através do Decreto N° 37.160 de 23 de setembro de 2011. Nesse Plano reafirmou-se a prioridade para o desenvolvimento econômico, presente desde a origem desse megaprojeto. Assim, o Estado

[...] encara o desafio de conquistar um novo posicionamento de Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros no contexto econômico mundial, apontando estratégias e instrumentos para uma adaptação rápida e flexível frente à alta dinâmica do comércio mundial e dos sistemas logísticos (NOVO PLANO DIRETOR, 2011, p. 11).

Esse Plano Diretor tem como base os estudos apresentados no documento “Suape Global, Suape Local: O Caminho Sinuoso do Desenvolvimento Integrado”, elaborado pela EcoPolis Internacional Master e publicado em 2009⁶⁷. O objetivo desse estudo foi orientar estratégias de conciliação entre as determinações globais e as demandas locais do território onde está situado o Complexo de Suape, visando garantir a transformação de sua zona de influência direta em um grande polo industrial, voltado para o fornecimento de “Bens e Serviços para a indústria de petróleo, gás natural, *off shore* e naval”. O citado documento afirma que

[...] a principal motivação da iniciativa Suape Global é decorrente das perspectivas de crescimento da economia brasileira apoiada, sobretudo nas novas descobertas de petróleo (poço no campo petrolífero de Tupi, localizado na Bacia de Santos, Estado de São Paulo) novas formas de extração (pré-sal) e a diversidade e abundância de fontes de energia. A chamada camada pré-sal é uma faixa que se estende ao longo de 800 quilômetros da costa brasileira. O petróleo encontrado nessa área está a uma profundidade de 7 mil metros, abaixo de uma extensa camada de sal. O Poço Tupi tem uma reserva estimada pela Petrobrás entre 5 e 8 bilhões de barris de petróleo. (SUAPE GLOBAL, 2009, p. 9).

Portanto, na perspectiva global, esse estudo visa fortalecer a integração do Complexo ao novo ciclo das *commodities*, evidenciando a necessidade de um polo industrial voltado à cadeia produtiva do petróleo. Assim, com os investimentos do PAC e do BNDES nos anos 2000, os principais empreendimentos instalados foram: a Refinaria Abreu e Lima – RNEST, a Petroquímica Suape – PQS e o Polo Naval. Esses empreendimentos estavam relacionados à cadeia produtiva do petróleo e foram instalados em áreas ricas em recursos naturais, sendo o Estado o principal agente dessas transformações.

Com os investimentos do PAC e do BNDES no Complexo de Suape, o Produto Interno Bruto – PIB da região cresceu, chegando a representar 10% do PIB total do estado em 2014. Portanto, a economia de Pernambuco, durante o período de 2007 e 2014, mantinha um ritmo de crescimento superior ao Nordeste e ao Brasil. Desse modo, o Complexo de Suape tornou-se o “Eldorado” pernambucano, a “menina dos olhos”, a “locomotiva do estado”, o “motor do Nordeste”, atraindo investimentos públicos e privados e trabalhadores de todo o país para as vagas de emprego com carteira assinada (FERREIRA, 2018).

⁶⁷ Suape Global/ Suape Local: o caminho sinuoso do desenvolvimento integrado. Disponível em: <https://www.sebrae.com.br/Sebrae/Portal%20Sebrae/Anexos/estudosecopolis_suapeglobal.pdf>. Acesso em: 22 nov. 2019.

3.2.1 Investimentos do PAC e do BNDES e o discurso ideológico de legitimação da expansão do Complexo de Suape

Como referido, o projeto do Complexo de Suape tem mais de cinco décadas, contudo, esse porto-indústria entrou efetivamente no foco da economia do Estado apenas nos anos 2000, quando os investimentos federais chegaram pelo PAC. O objetivo do PAC, defendido pelo ex-presidente Lula e pelo seu comitê gestor, era implementar um novo modelo de desenvolvimento para o país que conciliasse crescimento econômico com distribuição de renda. Esse Programa, enquanto uma política pública, colocou-se na corrida por alcançar o desenvolvimento, visando a reprodução do capital através da modernização de diversos setores, principalmente os voltados para as demandas das *commodities* (SÓLA PÉREZ; GONÇALVES, 2012).

Vale salientar que a noção de desenvolvimento tornou-se central no pensamento econômico desde o século XVI, com a formação do capitalismo, constituindo-se o binômio desenvolvimento-modernidade, como discutido no primeiro capítulo desta dissertação. Contudo, a difusão da agenda de desenvolvimento pelo globo foi induzida principalmente no século XX pelo governo estadunidense com o lançamento do “Ponto IV”, pelo ex-presidente norte-americano Harry Truman, o qual colocou os Estados Unidos como prestador de assistência financeira aos países subdesenvolvidos⁶⁸. Com esse discurso, Truman coloca os Estados Unidos como exemplo a ser seguido de desenvolvimento e coloca o resto do mundo como “áreas subdesenvolvidas”, as quais devem seguir a mesma trilha, as mesmas etapas do modelo de sociedade norte-americano, evidenciando um claro vetor evolucionista cujo fim é a civilização liberal-burguesa (LEHER, 2016).

Com essa agenda, o mundo ordenou-se visando alcançar o “desenvolvimento”, principalmente no caso dos países periféricos, como os países latino-americanos. Desse modo, os países considerados atrasados aceitaram aplicar um conjunto de políticas para saírem desta condição, afirmando-se que esse é o caminho para a saída do “subdesenvolvimento”, metamorfoseando-se para países “em desenvolvimento” e essas políticas impõem aos países periféricos diversos tipos de impactos ambientais e sociais. Assim, o desenvolvimento a qualquer custo continua sendo a estratégia prioritária em qualquer lugar (ACOSTA, 2016).

⁶⁸ O “Ponto IV” diz respeito ao Programa de cooperação técnica internacional entre os Estados Unidos e os países da América Latina proposto pelo ex-presidente norte-americano Harry Truman em seu discurso de posse em 1949. Segundo as palavras de Truman: “Devemos embarcar em um novo programa que disponibilize os benefícios de nossos avanços científicos e nosso progresso industrial para a melhoria e crescimento das regiões subdesenvolvidas” (ACOSTA, 2016).

Não é possível analisar as implicações da busca pelo “desenvolvimento” sem analisar o terreno das ideologias. As ferramentas ideológicas são desenvolvidas não para substituir a coerção, mas em profunda articulação com esta, cujo objetivo é garantir a hegemonia da classe dominante, a estrutura das relações sociais de classe. A narrativa do desenvolvimento possui, então, uma dupla dimensão: acumulação de capital e controle social. De acordo com Montenegro e Rocha (2017, p. 165), “[...] se o desenvolvimento produz, evidentemente, concentração e mercantilização ou expropriação, não podem ser deixados de lado seus efeitos de controle sobre o imaginário social e suas representações, de forma a apagar as diferenças entre as diferentes comunidades”. Portanto, o discurso ideológico de desenvolvimento propagado pelo Estado, é, na verdade, uma apologia ao capital, à sua estrutura de relações sociais e às suas formas de acumulação. O desenvolvimento é muito mais uma estratégia de dominação do capital do que um processo de melhora real da qualidade de vida da população.

O desenvolvimento como ideologia burguesa tem seu fulcro na necessidade de contínua expansão das forças produtivas, como possibilidade de elevação da melhoria das condições de vida da humanidade, desde que mediadas pelo mercado. Como destacado no primeiro capítulo, o progresso civilizatório possui fortes vínculos com a ascensão do capitalismo e o ideário iluminista, cuja essência pauta-se em uma negação do passado de obscurantismo e na defesa de uma pretensa melhora da vida coletiva, cuja base material encontra-se nos avanços científicos e tecnológicos e nas possibilidades de resolução. Neste sentido, o sistema capitalista tem em sua estrutura um caráter eminentemente progressista, visa à contínua introdução de inovações nos produtos e nos processos produtivos, mostrando um mundo em uma perpétua evolução. Além disso, o sistema capitalista rompeu com o misticismo, com o autoritarismo vigente no absolutismo. Essas transformações apregoadas pelo capitalismo nutrem o paradigma do progresso e, concomitantemente, os elementos fundamentais defendidos em nome do desenvolvimento alimentam-se dos valores impostos pelo progresso (LOBÃO, 1998).

A burguesia, em seu período de ascensão, colocou-se enquanto única alternativa viável para garantir o atendimento das necessidades humanas, de melhoria da qualidade de vida de toda a sociedade. Ao tornar-se classe dirigente e dominante, a burguesia passa a revelar sua incapacidade de estender os benefícios relacionados ao desenvolvimento das forças produtivas a toda a humanidade, mas apenas para quem possa obtê-los no mercado, daí resulta sua natureza retrógrada. É salutar que se deseje o progresso, o desenvolvimento das forças produtivas, todavia, esse sonho se tornou um pesadelo para muitos. O antagonismo de classe inerente ao modo de produção capitalista e o não atendimento de suas “promessas” exigiam

uma base ideológica que mantivesse a estrutura de classe e é o paradigma do progresso que garante isso. O “vale tudo”, aceito pelos países periféricos para alcançar o desenvolvimento, tornou-se um constante risco não só para as comunidades rurais, mas para toda humanidade, contradizendo, assim, a ideia de melhorias para todos (LOBÃO, 1998).

O discurso ideológico propagado nos documentos oficiais pelo Governo Federal, através do PAC, reafirma as estruturas de reprodução do capital, reiterando o sonho dourado do desenvolvimento. Nos documentos oficiais do PAC, analisados neste estudo, a narrativa sobre o desenvolvimento é a mesma, voltada, principalmente, para fortalecer o modelo primário-exportador. No relatório “Balanço Geral: 4 anos do PAC (2007-2010)”⁶⁹ afirma-se que “o desenvolvimento chegou em todo o território brasileiro” (p. 5), na mesma direção o documento destaca que “o Brasil entrou na trajetória contínua do crescimento. E finalmente se tornou o País do presente” (p. 2). Já o documento referente ao PAC II, “Balanço Geral 4 anos do PAC II (2011-2014)”⁷⁰, anuncia que “O Brasil está em um caminho sem volta rumo ao desenvolvimento” (p. 3).

Outrossim, o discurso de desenvolvimento também está presente no BNDES, “um dos maiores bancos de desenvolvimento do mundo”⁷¹. Segundo Moreira (2017), a atuação do BNDES está voltada para o desenvolvimento *do e para* o capital. Para o autor, a partir dos seus engenhosos arranjos de financiamento, o BNDES vem garantindo a perpetuação da lógica de acumulação do capital.

Fica evidente, então, que a perspectiva desenvolvimentista, guiada pelos interesses do capital financeiro, presente no discurso ideológico institucional do PAC e do BNDES, estrutura-se enquanto estratégia política e econômica com o objetivo de garantir as transformações e a formação do consenso necessário para o fortalecimento e a aceleração da reprodução do capital.

A legitimação do discurso de desenvolvimento desses programas estatais se deu, principalmente, através dos investimentos e dos financiamentos. O total de recursos a serem distribuídos, de acordo com a previsão do PAC, na sua primeira fase, de 2007 a 2010, foi de R\$ 657.400.000,00; na segunda fase, de 2011 a 2014, correspondeu a R\$ 664.000.000,00; já no período de 2015 a 2018, quando os impactos da crise econômica internacional se fazem sentir mais diretamente no Brasil, houve a redução para quase metade dos valores transferidos

⁶⁹ PAC I – 11º Balanço. 2007-2010. Disponível em: <<http://pac.gov.br/pub/up/relatorio/b701c4f108d61bf921012944fb273e36.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2019.

⁷⁰ PAC II – 11º Balanço. 2011-2014. O Brasil vai continuar crescendo. Disponível em: <<http://pac.gov.br/pub/up/relatorio/f9d3db229b483b35923b338906b022ce.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2019.

⁷¹ BNDES. Quem somos? Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>>. Acesso em: 19 de dez. 2019.

nas fases anteriores, passando ao total de apenas R\$ 381.800.000,00, evidenciando o recuo dos investimentos estatais. Nacionalmente, dentre os eixos priorizados pelo PAC, a área social foi a que mais recebeu investimento, chegando ao total de R\$ 230.100.000,00, no período de 2007 a 2010 (GUMEIRO, 2018).

Pernambuco, nos anos de 2007 a 2014, foi o maior receptor dos investimentos do PAC. Atente-se para o fato de que nesse estado, o eixo social, de modo contraditório aos investimentos no âmbito nacional, foi o que menos recebeu investimentos. O eixo que se destacou na primeira e na segunda fase do PAC, em Pernambuco, foi o eixo energético, totalizando nos anos de 2007 a 2010 o valor de R\$ 7.521,6 bilhões e nos anos de 2011 a 2014 saltou para R\$ 41.922.760.000,00 (GUMEIRO, 2018).

**Tabela 3 – Investimento em Empreendimentos Exclusivos PAC em Pernambuco
2007-2014**

PAC 2007 a 2010 - Eixos	Empreendimento Exclusivo 2007-2010(R\$ milhões)	PAC 2 2011 a 2014 – Eixos	Empreendimento Exclusivo 2011-2014 (R\$ milhões)	PAC 2015 a 2018	Empreendimento Exclusivo 2015-2018 (R\$ milhões)
Logística	6.387,4	Transportes	5.496,75	Logística	11.848,86
Energética	7.521,6	Energia	41.922,76	Energética	11.808,60
		Cidade Melhor**	2.453,25		
Social Urbana	7.118,1	Comunidade Cidadã	468,99	Social Urbana	6.412,69
		MCMV	9.503,44		
		Água e Luz para Todos	1.997,87		
Total	21.027,2	Total	61.843,06	Total	30.070,15

Fonte: GUMEIRO, 2018.

Conforme aponta a tabela acima, os investimentos do PAC em Pernambuco centraram-se no eixo da energia. Os principais projetos pautados nesse eixo encontram-se situados no Território do CIPS, mais especificamente nos municípios de Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, são eles: a RNEST – esperada desde a época de Le Bret –, a PQS e, relacionado ao polo Naval, o Estaleiro Atlântico Sul e o Estaleiro Vard Promar. Todos esses empreendimentos, chamados de estruturadores, estão voltados à cadeia produtiva do petróleo (GUMEIRO, 2018).

O sonho de uma refinaria de petróleo em Pernambuco, idealizada desde os estudos do padre Le Bret, começa a se concretizar nos anos 2000, quando o ex-presidente da Venezuela, Hugo Chaves, começou a estreitar os laços com Pernambuco, objetivando criar um gasoduto ligando Recife à Venezuela. A empresa Petróleos da Venezuela – PDVSA, similar à

Petrobras, apresentou um planejamento no qual eram sugeridos investimentos no Complexo de Suape. Assim, em 29 de setembro de 2005, foi lançada a pedra fundamental da Refinaria Abreu e Lima, através do acordo assinado entre a Petrobras e a PDVSA, definindo o Território Estratégico de Suape, mais especificamente o município de Ipojuca, como o espaço eleito para receber tal empreendimento. Em 2007 iniciam as obras da Refinaria Abreu e Lima, também intitulada de Refinaria do Nordeste, com a presença do ex-presidente Lula e do ex-governador Eduardo Campos. A RNEST terá capacidade de processar 200 mil barris de petróleo por dia, atendendo, assim, à demanda de petróleo da região Nordeste (ALVES, 2011). No que diz respeito à participação acionária, 60% é de propriedade da Petrobras e 40% pertencente à estatal petrolífera venezuelana – PDVSA⁷². Esse empreendimento gerou 40 mil empregos diretos durante a sua instalação. A maior parte das obras foi finalizada em 2014, ano em que a Refinaria começou a operar (SANTOS, 2011).

Figura 6 – Refinaria Abreu e Lima localizada no Complexo de Suape



Fonte: JORNAL DO COMÉRCIO, 2019.

O Estado atuou fortemente no processo de instalação e de operacionalização da RNEST, através dos investimentos via PAC e BNDES como também por meio dos incentivos

⁷² Petrobras e PDVSA fecham acordo sobre refinaria em Pernambuco. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1361606-9356,00-PETROBRAS+E+PDVSA+FECHAM+ACORDO+SOBRE+REFINARIA+EM+PERNAMBUCO.html>. Acesso em: 20 dez. 2019.

fiscais e de um discurso ideológico que legitimou esse empreendimento. O custo estimado para a Refinaria foi de US\$ 4 bilhões, contudo, com o desdobramento das obras para instalação, o gasto superou esse valor⁷³.

Além disso, o BNDES desembolsou aproximadamente R\$ 10,0 bilhões para a Refinaria (GUIMARÃES et al, 2014). Assim como, em 2004, o BNDES aprovou o financiamento no valor de R\$ 15 milhões para a construção de um terminal para armazenamento de 154 mil metros cúbicos de combustíveis no Complexo de Suape⁷⁴, o qual teve relação direta com a RNEST.

Além dos investimentos estatais, o Novo Plano Diretor – Suape 2030 aponta que os incentivos fiscais e financeiros fazem parte do conjunto de políticas públicas voltadas para a expansão do Complexo de Suape. Portanto, esse documento prevê incentivos federais, estaduais e municipais. No âmbito federal, através da atuação da SUDENE, o Novo Plano Diretor aponta alguns dos incentivos fiscais:

- Redução de 75% do Imposto de Renda Pessoa Jurídica – IRPJ para novos empreendimentos, como projetos de implantação, modernização, ampliação ou diversificação de empreendimentos, pelo prazo de 10 anos.
- Redução de 12,5% do IRPJ para empreendimentos existentes que mantenham empreendimentos em operação na área de atuação da SUDENE.
- Benefício às pessoas jurídicas que usufruem da redução de 75% do IRPJ, com o re-investimento de 30% do imposto devido, em projetos de modernização ou complementação de equipamentos.

No âmbito estadual, os incentivos fiscais são via Programa de Desenvolvimento do Estado de Pernambuco – PRODEPE, que tem por finalidade, como foi citado anteriormente, atrair e fomentar investimentos industriais e comerciais, especialmente para áreas industriais prioritárias, como metalmeccânica e de transporte. Os incentivos de redução do ICMS variam de 75% para a Região Metropolitana do Recife – RMR, de 85% para a zona da mata e de 90% a 95% para o agreste e sertão (NOVO PLANO DIRETOR, 2011).

⁷³ Segundo o relatório do PAC – PE (2007-2010), na área de Infraestrutura Energética o custo direto com a Refinaria foi de R\$ 6.499, 9 milhões além do custo com a infraestrutura logística relacionada à dragagem do canal interno que custou R\$ 105, 3 milhões, duplicação da BR-101, no valor de R\$ 381, 5 milhões e acesso rodoferroviário que custou R\$ 69,0 milhões. No relatório do PAC – PE (2011-2014), os investimentos diretos na Refinaria custaram 31.260,24 milhões.

⁷⁴ BNDES apoia com R\$ 15 milhões construção de terminal de combustível no Porto de Suape. Disponível em: <https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20040429_not784>. Acesso em: 20 dez. 2019.

Os incentivos fiscais e financeiros no âmbito municipal, principalmente para os municípios que compõem a zona de influência direta (Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca), são voltados, basicamente, para a isenção de impostos municipais, tais como o Imposto Predial e Territorial Urbano – IPTU, imposto Sobre Serviços de Qualquer Natureza – ISS, taxa de localização e de funcionamento (NOVO PLANO DIRETOR, 2011).

A partir dos nossos levantamentos, foi possível identificar alguns dos incentivos fiscais concedidos pelo governo de Pernambuco para a instalação da Refinaria Abreu e Lima, com o objetivo de gerar emprego nas obras e fomentar a economia. A Lei 12.966/2005 autorizou o Complexo de Suape a doar uma área de aproximadamente 420 hectares para a implantação do RNEST, como também outros 213 hectares foram dados à Petrobras, oriundos da desapropriação de terras da Usina Salgado, totalizando uma área em torno de 630 hectares. Ademais, houve investimentos na área de infraestrutura, como para a duplicação da rodovia PE-60, através do “Termo de Adiantamento de Tarifa” firmado entre o Estado de Pernambuco, a Empresa Suape e a Petrobras, como também por meio da Secretaria da Fazenda de Pernambuco, houve a dispensa do pagamento do ICMS na importação de petróleo bruto, na importação e entrada de máquinas e equipamentos que compõem a refinaria⁷⁵. Desse modo, o Estado entregou todas as vantagens para a instalação desse empreendimento em Suape.

Além dos investimentos e dos incentivos fiscais ofertados pelo Estado, o discurso da mídia no tocante à implantação da Refinaria orientou-se no sentido de legitimação desse empreendimento. Os jornais de grande circulação em Pernambuco, como o Jornal do Commercio, apontaram o RNEST como uma grande oportunidade de desenvolvimento para Pernambuco. Mariana Olívia Santana dos Santos (2011), em sua dissertação intitulada “A análise crítica do discurso da mídia impressa sobre a saúde e o ambiente no contexto da instalação da refinaria de petróleo em Suape – PE”, analisa o papel desempenhado pelo Jornal do Commercio no sentido de garantir a aceitação social da instalação da RNEST. A partir dos estudos realizados, das 399 matérias analisadas pela autora, referentes à Refinaria, entre os anos de 2007 a 2010, 300 foram publicadas no caderno de economia e difundiam o discurso de que o processo de implantação desse empreendimento traria um desenvolvimento econômico benéfico, com promessa desenvolvimentista de geração de emprego. Segundo a

⁷⁵ Benefícios dados à Refinaria Abreu e Lima não garantem conclusão da obra. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2018/05/beneficio-dado-mas-sem-garantia-de-contrapartida.html>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

autora, esse discurso ideológico representava os interesses do Estado e dos empresários, ocultando, desse modo, os problemas sociais e ambientais.

Na mesma direção, além da RNEST, uma indústria petroquímica também foi projetada para ser instalada no Complexo de Suape. O planejamento da Petroquímica Suape – PQS teve início em 2006, idealizada enquanto uma companhia petroquímica do estado de Pernambuco. Em 2007 foi iniciada a construção desse empreendimento em terrenos vizinhos à futura RNEST, em Ipojuca (ALVES, 2011). Mas foi apenas em 2010 que foi inaugurada a petroquímica, com a presença do ex-presidente Luis Inácio Lula da Silva. A PQS é considerada o maior polo integrado de poliéster da América Latina e tem a capacidade de produzir 240 mil toneladas de filamentos e polímeros têxteis ao ano⁷⁶, além de ter “[...] plantas químicas de escala mundial a integrar a produção de ácido tereftálico purificado (PTA), resina PET e filamentos têxteis” (BARCELLAR; NALI, 2014, p. 195).

Figura 7 – Petroquímica Suape instalada no Complexo de Suape



Fonte: REPORTER BRASIL, 2017.

Assim como ocorreu com a RNEST, o Estado atuou efetivamente no processo de instalação e de operacionalização da Petroquímica Suape, através dos investimentos via PAC

⁷⁶ Petroquímica Suape em fase de pré-operação. Disponível em: <<https://www.revistafatorbrasil.com.br/imprimir.php?not=129803>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

e BNDES, como também por meio dos incentivos fiscais e de um discurso ideológico que reafirmava o Território Estratégico de Suape como um espaço privilegiado para a industrialização. No que diz respeito ao PAC, os seus investimentos se direcionaram também ao polo petroquímico que, além de se beneficiar com as reformas referentes à infraestrutura para a Refinaria, como a duplicação da rodovia PE-60, outros investimentos foram direcionados para a Petroquímica⁷⁷.

Também foi possível identificar alguns dos incentivos fiscais dados pelo Governo Federal para a instalação da Petroquímica. Em 2010 foi aprovada a Medida Provisória nº 472/09 que concede incentivos fiscais de R\$ 3 bilhões para beneficiar a PQS e a RNEST com objetivo de garantir a instalação desses empreendimentos e o início de suas operações diante do aumento da produção decorrente das reservas petrolíferas do pré-sal. A estimativa é de chegar a R\$ 7,9 bilhões de renúncia fiscal em 2014⁷⁸. Em contrapartida, destaca a reportagem que para a segunda grande planta da PQS, em 2012, foram mais de R\$ 30 milhões recolhidos pelos cofres do Estado em arrecadação do ICMS⁷⁹.

Assim como foi com a RNEST, o discurso midiático dos jornais de maior circulação em âmbito nacional, no período de instalação desse empreendimento, apontava a importância da PQS para o desenvolvimento econômico de Pernambuco, destacando a promessa desenvolvimentista de geração de emprego, como fica evidente na publicação do G1 em 2007: “Segundo a petrolífera, serão gerados 4,5 mil empregos diretos e cerca de 20 mil indiretos na fase de construção de ambas as unidades. Depois, durante a operação, serão 1.600 empregos diretos, entre empregados próprios e prestadores de serviços”⁸⁰. No mesmo caminho, as notícias publicadas pelo Blog “Acerto de Contas”⁸¹ e no site “Monitor

⁷⁷ Segundo o relatório do PAC-PE (2007-2010), o valor para a sua construção foi R\$ 2.562, 4 milhões, além do valor designado para a adequação rodoviária da BR-101/PE, no valor de R\$ 381, 5 milhões. No relatório do PAC-PE (2011-2014), o valor para a conclusão das obras da Petroquímica foi R\$ 5.541,42 milhões. Na mesma direção o BNDES também participou, através do financiamento com o valor de R\$ 3,5 bilhões (BARCELLAR; NALI, 2014).

⁷⁸ Aprovada MP que concede incentivos fiscais de R\$ 3 bi. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,aprovada-mp-que-concede-incentivos-fiscais-de-r-3-bi,10495e>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

⁷⁹ Segunda etapa da Petroquímica Suape tem incentivos aprovados. Disponível em: <<http://www.assesuape.com.br/2012/12/segunda-etapa-da-petroquimica-suape-tem.html>>. Acesso em: 21 de dez. 2019.

⁸⁰ Com presença de Lula, Petrobras lança pedra fundamental do Pólo Petroquímico de Suape. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1472685-9356,00-COM+PRESENCA+DE+LULA+PETROBRAS+LANCA+PEDRA+FUNDAMENTAL+DO+POLO+PETROQUIMICO.html>. Acesso em: 21 de dez. 2019.

⁸¹ Pólo começa a ganhar pré-forma. Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/economia/polo-comeca-a-ganhar-pre-forma/>>. Acesso em: 21 de dez. 2019.

Mercantil”⁸², apontam apenas as questões econômicas explicitando a ênfase no progresso e no crescimento econômico, paradoxalmente, as questões referentes aos problemas sociais e ambientais não são tocadas.

Com o objetivo de completar a cadeia produtiva do petróleo, também foi planejada a estruturação de um polo naval no Complexo de Suape para fabricação de navios e plataformas, possibilitando levar às unidades de exploração e produção os insumos necessários à exploração do petróleo, bem como transportar o material após o refino. De 2000 a 2013 houve uma forte retomada dos investimentos das indústrias navais no Brasil através, principalmente, da participação da Petrobras⁸³ e das políticas públicas, como o PAC e o Programa de Modernização e Expansão da Frota de Navios Petroleiros da Transpetro – PROMEF⁸⁴. Assim, a expansão da indústria naval tem intrínseca relação com o crescimento dos investimentos em infraestrutura (NETO, 2014). A partir dessa perspectiva foram construídos dois estaleiros no Território Estratégico de Suape, mais especificamente em Ipojuca, na Ilha de Tatuoca: o Estaleiro Atlântico Sul – EAS e Estaleiro Vard Promar.

O Estaleiro Atlântico Sul teve suas obras iniciadas em 2007 e em 2009 teve início suas operações, ambas com a presença do ex-presidente Lula. Com capacidade de construção de embarcações de grande porte, como navios cargueiros, plataformas *offshore* e estruturas flutuantes, além da utilização de até 160.000 t de aço por ano, ocupa um território de 1,62 milhões de m² na Ilha de Tatuoca, em Ipojuca. Afirmava-se que “[...] a produção dessas embarcações ajudará na renovação da frota brasileira, atendendo concomitantemente à política de conteúdo local, que visa ao desenvolvimento da indústria nacional, tendo, também, o mérito de influenciar positivamente a balança comercial brasileira” (BARCELLAR; NALI, 2014, p. 204). O EAS tornou-se o maior estaleiro da América Latina e no seu período de expansão ofertou mais de 11 mil postos de trabalho formal (SANTOS, 2017).

O Estaleiro Vard Promar foi o segundo estaleiro instalado no Complexo de Suape, tendo suas obras iniciadas em 2010, por intermédio da contratação da empresa Holandesa Van

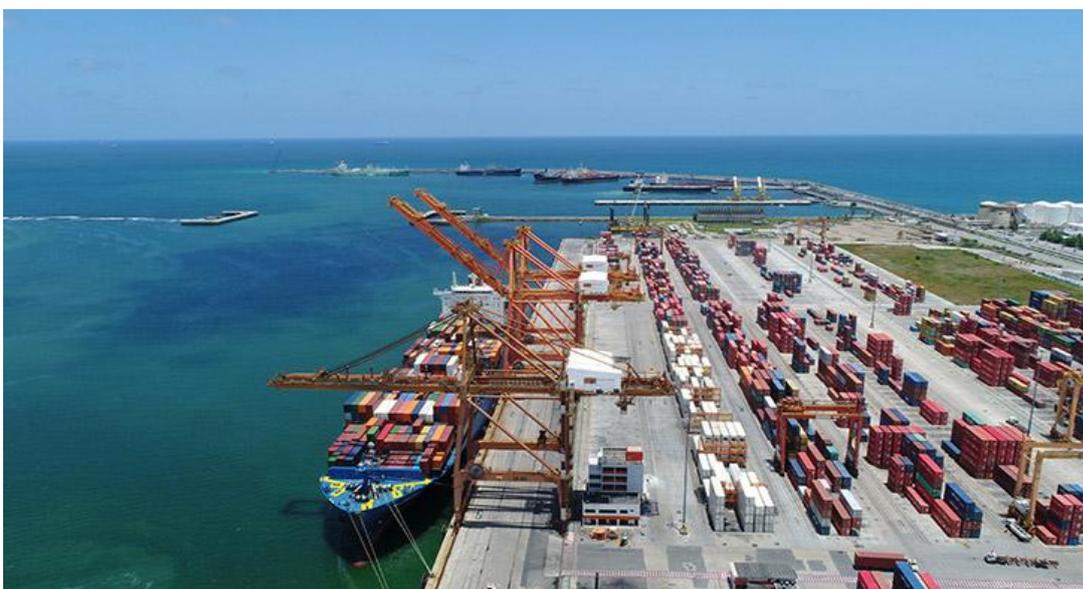
⁸² Pólo Petroquímico de Suape. Disponível em: <<https://monitordigital.com.br/pualo-petroquamicode-suape>>. Acesso em: 21 de dez. 2019.

⁸³ “[...] a participação da Petrobras está sendo fundamental na retomada da indústria naval brasileira. A sua atividade de produção de petróleo e gás *offshore*, juntamente com a decisão de contratar embarcações produzidas no Brasil com percentuais crescentes de conteúdo local, redinamizou o setor naval brasileiro a partir do início dos anos 2000” (NETO; POMPERMAYER, 2014, p. 19).

⁸⁴ “[...] a indústria naval brasileira teve atuação pujante nas décadas de 1960 e 1970 e início dos anos 1980. A crise da dívida externa, as graves restrições fiscais enfrentadas pelo governo federal e os desacertos de gestão no Fundo de Marinha Mercante (FMM) fizeram que esta indústria entrasse em colapso nas duas décadas seguintes. Apenas a partir de 1999, com a implantação do primeiro programa de apoio à indústria naval, *offshore* e navieças (contratação de embarcações de apoio marítimo a plataformas), por parte da Petrobras, tem início o seu soerguimento” (NETO, 2014, p. 111).

Ooord para o processo de instalação e dragagem do canal e acesso, e foi inaugurado em 2012. Depois de ter sido negada a licença de sua instalação no estado do Ceará, em Titanzinho, no litoral de um município com tradição turística no Ceará, devido a não apresentação dos estudos de impacto ambiental, o novo espaço encontrado foi no CIPS⁸⁵. A documentação necessária para a instalação desse empreendimento no Território Estratégico de Suape, como o licenciamento ambiental, foi realizada em menos de duas semanas, em razão de uma atuação “ágil” do Estado⁸⁶. A licença ambiental apresentou a necessidade da posse de um terreno de 80 hectares próximo ao EAS, na Ilha de Tatuoca. Esse estaleiro ficou responsável pela fabricação de navios de médio porte, navios gaseiros, para o apoio *offshore* de plataformas petroleiras. Em seu período de pico previa gerar 10 mil postos de emprego formal (EIA-RIMA PROMAR, 2010). Desse modo, consolidou-se no Complexo uma base para a indústria naval brasileira.

Figura 8 – Povo Naval do Complexo de Suape



Fonte: JORNAL DO COMMÉRCIO, 2019.

⁸⁵ Estaleiro Promar Ceará será instalado em Pernambuco. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/noticias/24146-estaleiro-promar-ceara-sera-instalado-em-pernambuco/>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

⁸⁶ JORNAL GGN. Estaleiro Promar vai gerar 10 mil novos empregos em Suape. 2010. Disponível em: <<https://jornalgnn.com.br/noticia/estaleiro-promar-vai-gerar-10-mil-novos-empregos-em-suape/>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

Conforme dito anteriormente, os investimentos estatais para a instalação desses estaleiros se deram, sobretudo, por meio do PAC e do BNDES, além dos incentivos fiscais. No relatório do PAC (2007-2010) afirma-se que para a construção do EAS foi investido R\$ 1.467, 900,00, ademais também houve investimento para a construção de 15 embarcações no valor de R\$ 3.411, 700, 00 e para a Plataforma P-55 foram investidos R\$ 622, 900, 00. No relatório do PAC-PE (2011-2014), foram investidos R\$ 633, 68 milhões para a ampliação do EAS; para a construção do Estaleiro Vard Promar foi investido 176, 79 milhões e 113.100 milhões para a dragagem do canal externo. Já em 2007, o BNDES designou R\$ 513.4 milhões para a construção do EAS⁸⁷. Além disso, em 2012 foi lançado o Plano de Investimento para o Setor Portuário – PISP com o objetivo de aumentar os recursos para a indústria naval brasileira, sendo o polo naval de Suape o mais visado para receber esses investimentos. Esse Plano propôs fortalecer o processo de exportação em Suape, com vistas a trazer para sua rota as *commodities* de minério e de Soja. Isso deveria ocorrer em paralelo à construção da ferrovia Transnordestina que tornaria possível a chegada dessas *commodities* ao Porto de Suape e a partir dele serem exportadas⁸⁸. A Transnordestina, segundo o relatório do PAC-PE (2011-2014), recebeu o investimento 2.614,72 milhões para suas obras.

Cabe ainda destacar que, para que todos esses empreendimentos funcionem, além da infraestrutura citada, também foram construídas duas hidrelétricas para a geração de energia, a Suape I e Suape II, administradas pela Companhia Hidroelétrica do São Francisco – CHESF, e a Termopernambuco, cujo combustível usado é gás natural, voltada exclusivamente para a RNEST.

Além dos investimentos, o Estado também atuou através dos incentivos fiscais. Por meio do Programa de Desenvolvimento da Indústria Naval e de Mecânica Pesada Associada do Estado de Pernambuco – PRODINPE, criado em 2004, através da Lei nº 12.710, associado ao PRODEPE. Por meio desse Programa foi possível conceder incentivos estatais, como de redução do ICMS e redução de 75% do imposto de renda de pessoa jurídica⁸⁹.

Assim como foi com os outros empreendimentos citados, o discurso midiático acerca da instalação desses estaleiros pautou-se na perspectiva desenvolvimentista. As narrativas

⁸⁷ BNDES aprova financiamento de R\$ 513 milhões para a construção do Estaleiro Atlântico Sul, em PE. Disponível:

<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20070410_not076_07>. Acesso em: 21 dez. 2019.

⁸⁸ Plano de investimento no setor portuário é bem recebido por Suape. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/12/plano-de-investimentos-no-setor-portuario-e-bem-recebido-por-suape.html>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

⁸⁹ Lei beneficia indústria naval. Disponível em: <<https://www.cbnrecife.com/movimentoeconomico/artigo/lei-beneficia-industria-naval>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

giravam em torno da promessa de um devir de bonança, de novos empregos para a região, realizando uma apologia aos empreendimentos, como é exemplo a matéria publicada na GGN, em 2010, cujo título é “Estaleiro Promar vai gerar 10 mil novos empregos em Suape”⁹⁰, o foco é a promoção de emprego e o progresso que traria melhoria a todos. A notícia citada no início deste capítulo, da Folha de São Paulo, “Pernambuco vive sua revolução industrial”, referindo-se ao Complexo de Suape, também foca apenas nos investimentos e nas possibilidades de crescimento econômico na região. Os conflitos relacionados aos pescadores e agricultores residentes no território onde foram instalados esses empreendimentos são minimizados ou diretamente invisibilizados nas matérias estudadas. De acordo com Santos (2011), os jornais com notícias referentes à RNEST apresentavam discurso semelhante pautados na exaltação e promessas de novos empregos e no discurso desenvolvimentista, de valorização do crescimento econômico.

Como foi apresentado até aqui, os investimentos públicos na expansão do Complexo de Suape⁹¹ foram um dos mecanismos utilizados pelo Estado com vista a garantir a expansão do Complexo sobre o território das comunidades rurais habitantes do território. O Estado atuou, então, com o objetivo de “providenciar as condições gerais de produção”, assegurando a infraestrutura necessária para garantir a acumulação de capital (MANDEL, 1985). Ademais, o discurso ideológico institucional e midiático contribuiu para o convencimento da sociedade sobre a importância desses empreendimentos para a economia, ocultando, em contrapartida, os impactos negativos na vida das comunidades rurais e da sociedade em geral.

Fica evidente, então, que o Estado atua visando sustentar uma estrutura de classe e uma relação social específica entre os que detêm os meios de produção e os que foram alijados dos elementos essenciais à vida. Para garantir a perpetuação e expansão dessa estrutura de classe, o Estado atua, através de sua função integradora, objetivando garantir que a ideologia da sociedade continue sendo a da classe dominante, fazendo com que a classe despossuída aceite a sua própria dominação (MANDEL, 1985). A ideologia tem como função inverter, ocultar, distanciar, as relações sociais que estruturam sua existência. Ao inverter as relações no campo da vida real, difundindo uma realidade vinculada a um interesse da classe dominante, faz prevalecer o interesse particular, legitimando-o como interesse geral. Portanto, o aspecto ideológico é utilizado pelo Estado como meio para garantir a reprodução da lógica

⁹⁰ Estaleiro Promar vai gerar 10 mil novos empregos em Suape. Disponível em: <<https://jornalggn.com.br/noticia/estaleiro-promar-vai-gerar-10-mil-novos-empregos-em-suape/>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

⁹¹ Deve-se salientar que nesse período também houve grande investimento privado, como destaca Ferreira (2018, p. 97) “[...] os investimentos privados já ultrapassam a marca de R\$ 50 bilhões, provenientes tanto de capital nacional quanto de capital internacional”.

do capital, naturalizando, assim, os processos de violência, de dominação própria dessa estrutura social (IASI, 2017).

3.2.2 O papel do Estado na organização do território onde hoje é Suape e a intensificação dos conflitos socioambientais nos anos de 2007 a 2014

“O Estado de Pernambuco, sem dúvida alguma, é o maior violador de direitos humanos do país”.
Heitor Scalabrini Costa

A expansão do Complexo de Suape, nos primeiros anos do século XXI, engendrou desdobramentos negativos para as comunidades rurais e para os ecossistemas, fazendo jus ao nome Suape que, em tupi-guarani, significa caminhos sinuosos. Apesar do Governo de Pernambuco ter buscado mostrar nas propagandas oficiais sobre esse megaprojeto o território como uma área “desabitada”, “vazia”, “improdutiva” ou “atrasada”, desconsiderando a existência das comunidades rurais, nesse território havia (há) comunidades que sobrevivem historicamente da agricultura familiar, da pesca artesanal, do extrativismo e do corte da cana-de-açúcar (COSTA, 2014). Todavia, a busca por tornar o território apto à dinâmica do capital resultou na expropriação dessas comunidades, o que Pérez (2016) analisou como o terceiro momento das expropriações no território onde hoje é Suape, marcado pela instalação das empresas e pela destinação de 55% do território para a Zona de Preservação Ecológica – ZPEC.

Para pensar as transformações ocorridas nesse território é necessário localizá-lo sócio-historicamente. O território onde hoje é Suape, desde a colonização, é marcado por disputas, todavia, na atual fase do capitalismo esse território passou a ter importância dentro da dinâmica da acumulação marcada pela predominância do capital financeiro e pela produção e escoamento das *commodities*. O território, então, é alvo da expansão do capital, da sua corrida por se apropriar de espaços e recursos naturais estratégicos. Portanto, o território deve ser analisado dentro da dinâmica da luta de classes. De acordo com Oliveira (1996, p. 12), o território constitui uma

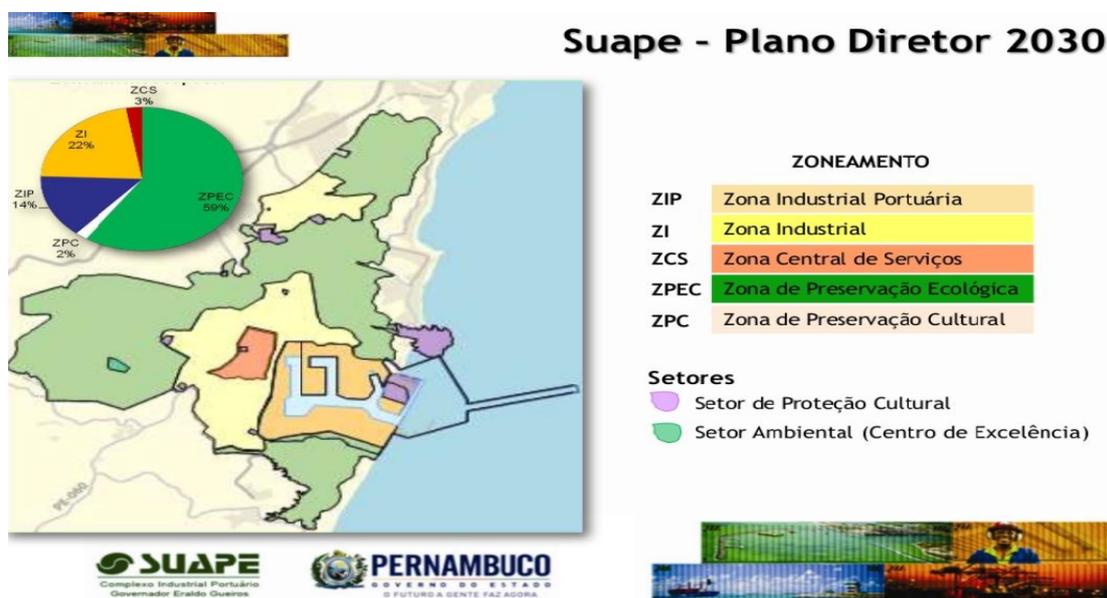
[...] síntese contraditória, como totalidade concreta do processo de produção, distribuição, circulação e consumo, e suas articulações e mediações políticas ideológicas, simbólicas, etc. É, pois, um produto concreto da luta de classes travada pela sociedade no processo de produção e reprodução da sua existência. São, pois, relações sociais de produção e o processo contínuo e contraditório de desenvolvimento das forças produtivas que dão configuração específica ao território. O território não é um *príus* ou um *a priori*, mas contínua luta de classes sociais pela

socialização igualmente contínua da natureza é, pois simultaneamente, construção, destruição, manutenção e transformação. É, em síntese, a unidade dialética, portanto contraditória, da espacialidade que a sociedade tem e desenvolve de forma desigual, simultânea e combinada, no interior do processo de valorização, produção e reprodução.

Ao apreender o território enquanto resultado das relações sociais e históricas, vinculadas ao processo de produção e reprodução do capital, é possível compreender a necessidade da organização do território onde hoje é Suape nos anos de sua expansão. Em todos os momentos do Complexo, especialmente a partir dos anos 2000, o Estado favoreceu “[...] a penetração de atividades econômicas e o saqueio de recursos naturais e não as comunidades que vivem no local”, auxiliando quem na disputa já parte ganhando (MONTENEGRO, 2012, p. 167). Esse fato fica explícito ao analisar o Novo Plano Diretor Suape 2030 – NPDS, o qual é considerado um “instrumento normativo que define o zoneamento ambiental, industrial e portuário, definindo também as condições de uso, ocupação e parcelamento do solo do espaço territorial delimitado e denominado como ‘Suape’” (2011, p. 188), estando esse espaço territorial submetido ao gerenciamento da Empresa Pública Estatal Suape, sendo, pois, a autoridade direta.

O zoneamento do espaço territorial do Complexo de Suape foi organizado a partir dos interesses econômicos, regulando o parcelamento, o uso e a ocupação do solo com vista a contribuir para a promoção do desenvolvimento econômico do Estado de Pernambuco. Assim, esse zoneamento estabeleceu as seguintes zonas e setores: Zona Industrial Portuária – ZIP; Zona Industrial – ZI; Zona Central de Serviços – ZCS; Zona de Preservação Ecológica ZPEC; Setor de Preservação Cultural – SPC; Setor Especial Ambiental – SEA; e Setor Especial de Habitação de Interesse Social – SEHIS.

FIGURA 9 – Zoneamento do território onde hoje é Suape



Fonte: Suape Institucional, 2014.

A ZIP diz respeito à área terrestre de operação portuária onde estão instalados o EAS, o Estaleiro Promar e outros empreendimentos que possuem relação direta com os terminais portuários. A ZI são áreas destinadas à implantação de empreendimentos voltados à produção industrial, como a Rnest e a PQS, mantendo, também, correlações com a estrutura portuária no sentido do fluxo de entrada e saída de insumos e produtos. Nessas duas Zonas, o NPDS indica que o uso habitacional por posseiros não é admitido, afirmando que “as ocupações residenciais de posseiros ainda instalados nessa zona serão objeto de programa de reassentamento” (p. 42), devendo ser asseguradas “[...] as condições adequadas de moradia em consonância com seus meios de vida e valores culturais”, “devendo a Empresa Suape manter simultaneamente programas de assistência social e rígido controle urbano” (2011, p. 50).

A ZPEC fica ao redor das outras zonas e caracteriza-se “[...] como uma área de estoque para compensações ambientais” (p. 43). Uma área extensa que ocupa 55% do território e que é constituída por diversas características ambientais, com predominância de matas e mangues. Nessa zona está inserido o Setor Especial Ambiental – SEA. Na ZPEC é vetada a instalação de atividades industriais e, assim como na ZIP e na ZI, não é permitido o uso habitacional, sendo necessária a retirada dos posseiros que vivem nessa região. Conforme o NPDS (2011, p. 51),

Deve-se adotar um princípio de transição no enfrentamento do problema da presença de posseiros na ZPEC, com estabelecimento de etapas e metas de curto e médio prazos, preferencialmente, referentes à recomposição da vegetação e da paisagem, e medidas apropriadas de reassentamento de posseiros.

A ZCS é uma área destinada a usos e atividades diversas, voltadas ao polo de serviços no território de Suape. Dentro dessa zona está o Setor de Preservação Cultural – SPC e o Setor Especial de Habitação de Interesse Social – SEHIS, espaço designado para a consolidação dos assentamentos habitacionais das comunidades que foram expropriadas de seus territórios, como as comunidades do Engenho Massangana e Dois Irmãos. Apenas essa área está direcionada para o uso habitacional, submetida ao programa de urbanização e regularização fundiária da Empresa Suape. De acordo com o NPDS (2011, p. 51), “A regularização fundiária se dará por meio de instrumento que mantenha a propriedade do solo da Empresa Suape sem prejuízo de direito à moradia assegurado às famílias residentes”.

O NPDS, enquanto um instrumento que apresenta o zoneamento e afirma a impossibilidade da permanência das comunidades na ZIP, na ZI e na ZPEC, constituiu-se enquanto um aparato institucional que organizou definitivamente as terras integrantes de Suape com o objetivo de resolver problemas relacionados aos posseiros que vivem historicamente no território. Segundo o NPDS, o maior inibidor do desenvolvimento econômico dessa região são as comunidades locais e a insuficiência de planejamento junto a essas comunidades que trazem instabilidade política e conflitos.

Essa incipiente cooperação entre os atores locais afeta negativamente as expectativas dos agentes produtivos quanto à implantação e/ou consolidação dos empreendimentos industriais no ambiente local e gera um efeito em cadeia: propagação da instabilidade, devido à insuficiência de informações sobre a posse e o direito à terra, que implica em conflitos de interesses (NOVO PLANO DIRETOR, 2011, p. 38).

Todavia, antes mesmo da institucionalização do NPDS e da constatação de que os conflitos relacionados às comunidades locais eram um empecilho ao “desenvolvimento”, os conflitos socioambientais já ocorriam no território, principalmente nos engenhos onde estavam sendo instalados a RNEST, a PQS, o EAS e o Estaleiro Promar. A partir dos estudos da tese de Pérez (2016), da tese de Santos (2017), da dissertação de Silveira (2010) e dos boletins informativos publicados pelo Fórum Suape Espaço Socioambiental⁹², foi possível

⁹² Fórum Suape Espaço Socioambiental é uma organização composta por várias organizações da sociedade civil, pesquisadores, entidades não-governamentais; surgiu em 2011 como forma de resistência ao processo de violação dos direitos das comunidades, à forma truculenta a qual os moradores do entorno de Suape e o meio ambiente são submetidos. E os boletins informativos têm por intuito denunciar e expor as violações cometidas contra as comunidades, divulgando, também, estratégias que podem ser usadas pelas comunidades no sentido de

identificar que os conflitos nesse território são de natureza fundiária, envolvendo o acesso aos recursos naturais, entre as comunidades rurais, pescadores e suas famílias de um lado e a Empresa Suape e os empreendimentos instalados, de outro, sendo a violência uma marca desses conflitos, melhor dizendo: a resposta da empresa Suape à luta pela terra foi a truculência, conforme se evidencia nos materiais estudados.

Segundo Santos (2017), dos 185 conflitos identificados e analisados em sua tese, 67%⁹³ ocorreram na área rural, pois, como discutido anteriormente, a extensão territorial apropriada por Suape é marcada pela produção da cana-de-açúcar, com mata atlântica e manguezal, além da existência de comunidades de quilombolas, pescadores (as) tradicionais, marisqueiras e agricultores (as) familiares. E esses conflitos ocorrem nos engenhos situados no município de Cabo de Santo Agostinho, principalmente nos Engenhos Algodoads, Serraria, Trapiche, Jurisaca, Ilha e Massangana, e no município de Ipojuca, nos engenhos Tiriri, Ilha de Tatuoca, Tabatinga, do Meio, Penderama, Arendepe, Mercês e Corrego do Gato, engenhos próximos aos empreendimentos. A alteração do regime tradicional do uso da terra é apontada por Santos (2017) como um dos maiores impactos socioambientais.

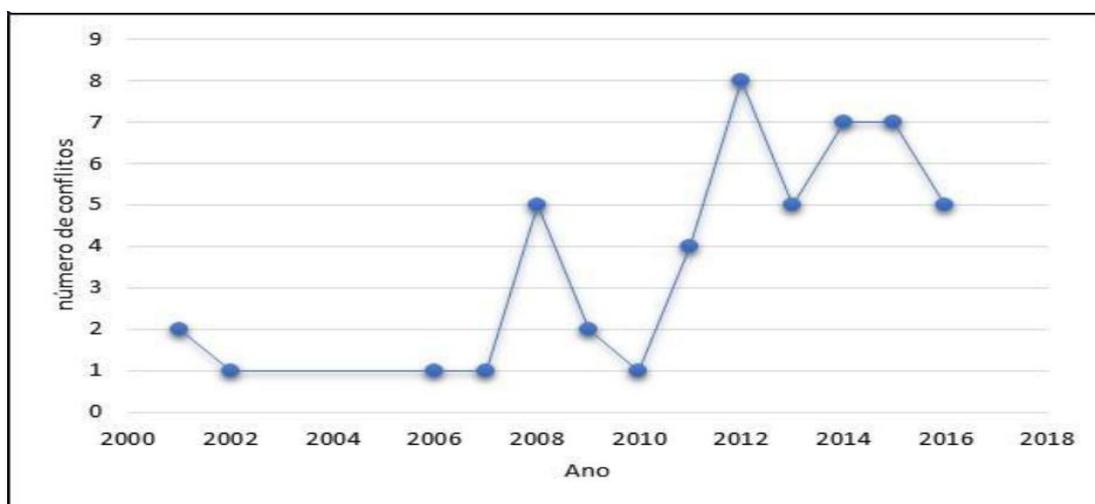
[...] a expansão capitalista brasileira visa à busca de recursos naturais e terra, como é o caso do Complexo Industrial Portuário de Suape, onde a disputa por terra e os processos de desterritorialização de famílias para a construção de indústrias e obras de infraestrutura para o CIPS têm sido problema de grande magnitude (SANTOS, 2017, p. 126).

A instalação dos empreendimentos supracitados possui relação com os investimentos estatais, como discutido no tópico anterior. Na mesma direção, o início e a intensificação dos conflitos relaciona-se com a expansão do Complexo através desses empreendimentos. Foi a partir de 2005, com a estruturação do território para a instalação da RNEST, e, principalmente, em 2008, com o andamento do PAC, que os conflitos se evidenciaram. Em 2011, período em que as obras avançavam, os conflitos se intensificaram. Somente em 2014, devido ao impacto da crise no Brasil, que desencadeou no recuo dos investimentos estatais, os conflitos se estagnaram ou reduziram. O gráfico abaixo, desenvolvido por Santos (2017), evidencia os períodos de intensificação dos conflitos.

garantia da permanência no território. Disponível em: < <https://forumsuape.blogspot.com/p/fundadores.html>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

⁹³Ainda segundo Santos (2017), 29% dos conflitos ocorreram no distrito industrial, relacionados às questões trabalhistas e 4% ocorreram na área urbana relacionado ao processo de intensa imigração e crescimento das periferias nas cidades.

Gráfico 4 - Distribuição dos conflitos ocorridos no território do Complexo Industrial de Suape/Pernambuco por ano, 2001 a 2016.



Fonte: SANTOS, 2017.

Nota-se que a partir de 2008 a intensificação dos conflitos coincide com o momento em que as expropriações se tornaram sistemáticas. No Engenho Massangana ocorreu a expropriação de 161 famílias para a instalação da RNEST. Além disso, as comunidades que permaneceram passaram a conviver com ameaças de expulsão⁹⁴, tendo suas condições de vida expropriadas, com contaminação do solo, proibição de expandir suas plantações e de fazer reformas em suas casas, pois passaram a viver espremidas entre a Usina Termelétrica e a RNEST, na iminência de serem retiradas (PÉREZ, 2016).

No Engenho Serraria, 120 famílias que viviam exclusivamente da agricultura familiar e da produção da cana-de-açúcar foram expropriadas. Submetidos à pressão para que se retirassem de suas terras, os posseiros desse engenho e de todos os outros, queixaram-se dos baixos valores das indenizações e da forma truculenta com a qual o Estado atuou no território. As desapropriações, em teoria, se dão através da negociação indenizatória entre a Empresa Suape e a associação comunitária, contudo, as indenizações referentes às benfeitorias (construções, árvores frutíferas), já que os moradores não possuíam o título de propriedade, segundo os posseiros, foram irrisórias, não contabilizando sequer a totalidade de árvores existente nos territórios, dos elementos fundamentais que garantiam a sobrevivência dessas

⁹⁴ SUAPE – Camponeses e camponesas exigem do Inbra a titulação de suas terras e o fim da violência cometida por Suape. Disponível em: <<https://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias/pernambuco/3829-suape-camponeses-e-camponesas-exigem-do-incra-a-titula%C3%A7%C3%A3o-de-suas-terras-e-o-fim-da-viol%C3%A2ncia-cometida-por-suape>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

comunidades, ou sequer ocorreram (SILVEIRA, 2010). Além disso, a água do Riacho Algodoads que, historicamente, abastece os Engenhos Massangana e Serraria foi desviada para abastecer a indústria da Coca-Cola, evidenciando o descaso do Estado com as mais de 718 famílias desses engenhos (INFORMATIVO, 2017).

Na mesma direção, nos Engenhos Serraria, Tabatinga e Arendepe, funcionários de segurança da Servi San contratados pela Empresa Suape derrubaram, em 2012, as casas dos posseiros que viviam há décadas na região. De acordo com uma matéria impressa divulgada pelo Jornal do Commercio em 2012, intitulada “Crescimento e conflito no Porto de Suape”, a disputa entre posseiros e a Empresa Suape se acirrava cada vez que o Estado precisava de espaço para os empreendimentos, sendo uma das medidas tomadas para expandir o território a derrubada de casas, ação que as comunidades vêm denunciando. De modo contraditório, a Empresa Suape tem amparo legal para executar a derrubada das casas, porém, como afirma o NPDS, “as ações de reintegração de posse deverão ser fundamentadas e planejadas de modo a assegurar eficácia e baixo impacto no campo social” (2011, p. 52), todavia, o que vem ocorrendo é o oposto do que está escrito nesse documento.

Para a construção da matéria intitulada “Os caminhos sinuosos de Suape”, publicada em 2017, a Repórter Brasil⁹⁵ teve acesso a 22 boletins de ocorrência contra Suape, os quais destacam os danos ao patrimônio e as constantes ameaças às comunidades. Segundo os relatos das comunidades, os “seguranças de Suape” agiram ao lado de militares armados do grupo de Ações Táticas do Interior (GATI), tropa especializada em atuar em missões de alto risco. A “milícia armada de Suape”, como nomeiam os posseiros, atua de forma truculenta, ameaçando derrubar casas, destruir as plantações ou atuando de fato, utilizando a velha e conhecida prática do uso da força física, demolindo as casas no momento em que os moradores não estão presentes, destruindo as plantações que garantem a sobrevivência das comunidades.

A matéria supramencionada publicada no Jornal do Commercio, em 2012, relata o caso do presidente da Associação de Moradores do Engenho Serraria, Jose Luiz dos Santos, que teve sua casa derrubada pela vigilância de Suape em janeiro de 2012, nas palavras desse morador: “Saí para trabalhar e quando voltei tinham demolido. Pedi a meu filho que fotografasse e filmasse a ação e ele foi ameaçado pelos funcionários de Suape, que tentaram

⁹⁵ A Repórter Brasil é uma organização não-governamental fundada em 2001 por jornalistas, cientistas sociais e educadores com o objetivo de promover a reflexão e ações sobre as violações de direitos fundamentais dos povos e trabalhadores no Brasil. Sua missão é “Identificar e tornar públicas situações que ferem direitos trabalhistas e causam danos socioambientais no Brasil visando à mobilização de lideranças sociais, políticas e econômicas para a construção de uma sociedade de respeito aos direitos humanos, mais justa, igualitária e democrática”. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/quem-somos/>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

tomar o celular”, ainda segundo José Luiz, “eles [a milícia de Suape] coagem os moradores nativos, criando um clima de medo e insegurança”. Na mesma direção, o morador do Engenho Serraria, José Romero, foi trabalhar e quando retornou encontrou sua casa queimada, com todos os móveis, eletrodomésticos, roupas e documentos dentro.

Portanto, antes mesmo de determinadas e efetuadas as indenizações, a milícia de Suape atuou de forma arbitrária para que as comunidades saíssem de suas terras. As principais empresas responsáveis pela “segurança de Suape” são a TKS, a Liserve e a Servi San, as quais oferecem mais de 200 homens para atuarem nesse território. Esses homens são liderados por Romero Correia da Fonseca, coordenador de fiscalização de Suape, o chefe da “milícia armada”, que está subordinado à Sebastião Pereira Lima, diretor de Gestão Fundiária e Patrimônio de Suape (REPÓRTER BRASIL, 2017).

Na mesma matéria publicada em 2012 no Jornal do Commercio, Sebastião Pereira Lima é entrevistado, sendo ele o porta-voz do governo do Estado sobre os processos de demolições e expropriações no território de Suape. Ao ser questionado sobre a atuação de Suape na demolição das casas na área do Complexo, Sebastião afirma que os funcionários da Servi San não estão mais fazendo demolições, contradizendo, desse modo, os depoimentos dos moradores. Sobre a proibição dos posseiros fazerem reformas em suas casas, Romero confirma a atuação dos funcionários no sentido de impedir reformas e construção de novas casas para que os valores das indenizações não aumentem. Já sobre a proibição de plantar, o diretor diz que nunca houve essa proibição, entretanto, segundo os posseiros, desde 2009, a diretoria de Suape proibiu os posseiros de plantar, de expandir a sua roça. Romero chegou a afirmar que “são as injustiças da vida” os valores irrisórios das indenizações, naturalizando, dessa maneira, os processos de expropriações e as transformações na vida das comunidades rurais que viviam (vivem) na região de Suape.

Outro caso de expropriações foi nos engenhos Jurissaca e Ilha dos Martins, nos quais houve a retirada de 85 famílias para a instalação da Companhia Siderúrgica Suape que auxiliaria os Estaleiros. Essas famílias foram reassentadas, em 2013, no Assentamento Valdir Ximenes de Farias, em Barreiros. Este foi o único caso, até 2014, onde as famílias receberam terra como parte das indenizações (PERÉZ, 2016). O relatório divulgado em 2018 pela Plataforma Dhesca Brasil⁹⁶, cujo título é “Complexos Industriais e Violações de Direitos: o caso de Suape – Complexo Industrial e Portuário Governador Eraldo Gueiros”, destaca as

⁹⁶ A Plataforma Brasileira de Direitos Humanos – Dhesca Brasil é uma rede formada por mais de 40 organizações da sociedade civil com o objetivo de promover a defesa dos direitos humanos. Disponível em: <<http://www.plataformadh.org.br/quem-somos/a-plataforma/>>. Acesso em: 25 jan. 2020.

denúncias realizadas pelas comunidades dos engenhos Jurissaca, Boa Vista I, Ilha e Cedro sobre “[...] as famílias removidas de sítios sem indenizações; famílias remanescentes recebendo propostas insuficientes de indenizações e sem que sequer recebessem cópia dos laudos de avaliação” (p. 42). O informativo mensal do Fórum Suape Espaço Socioambiental (abril de 2017) afirma que no Engenho Jurissaca “[...] Várias famílias saíram de suas posses em função de um acordo extrajudicial realizado com a empresa. O CIPS prometeu que se as famílias saíssem, pagaria o valor da indenização em até 90 dias, mas isso já completou cinco anos e as famílias nunca receberam esses valores” (p.2).

O Engenho Algoduais também passa pelo mesmo processo. Todas as famílias desse engenho foram destinadas a saírem das suas terras para atender à demanda do Complexo de Suape. Então, essas famílias passaram a sofrer um intenso processo de expropriação, assim como no Engenho Serraria (SILVEIRA, 2010). Esse engenho teve parte de sua comunidade expropriada para a construção de uma fábrica de carros que, no fim das contas, acabou sendo construída em outra região, no litoral norte de Pernambuco (SANTOS, 2017). Uma matéria impressa divulgada pelo jornal do Comercio, em 2012, denominada “A inflação forasteira em Suape”, evidencia o caso da agricultora Raquel Minervino, que estava sendo intimada a sair de suas terras pela Empresa Suape. A agricultora e sua família que vivem há três gerações no Engenho Algoduais, receberam R\$ 22 mil de indenização pelas benfeitorias do terreno que viviam. Além disso, o rio localizado nesse território está contaminado pelos resíduos da empresa Coca-cola, evidenciando que “[...] os conflitos não se limitam ao ato da expropriação e suas consequências, mas também à contaminação, ameaças, poluição sonora, destruição, aos poucos, da vida camponesa” (PÉREZ, 2016, p. 123).

O Engenho Tiriri, dividido entre uma área destinada a ZPEC e um dos trajetos da ferrovia Transnordestina, também foi alvo das expropriações. Famílias foram expropriadas e receberam indenizações irrisórias pelos hectares que ocupavam. Esse engenho fazia parte da Cooperativa Tiriri e desde os anos 1970 vem sendo alvo de expropriações (PÉREZ, 2016). O posseiro Luís Abílio da Silva, pescador e agricultor, e sua companheira Maria Luíza da Silva tiveram sua casa derrubada no sítio que viviam há décadas nesse engenho⁹⁷, em maio de 2013. Todavia, desde 2011, seu Abílio havia perdido o sossego, pois naquele ano a Empresa Suape ingressou uma ação de reintegração de posse para expulsar a sua família da terra (INFORMATIVO, 2016).

⁹⁷ Segundo Abílio, na entrevista concedida ao Fórum Suape Espaço Socioambiental (2016), “Estava em casa com minha esposa, nora, filhos e netos quando a guarda chegou com o Oficial de Justiça para nos retirar de lá. Eu estava sentado, fui retirado pelo braço. Minha nora com meu neto de 15 dias, também foram obrigados a sair. A casa foi derrubada” (p. 4).

O Engenho Ilha Mercês foi dividido com a construção de rodovias e da RNEST, por isso as expropriações se deram de forma diferenciada. Enquanto uma parte do engenho foi totalmente expropriada, a outra parte, conhecida como Poeirinha, conseguiu manter-se e tornar-se mais fortalecida com o reconhecimento de sua identidade quilombola (SANTOS, 2017). Das 800 famílias que viviam nesse engenho, 150 famílias permanecem e resistem diante da pressão da Empresa Suape, que se utiliza de seguranças armados, da poluição dos rios, como o rio Tatuoca, e da destruição das bases de subsistência das comunidades, como as pequenas hortas e plantações, com o objetivo de tornar insustentável a permanência dessas comunidades nesse território (INFORMATIVO, 2017).

Os conflitos nos Engenhos Arandepe, Bitá, Campi, Pirajá, Tabatinga, Pederama, Conceição Nova, Conceição Velha, Jasmin, do Meio, Setúbal, Trapiche, Utinga de Cima e Utinga de Baixo têm relação com a estruturação da ZPEC. Em 2012 foi institucionalizado o Plano de Manejo da Estação Ecológica Bitá e Utinga que, para Silveira (2010), teve o objetivo de proteger o entorno dos mananciais de Bitá e Utinga, visando garantir o abastecimento de água para a operação da RNEST e da PQS. Em 2013 as comunidades rurais começaram a ser indenizadas para sair dessa região, indenizações que não agradaram aos moradores. Apesar da motivação da expropriação ser a pretensa preservação ambiental,

[...] o CIPS oferece às empresas acesso à água, especialmente para a Refinaria Abreu e Lima e a Petroquímica Suape, que demandam grande quantidade para refinar, destilar e transformar o petróleo em seus derivados. Nesse sentido, é importante salientar aqui a questão que já citamos anteriormente sobre a exportação da natureza para além dos produtos que exportam derivados de petróleo, isto é, água, terra e biodiversidade (PERÉZ, 2016, p. 125).

Desde a década de 1990 assiste-se, no Complexo de Suape, à autorização do Estado para a supressão de Áreas de Preservação Permanente (APP) devido à instalação dos empreendimentos. A Agência Estadual de Meio Ambiente – CPRH, entre 1997 e 2015, autorizou a supressão de 886,7 hectares de APPs para ampliar a Zona Industrial Portuária, com a instalação do EAS e o Estaleiro Promar (SILVA, 2018).

A instalação dos principais empreendimentos financiados pelo PAC ocasionou grande impacto ambiental na localidade, desmatou-se uma grande área de mata atlântica, de manguezal e de restinga, o que levou Suape a possuir um passivo ambiental (RELATÓRIO DHESCA, 2018). Esses impactos foram objeto de um Termo de Compromisso – TC que estabelecia o valor da compensação ambiental de cada empreendimento. O valor da compensação ambiental do EAS, da PQS, da RNEST, do Estaleiro Promar e das obras de

infraestrutura totalizaram R\$ 195 milhões pagos ao Estado. Esse valor foi designado para a criação da ZPEC. Portanto, de modo contraditório, autoriza-se degradar, poluir, se, em contrapartida, for pago um valor de compensação ambiental.

Assim, sob a pretensa defesa da proteção de áreas designadas para o reflorestamento, a ZPEC vem ensejando a expropriação de diversas comunidades dos engenhos citados. Essas comunidades, que historicamente preservaram os diferentes ecossistemas da região, vêm sendo expropriadas sob o argumento de que a permanência delas é incompatível com a preservação ambiental. De acordo com o NPDS (2011, p. 43), as zonas de preservação ecológicas estruturam-se como áreas de “estoque para compensações ambientais”, quando, na verdade, como afirma Silva (2018, p. 78), é “[...] uma forma teórica de autorização do direito de degradar aos agentes econômicos”. Por isso, a necessidade da “gradativa remoção das populações que hoje moram na ZPEC”, sendo o Estado, através da Empresa Suape, o responsável pela retirada da população, evidenciando, assim, o papel do Estado atuando a favor do capital.

Na ilha de Tatuoca, local escolhido para a instalação do EAS e do Estaleiro Promar, as comunidades rurais enfrentaram diversos conflitos e situações de violência provocadas pela milícia de Suape que ameaçava e impedia a construção e/ou manutenção das casas (SANTOS, 2017). O EAS foi o empreendimento mais impactante do ponto de vista social e ambiental para esse engenho, sua instalação resultou em um grande número de expropriações das comunidades rurais que lá residiam. Com a instalação do Estaleiro Promar, todos os moradores foram expropriados desse engenho, além da perda do mangue e da biodiversidade marinha devido às dragagens e, portanto, perda dos meios que garantem a pesca artesanal. Foram expropriadas 75 famílias com a instalação desses dois estaleiros, famílias que viviam há 200 anos na Ilha e que sobreviviam do que plantavam, da criação de animais e do que pescavam (RELATÓRIO FINAL PIBIC, 2016). Para Santos (2017, p. 151), com as expropriações, as comunidades da Ilha de Tatuoca “[...] perderam inclusive, a relação direta que tinham com o mar, com a coleta de frutos e mariscos, com as práticas festivas, como a festa da ouriçada que deixou de existir”.

No Estudo de Impacto Ambiental e Relatório de Impacto sobre o Meio ambiente – EIA-RIMA⁹⁸ Complementar⁹⁹ do Estaleiro Promar (2010), foram apontados os impactos

⁹⁸ No licenciamento, quando empreendimentos geram impactos ambientais são exigidas a elaboração e a aprovação do Estudo de Impacto Ambiental – EIA como também o Relatório de Impacto Ambiental – RIMA, tendo como objetivo informar à sociedade sobre os impactos, as medidas de mitigação e os programas de monitoramento de responsabilidade dos empreendimentos.

positivos e negativos engendrados com a instalação desse empreendimento, sendo 13 positivos e 33 negativos. Dentre os negativos, 3 são de importância muito alta: dragagem do canal de acesso, remanejamento involuntário da população e a possibilidade de perda de renda da população remanejada. Nesse EIA-RIMA também são apontadas medidas de mitigação desses impactos relacionados aos Programas Básicos Ambientais – PBAS. Os PBA's são

[...] agrupamento das medidas e de ações de mitigação e compensação da população atingida, medidas essas indicadas pelo EIA-RIMA e tornadas normativas oficiais pelos órgãos licenciadores, já que se trata de uma atividade de gestão ambiental pública, de responsabilidade exclusiva do Estado (FREITAS; SILVA, 2017, p. 69).

Esses Programas estão divididos entre os que são de responsabilidade do Estaleiro Promar S.A e os que são de responsabilidade da Empresa Suape¹⁰⁰. No entanto,

A separação de PBA's para efeitos de apresentação deste EIA complementar, não implica na dissociação deles quando da implantação do Empreendimento, muito pelo contrário, as duas Empresas, SUAPE e PROMAR S.A devem estar totalmente entrosadas e focadas na mitigação conjunta dos impactos ambientais identificados neste Estudo (EIA- RIMA Promar, p. 75-76).

O licenciamento ambiental do Estaleiro Promar é de responsabilidade do órgão executor da Política Ambiental no âmbito estadual, a CPRH, à qual compete proceder à liberação da licença como também acompanhar as ações propostas como as medidas mitigadoras nos PBAS (RELATÓRIO FINAL, 2015). Dentre os PBAS relacionados à instalação do Promar, está o Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental, sob responsabilidade do Estaleiro Promar, idealizado para ser desenvolvido em âmbito local, com os funcionários e a população atingida, cujo objetivo era

⁹⁹ O EIA-RIMA do Estaleiro Promar é considerado complementar devido à existência no CIPS de outro empreendimento com o mesmo perfil, o Estaleiro Atlântico Sul (RABELO, 2014).

¹⁰⁰ Os Programas Básicos Ambientais – PBAS sob responsabilidade de Suape são: Programa de Compensação Ambiental; Programa de remanejamento, relocação e acompanhamento de população afetada; Programa de comunicação social e interação com a comunidade; Programa de integração com as atividades de planejamento, controle e fiscalização do uso e ocupação do solo das bacias dos Rios Tatuoca e Massangana; Programa de controle ambiental (PCA) durante a implantação das obras; Programa de proteção aos manguezais que não serão suprimidos; Programa de acompanhamento e monitoramento da qualidade ambiental do CIPS e áreas circundantes e; Programa de prospecção, acompanhamento e resgate arqueológico. Os PBAS sob responsabilidade do Estaleiro Promar são: Programa de Gestão Ambiental; Programa de Recuperação de Áreas Degradadas – PRAD; Programa de Controle Ambiental – PCA durante Implantação; Programa de Controle Ambiental – PCA durante Operação; Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental; Programa de treinamento e capacitação de mão de obra; Programa de condições e meio ambiente na indústria da construção, PCMAT; Programa de prevenção de acidentes e riscos ambientais durante a fase de operação (EIA-RIMA PROMAR, 2010).

Atingir todos os cidadãos afetados diretamente pelo empreendimento, sejam eles moradores locais ou trabalhadores da obra, por meio de metodologias participativas e permanentes. Para ser efetivo, este programa deve promover simultaneamente o desenvolvimento de conhecimento, de atitudes e de habilidades necessárias à preservação e melhoria da qualidade ambiental. Nesta perspectiva, colocam-se como premissas deste programa as ações de informar, sensibilizar e desenvolver o espírito crítico do público alvo em geral a respeito da sua relação com o Meio Ambiente. (RELATÓRIO PROMAR, 2012, pág. 27).

Todavia, segundo o relatório PIBIC acerca do Programa de Educação Ambiental de 2012¹⁰¹, as ações realizadas nesse programa se basearam em um treinamento com todos os funcionários com o objetivo de inicialização da educação ambiental incluindo o conceito de SMS (Saúde Meio Ambiente e Segurança)¹⁰², levando ao entendimento dos funcionários as diversas formas de riscos ambientais causados, antropicamente e suas formas de controle. Buscou-se também a conscientização sobre a reciclagem de materiais como baterias e pilhas e a instalação da coleta seletiva, incentivando a prática e a reflexão sobre o reaproveitamento dos equipamentos. Em comemoração ao dia do meio ambiente, no ano de 2012, foi realizado junto aos funcionários a Semana do Meio Ambiente, nos dias 04, 05, 06 e 08 de junho, para divulgar as diretrizes internas com relação à educação ambiental (RELATÓRIO FINAL, 2015).

Diante disso, observa-se que o Programa de Educação Ambiental restringiu-se, ao menos no período analisado, aos funcionários da empresa, sem maiores repercussões para a comunidade do entorno. Desse modo, a educação ambiental não atendeu aos objetivos estabelecidos no PBA, negando o princípio da responsabilidade com o interlocutor, contextualizando com a realidade das comunidades que há muito tempo vivem e dependem dos recursos do território (RELATÓRIO FINAL, 2015).

Já o Programa de Comunicação Social e Interação com a Comunidade, sob responsabilidade da Empresa Suape, visava desenvolver um canal de comunicação direto com as comunidades que viriam a ser expropriadas da Ilha de Tatuoca com a instalação do Estaleiro Promar. Esse Programa, portanto, tinha por objetivo ter “[...] um caráter informativo prévio e não explicativo posterior, ou seja, o plano de comunicação social a ser mobilizado deverá ter como característica a antecipação das informações” (EIA-RIMA PROMAR, 2010,

¹⁰¹ Em 2014 foi solicitado à CPRH, através da Lei de Acesso à Informação, nº 12.527/2011¹⁰¹, os relatórios referentes ao monitoramento dos PBAS, contudo o retorno dado pela Agência foi relativo aos relatórios do próprio Estaleiro Promar S.A relacionados às ações de Educação Ambiental de outubro de 2012 e o de Comunicação Social de janeiro de 2015. Quanto aos Programas de competência da empresa Suape, o mencionado órgão licenciador revelou desconhecer-los, atestando assim, a sua omissão frente ao cumprimento dos condicionantes do licenciamento ambiental.

¹⁰² SMS visa capacitar os trabalhadores para que suas atividades no trabalho não resultem em riscos tanto ambientais, quanto em sua própria saúde.

p. 74). Esse canal de comunicação resultou no Plano de Comunicação Social que, dentre suas premissas, deveria:

- Criar um mecanismo que possibilite um atendimento constante e específico para manter um canal sempre aberto com a comunidade e, assim, sempre possa se expressar e registrar suas queixas e aspirações a serem atendidas pelo respectivo projeto;
- A relação entre os afetados e o Empreendedor deve ser a mais transparente possível, de forma que a troca de informações além de esclarecer as duas partes, possa também fundamentar as soluções a serem adotadas e levar a um resultado positivo dessa ação conjunta (EIA-RIMA PROMAR, 2010, p. 74, 75).

Dessa maneira, o Programa de Comunicação Social e Interação com a comunidade integra o Plano de Comunicação. Entretanto, a impossibilidade de acesso a documentos acerca deste Programa, solicitados a CPRH¹⁰³, evidencia falta de transparência nas ações do Estado, seja ao considerarmos que se trata de condicionantes de licenciamento ambiental, portanto de área de competência do órgão público ambiental, seja por se tratar de programa sob responsabilidade de uma empresa pública como principal executora. Portanto, fica evidente que o órgão licenciador não vem acompanhando as atividades de mitigação e compensação dos impactos socioambientais designadas nos PBAs para esse empreendimento (RELATÓRIO FINAL, 2016).

De acordo com o EIA-RIMA Complementar do Promar, o programa de comunicação sob responsabilidade da Empresa Suape tem o dever de atuar no processo e urbanização da Ilha de Tatuoca, cabendo ao Programa de comunicação social e Educação Ambiental de responsabilidade do Estaleiro Promar atuar de modo local, com vista a esclarecer a necessidade de proteção ambiental, principalmente junto as comunidades e aos empregados. Portanto, o Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental tem dentre alguns dos seus objetivos:

- Informar os diferentes segmentos da sociedade local acerca da implantação do Empreendimento, dos benefícios decorrentes, das alterações na rotina da região durante e após a mesma, dos riscos e incômodos, e o cronograma dos principais eventos das obras e de sua operação;
- Manter as condições de interlocução sistemática entre o Empreendedor e os diversos segmentos das comunidades envolvidas, poder público local e representações da sociedade civil organizada;
- Receber informações da comunidade, suas expectativas e possíveis insatisfações e intermediar para que o Empreendedor se mantenha informado acerca delas; (EIA-RIMA PROMAR, 2010, p. 360).

¹⁰³ Também foi solicitado à CPRH, com base na Lei de Informação, os relatórios referentes à execução e acompanhamento do referido Programa. Porém, foram enviados aos pesquisadores apenas relatórios produzidos pelo estaleiro Promar, referentes ao Programa de Comunicação e Educação Ambiental desenvolvido pelo empreendimento.

Isto posto, fica evidente que os programas devem estar imbricados. Nesse sentido, a análise dos relatórios do ano de 2015 do Programa de Comunicação Social e Educação Ambiental, desenvolvido pelo empreendimento, revelam que as ações desenvolvidas pelo empreendimento¹⁰⁴ não realizam uma interlocução com a população afetada. A comunicação é implementada de forma instrumental, atendendo determinações legais e de maneira bastante seletiva, divulgando apenas questões do interesse imediato dos empreendedores, assumindo mais um caráter informativo, de divulgação das atividades do empreendimento sem que haja referências ao que acontece no território onde está inserido o Estaleiro (RELATÓRIO FINAL, 2016)¹⁰⁵.

Já o Programa de Remanejamento, Relocação e Acompanhamento dos Moradores da Ilha de Tatuoca faz parte de uma agenda de atividades de responsabilidade da Empresa Suape e tinha por objetivo realizar o movimento de relocação dessas comunidades para o novo vilarejo, o Conjunto Habitacional Nova Vila Tatuoca, uma área de cinco hectares, no município do Cabo de Santo Agostinho, ainda dentro do território de Suape, que foi construído com os investimentos do PAC, através do Minha Casa, Minha Vida¹⁰⁶, visando mitigar um dos impactos mais severos do Estaleiro Promar, o remanejamento involuntário da população. De acordo com o EIA-RIMA Complementar Promar (2010, p. 61),

O deslocamento de pessoas é extremamente perturbador para as comunidades, tendo-se verificado em muitos casos, o empobrecimento de contingentes populacionais anos após seu remanejamento. Neste caso, embora se considere que estas pessoas serão remanejadas para um local mais adequado de moradia e com cobertura de serviços públicos, estarão submetidas a uma grande perturbação e estresse, o que justifica a valorização deste impacto ao nível

¹⁰⁴ Tais relatórios são produzidos pelo INSTITUTO MONITORE e refere-se ao monitoramento ambiental do ESTALEIRO VARD PROMAR, em conformidade com as exigências contidas na Licença de Instalação (LI) nº 01.11.03.002866-4 e Licença de Operação (LO) nº 05.14.05.002691-5, emitidas pela Agência Estadual de Meio Ambiente (CPRH).

¹⁰⁵ As atividades, sumariamente relatadas, podem ser assim classificadas: a) entrevista com os coordenadores das equipes dos programas ambientais da empresa (Proteção da biota; Proteção das águas superficiais; Controle da poluição atmosférica; Controle da poluição sonora; Gerenciamento de resíduos sólidos (PGRS), visando obter informações sobre os mesmos; b) Divulgação de atividades educativas na empresa, a exemplo da semana do meio ambiente, Dia mundial da água, dentre outros; c) Elaboração de textos para confecção de informativos alusivos a temas ambientais, os quais abordaram temas como consumo consciente da água, reciclagem, etc.; d) Divulgação das ações dos programas ambientais para os funcionários e fornecedores da empresa. Para cada mês é realizado o *clipping* que se caracteriza pela busca e arquivamento das matérias divulgadas nos meios de comunicação, que sejam do interesse do empreendimento (o ressurgimento e crise da indústria naval e os reflexos para o Promar, demissões no Estaleiro, etc.). Todos os relatórios afirmam que esse programa está à disposição para redação de artigos de opinião, visando “ocupar espaços privilegiados na mídia, em termos de visibilidade e de retorno positivo para a imagem institucional do Estaleiro” (RELATÓRIO FINAL, 2016).

¹⁰⁶ De acordo com a Secretaria de Desenvolvimento Econômico de Pernambuco foi investido, inicialmente, R\$ 5.617.290,44 para sua edificação (RELATÓRIO FINAL, 2016).

máximo de importância do estudo, justamente para garantir, que o processo de transferência seja feito de acordo a um planejamento previamente definido e aprovado pelas próprias comunidades.

Entretanto, as ações realizadas não seguiram as orientações estabelecidas nos PBA's e nem no NPDS. Enquanto que a orientação era que o “[...] reassentamento deve respeitar as condições adequadas de moradia, em consonância com os meios de vida e valores culturais da população local” (NPDS, 2011, p. 61), o conjunto habitacional tem, apenas, 5 hectares com 76 casas de 48 m² cada uma, com terraço, sala, dois quartos, cozinha, banheiro e área de serviço. Casas padronizadas, muito próximas umas das outras, sem vegetação entre estas, ou seja, um local bastante distinto do local de origem dos moradores. De acordo com a visita de campo¹⁰⁷, na Nova Vila Tatuoca não tem sombra para a população se abrigar, há poucas árvores, não é possível modificar as casas, além de ficar longe do mar, local onde as comunidades trabalhavam. As comunidades que foram relocadas para esse conjunto habitacional não receberam título de propriedade da casa, mas um título de uso, e foram proibidas de fazer benfeitorias na residência, o que as coloca sempre na iminência de serem retiradas novamente (RELATÓRIO FINAL, 2016). Então, no lugar do diálogo aberto com as comunidades impactadas e da relocação respeitando os modos de vida dessas comunidades, vimos um cenário de desrespeito e promessas não cumpridas. As relocações tiveram início antes da implantação do Plano de Comunicação e constata-se através de visita de campo que muitas famílias estavam tentando sobreviver através do comércio informal: em diversas casas havia placas de “Vende-se” referindo-se a gelo, picolé, carvão, entre outros (RELATÓRIO FINAL, 2016).

Com o NPDS foi estabelecido o Projeto Habitacional Suape, com investimentos do PAC, com o fim de consolidar a relocação de oito comunidades um total de 6,8 mil famílias, localizadas no Engenho Massangana, Vila Nazaré, Vila Dois Irmãos, Vila Suape, Vila Gaibu, Vila Cepovo, Vila Nova Tatuoca e Nova Vila Claudete¹⁰⁸. Com esse projeto foi construído o conjunto habitacional Nova Vila Claudete, por meio dos Investimentos do PAC, num total de

¹⁰⁷ A visita de campo aconteceu no dia 13 de janeiro de 2016, junto com uma equipe do NEPASS, visitamos parte do CIPS, o distrito de Suape, no município do Cabo de Santo Agostinho, observando desde as vias de acesso, as transformações e o intenso fluxo de pessoas à região, ocasionado pela demanda do Complexo. Da praia de Suape observamos o espaço que foi ocupado pelo Estaleiro Atlântico Sul e o Estaleiro Promar S.A, na Ilha de Tatuoca, o rico ecossistema da localidade e as alterações em curso. Em seguida, visitamos o conjunto habitacional Vila Nova Tatuoca, no distrito de Suape, local destinado à relocação da comunidade que vivia na ilha de Tatuoca e que foram dali retiradas para serem construídos os estaleiros supracitados (RELATÓRIO FINAL, 2016).

¹⁰⁸ Projeto Habitacional Suape é apresentado aos moradores da Vila Cepovo. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/564-projeto-habitacional-suape-e-apresentado-aos-moradores-da-vila-cepovo/>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

R\$ 83.450,00, segundo o Balanço PAC 2011-2014. De acordo com a matéria supracitada publicada no *site* do Repórter Brasil, as comunidades que foram relocadas para a Vila Nova Tatuoca serão transferidas para esse novo conjunto habitacional, que possui 2.675 casas de 40 m² localizadas na periferia do Cabo de Santo Agostinho. As comunidades que foram expropriadas são mais uma vez relocadas para outro território que não atende aos seus aspectos culturais, econômicos e sociais, pois as comunidades quando viviam sem seus territórios tradicionais tinham acesso à terra podendo, assim, produzir alguns dos seus alimentos, como também, tinham acesso a poços de água potável e estavam perto do mar e dos recursos pesqueiros com os quais trabalham (RELATÓRIO FINAL, 2016).

Com a demanda de terras pelos empreendimentos, a Empresa Suape acelerou as desapropriações de terras. De acordo com a matéria impressa já referida do Jornal do Commercio de 2012, nos anos de 2011 foram feitas 284 indenizações, totalizando o valor de R\$ 15,5 milhões, sendo R\$ 54,5 mil o valor médio por família. Em 2012, foram realizadas 28 indenizações no valor total de R\$ 1,5 milhão e o valor médio por família foi R\$ 53,5 mil. Na Vila Claudete, mais de 13 famílias foram indenizadas em 2013, com o valor total de R\$ 1,1 milhão¹⁰⁹. A maior indenização paga pela Empresa Suape foi em 2014 para consolidar a estação ecológica Bita e Utinga, mais de 300 famílias tiveram sua indenização homologada na justiça e o valor investido foi de aproximadamente R\$ 35 milhões¹¹⁰.

As indenizações, portanto, não respondiam às necessidades das comunidades, mas sim aos objetivos do Complexo. Após mobilizações dos posseiros, em 2012, indignados com o valor das indenizações, o Complexo de Suape divulga uma nota de esclarecimento, na qual explica o procedimento das indenizações,

As famílias são indenizadas pelas benfeitorias do terreno, ou seja, construções, plantações, etc. Como as terras pertencem ao Complexo, os posseiros não têm direito a ressarcimento pelo terreno. O valor do pagamento é definido a partir de um laudo técnico, elaborado por um avaliador externo, segundo as normas da ABNT (NBR – 14653), uma das mais usadas em todo o Brasil. Após a conclusão da avaliação, a empresa Suape convida os posseiros para conhecer o resultado e negociar com a empresa. O acordo firmado é homologado na justiça. Caso não haja consenso, durante o processo de negociação, o Complexo aciona o Poder Judiciário para decidir sobre o valor da indenização. Vale ressaltar, que mais de 90% dos casos são resolvidos na fase de negociação (BLOG DO JAMILDO, 2012).

¹⁰⁹ Fechados acordos com mais 13 famílias para consolidar Nova Vila Claudete. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/520-fechados-acordos-com-mais-13-familias-para-consolidar-nova-vila-claudete>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

¹¹⁰ Suape conclui maior indenização de sua história para consolidar estação ecológica. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/467-suape-conclui-maior-indenizacao-de-sua-historia-para-consolidar-estacao-ecologica>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

Contudo, como aponta Pérez (2016), os procedimentos de expropriação com as indenizações eram diversificados e diferentes do que era propagado pela empresa Suape. Desse modo, ainda segundo essa autora, os tipos de indenizações são diversos, como: em dinheiro, relativas às benfeitorias que há no terreno das comunidades, geralmente menos de R\$ 60,000; em dinheiro com possibilidade de ascender ao programa Minha Casa Minha Vida, por meio do conjunto habitacional; em dinheiro e 5 hectares de terra ainda sem local definido ou em dinheiro e com terras em barreiros, no assentamento. Apesar dessas medidas, muitas famílias não receberam as indenizações, receberam apenas promessas de melhorias. E as famílias que receberam as indenizações denunciam o valor irrisório que não garante a moradia e a subsistência nos moldes que viviam na sua terra tradicional, pois os valores das indenizações referentes às benfeitorias além de baixos, quase sempre, destinam-se a várias gerações de uma mesma família, além do fato de que esses seguirão apartados da terra, da sua maior fonte de riqueza, ou seja, a “concessão de uma unidade habitacional” (quando ocorre) não obscurece os danos socioambientais dos afetados.

Também vale destacar que a comunicação direta entre as comunidades e a Empresa Suape sobre os possíveis impactos engendrados pela expansão do Complexo sequeiro foi posta em prática. As comunidades ficavam sabendo tardiamente dos impactos ambientais, da necessidade de sua relocação, não havendo, portanto, diálogo entre os atores envolvidos. A própria construção do Novo Plano Diretor expõe essa ausência de comunicação, pois esse plano foi construído por meio de um viés arbitrário, pois foca nas intencionalidades dos agentes econômicos sem a devida participação da população local, diretamente afetada e supostamente “beneficiada” com as medidas apontadas nesse documento (SILVA, 2018).

Para a construção do Estaleiro Promar foi necessário o aprofundamento do porto de acesso através de dragagem. Apesar da dragagem do canal de acesso estar presente no EIA-RIMA do Promar como um dos impactos de importância “muito alta”, as comunidades não foram informadas sobre os riscos que essa dragagem apresentava para os seus modos de vida. Segundo o Informativo de outubro de 2016 do Fórum Suape Espaço Socioambiental, em 2011 o Ministério Público Federal ajuizou uma Ação Civil Pública a qual denunciava os danos socioambientais decorrentes da dragagem e da derrocagem, pois as áreas dragadas coincidem com os pontos de pesca dos pescadores e as áreas escolhidas para o bota-fora também cobriam de sedimento pontos de pesca. A empresa holandesa Van Oord realizou a dragagem, contratada pela Empresa Suape. Então, em 2015, o Fórum Suape junto às organizações Both ENDS, Conecta e a Z8 Colônia de Pescadores do Cabo de Santo Agostinho denunciaram à Organização para a Cooperação do Desenvolvimento Econômico – OCDE as violações de

direitos socioambientais cometidas pela empresa multinacional Van Oord, destacando a falta de comunicação da empresa sobre a severidade dessa dragagem que atingiu diretamente a vida das comunidades. Esta denúncia foi acatada em 2016 e na declaração final do Ponto de Contato Nacional da Holanda para as Diretrizes da OCDE afirma-se que a empresa responsável pela dragagem deixou de identificar com antecedência os impactos socioambientais dessas obras (INFORMATIVO, 2016). De acordo com essa denúncia (2015, p. 15),

Não foram encontrados registros de reuniões e consultas com as comunidades afetadas que pudessem comprovar sua participação efetiva, informada e proativa. As comunidades locais, entidades e associações deveriam ter sido informadas e incluídas em todas as etapas de planejamento e implementação dos projetos, alertadas sobre os riscos das dragagens e derrocagens, bem como da abrangência dos impactos. Ao contrário, o que foi constatado pelas Partes Interessadas, é que os pescadores artesanais, marisqueiras e comunidades tradicionais extrativistas foram surpreendidos com as grandes transformações em seus territórios, com as altas taxas de mortalidade dos peixes e fauna marinha e supressão dos habitats que garantiam a perpetuação das espécies locais, com a supressão da vegetação nativa que lhes permitia a subsistência e com a descaracterização e contaminação ambiental.

Por esse Complexo estar localizado entre dois municípios, a competência legal para o licenciamento dos empreendimentos é do Estado, por meio da CPRH, devendo esta acompanhar “[...] todas as medidas de controle e mitigação dos impactos ambientais a serem gerados pelos empreendimentos em instalação” (NOVO PLANO DIRETOR, 2011, p. 80). O licenciamento é um dos mais importantes instrumentos da gestão pública do meio ambiente e uma exigência legal a que estão sujeitos todos os empreendimentos ou atividades que possam causar algum tipo de poluição ou degradação ambiental.

Contudo, através da Lei Estadual 14.249/2010, o Estado de Pernambuco, visando flexibilizar o licenciamento, oficializou a realização de licenciamentos de forma *online* em seu sistema de licenciamento ambiental eletrônico a distância – SILIAWeb. Dessa maneira, a CPRH tem agido em Suape de forma morosa, subordinando-se aos interesses econômicos, evidenciando, assim, o papel do Estado na expansão do capital (SANTOS, 2017).

A Empresa Suape, a “milícia de Suape” e a CPRH, como expressões do Estado, são os principais responsáveis pelos conflitos socioambientais no território. A violência esteve presente em todos os conflitos analisados nos anos de 2007 a 2014, expressos, principalmente, através de ameaças e demolições. Segundo Santos (2017, p. 141), “[...] o que predomina é a violência com a finalidade de expulsar do território as famílias moradoras (inclusive crianças e idosos), e pressionar, através de ameaças de despejos, aqueles que ainda resistem em seus locais de moradia”. Portanto, as expropriações pelo Estado ocorreram de forma violenta,

resultando na perda das garantias de subsistência das comunidades, desintegrando a própria estrutura comunitária, sendo a única saída entregar-se plenamente à lógica do mercado, como vem ocorrendo desde o surgimento do capitalismo. Segundo Pérez, (2016), estima-se que 3.000 das 6.800 famílias foram expropriadas de suas terras nos anos de expansão do Complexo.

As expropriações e os impactos ambientais ocasionados com a instalação do Estaleiro Promar exemplificam as violações cometidas com a expansão do Complexo e expõem a forte atuação do Estado, uma vez que este também vem atuando no sentido da naturalização dos impactos e realiza a gestão do território por meio inclusive da violência.

Mesmo com a criação de cursos técnicos e profissionalizantes para os moradores do território com vista a capacitar a mão de obra local e gerar emprego dentro do Complexo, restou-lhes apenas os empregos temporários, como os relacionados à fase de construção desse megaprojeto que teve um tempo determinado, ficando esses trabalhadores desempregados com o fim das obras. Na realidade, apesar das promessas de emprego, de melhoria de vida, as comunidades rurais ficaram com o ônus do “desenvolvimento”. A maioria dos posseiros não teve acesso ao emprego formal devido à baixa escolaridade e também, para os representantes do Complexo, isso os levaria a permanecer no território. A mão de obra selecionada para assumir os cargos mais qualificados e de maior remuneração adivinha de outros lugares do Brasil e do mundo (RELATÓRIO FINAL, 2016).

Então, quem foi expropriado passou a viver a partir do trabalho informal, em grande medida como vendedores ambulantes. De acordo com os dados do IBGE Cidades 2016, sobre Ipojuca e Cabo de Santo Agostinho, dos 94.000 habitantes, menos da metade, 36%, estavam empregados no município de Ipojuca¹¹¹; já no Cabo, dos 205.000 habitantes somente 19% estavam ocupados¹¹².

Em um ambiente de escassez de serviços públicos de saúde, educação, transporte, segurança e lazer comunitários, o comprometimento dos modos de vida tradicionais causado pelo empreendimento agudiza a precariedade na qualidade de vida local e revela uma dinâmica das relações entre governos e empresas violadoras de direitos humanos previstos e protegidos pela comunidade internacional e por instrumentos legais do próprio Estado brasileiro. (RELATÓRIO DHESCA, 2018, p. 37).

¹¹¹ IBGE Cidades – Ipojuca. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/ipojuca/panorama>. Acesso em: 08 jan. 2019.

¹¹² IBGE Cidades – Cabo de Santo Agostinho. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/cabo-de-santo-agostinho/panorama>. Acesso em: 08 jan. 2019.

Os sujeitos expropriados do território onde hoje é Suape mantinham relação com o território que lhes garantia a sobrevivência, a preservação da biodiversidade, das águas, da terra, por isso a sua permanência no território configura uma ameaça ao “desenvolvimento”. Por terem essa relação com o território, não significa que estavam alheios ao mercado, mas significa que detinham parcialmente os meios de produção, como a terra, que lhes garantia a subsistência (FONTES, 2010).

Ser expropriado do território, viver sob a ameaça de expulsão, receber uma indenização irrisória, perder as garantias de subsistência, expressam a função repressiva do Estado que impõe “[...] a vontade da classe dominante por meio da coerção (Exército, política, lei, sistema penal)” (MANDEL, 1985, p. 334). Portanto, o Estado atua no sentido de reprimir qualquer ameaça, sejam elas expressas na permanência das comunidades rurais, e garantir a ordem do capital. Através da função integradora e da função repressiva, o Estado estrutura-se enquanto um “capitalista total ideal”, apto a realizar as transformações necessárias para garantir a acumulação perpétua do capital (MANDEL, 1985).

3.2.3 Transformações no território onde hoje é Suape pós-golpe da presidenta Dilma em 2016

O golpe de Estado é uma das estratégias utilizadas pelos países centrais visando garantir sua hegemonia, principalmente através da apropriação dos recursos naturais e/ou espaços estratégicos nos países periféricos. Para Svampa e Mantovani (2019) vive-se, desde 2013, uma nova fase de intensificação da dependência, que se dá pela retomada dos países que tinham governos que destinavam parte dos seus recursos às políticas sociais, levando ao poder governos de extrema-direita, o que tende ao acirramento dos conflitos socioambientais, tornando-os mais violentos, pois são respaldados por esses novos governos.

Nessa direção, com a crise de 2014 abre-se caminho para a derrocada do pacto de conciliação de classes implementado nos governos do PT, o que resultou no *impeachment* da presidenta Dilma, em 2016, e a posse de Michel Temer (2016-2018), em agosto do mesmo ano, pondo em marcha o programa de hegemonia burguesa pautado na intensificação do neoliberalismo (FERREIRA, 2018). A base programática do governo Temer encontra-se sintetizada no programa Uma Ponte para o Futuro, lançado em 29 de outubro de 2015. Ao longo das suas 19 páginas, esse documento apresenta uma espécie de “diagnóstico” da situação do Brasil e aponta algumas soluções. Dentre as soluções, destaca a necessidade de tornar mais rápidos e menos burocráticos os procedimentos ligados ao licenciamento ambiental. O retrocesso ambiental começou bem antes de Temer, ainda no governo Dilma,

todavia foi após o *golpe* que a entrega da natureza aos interesses externos se intensifica. Temer dá início à reforma estrutural do capitalismo brasileiro, reiterando o lugar histórico que o Brasil ocupa na divisão internacional do trabalho (ALVES, 2019).

Neste sentido, depois de um período de euforia, a crise econômica-política atinge o Complexo de Suape. O desenrolar das investigações da chamada “Operação Lava-Jato”¹¹³, iniciadas no segundo semestre de 2014, abalou a dinâmica das empresas instaladas nesse Complexo, sobretudo a Refinaria Abreu e Lima e a Petroquímica Suape, além do polo naval. Com o recuo dos investimentos estatais, o processo de privatização das empresas instaladas em Suape teve início. Em 2018 a Petroquímica Suape foi comprada pela empresa mexicana Alpek por 1,5 bilhões, um valor muito abaixo dos nove bilhões equivalentes aos custos de sua obra¹¹⁴. Associada a esse processo, a Lei Estadual n.º 15.932, de 30 de novembro de 2016, autoriza a empresa pública Suape a aplicar, pelo período de dois anos, descontos de 20% a 70% nas operações de venda de terras no Complexo de Suape com o objetivo de atrair investimentos para a região.

Apesar desse novo cenário em Suape, os conflitos relacionados às comunidades remanescentes no território perduram e passam a ter novas configurações. Os informativos mensais do Fórum Suape Espaço Socioambiental destacam os casos de violação sobre as comunidades que permanecem no território. Os informativos de 2016 a 2019 apontam que nesse território ainda vivem mais de 10 mil pessoas que convivem com diferentes formas de arbitrariedade. Há relatos de casos de envenenamento de árvores frutíferas, de poluição dos riachos, de proibição de plantar e de ampliar seus sítios, na tentativa de tornar inviável a permanência dessas comunidades no território. Outro elemento que vem resultando em conflitos e nas expropriações das comunidades é a implementação da ZPECs para compensar os desmatamentos que ocorreram no período de expansão do Complexo. Sob o discurso “verde”, diversas comunidades vêm sendo forçadas a se retirar de suas localidades. O Fórum Suape aponta que por trás desse discurso há interesses ligados à entrega posterior dessas terras a novas empresas. Além disso, devido à crise, muitas famílias que foram expropriadas e hoje se encontram impossibilitadas de garantir o mínimo para sua existência, estão retornando ao território, num processo de retomada das terras.

¹¹³ Essa operação é tratada como a maior investigação sobre corrupção realizada até hoje no Brasil. Contudo, na atualidade, têm sido feitas diversas críticas, uma vez que tem se revelado como instrumento interburguês, expresso nos vazamentos seletivos de informações sigilosas ligadas especialmente ao Partido dos Trabalhadores (FERREIRA, 2018).

¹¹⁴ Petrobras conclui venda da Petroquímica Suape. Disponível em: <<https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2018/05/01/petrobras-conclui-venda-da-petroquimicasuape-337581.php>>. Acesso em: 05 ago. 2019.

A eleição de Jair Bolsonaro como presidente da República em 2018 aprofunda a reforma estrutural do capitalismo brasileiro, favorecendo a entrega dos recursos naturais e dos bens públicos à iniciativa privada. O ataque às políticas ambientais tem sido um dos alvos desse governo, o qual vem reduzindo o cumprimento das leis ambientais e promovendo a exploração de áreas de conservação e reservas indígenas¹¹⁵. Essas transformações também atingem Suape, o qual teve neste ano a Lei Estadual n.º 15.932 reiterada, tornando-se a Lei Estadual n.º 16.582, prorrogando por 4 anos o desconto de 20% a 70% nas operações das vendas de terra. Além disso, assiste-se ao desmonte do polo naval, devido à ausência de encomendas e a privatização da Refinaria Abreu e Lima (FERREIRA, 2018).

Essas transformações mantêm relação com a dinâmica internacional do modo de produção capitalista, na qual se assiste a uma disputa entre as duas potências globais: EUA e China. Essa disputa se caracteriza pela busca por hegemonia geopolítica, pela apropriação dos recursos naturais estratégicos e tecnologia. A América Latina é um dos principais alvos dessa disputa e o Brasil, como potência regional, tem destaque nesse processo. A demanda por recursos naturais estratégicos por esses países demonstra a preocupação com a segurança nacional e a manutenção da hegemonia (BRUCKMANN, 2011). Apesar das *commodities* agrícolas e minerais brasileiras serem altamente dependentes das vendas para o mercado chinês, o presidente eleito Jair Bolsonaro reafirmou um alinhamento aos EUA e ao governo de Donald Trump, intensificando, desse modo, as incertezas nesse novo cenário (GARCIA, 2018).

Desse modo, há a permanência dos processos de expropriações, sobretudo nas comunidades que permanecem no território onde hoje é Suape. Contudo, essas expropriações possuem novas características devido à crise econômica e política. Os desafios para os trabalhadores da terra se agravam, pois passam agora a enfrentar diretamente o imperialismo para se manterem em seus territórios de vida.

¹¹⁵ Entenda os ataques Mais recentes do governo ao meio ambiente. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-os-ataques-mais-recentes-do-governo-ao-meio-ambiente/>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

“Sua economia [dos povos da terra] não maneja a miséria como premissa, como plataforma sobre a qual negociar. Para eles, a terra não se negocia. Assim, não constituem apenas a fronteira material, mas ideológica, para a expansão das cadeias produtivas organizadas em escala planetária e que destinou o território do sul para a produção de celulose, petróleo e minério para exportação”.

Silvia Adoue

A partir do diálogo com o pensamento de Marx sobre os elementos essenciais que conduziram ao surgimento do capitalismo e a formação do Estado Moderno, buscamos identificar os mecanismos utilizados, historicamente, pelo Estado com o objetivo de garantir a expropriação dos trabalhadores da terra. Tratamos especificamente sobre a atuação do Estado nas expropriações no capitalismo contemporâneo, marcado pela predominância do capital financeiro, o qual atua no sentido de manter e expandir as expropriações das comunidades rurais que residem em territórios visados pelo capital. As expropriações no território onde hoje é Suape, nos anos de 2003 a 2014, tiveram forte intervenção estatal principalmente por meios dos seguintes mecanismos: (a) investimentos e financiamentos através do PAC e do BNDES; (b) discurso ideológico institucional e midiático que anunciavam apenas os benefícios da expansão desse Complexo; e (c) reorganização territorial com vistas a tornar o território apto à acumulação do capital, utilizando, sobretudo, a violência.

Buscamos apreender as determinações dos processos de expropriação das comunidades rurais no território onde hoje é Suape. Durante os anos de 2003 a 2014, o Estado, por meio da expansão do Complexo Industrial e Portuário de Suape, atuou na inviabilização dos modos de vida tradicionais, prejudicando as comunidades que sobrevivem da agricultura e da pesca artesanal. Essas comunidades detinham parcialmente os meios essenciais para sua sobrevivência, como a terra, o que não as colocava fora da órbita do capital, mas com certa “autonomia” perante o mercado. Todavia, com a expansão desse Complexo, 3.000 famílias foram expropriadas e passaram a viver em territórios que não correspondem às promessas feitas de melhoria de vida. Houve, na realidade, uma piora na qualidade de vida dessas comunidades.

As comunidades que residem nos 27 engenhos que compõem o Território Estratégico de Suape sofreram impacto negativo com a instalação e expansão desse Complexo. As demandas dos estaleiros, da petroquímica e da refinaria – além dos mais de 100 empreendimentos que se instalaram na região – promoveram conflitos com as famílias que

ocupam tradicionalmente a região, sendo a questão da terra e do acesso aos recursos naturais um elemento central desses conflitos. Desde a década de 1970 as comunidades que residem no território sofrem expropriações. Contudo, é inegável que nos anos 2000 essa situação se agravou. Conflitos relacionados à pressão para que saíssem do território, por meio da ação sistemática da “milícia de Suape”, para que assim o Complexo se apropriasse do espaço, conflitos relacionados à disputa por água que tornou inviável a permanência dessas comunidades na localidade. Tais milícias atuavam de modo violento para coagir as pessoas a deixarem suas próprias moradias, não permitindo expansão do roçado ou reforma na casa, destruindo plantios, derrubando imóveis, fazendo com que as famílias saíssem sem receber as indenizações ou recebendo valores irrisórios. Apesar das indenizações terem sido concretizadas para algumas famílias, as quais foram relocadas para os conjuntos habitacionais, grande parte das famílias foi expropriada exclusivamente por via da violência. Portanto, a violência faz parte do modo de ser do capital, e em seu contexto de crise estrutural, a ilegalidade do Estado atua veementemente nesse processo.

O Estado é o principal agente das expropriações, atuando nos processos de remoções, de flexibilização do licenciamento ambiental, do discurso legitimador do dito “desenvolvimento”. Portanto, o Estado é, *per si*, a estrutura de controle que ratifica, organiza a falta de unidade do sistema do capital. Falta de unidade no sentido de que para a existência do sistema capitalista é necessário que ocorra a separação dos trabalhadores da terra dos meios essenciais à vida e a apropriação desses meios pelos capitalistas, sendo isto um traço estrutural desse sistema que, historicamente, resulta em conflitos, para Wood (2011, p. 63), “O capitalismo foi, desde o início, uma força extremamente contraditória”.

A expansão do Complexo de Suape e a forte incidência de conflitos e expropriações ocorreram no período “neodesenvolvimentista”, no qual o projeto burguês vigente atribuiu ao Estado o papel de fomentador da economia nas condições do mercado mundializado (ALVES, 2016). No nosso estudo apontamos que, resguardando as devidas mediações políticas e econômicas, nesse governo a política neoliberal foi mantida e o Estado continuou a serviço dos interesses das classes dominantes com o objetivo de garantir a reprodução da ordem do capital. Então, os investimentos e financiamentos direcionados à expansão do CIPS foram um dos mecanismos impulsionadores das expropriações; assim como o discurso ideológico difundido pelo Estado que fazia uma apologia ao desenvolvimento, ao progresso para todos, juntamente ao uso da força, buscou-se a legitimação desse megaprojeto. Mediante esses dois mecanismos, tornou-se central organizar o território para atender à demanda do capital, assim, por meio do Novo Plano Diretor – SUAPE 2030, estruturou-se o território de acordo com as

necessidades expansionistas do capital, evidenciando que as comunidades, que historicamente vivem nessa região e que preservam os recursos naturais do território, não têm espaço, portanto devem ser retiradas.

Por isso compreendemos que as expropriações não se resumem apenas à retirada das populações de suas terras, mas dizem respeito ao processo de subtração de condições necessárias para a reprodução da vida desses extratos da classe trabalhadora, sejam elas a terra, a água, os alimentos, os conhecimentos, o sentido comunitário. Na América Latina a autossuficiência dos povos que aqui habitavam foi paulatinamente substituída pelos produtos ligados ao mercado mundial. O mercado, então, vem estabelecendo os parâmetros de reprodução social e as comunidades que possuem parcialmente os meios elementares de sobrevivência, que conservaram, preservaram, “[...] o controle sobre uma parte da reprodução de sua existência, sendo, pois, hibridamente submetida ao capital” (FONTES, 2010, p. 88), vêm na contemporaneidade sendo levadas a se integrarem plenamente ao mercado, com forte participação do Estado. Desse modo, há um enlace dialético entre o mercado e o Estado.

Conforme foi exposto nessa dissertação, o Estado participa ativamente nos processos de expropriação, investindo, difundindo um discurso legitimador, reestruturando, controlando as “deficiências” do capital, assumindo, portanto, o papel de regulador. Ainda que o foco tenha sido um momento histórico específico, os anos de crescimento econômico, a atuação do Estado nas expropriações e a ocorrência das expropriações primárias não é um processo episódico, circunstancial, mas parte constitutiva do modo de ser do capital que possui particularidades de acordo com o momento histórico.

Assim, o objetivo dessa dissertação foi analisar os mecanismos e as estratégias, políticas e ideológicas, utilizados pelo Estado para garantir as expropriações das comunidades impactadas pelo Complexo de Suape nos anos de sua expansão. O movimento de aproximação com o objeto se deu a partir do estudo bibliográfico, sobretudo dos textos de Marx e de autores da tradição marxista sobre a gênese do capitalismo, o Estado Moderno e a permanência das expropriações, além da pesquisa documental, seja em *sites* oficiais ou de jornais e veículos de comunicação diversos, os quais tratassem de questões concernentes ao CIPS.

O primeiro eixo da pesquisa debruçou-se sobre o pensamento de Marx, sobretudo as reflexões presentes no capítulo XXIV d’O Capital, no qual destaca as expropriações como fundamento do surgimento do capital, compreendendo o capital enquanto uma relação social. Com as expropriações que resultaram na apartação dos trabalhadores da terra de seus meios de existência e na apropriação desses meios pelos capitalistas, formaram-se os pilares

fundamentais que estruturaram esse sistema. O Estado Moderno surgiu junto ao capital, atuando no processo de efetivação desse modo de produção. Esse eixo revelou que o Estado tem no padrão de produção e reprodução do capital sua determinação fundamental, destacando a indissociabilidade entre política e economia.

O segundo eixo tratou sobre os processos de acumulação primitiva descritos por Marx e sua permanência no capitalismo contemporâneo. Diferente das expropriações descritas por esse autor, as expropriações contemporâneas atuam como mecanismos que viabilizam a reprodução contínua do capital. Buscamos evidenciar que as expropriações permanecem e se complexificam na atual fase do capitalismo, denominada por Fontes (2010) de capital-imperialismo. Essa fase do capitalismo é marcada pela crise estrutural do capital, a qual demanda o aprofundamento da atuação do Estado. O Estado, enquanto “estrutura totalizadora de comando político do capital”, atua visando à manutenção e o fortalecimento dos imperativos materiais da expansão sociometabólica do capital (MÉSZÁROS, 2015).

O terceiro eixo tratou sobre as particularidades das expropriações na América Latina, evidenciando que, ao mesmo tempo em que ocorriam as expropriações nos países europeus, no continente latino-americano conformavam-se as raízes que dão vida a sua dependência: a expropriação da terra, dos recursos naturais, e a exploração da força de trabalhos dos povos indígenas e dos imigrantes (africanos). Esses elementos são constitutivos e contínuos, particularizam o desenvolvimento do capitalismo na América do Sul.

No quarto eixo foi a discussão das expropriações na América do Sul no século XXI e a emergência de governos progressistas. No início desse século viveu-se um ciclo de forte alta dos preços das *commodities*, impulsionadas pelo crescimento econômico chinês, que resultou no aprofundamento da drenagem dos recursos naturais desse subcontinente. A produção e o escoamento das *commodities* foram vistos como um caminho para se alcançar o desenvolvimento e os governos progressistas foram os principais agentes que estruturaram esse processo, principalmente através da atuação do Estado que se tornou um grande agente na garantia da acumulação, via o neoextrativismo. No Brasil, o PT foi responsável por essas transformações e o Estado brasileiro, diante do crescimento econômico relacionado às *commodities*, atuou no processo de expansão de megaprojetos no território nacional. O Complexo de Suape foi um deles.

O quinto eixo apresentou a formação sócio-histórica do território onde hoje é Suape, destacando que, desde a colonização, esse território é visto enquanto estratégico para a expansão do capital. O Complexo de Suape passou por diferentes fases, contudo, em todas elas o Estado atuou com vistas a garantir a valorização do valor. Esse megaprojeto possui

estreita relação com a cadeia produtiva das *commodities* e foi no período do “Efeito China” que esse se expandiu. O Estado garantiu todos os meios para que essa expansão ocorresse: designou grande parte do valor dos investimentos para esse megaprojeto, colocando Pernambuco como vitrine dos investimentos em infraestrutura; concedeu incentivos fiscais às empresas para sua instalação; utilizou o discurso ideológico que garantiu a aceitação social dessas transformações; e reestruturou o território, visando atender aos interesses do capital em detrimento dos interesses das comunidades rurais que viviam(em) historicamente na região.

O ordenamento territorial do CIPS teve como fundamento a transformação dos recursos naturais em propriedade especificamente capitalista, resultando nas expropriações dos trabalhadores da terra, agricultores/as e pescadores/as perderam seus territórios e a capacidade de garantir seus meios de existência. Há uma disparidade entre o modo de apropriação da natureza pelos que se orientam pela obtenção de lucros e pelos que se relacionam com a natureza, visando satisfazer as suas necessidades. Segundo Foladori (2001, p. 207), na sociedade capitalista “[...] o acesso à natureza por quem representa a propriedade da terra e das fábricas e por quem somente dispõe de sua força de trabalho não é o mesmo”.

Segundo a matéria realizada e publicada pelo Repórter Brasil em 2017, o Complexo de Suape e a Hidrelétrica de Belo Monte¹¹⁶, no Rio Xingu, no Pará, são considerados antiexemplos devido às violações cometidas durante as suas construções. Segundo essa matéria, “Em ambas, as comunidades não participaram das tomadas de decisões e não houve transparência no reassentamento dessas populações”. Os resultados consubstanciados nessa dissertação reafirmam esse fato, demonstrando que a ação do Estado contribuiu para direcionar os recursos em favor do grande capital em detrimento das comunidades rurais e dos recursos naturais.

Os conflitos socioambientais que vêm ocorrendo entre a Empresa Suape e as comunidades remanescentes no território possuem intrínseca relação com a diferença no

¹¹⁶ A hidrelétrica de Belo Monte foi o maior e o mais caro projeto do PAC, com investimento de 25,9 bilhões de reais, sendo a terceira maior hidrelétrica do planeta. Em toda a sua construção, enormes irregularidades e violações aconteceram tanto no que diz respeito à legislação ambiental, quanto aos direitos indígenas e à própria Constituição Federal. Durante as obras, 10 mil famílias foram expropriadas de suas terras, 13 terras indígenas foram afetadas pelo empreendimento. A cidade de Altamira foi a mais impactada, pescadores, agricultores e indígenas foram expropriados de seus modos de vida, pois a construção dessa hidrelétrica alterou a dinâmica dos rios, alagando áreas antes ocupadas e resultando em escassez de peixes.

BNDES libera quase R\$ 1 bi para Suape. Disponível em: <<http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/390-bndes-libera-quase-r-1-bi-para-suape>>. Acesso em: 20 ago. 2017.

Custo da usina de Belo Monte já supera os 30 milhões. Disponível em: <<https://veja.abril.com.br/economia/custo-da-usina-de-belo-monte-ja-supera-os-r-30-bilhoes/>>. Acesso em: 11 ago. 2017.

modo de apropriação dos recursos naturais. Esse contexto aprofunda a dinâmica das expropriações das terras, dos territórios, pois se expulsam populações para dar lugar à produção das *commodities* e à instalação de megaprojetos que facilitam seu escoamento.

Contudo, o capital ao mesmo tempo em que se reproduz, reproduz também suas contradições, pois quando o atendimento às necessidades sociais não é realizado pelo Estado, a classe trabalhadora cria suas próprias estratégias (MARX; ENGELS, 2008). Através da pesquisa e do contato direto com as comunidades foi possível perceber que ao mesmo tempo em que ocorriam as expropriações, as resistências também estavam sendo tecidas com vista a garantir a permanência das comunidades em seus territórios. Em 2012 as comunidades fecharam a BR-101, reivindicando permanecer nos seus territórios ou que, ao menos, as indenizações fossem justas (PÉREZ, 2016). As resistências diárias das comunidades têm como fundamento a defesa da apropriação da terra, seu principal meio de existência. O Fórum Suape Espaço Socioambiental atuou ativamente junto a essas comunidades, fortalecendo e construindo estratégias que visibilizassem as violações que estavam ocorrendo no território onde hoje é Suape.

Com esta pesquisa aproximativa, esperamos poder contribuir com o debate dos processos de expropriações primárias na contemporaneidade. Na atual conjuntura, as expropriações assumem papel preponderante na expansão e reprodução contínua do capital, destacando a urgência de formulações teóricas e de construção de estratégias de lutas que visem enfrentar o capital, pois se não houver resistência da classe trabalhadora, as expropriações se tornarão mais complexas, aprofundando a dependência da classe trabalhadora à lógica do mercado.

Tais comunidades na atualidade vêm resistindo ao avanço do capital sobre suas terras, sobre seus modos de vida e se apresentam enquanto barreira ao capital-imperialismo que vem utilizando diversas estratégias para garantir a sua acumulação. A permanência dessas comunidades em seus territórios, tendo a posse dos bens comuns, liga-se diretamente ao núcleo central da visão de Marx de uma sociedade humana na qual os “produtores tenham acesso direto aos meios de produção” (ANGELIS, 2018, p. 8). Marx (2017) afirma que a defesa do direito consuetudinário designada às populações empobrecidas, no contexto da lei sobre o furto da madeira, configurava-se também como a defesa de uma determinada classe, a classe trabalhadora. Portanto, a luta das comunidades rurais vai para além da luta pela manutenção de seus modos de vida, de “um simples retorno a uma comunidade original ou a um paraíso perdido” (BENSAÏD, 2017, p. 65), é uma luta que contém uma direção anticapitalista, afinal, ao se defender a preservação de processos comunitários, de preservação

de outras formas de propriedade, defrontam-se com a concepção burguesa que busca homogeneizar as relações sociais. Segundo Fontes (2010, p. 92),

Nas condições contemporâneas, nas quais ondas ainda mais intensas, violentas e rápidas de expropriação se descortinaram, essas lutas podem se traduzir em enfrentamento direto ao capital, se abalarem as formas generalizadas da sujeição do trabalho e de sua subordinação e não apenas reivindicarem sua incorporação plena enquanto assalariados para o capital, ou ainda se limitarem a demandar uma preservação pontual, distanciada das vicissitudes dos demais trabalhadores.

As comunidades rurais também são classe trabalhadora, pois o que unifica a classe é estar despossuída dos meios elementares da existência. Então, diante da corrida do capital por acumulação, faz-se urgente fortalecer as lutas dos povos do campo, estruturá-las dentro de uma pauta classista, ultrapassando as reivindicações identitárias, também importantes, e colocando a luta contra o capital no cerne da questão, visando o momento no qual os expropriadores serão expropriados pela massa do povo (MARX, 2013). Parafraseando o poema de Mauro Iasi, *o sistema capitalista, que é incapaz de acolher generosamente a minha amada classe, não é digno de existir. Por isso é necessário que mudemos o mundo, transformemo-lo de pedra em espelho para que cada um, enfim, se reconheça.*

REFERÊNCIAS

- ACOSTA, A. **O Bem Viver**: uma oportunidade para pensar outros mundos. São Paulo: Autonomia Literária, Elefante, 2016.
- ACERTO DE CONTAS. **Pólo começa a ganhar pré-forma**. 2008. Disponível em: <<http://acertodecontas.blog.br/economia/polo-comeca-a-ganhar-pre-forma/>>. Acesso em: 21 dez. 2019.
- ALVES, J. L. **Suape e sua trajetória histórica**: um olhar geográfico. Tese de doutorado apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco, 2011.
- _____. **A esfinge do neodesenvolvimentismo e a miséria do trabalho no Brasil (2003-2013)**. In: Macário, Epitácio; VALE, Erlenia S.; RODRIGES JR, Natan. Neodesenvolvimentismo, Trabalho e Questão Social. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.
- ALVES, G. **Neodesenvolvimentismo e precarização do trabalho no Brasil** – parte II, 2013. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2013/08/19/neodesenvolvimentismo-e-precarizacao-do-trabalho-no-brasil-parte-ii/>>. Acesso em: 10 set. 2018.
- ALVES, G. **Brasil; a catástrofe** (parte 1). 2019. Disponível em: <<https://blogdaboitempo.com.br/2019/06/18/brasil-a-catastrofe-parte-1/>>.
- ANDERSON, P. **O Brasil de Lula**. Revista Novos Estudos, n.91, nov, 2011.
- ANGELIM, Y.; CUNHA, D. F. **Acumulação Primitiva em Marx**: aproximação aos fundamentos para uma crítica dos atuais processos de expropriação. In: XXIII ENGA – Encontro Nacional de Geografia Agrária. Universidade Federal de Sergipe, São Cristóvão, 2016.
- ANGELIS, M. **Marx e acumulação primitiva**: o caráter contínuo das “vedações” do capital. In: O Comuneiro: Revista Eletrônica, nº 26, março 2018.
- ARICÓ, J. Marx y América Latina. **Rev. Nueva Sociedad**, Nro, 66, Mayo-junio, 1983.
- ASSOCIAÇÃO DAS EMPRESAS DE SUAPE. **Segunda etapa da Petroquímica Suape tem incentivos aprovados**. 2012. Disponível em: <<http://www.assesuape.com.br/2012/12/segunda-etapa-da-petroquimica-suape-tem.html>>. Acesso em: 21 dez. 2019.
- ATLAS DO AGRONEGÓCIO**: fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich, 2018.
- ATLAS NACIONAL MILTON SANTOS**. Rio de Janeiro: IBGE, 2010. Disponível em: <<https://biblioteca.ibge.gov.br/index.php/biblioteca-catalogo?view=detalhes&id=247603>>. Acesso em: 28 set. 2019.

BARCELLAR, R. M. H.; NALI, E. C. O apoio à indústria de base na região Nordeste. . In: GUIMARÃES, P. F.; AGUIAR, R. A.; LASTRES, H. M. M., SILVA, M. M. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste**. Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

BENSAÏD, D. **Os Despossuídos**: Karl Marx, os ladrões de Madeira e o Direito dos Pobres. Apresentação. In: Os Despossuídos: Debates sobre a Lei Referente ao Furto da Madeira. São Paulo, Boitempo, 2017.

BLACK, C. **Preços de commodities, termos de troca e crescimento econômico brasileiro nos anos 2000**. Indic. Econ. FEE, Porto Alegre, v. 24, n. 3, 2015.

BLOG DO JAMILDO. **Após protesto, Suape explica relação com posseiros**. 2012. Disponível em: < <https://blogs.ne10.uol.com.br/jamildo/2012/02/02/apos-protesto-suape-explica-relacao-com-posseiros/>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

BNDES. **BNDES apoia com R\$ 15 milhões construção de terminal de combustíveis no Porto de Suape**. 2004. Disponível em: < https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20040429_not784>. Acesso em: 20 dez. 2019.

BNDES. **BNDES aprova financiamento de R\$ 513 milhões para a construção do Estaleiro Atlântico Sul, em PE**. 2007. Disponível em: < https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/imprensa/noticias/conteudo/20070410_not076_07>. Acesso em: 21 dez. 2019.

BNDES. **Quem somos?** Disponível em: <<https://www.bndes.gov.br/wps/portal/site/home/quem-somos>>. Acesso em: 19 dez. 2019.

BONEFELD, W. La permanencia de la acumulación primitiva: fetichismo de la mercancía y constitución social. **Rev. Theomai**, n. 26, 2012. Disponível em: < http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO%2026/contenido_26.htm>.

BONENTE, B. I. **Desenvolvimento em Marx e na teoria econômica**: por uma crítica negativa do desenvolvimento capitalista. Revista Marx e o Marxismo, v.2, n.3, ago/dez, 2014.

BRASIL. Decreto Nº 6040, do 07 de fevereiro de 2007. **Institui a Política Nacional de desenvolvimento Sustentável dos Povos e Comunidades Tradicionais**. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/decreto/d6040.htm>. Acesso em: 06 dez. 2017.

BRASIL. **PAC I – 11º Balanço**. 2007-2010. Disponível em: < <http://pac.gov.br/pub/up/relatorio/b701c4f108d61bf921012944fb273e36.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2019.

BRASIL. **PAC I – 11ª Balanço PAC – PERNAMBUCO**. 2007-2010. Disponível em: <<http://pac.gov.br/pub/up/relatorio/e57c8636825fc69302e23b82a01c6282.pdf>>. Acesso em: 02 dez. 2019.

BRASIL. **PAC II** – 11º Balanço. 2011-2014. O Brasil vai continuar crescendo. Disponível em: <<http://pac.gov.br/pub/up/relatorio/f9d3db229b483b35923b338906b022ce.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2019.

BRASIL. **PAC II** – 11º Balanço PAC – PERNAMBUCO. 2011-2014. Disponível em: <<http://pac.gov.br/pub/up/relatorio/0eef9b63da87ebcde2391627f073779e.pdf>>. Acesso em: 16 out. 2019.

BRUCKMANN, M. **Ou inventamos ou erramos: a nova conjuntura latino-americana e o pensamento crítico**. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Ciência Política da Universidade Federal Fluminense. Niterói, 2011.

CANTALICE, J. B. O. **Neoconservadorismo na produção do conhecimento em Serviço Social: tensões entre o pós-moderno e o projeto profissional**. Revista Temporalis, n. 32, jul/dez, 2016.

CARTA CAPITAL. **Entenda os ataques Mais recentes do governo ao meio ambiente**. Disponível em: <<https://www.cartacapital.com.br/politica/entenda-os-ataques-mais-recentes-do-governo-ao-meio-ambiente/>>. Acesso em: 02 jan. 2019.

CASTELO, R. O social-liberalismo brasileiro e a miséria ideológica da economia de bem-estar. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimentismo e construção de hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

_____. **O social-liberalismo: auge e crise da supremacia burguesa na era neoliberal**. São Paulo: Expressão Popular, 2013.

_____. O canto da sereia: social-liberalismo, neodesenvolvimentismo e supremacia burguesa no capitalismo. In: MACÁRIO, E; VALE; E. S; RODRIGUES JR; N. (Orgs). **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

_____. RIBEIRO, V.; LIMA, R. A violência como potência econômica: da acumulação primitiva ao novo imperialismo. In: BOSCHETTI, I. (Org). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

CBN. **Lei beneficia indústria naval**. 2019. Disponível em: <<https://www.cbnrecife.com/movimentoeconomico/artigo/lei-beneficia-industria-naval>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

CFESS Manifesta. Livro Gestão Tempo de Luta e Resistência (2011 – 2014). Disponível em: <http://www.cfess.org.br/arquivos/Livro_CFESSManifesta_GestaoTempodeLuta-Site.pdf>. Acesso em: 22 jan 2019.

CHESNAIS, F. **A mundialização do capital**. São Paulo: Xamã, 1996.

_____; SERFATI, C. “Ecologia” e as condições físicas de reprodução social: alguns fios condutores marxistas. **Rev. Crítica Marxista**. V. 16, 2003.

COSTA, H. S. Impactos do Complexo Industrial Portuário de Suape na Região Metropolitana do Recife. In: BARROS, J; SILVA, E. B.; DUARTE, L. **Cidades, indústrias e os impactos do desenvolvimento brasileiro**. Rio de Janeiro: FASE, 2014.

CPT – NE. SUAPE- **Camponeses e camponesas exigem do INCRA a titulação de suas terras e o fim da violência cometida por Suape**. Disponível em: <<https://www.cptne2.org.br/index.php/publicacoes/noticias/noticias/pernambuco/3829-suape-camponeses-e-camponesas-exigem-do-incra-a-titula%C3%A7%C3%A3o-de-suas-terras-e-o-fim-da-viol%C3%Aancia-cometida-por-suape>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

DE PAULA, P. G. Duas teses sobre Marx e o conceito de desenvolvimento. **Revista Outubro**, n. 22, 2º Semestre de 2014.

DIARIO DE PERNAMBUCO. **Benefícios dados à Refinaria Abreu e Lima não garantem conclusão da obra**. 2018. Disponível em: <<https://www.diariodepernambuco.com.br/noticia/economia/2018/05/beneficio-dado-mas-sem-garantia-de-contrapartida.html>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

DENÚNCIA 2015: O Problema das dragagens no CIPS/PE: denúncia dos impactos e irregularidades. Disponível em: <<https://www.google.com.br/url?sa=t&rct=j&q=&esrc=s&source=web&cd=1&ved=0ahUKEwidovr->>>. Acesso em: 02 jul 20.

DOMINGUES, Renata C.; SANTOS, Mariana O. S.; GURGEL, Ide G. **A vulnerabilidade socioambiental advinda do Complexo Industrial Portuário de Suape**: a perspectiva dos moradores da ilha de Tatuoca-Ipojuca/PE. In: Revista Tempus Actas de Saúde Coletiva. Brasília, 2014.

EIA/RIMA PROMAR, 2010. Disponível em: <http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/RIMA_PROMAR_21_11_10.pdf>. Acesso em: 12 de set. 2015.

ESTADÃO. **Aprovada MP que concede incentivos fiscais de R\$ 3 bi**. 2010. Disponível em: <<https://economia.estadao.com.br/noticias/geral,aprovada-mp-que-concede-incentivos-fiscais-de-r-3-bi,10495e>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

FERNANDES, F. **A Revolução Burguesa no Brasil**: ensaio de interpretação sociológica. 3 ed. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1987.

FERNANDES, F. **Capitalismo dependente e classes sociais na América Latina**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1981.

_____. **Sociedade de classes e subdesenvolvimento**. São Paulo: Global editora, 2008.

FERREIRA, C. M. **Posicionamentos e estratégias sindicais no contexto dos conflitos do trabalho em SUAPE**: uma expressão da nova morfologia do sindicalismo brasileiro nos anos 2000. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2018.

FOLADORI, G. **Limites do desenvolvimento sustentável**. São Paulo: Unicamp, 2001.

_____; MELAZZI, G; KILPP, R. **A economia da sociedade capitalista e suas crises recorrentes**. São Paulo: Outras Expressões, 2016.

FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE. **Leia íntegra da carta de Lula para acalmar o mercado financeiro**. 2002. Disponível em: <<https://www1.folha.uol.com.br/folha/brasil/ult96u33908.shtml>>. Acesso em: 13 nov. 2019.

FOLHA DE SÃO PAULO ONLINE. **Pernambuco vive sua Revolução Industrial**. 2010. Disponível: < <https://www1.folha.uol.com.br/fsp/mercado/me0603201102.htm>>. Acesso em: 24 nov. 2019.

FONTES, V. A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo. **Revista Crítica Marxista**, n. 36, p. 103-113, 2013.

_____. **O Brasil e o Capital Imperialismo: teoria e história**. Rio de Janeiro, Editora UFRJ, 2010.

_____. A transformação dos meios de existência em capital: expropriações, mercado e propriedade. In: BOSCHETTI, I. (Org). **Expropriação e direitos no capitalismo**. São Paulo: Cortez, 2018.

_____. **Reflexões Im-pertinentes: história e capitalismo contemporâneo**. Rio de Janeiro: Bom texto, 2005.

_____. **A incorporação subalterna brasileira ao capital-imperialismo**. Revista Crítica Marxista, n. 36, p. 103-113, 2013.

FOSTER, J. B. **A ecologia de Marx: materialismo e natureza**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2005.

_____; CLARK, B. Imperialismo ecológico y la fractura metabólica global: intercambio desigual y el comercio de guano/nitratos. **Revista Theomai**, 2012. Disponível em: < <http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO%2026/Foster%20y%20Clark%20-%20Imperialismo%20ecol%C3%B3gico.pdf>>. Acesso em: 08 de fev. 2019.

FREITAS, N. C.; SILVA, R. G. O.; **“Onde o dinheiro não é a comunidade, ele dissolve a comunidade”**: uma reflexão sobre a relação entre os grandes empreendimentos e as comunidades locais no Complexo de Suape (CIPS) e no ProSavana. Monografia apresentada ao Departamento de Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

FUNDAÇÃO ULYSSES GUIMARÃES. **Uma ponte para o futuro**. 2015.

G1 NOTÍCIAS. **Com presença de Lula, Petrobras lança pedra fundamental do Pólo Petroquímico de Suape**. 2007. Disponível em: < http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,AA1472685-9356,00-COM+PRESENCA+DE+LULA+PETROBRAS+LANCA+PEDRA+FUNDAMENTAL+DO+POLO+PETROQUIMICO.html>. Acesso em: 21 dez. 2019.

G1 NOTÍCIAS. **Petrobras e PDVSA fecham acordo sobre refinaria em Pernambuco.** 2009. Disponível em: <http://g1.globo.com/Noticias/Economia_Negocios/0,,MUL1361606-9356,00-PETROBRAS+E+PDVSA+FECHAM+ACORDO+SOBRE+REFINARIA+EM+PERNAMBUCO.html>. Acesso em: 20 dez. de 2019.

G1 NOTÍCIAS. **Plano de investimentos no setor portuário é bem recebido por Suape.** 2012. Disponível em: <<http://g1.globo.com/pernambuco/noticia/2012/12/plano-de-investimentos-no-setor-portuario-e-bem-recebido-por-suape.html>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

GALEANO, E. H. **As veias abertas da América Latina.** Porto Alegre, RS: L&P, 2016.

GALVÃO, O. J. A. A economia de Pernambuco: da longa estagnação a um novo ciclo de crescimento sustentado. **Revista Economia Nordeste**, Fortaleza, v. 46, n. 3, p. 131-154, jul-set, 2015.

GARCIA, A. E. S. **A internacionalização de empresas brasileiras durante o governo Lula: uma análise crítica da relação entre capital e Estado no Brasil contemporâneo.** Tese de doutorado apresentada a Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Instituto de Relações Internacionais, 2012.

GARCIA, A. S. **Investimentos da China no Brasil, África do Sul e Índia: arranjos institucionais, atores e impactos.** Rio de Janeiro: Act!onaid Brasil, 2018.

GIL, A. C. **Métodos e Técnicas de Pesquisa Social.** São Paulo: Atlas, 2008.

GONÇALVES, R. Novo desenvolvimentismo e liberalismo enraizado. **Revista Serviço Social e Sociedade.** São Paulo, n. 112, p. 637-671, out/dez, 2012.

GUMEIRO, R. G. A concepção de desenvolvimento nos quatro momentos de implementação do Complexo Industrial Portuário de Suape (1955 a 2015). **Revista Brasileira de Estudos Urbanos Regionais** (Online), São Paulo, v. 2, n. 1, p. 32-50, jan-abr. 2018.

_____. Dimensões econômica e social dos impactos do PAC no Complexo Industrial Portuário de Suape-PE, em 2007-2015. **Revista G&DR**, São Paulo, v. 14, n. 3, p. 101-123, mai-ago, 2018.

GUIMARÃES, P. F.; FÉLIX, F. C. A. G.; AGUIAR, R. A.; CARVALHOSA, A. C. V. L.; SIQUEIRA, T. V. Atuação do BNDES na região Nordeste. In: GUIMARÃES, P. F.; AGUIAR, R. A.; LASTRES, H. M. M., SILVA, M. M. **Um olhar territorial para o desenvolvimento: Nordeste.** Rio de Janeiro: BNDES, 2014.

HARVEY, D. **A produção capitalista do espaço.** São Paulo: Annablume, 2006.

_____. **O enigma do capital e as crises do capitalismo.** São Paulo: Boitempo, 2011

_____. **O novo imperialismo.** São Paulo: Loyola, 2014.

_____. **Para entender O Capital – Livro 1.** São Paulo: Boitempo, 2013.

HERRERA, R. A colonização vista por Marx: para além de alguns mal entendidos. **Revista Argumentum**, v. 11, jan/abr. 2019.

HUBERMAN, L. **História da riqueza do homem**. Rio de Janeiro: Zahar Editores, 1982.

IASI, M. As manifestações de massa e a dimensão estratégica. In: Abramides, M. B; DURIGUETO, M L. **Movimentos sociais e Serviço Social: uma relação necessária**. São Paulo: Cortez, 2014.

_____. **Política, Estado e ideologia na trama conjuntural**. São Paulo: ICP, 2017.

IBGE – CIDADES. **Ipojuca**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/ipojuca/panorama>. Acesso em: 08 jan. 2019.

IBGE CIDADES – **Cabo de Santo Agostinho**. Disponível em: <https://cidades.ibge.gov.br/brasil/pe/cabo-de-santo-agostinho/panorama>. Acesso em: 08 jan. 2019.

INFORMATIVO MENSAL: **Fórum Suape Espaço Socioambiental**. Outubro de 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BznO5axfOJBMdmtPQnpUdkxrNW8/view>. Acesso em: 02 out. 2017.

INFORMATIVO MENSAL: **Fórum Suape Espaço Socioambiental**. Novembro de 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BznO5axfOJBMOEotOWJxOFF2a0U/view>. Acesso em: 02 out. 2017.

INFORMATIVO MENSAL: **Fórum Suape Espaço Socioambiental**. Dezembro de 2016. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BznO5axfOJBMOEotOWJxOFF2a0U/view>. Acesso em: 02 jan. 2020.

INFORMATIVO MENSAL: **Fórum Suape Espaço Socioambiental**. Abril de 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/0BznO5axfOJBMNUpFdGtNZG83X3c/view>. Acesso em: 04 jun. 2017.

INFORMATIVO MENSAL: **Fórum Suape Espaço Socioambiental**. Dezembro de 2017. Disponível em: <https://drive.google.com/file/d/1Gf-IgMh5f0cDMP38eER-BzFcKHT3eL1/view>. Acesso em: 02 jan. 2020.

JORNAL GGN. **Estaleiro Promar vai gerar 10 mil novos empregos em Suape**. 2010. Disponível em: <https://jornalggn.com.br/noticia/estaleiro-promar-vai-gerar-10-mil-novos-empregos-em-suape/>. Acesso em: 21 dez. 2019.

JORNAL DO COMMERCIO. **Petrobras conclui venda da Petroquímica Suape**. Disponível em: <https://jconline.ne10.uol.com.br/canal/economia/nacional/noticia/2018/05/01/petrobras-conclui-venda-da-petroquimicasuape-337581.php>. Acesso em: 05 ago. 2019.

JORNAL DO COMMERCIO. **A inflação forasteira em Suape**. 2012. (Impressa).

JORNAL DO COMMERCIO. **Crescimento e conflito no Porto de Suape**. 2012. (impressa).

JORNAL DO COMMERCIO 100 ANOS. **Do refino de açúcar ao de petróleo**. 2019. Disponível em: < https://especiais.jconline.ne10.uol.com.br/100anos/post_materias/do-refino-do-acucar-ao-refino-do-petroleo/>. Acesso em: 22 nov. 2019.

LEHR, R. Neodesenvolvimentismo e pós-neoliberalismo como narrativas dominantes da crise capitalista. In: MACÁRIO, E.; VALE, E. S.; RODRIGUES JR, N. (Orgs). **Neodesenvolvimentismo, trabalho e questão social**. Fortaleza: Expressão Gráfica e Editora, 2016.

LEITE, L. M. **O capital no mundo e o mundo do capital**: uma reinterpretação do imperialismo a partir da teoria do valor de Marx. Tese (Doutorado em Economia), Universidade Federal Fluminense, 2017.

LENIN, V. I. **Imperialismo, estágio superior do capitalismo**. São Paulo: Expressão Popular, 2012.

LIMA, C. M. **Necessidades sociais e política de habitação**: a experiência conciliatória do Programa Minha Casa Minha Vida. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

LIMA, A. C. C.; LIMA, J. P. R. Estimulando o investimento no setor produtivo via renúncias fiscais: o programa de desenvolvimento do Estado de Pernambuco. **Revista Associação Brasileira de Estudos Regionais e Urbanos**, 2010. Disponível em: < <https://www.revistaaber.org.br/rberu/article/view/43/61>>. Acesso em: 21 jun 2019.

LOBÃO, A. C. A. **Progresso e Capitalismo**. Dissertação apresentada ao Instituto de Geociências da Universidade Estadual de Campinas. Campinas, São Paulo, 1998.

LOUREIRO, C. F. B (org). Gestão Ambiental e educação ambiental: caminhos e interfaces. **Revista Sinais Sociais**. Rio de Janeiro, v.5 n° 14, 2010.

LOUREIRO, I. Agronegócio, resistência e pragmatismo: as transformações do MST. In: SINGER, A; LOUREIRO, I. (Orgs). **As contradições do lulismo**: a que ponto chegamos? São Paulo: Boitempo, 2016.

_____. [1870-1924]. **O Estado e a Revolução**: o que ensina o marxismo sobre o Estado e o papel do proletariado na revolução. São Paulo: Expressão Popular, 2007.

LÖWY, M. **A teoria do desenvolvimento desigual e combinado**. Outubro, n. 1, 1998.

_____. **A dança das estrelas ou um outro Brasil possível?** Margem esquerda: ensaios marxistas, n. 1, 2003.

_____. **O que é ecossocialismo?** São Paulo: Cortez, 2014.

LOPES, M; PORFÍRIO, C. A degradação ambiental em tempos de crise do capital: uma crítica à luz de Mészáros. **Rev. Eletrônica Arma da Crítica**. Nº 5, 2014.

LOUREIRO, C.F.B (org). **Gestão Ambiental e educação ambiental**: caminhos e interfaces. Sinais Sociais. Rio de Janeiro, v.5 nº 14, 2010.

LUXEMBURGO, R. **A acumulação do capital**: contribuição ao estudo econômico do imperialismo. São Paulo: Nova Cultura, 1988.

MANDEL, E. **La acumulación originaria y la industrialización del tercer mundo**. Amaru. Lima, 1968.

_____. **O capitalismo tardio**. São Paulo: Nova Cultura, 1985.

MANIFESTO SUAPE: a propósito de suape. 1975. Disponível em: <<http://cloviscavalcanti.blogspot.com/p/manifesto-suape.html>>. Acesso: 02 nov. 2019.

MARIÁTEGUI, J. C. **Sete ensaios de interpretação da realidade peruana**. São Paulo, Expressão Popular, 2010.

MARCO ZERO. Suape Pelo Averso. 2019. Disponível em: <http://suapepeloavesso.marcozero.org/?fbclid=IwAR2IVSA19pc4uqIYhgmG9uMAM4xF98NSqOzxn7JQM_HJ2Dy_ZufX4kvG75I>. Acesso em: 19 dez. 2019.

MARX, K. [1818-1883]. **O Capital**: crítica da economia política: livro III: o processo global da produção capitalista. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2017.

_____. **Os Despossuídos**: Debates sobre a Lei Referente ao Furto da Madeira. São Paulo, Boitempo, 2017.

_____. [1818-1883]. **O Capital**: crítica da economia política. Livro I: o processo de produção do capital. Trad. Rubens Enderle. São Paulo: Boitempo, 2013.

_____. **Grundrisse**: Manuscritos econômicos de 1857-1858: esboços da crítica da economia política. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____; **Manuscritos econômico-filosóficos**. Trad. Alex Marins. São Paulo: Martin Claret, 2004. (Col. Obra-Prima do Autor.)

_____; ENGELS, F. **Manifesto do Partido Comunista**. São Paulo: Expressão Popular: 2008.

_____; _____. **Escritos sobre rusia**: el porvenir de la comuna rural rusa. Cadernos de Pasado y Presente, 1980.

MATHIAS, M. M; BRITO, C. M. T. M.B. Dependência, imperialismo e capital-imperialismo: a dinâmica da posição brasileira na América Latina. **Revista Rebelata**, v.6, n.2, mai/ago, 2016.

MÉSZÁROS, I. **Para além do capital**: rumo a uma teoria da transição. 1.ed. São Paulo: Boitempo, 2011.

_____. **A montanha que devemos conquistar**. São Paulo: Boitempo, 2015.

MIGUEL, R. N. **Dinâmica capitalista, contrarreforma do Estado e expropriações contemporâneas no Brasil**. Tese de Doutorado apresentado ao Programa de Pós-Graduação em Serviço Social da Universidade Federal de Pernambuco (UFPE), Recife, 2018.

MONTENEGRO, J. Povos e comunidades tradicionais, desenvolvimento e decolonialidade: articulando um discurso fragmentado. **Revista OKARA: geografia em debate**, v.6, n.1, PP. 163-174, 2012.

_____; ROCHA, O. G. **A ordem moderno-colonial do desenvolvimento: desafios críticos desde uma leitura das práticas e das vozes das comunidades tradicionais**. In: CRU, V. C.; OLIVEIRA, D. A. Geografia e giro descolonial: experiências, ideias e horizontes de renovação do pensamento crítico. Rio de Janeiro, Letra Capital, 2017.

MONITOR MERCANTIL. **Pólo Petroquímico de Suape**. 2007. Disponível em: <<http://monitordigital.com.br/pualo-petroquamic-de-suape>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

MOREIRA, J. P. O. **Financiando à barbárie: o BNDES como intelectual coletivo da extração de mais-valor e das expropriações na contemporaneidade (2010-2014)**. In: Anais do Colóquio Internacional Marx e Marxismo: De O Capital a Revolução de Outubro (1867-1917). Disponível em: <<http://www.niepmarx.blog.br/MM2017/anais2017/MC44/mc441.pdf>>.

MORETTI, R.; COX, M. Impactos socioambientais ao longo da implantação e consolidação do Complexo Industrial Portuário de Suape – PE. **Revista Gaia Scienta**, v. 10, p. 98-105, 2016.

MOTA, A. E. Redução da pobreza e aumento da desigualdade: um desafio teórico-político ao Serviço Social brasileiro. In: MOTA, A. E. (Org.). **Desenvolvimento e Construção de Hegemonia: crescimento econômico e reprodução da desigualdade**. São Paulo: Cortez, 2012.

NADKARNI, B. D. **Uma discussão sobre a noção de desenvolvimento em Marx a partir de seus escritos sobre a Índia**. Monografia apresentada ao curso de Economia da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Rio de Janeiro, 2018.

NETO, T. E; CRUZ, K.K.C. Os resultados da parceria estratégica Brasil-China para o fortalecimento comercial da cadeia produtiva da soja no Mato Grosso do Sul 2003-2013. **Revista de Estudos Internacionais (REI)**, vol. 4, 2013.

NETO, C. A. S. C. Investimentos e financiamentos na indústria naval brasileira 200-2013. In: In: NETO, C. A. S.; POMPERMAYER, F. M. **Ressurgimento da Indústria Naval no Brasil (2000-2010)**. Brasília: IPEA, 2014.

_____; POMPERMAYER, F. M. **Ressurgimento da Indústria Naval no Brasil (2000-2010)**. Brasília: IPEA, 2014.

NETTO, J. P. **Introdução ao estudo do método de Marx**. São Paulo: Expressão Popular, 2011.

NEXO – JORNAL ELETRÔNICO. **As commodities e seu impacto na economia do Brasil**. 2016. Disponível em: <<https://www.nexojournal.com.br/explicado/2016/03/31/As-commodities-e-seu-impacto-na-economia-do-Brasil>>. Acesso: 20 jul. 2018.

NOVO PLANO DIRETOR – SUAPE 2030. Disponível em: <http://www.suape.pe.gov.br/images/institucional/plano_diretor/P14-Plano_Diretor.pdf>. Acesso em: 02 ago. 2019.

O ECO. **Estaleiro Promar Ceará será instalado em Pernambuco**. 2010. Disponível em: <<https://www.oeco.org.br/noticias/24146-estaleiro-promar-ceara-sera-instalado-em-pernambuco/>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

O GLOBO. **Complexo de Suape em Pernambuco alvo de investigações**. 2013. Disponível em: <<https://oglobo.globo.com/sociedade/ciencia/revista-amanha/complexo-de-suape-em-pernambuco-alvo-de-investigacoes-9995975>>. Acesso em: 12 out. 2017.

OLIVEIRA, A. U. **Agricultura brasileira – transformações recentes**. In: ROSS, J. (Org). Geografia do Brasil. São Paulo: Edusp, 1996.

OLIVEIRA, F. **Crítica à razão dualista: o onitorrinco**. São Paulo: Boitempo, 2013.

OLIVEIRA, T. D. Determinantes da retomada do crescimento no Governo Lula: interpretações do modelo de crescimento com equidade. **Revista Debate Econômico**, v.3, n.2, jul-dez, 2015.

PATNAIK, P. **O discurso do capitalismo sobre o “desenvolvimento”**. 2018. Disponível em: <<http://www.iela.ufsc.br/noticia/o-discurso-do-capitalismo-sobre-o-desenvolvimento>>. Acesso em: 02 fev. 2019.

PAULA, P. G. Duas teses sobre Marx e o conceito de desenvolvimento. **Revista Outubro**, n. 22, 2º Semestre de 2014.

PAZELLO, R. P. Acumulação originária do capital e direito. **Revista InSurgência**, Brasília, ano 2, v.2, n.1, 2016.

PERELMAN, M. A história secreta da acumulação primitiva e a economia política clássica. **Rev. Eletrônica O Comuneiro**, 2018. Disponível em: <http://ocomuneiro.com/nr26_3MichelPerelman.html>.

PEREZ, D. M; LARA, R. A consolidação e atualidade do capitalismo dependente no Brasil e contribuição de Florestan Fernandes. **Revista Temporalis**, Brasília, (DF), n. 29, jan/jun, 2015.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. Lei n. 15.932. Recife, 30 nov. 2016. Disponível em: <<http://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=25506>>. Acesso em: 15 fev 2018.

PERNAMBUCO. Governo do Estado. Lei n. 16.582. Recife, 17 jun. 2019. Disponível em: <<https://legis.alepe.pe.gov.br/texto.aspx?id=46002&tipo=TEXTTOORIGINAL>>. Acesso em: 12 set. 2019.

PORTAL FATOR BRASIL. **Petroquímica Suape em fase de pré-operação**. 2010. Disponível em: <<https://www.revistafatorbrasil.com.br/imprimir.php?not=129803>>. Acesso em: 20 dez. 2019.

PRADO JR, C. **Formação do Brasil Contemporâneo**. São Paulo Brasiliense, 2004.

_____. **A Revolução Brasileira**. São Paulo: Editora Brasiliense, 1987.

PSTU. **O que foi o acordo de Bretton Woods?** Disponível em: <<https://www.pstu.org.br/o-que-foi-o-acordo-de-bretton-woods/>>. Acesso em: 20 jan. 2020.

RABELO, J. B. A. **Vulnerabilidade do licenciamento ambiental à luz da participação pública e da governança para a sustentabilidade**. Tese de Doutorado apresentada ao programa de pós-graduação em Desenvolvimento Urbano da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2014.

RAFAEL, P. R. B et al. **Gestão Ambiental nos municípios abrangidos pelo PEAC: qual controle social?** In: Araújo, N. M. S. et al. Educação Ambiental e Serviço Social: O PEAC e o licenciamento na gestão pública do meio ambiente. 2ª ed. Ver. Ampl. – Aracaju: Editora UFS, 2013.

REDE JUBILEU SUL BRASIL. Economia verde: o que é feito em nome do meio ambiente e do clima? Caderno nº 05, março, 2016.

REDE SOCIAL DE JUSTIÇA E DIREITOS HUMANOS. Imobiliárias agrícolas transnacionais e a especulação com terras na região do MATOPIBA. São Paulo: Outras Expressões, 2018.

RELATÓRIO Complexos Industriais e Violações de Direitos: o caso de Suape – Complexo Industrial Portuário Governador Eraldo Gueiros – Relatório da Missão de Investigação e Incidência. Curitiba: Plataforma DHESCA Brasil, 2018. Disponível em: <https://fase.org.br/wp-content/uploads/2018/12/relatorio_suape_WEB_v3.pdf>. Acesso em: 12 dez 2018.

RELATÓRIO FINAL PIBIC. Educação Ambiental na gestão pública do meio ambiente: os condicionantes sociais de licenciamento do Estaleiro Promar S.A. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2015.

RELATÓRIO FINAL PIBIC. O Programa de Remanejamento, Relocação e Acompanhamento da população de Tatuoca: condicionantes sociais de licenciamento do estaleiro Promar S.A. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

RELATÓRIO FINAL PIBIC. Programa de Comunicação Social e Interação com a Comunidade: os condicionantes sociais de licenciamento do Estaleiro Promar S.A. Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

RELATÓRIO PROMAR. Programas Ambientais – Monitoramento. Primeiro relatório. Promar/STXosv, 2012.

REPÓRTER BRASIL. Os caminhos sinuosos de Suape. 2017. Disponível em: <<https://reporterbrasil.org.br/2017/11/suape/#>>. Acesso em: 22 nov. 2019.

RESUMO EXECUTIVO PROSAVANA-TEC. Disponível em: <https://www.yumpu.com/pt/document/view/37233239/prosavana-tec-resumo-executivo-texto-pnud>. Acesso em: 05/12/2017.

REVISTA THEOMAI. Trazos de sangue y fuego: continuidad de la acumulación originaria em nuestra época?. 2012. Disponível em: <http://revista-theomai.unq.edu.ar/NUMERO%2026/contenido_26.htm>. Acesso em: 22 jun 2019.

ROMEIRO, S. P.; FROTA, B. H. **Megaprojetos de impacto urbano e Ambiental:** violação de direitos, resistências e possibilidades de defesas das comunidades impactadas. São Paulo: IBDU, 2015, 97 p.

ROSDOLSKY, R. **Gênese e estrutura de O Capital de Karl Marx.** Rio de Janeiro: EDUERJ, Rio de Janeiro: Contraponto, 2001.

SANTOS, J. S. **“Questão social”:** particularidades no Brasil. São Paulo; Cortez, 2012.

SANTOS, M. G. O bem viver entre o sumak kawsay e o socialismo no século XXI equatoriano. **Revista Margem Esquerda**, n. 29, setembro de 2017.

SANTOS, M; GLASS, V (Orgs). **Atlas do agronegócio:** fatos e números sobre as corporações que controlam o que comemos. Rio de Janeiro: Fundação Heinrich, 2018.

SANTOS, M. G. O bem viver entre o sumak kawsay e o socialismo no século XXI equatoriano. **Revista Margem Esquerda**, n. 29, setembro de 2017.

SANTOS, M. O. S. **Análise crítica do discurso da mídia impressa sobre a saúde e o ambiente no contexto da instalação da refinaria de petróleo em Suape/PE.** Dissertação apresentada ao Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2011.

_____. **Vulneração e injustiças ambientais na determinação social da saúde no território de Suape, Pernambuco/Brasil.** Tese apresentada ao Instituto Aggeu Magalhães, Fundação Oswaldo Cruz da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2017.

SAVÁ FILHO, A. **O Capitalismo e Energia:** alguns mecanismos básicos dos conflitos e das injustiças sofridas pelo povo brasileiro. In: PORTO, M. F; PACHECO, T; LEROY, J. P. (Orgs). **Injustiça Ambiental e Saúde no Brasil: o mapa de conflitos.** Rio de Janeiro: Editora Fiocruz, 2013.

SILVA, M. G. **Questão Ambiental e Desenvolvimento Sustentável:** um desafio ético-político ao Serviço Social. São Paulo: Cortez, 2010.

SILVA, M. G. Desenvolvimento capitalista e megaprojetos: expropriações em tempos de mundialização do capital. In: MONDAINI, M. (Org.) **As antinomias do desenvolvimento:** uma crítica ao megaprojetos no Brasil, Moçambique e Cabo Verde. Recife: Ed. UFPE, 2018.

_____. Desenvolvimento capitalista e megaprojetos: expropriações em tempos de mundialização do capital. In: MONDAINI, M. (Org.) **As antinomias do desenvolvimento: uma crítica ao megaprojetos no Brasil, Moçambique e Cabo Verde**. Recife: Ed. UFPE, 2018.

SILVA, D. N. S. **Desafios e Perspectivas socioambientais presente e futuro reflexões a partir do Complexo Industrial Portuário de Suape – Brasil**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente. Recife, 2018.

SILVEIRA, K. A. **Conflitos socioambientais e participação social no Complexo industrial Portuário de Suape, Pernambuco**. Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Desenvolvimento e Meio Ambiente da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2010.

PEREZ, M. S; GONÇALVEZ, C. U. Desenvolvimento e conflito territorial – primeiras reflexões sobre as comunidades atingidas pelo Complexo Industrial Portuário de Suape – PE, Brasil. **Revista de Geografia** (UFPE), v. 29, n. 2, 2012.

_____. **R-existência dos camponeses/as do que hoje é Suape: justiça territorial, pós-desenvolvimento e descolonialidade pela vida**. Tese apresentada ao Programa de Pós-graduação em Geografia da Universidade Federal de Pernambuco. Recife, 2016.

SUAPEGLOBAL/SUAPE LOCAL – O Caminho Sinuoso do Desenvolvimento Integrado. EcoPolis Master em Políticas ambientais e territoriais para a sustentabilidade e o desenvolvimento local, 2009.

SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Projeto Habitacional Suape é apresentado aos moradores da Vila Cepovo**. Disponível em: < <http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/564-projeto-habitacional-suape-e-apresentado-aos-moradores-da-vila-cepovo/>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Fechados acordos com mais 13 famílias para consolidar Nova Vila Claudete**. Disponível em: < <http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/520-fechados-acordos-com-mais-13-familias-para-consolidar-nova-vila-claudete>>. Acesso em: 27 dez. 2019.

SUAPE/GOVERNO DE PERNAMBUCO. **Suape conclui maior indenização de sua história para consolidar estação ecológica**. Disponível em: < <http://www.suape.pe.gov.br/pt/noticias/467-suape-conclui-maior-indenizacao-de-sua-historia-para-consolidar-estacao-ecologica>>. Acesso em: 27 de dez. 2019.

SUAPE INSTITUCIONAL. Disponível em: <<https://pt.slideshare.net/ADDiper/suape-institucional-portugus>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

SVAMPA, M. Consenso de los commodities y lenguajes de valoración en América Latina. **Revista Nueva Sociedad**, n. 244, marzo-abril, 2013.

_____. China en América Latina: Del Consenso de los Commodities al Consenso de Beijing. **Revista Ensamblés Primavera**, n. 3, 2015.

_____. Extrativismo neodesenvolvimentista e movimentos sociais: um giro ecoterritorial rumo a novas alternativas? In: DILGER, G; LANG, M; FILHO, J. P. **Descolonizar o imaginário**: debates sobre pós-extrativismo e alternativas ao desenvolvimento. São Paulo: Fundação Rosa Luxemburgo, 2016.

_____. **Las fonteiras del neoextractivismo em América Latina**: conflictos socioambientales, giro ecoterritorial y nuevas dependências. Alemania: Calas, 2019.

_____; MANTOVANI, E. T. En lãs fronteras del cambio de época: escenarios de una nueva fase. In: GABBERT, K.; LANG, M. (Org). ¿Cómo se sostiene la vida en América Latina? Feminismos y re-existencias en tiempos de oscuridad. Fundación Rosa Luxemburg, Quito-Ecuador, 2019.

TERRITÓRIO DE SUAPE. Disponível em: <<https://escadaeddesenvolvimento.files.wordpress.com/2011/03/terr-suape.png>>. Acesso em: 21 dez. 2019.

TRASPADINI, R. **Questão agrária, imperialismo e dependência na América Latina**: a trajetória do MST entre novas-velhas encruzilhadas. Tese apresentada ao Programa de Pós-Graduação Conhecimento e inclusão social em Educação da Faculdade de Educação da Universidade Federal de Minas Gerais. Belo Horizonte, 2016.

TROTSKY, L. **A história da Revolução Russa**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1977.

_____. Questão Agrária e América Latina: breves aportes para um debate urgente. **Rev. Direito & Práxis**. Rio de Janeiro, Vol. 9, N. 3, 2018.

WOOD, E. H. **A origem do capitalismo**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar Ed, 2001.

XAVIER, G. L. Agronegócio e capitalismo dependente na América Latina: o caso brasileiro. **Revista Argumentum**, Vitória, v. 9, n. 2, maio/ago, 2017.

ZAREMBKA, P. La acumulación primitiva en el marxismo: separación histórica o transhistórica de lós médios de producción?. **Rev. Theomai**, n. 26, 2012. Disponível em:

ZIBECHI, R. **Brasil Potência**: entre a integração regional e um novo imperialismo. Rio de Janeiro: Consequência, 2012.